

Concelho de Alijó

Carta Educativa

TÍTULO

CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE ALIJÓ
(2.ª geração)

EQUIPA PBN Partners, Lda

João Manuel Ferreira da Fonseca
Paulo Alexandre Ribeiro Bito
José Vítor Fernandes Sobral

EQUIPA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALIJÓ

Divisão de Cultura , Educação, Saúde, Desporto e Juventude

EDIÇÃO E DESIGN GRÁFICO

PBN Partners, Lda
Rua da Torre, n.º26
5130-287 RIOADES

ACRÓNIMOS/GLOSSÁRIO

AAAF - Atividades de Animação e de Apoio à Família
ACP - Análise de Componentes Principais
AEC - Atividades de Enriquecimento Curricular
AE – Agrupamento de Escolas
CAE - Classificação das Atividades Económicas
CAF - Componente de Apoio à Família
CEB - Ciclo do Ensino Básico
CME - Conselho Municipal da Educação
CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
DGESTE - Direção Geral de Estabelecimentos Escolares
EA - Ensino Artístico
EB - Escola Básica
EBI - Escola Básica Integrada
EFA - Educação e Formação de Adultos
ENA – Escola Não Agrupada
EP - Escolas Profissional
ES - Escola Secundária
Ha - Hectare
hab/km² - Habitantes por km²
IC - Itinerário Complementar
IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social
JI - Jardim de Infância
LBSE - Lei de Bases do Sistema Educativo
ME - Ministério da Educação
NEE - Necessidades Educativas Especiais
NT - Núcleo Territorial
ONU - Organização das Nações Unidas
PCA - Percursos Curriculares Alternativos
PEL - Projeto Educativo Local
PIEF - Programa Integrado de Educação e Formação
QZP - Quadro de Zona Pedagógica
SASE - Serviços de Ação Social Escolar
SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
TEIP - Território Educativo de Intervenção Prioritária
UF - União das Freguesias
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

ÍNDICE GERAL

ACRÓNIMOS/GLOSSÁRIO.	3
ÍNDICE GERAL.	4
CONCEITOS.	7
0. ABERTURA.	12
1. ÂMBITO, NATUREZA E OBJETIVOS.	13
2. METODOLOGIA.	16
3. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL, ADMINISTRATIVO, DEMOGRÁFICO E SOCIOECONÓMICO	18
3.1. Enquadramento territorial e administrativo.	18
3.2. Caracterização Demográfica.	22
3.2.1. O contexto regional.	22
3.2.2. A evolução e distribuição da população residente.	24
3.2.3. Dinâmica demográfica: crescimento natural e saldo migratório.	30
3.2.4. Estrutura etária da população: envelhecimento e dependência.	37
3.2.5. Previsões das tendências (2021-2031).	41
3.2.5.1. População residente.	41
3.2.5.2. Natalidade.	44
3.2.6. Estrutura etária.	45
3.2.7. Evolução da população em idade escolar.	47
3.3. Caracterização Socioeconómica.	48
3.3.1. Nacionalidade e multiculturalidade.	48
3.3.2. Famílias.	54
3.3.3. Condições de vida.	60
3.3.4. Sistema urbano e equipamentos.	66
3.3.5. Saúde.	67
3.3.6. Ambiente.	68
3.3.7. Dinâmica económica e emprego.	68
3.3.7.1. Educação e qualificação.	69
3.3.7.2. Atividade, emprego e mercado de trabalho.	77
3.3.7.3. Desemprego.	85
4. A REALIDADE EDUCATIVA DO TERRITÓRIO.	89
4.1. Oferta Educativa da rede pública.	89
4.1.1. Rede escolar pública.	89
4.1.2. Salas de aula/atividade e estado de conservação.	121
4.1.3. Barreiras arquitetónicas.	123
4.1.4. Bibliotecas escolares.	124
4.1.5. Financiamento e recursos.	126
4.2. Procura educativa.	127
4.2.1. Situação atual da educação e formação de jovens da rede pública.	127
4.2.2. Evolução da população escolar.	133
4.2.2.1. A Educação Pré-Escolar.	134

4.2.2.2. A Educação 1.ºCEB.	135
4.2.2.3. A Educação 2.ºCEB.	136
4.2.2.4. A Educação 3.ºCEB.	138
4.2.2.5. A Educação do Ensino Secundário.	139
4.2.2.6. O Ensino Profissional.	139
4.3. Projeção da população escolar.	140
4.3.1. A Educação Pré-Escolar e o 1.ºCEB.	142
4.3.2. A Educação 2.º, 3.º CEB e o Ensino Secundário.	143
4.3.3. A Educação do Ensino Profissional.	145
4.3.4. A rede da oferta privada.	146
4.4. Atividades complementares de ação educativa.	150
4.4.1. Atividades de animação e de apoio à família.	150
4.4.2. Componente de apoio à família.	151
4.5. Ação Social Escolar e Transporte Escolar.	151
4.5.1. Ação social escolar.	151
4.5.2. Transporte escolar.	158
4.6. Recursos Humanos.	171
4.6.1. Pessoal docente.	171
4.6.2. Pessoal não docente.	171
5. REESTRUTURAÇÃO DA REDE ESCOLAR (2006-2019).	173
5.1. Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2010, de 14 de junho, e Portaria n.º 1181/2010, de 16 de novembro.	173
5.2. Despacho n.º 5634-F/2012, de 26 de abril.	174
5.3. Decreto-lei n.º 54/2018, 6 de Julho.	175
5.4. Avaliação da carta educativa (1.ª geração) e balanço da execução das propostas de redimensionamento da rede escolar previstas.	177
5.4.1. Educação Pré-Escolar e o 1.ºCEB.	180
5.4.2. A proposta dos Territórios Educativos e os níveis do 2,3.ºCEB e o Ensino Secundário	182
5.5. Alterações no Sistema Educativo Público entre os Anos Letivos 2015/2016, 2017/2018 e 2021/2022.	184
6. PREVISÃO DE REORGANIZAÇÃO DA REDE ESCOLAR.	187
6.1. Princípios orientadores.	187
6.2. Estratégia de intervenção.	192
7. INTERVENÇÕES E INVESTIMENTO NA REDE ESCOLAR DO MUNICÍPIO.	197
7.1. O enquadramento da Carta Educativa no PDM.	201
8. INTERVENÇÃO PARA O SUCESSO ESCOLAR E COMBATE AO ABANDONO ESCOLAR.	203
8.1. O (in)sucesso escolar e o papel dos agentes educativos.	203
8.2. Avaliação interna e avaliação externa: comparação (2021/2023).	206
8.3. Transições, retenções e desistências.	209
8.3.1. O 1.º Ciclo do Ensino Básico.	211
8.3.2. O 2.º Ciclo do Ensino Básico.	212
8.3.3. O 3.º Ciclo do Ensino Básico.	212
8.3.4. O Ensino Secundário.	213
8.3.5. O Ensino Profissional.	213

8.4. Recomendações	214
9. VISÃO ESTRATÉGICA PARA A EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO.	218
9.1. Recomendações.	221
9.1.1. Principais conclusões.	221
9.1.2. Linhas de orientação estratégica.	223
10. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA.	227
11. CONSIDERAÇÕES FINAIS.	232
12. ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES, MAPAS, FIGURAS, ESQUEMAS E QUADROS.	238
13. BIBLIOGRAFIA.	245

CONCEITOS

Áreas mediamente urbanas – Freguesias que não tendo sido já integradas em APU cumpram, pelo menos, um dos seguintes requisitos: 1) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a Espaço Urbano, sendo que o peso da área de espaço de 2 ocupação predominantemente rural ultrapassa 50% da área total da freguesia;) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a espaço urbano em conjunto com espaço semi-urbano, sendo que o peso da área de espaço de ocupação predominantemente rural não ultrapassa 50% da área total da freguesia; 3) a freguesia integra a sede da Câmara Municipal e tem uma população residente igual ou inferior a 5.000 habitantes; 4) a freguesia integra total ou parcialmente um lugar com População residente igual ou superior a 2.000 habitantes e inferior a 5 000 habitantes, sendo que o peso da população do lugar no total da população residente na freguesia ou no total da população residente no lugar, é igual ou superior a 50%.

Áreas predominantemente urbanas – freguesias que cumpram, pelo menos, um dos seguintes requisitos: 1) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a espaço urbano, sendo que o peso da área em espaço de ocupação predominantemente rural não ultrapassa 50% da área total da freguesia; 2) a freguesia integra a sede da Câmara Municipal e tem uma população residente superior a 5.000 habitantes; 3) a freguesia integra total ou parcialmente um lugar com população residente igual ou superior a 5 000 habitantes, sendo que o peso da população do lugar no total da população residente na freguesia ou no total da população residente no lugar, é igual ou superior a 50%.

Áreas predominantemente rurais – Freguesias não classificadas como “Área Predominantemente Urbana” nem “Área Mediamente Urbana”.

Crescimento efetivo – Diferença entre os efetivos populacionais em dois momentos do tempo. O acréscimo populacional pode ser calculado pela adição do saldo natural e do saldo migratório.

Crescimento natural – Diferença entre o número de nados-vivos e o número de óbitos num dado período de tempo.

Densidade populacional (hab/km²) – Intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície desse território (habitualmente expressa em número de habitantes por km²).

Famílias reconstituídas ou recompostas – Núcleos compostos por um casal “de direito” ou

“de facto” com filho(s), em que pelo menos um deles seja filho, natural ou adotado, apenas de um dos membros do casal, ou seja, fruto de um relacionamento conjugal anterior.

Indicador *per capita* – Indicador compósito que pretende traduzir o poder de compra em termos *per capita*. É um número índice com o valor 100 na média do país, que compara o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos *per capita*, nos diferentes municípios ou regiões.

Índice de dependência de idosos (%) – Relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10^2) pessoas com 15-64 anos).

Índice de dependência de jovens (%) – Relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10^2) pessoas com 15-64 anos).

Índice de dependência total (%) – Relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 15-64 anos).

Índice de envelhecimento (%) – Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos. Geralmente é expresso em percentagem (por 100 pessoas com idades entre os 0 aos 14 anos).

Índice de envelhecimento dos edifícios – (edifícios construídos até 1960/edifícios construídos após 2001*100).

Núcleo familiar – Conjunto de duas ou mais pessoas com laços de parentesco que podem formar um núcleo familiar conjugal (um casal, casado de direito ou em união de facto, com ou sem filhos) ou um núcleo familiar monoparental (um pai ou uma mãe com um ou mais filhos). O núcleo familiar conjugal com filhos pode ter apenas filhos comuns ou ser um núcleo reconstituído ou recomposto se incluir pelo menos um filho, natural ou adotado, de apenas um dos membros do casal (o termo “recomposto” é preferido neste destaque por apontar para a recomposição familiar no seu todo e não só para a reconstituição no interior do casal). (Neste destaque também se utiliza “família monoparental” e “família recomposta” como sinónimos de núcleo familiar monoparental e de núcleo familiar reconstituído ou recomposto).

PIB per capita – (produto interno bruto no ano civil ÷ população média anual residente).

População ativa – Conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados).

População residente – Pessoas que, independentemente de no momento de observação – zero horas do dia de referência – estarem presentes ou ausentes numa determinada unidade de alojamento, aí habitam a maior parte do ano com a família ou detêm a totalidade ou a maior parte dos seus haveres.

Proporção de edifícios com necessidade de reparação (%) – Percentagem de edifícios com necessidade de intervenção nas seguintes componentes: estrutura, cobertura, paredes e caixilharia exteriores (edifícios com necessidade de reparação ÷ edifícios × 100).

Proporção de edifícios muito degradados (%) – (Edifícios muito degradados ÷ edifícios × 100).

Proporção de núcleos monoparentais (%) – Núcleos familiares que integram apenas um dos progenitores, pai ou mãe, com filho(s) (núcleos familiares monoparentais ÷ núcleos familiares × 100).

Rendimento social de inserção – Montante que a segurança social atribui mensalmente às famílias mais carenciadas para apoiar a sua subsistência e progressiva inserção na comunidade e no mercado de trabalho. O rendimento social de inserção foi criado em 2003, substituindo o rendimento mínimo garantido.

Saldo migratório – Diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período de tempo. O saldo migratório pode ser calculado pela diferença entre o acréscimo populacional e o saldo natural.

Subsídio de desemprego – Prestação pecuniária concedida aos trabalhadores que reúnam, na generalidade, as seguintes condições: terem sido trabalhadores por conta de outrem, durante, pelo menos, 540 dias de trabalho com o correspondente registo de remuneração num período de 24 meses imediatamente anterior à data de desemprego; tenham capacidade e disponibilidade para o trabalho; estejam em situação de desemprego involuntário; estejam inscritos nos centros de emprego; contribuam sobre salários reais.

Taxa bruta de pré-escolarização (%) – Relação entre o número de crianças inscritas no Ensino Pré-Escolar e a população residente em idade de frequentar o Ensino Pré-Escolar (crianças inscritas ÷ população residente entre os 3 e 5 anos × 100).

Taxa de abandono escolar precoce (%) – Percentagem da população entre os 18 e os 24 anos que deixou de estudar sem ter completado o ensino secundário (população residente com 18 a 24 anos de idade que não está no sistema de ensino e não completou o ensino secundário ÷ população residente com 18 a 24 anos × 100).

Taxa de analfabetismo (%) – Esta taxa foi definida tendo por base a idade a partir da qual um indivíduo que acompanhe o percurso normal do sistema de ensino deve saber ler e escrever, neste caso os 10 anos (correspondendo à idade de conclusão do 1º ciclo do ensino básico). Assim a taxa de analfabetismo é a relação entre a população residente com 10 e mais anos que não sabe ler nem escrever com a população residente na mesma unidade geográfica que possui 10 e mais anos de idade (população residente com 10 e mais anos que não sabe ler nem escrever ÷ população residente com 10 e mais anos × 100).

Taxa de atividade (%) – Taxa que permite definir o peso da população ativa sobre o total da população com 15 e mais anos (população ativa ÷ população residente × 100).

Taxa de crescimento natural (‰) – Saldo natural observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 1000 habitantes).

Taxa de desemprego jovem (%) – Percentagem da população desempregada dos 15 aos 24 anos no total da população ativa do mesmo grupo etário (população desempregada 15-24 anos ÷ população ativa 15-24 anos × 100).

Taxa de desemprego total (%) – Taxa que permite definir o peso da população desempregada sobre o total da população ativa (população desempregada ÷ população ativa × 100).

Taxa de mortalidade (‰) – Número de óbitos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de óbitos por 1000 habitantes).

Taxa de natalidade (‰) – Número de nados-vivos ocorrido durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de nados-vivos por 1000 habitantes).

Taxa de retenção/desistência (%) – Relação entre o número de alunos que ficaram retidos e/ou desistiram num nível de ensino e o número de alunos matriculados nesse nível de ensino (alunos que ficaram retidos e /ou desistiram ÷ alunos matriculados × 100).

Taxa de transição/conclusão (%) – Relação entre o número de alunos que transitaram ou concluíram um nível de ensino e o número de alunos matriculados nesse nível de ensino (alunos que transitaram/concluíram ÷ alunos matriculados × 100).

Varição populacional (%) – Diferença entre os efetivos populacionais em dois momentos do tempo (habitualmente dois fins de ano consecutivos). A variação populacional pode ser calculada pela soma algébrica do saldo natural e do saldo migratório.

0. ABERTURA

Esta Carta Educativa representa um compromisso com o futuro. É no cuidado com o presente que criamos o terreno para que as próximas gerações cresçam fortes e conscientes. A Educação oferece aos jovens as ferramentas para florescerem e transformarem o mundo ao seu redor. Por isso, este documento representa uma semente de esperança lançada com a certeza de que dará frutos no futuro. Aqui apresentam-se os princípios, os objetivos e as diretrizes que orientam a implementação dessa visão, tendo em vista o fortalecimento de uma educação inclusiva, acessível e de qualidade para todos.

A Carta Educativa representa um trabalho de construção, de partilha e de acompanhamento entre os vários parceiros da Educação e reflete um esforço continuado de adaptação às dinâmicas sociodemográficas e territoriais presentes no Concelho. A sua elaboração decorre da necessidade de assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de Educação Pré-escolar e de Ensino Básico e Secundário, para que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efetiva existente. Por essa razão, a Carta Educativa assume um carácter de instrumento de planeamento e ordenamento estratégico que viabiliza uma relação harmoniosa espaço-escola, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico do nosso Município.

Esta Carta Educativa de 2ª Geração reflete já a transferência das competências no domínio da Educação, que aconteceu em abril de 2022. A rede escolar do Concelho de Alijó está consolidada, não se prevendo o encerramento de qualquer estabelecimento escolar. Por outro lado, o Município tem já em curso um projeto de requalificação da Escola Básica e Secundária D. Sancho II, Alijó, bem como da Escola Básica de Vilar de Maçada, Alijó, onde poderá receber alunos oriundos da Freguesia de Vila Verde, com ganhos em termos de tempo de deslocação e, conseqüentemente, de melhoria do bem-estar dos alunos.

É intenção do Município de Alijó estimular e apoiar estrategicamente o ensino articulado-artístico e implementar um projeto de ensino bilingue-inglês, tendo em vista a preparação dos alunos para os desafios do futuro e a aquisição de competências globais.

A nível de estratégias de captação de alunos e de desenvolvimento do ensino profissional, será aprofundada a parceria com a Escola de Hotelaria e Turismo de Lamego, com o objetivo de garantir uma formação prática e contribuir para a colmatação das necessidades do mercado de trabalho.

Investir na Educação é investir futuro e, como tal, devemos-lhe todos os nossos esforços e dedicação. Ao lançar estas sementes, os frutos colhidos no futuro serão o reflexo dos investimentos que fizemos na Educação das gerações vindouras, tendo sempre como meta final uma sociedade mais justa e próspera.

Sónia Andrea Pires
Vereadora da Educação

1. ÂMBITO, NATUREZA E OBJETIVOS.

Volvidas quase quatro décadas sobre o nascimento do embrião do que viriam a ser as cartas educativas, nos últimos anos e especialmente a partir de 2003, tem-se verificado uma mudança de paradigma na política educativa, a qual passou a refletir de forma mais profunda sobre o conceito de escola e a premência do planeamento da rede educativa.

Em 1986, através da Lei de Bases do Sistema Educativo, a Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, o governo de então estabeleceu o quadro geral do sistema educativo no qual se demandava a preparação da carta escolar, que consistia num documento de base para a gestão escolar. Todavia, a elaboração destes documentos não foi um processo simples e, com acentuadas dificuldades e resistências, haveria a questão de sofrer nova e mais profunda discussão com a publicação do Decreto-lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, que então pronunciava a carta educativa. Esta reflexão foi deveras importante e constituiu um marco de modernidade no sistema educativo português que então se contorcia e ajustava aos desafios dos novos tempos.

Até então, em muitos casos, parecia ainda vigorar o conceito de escola que apenas se identificava com o edifício com retoques do “Plano dos Centenários” que o Estado Novo implementou nas décadas de 40 e 50. Refira-se que esse foi um dos momentos de verdadeiro planeamento da rede de ensino, na época designado por ensino primário (1.º Ciclo do Ensino Básico - CEB). Esse plano traduzia uma visão, preocupação e necessidade que o governo português sabia existir em planear e construir um parque escolar adequado à população e ao território, considerando a realidade demográfica e as características geográficas. Aliás, em algumas freguesias do concelho de Alijó ainda são bem visíveis as marcas dessa rede.

Nos alvares do século XXI, ciente da importância do planeamento da rede escolar a sociedade compreendia a urgência da discussão e da otimização da mesma que, em muitos casos, estava desajustada à realidade demográfica e territorial. Para isso, era necessário refletir sobre o conceito de escola não enquanto edifício, mas como parte de um conjunto de espaços diferenciados de educação, formação e de desenvolvimento social e, sobretudo, no âmbito das suas interações entre a comunidade escolar e as populações.

A escola passou a ser entendida num plano escola-organização que agregava as diversas unidades de educação e formação, articulando os serviços e os equipamentos sociais, obrigando a um planeamento e uma programação dos equipamentos subordinados a uma estratégia que considerasse a diversidade, a flexibilidade, a complementaridade e a versatilidade de opções e soluções. O conceito de *vida escolar* metamorfoseou-se no da *vida sócio-educativa* que enquadra a escola no seu meio envolvente.

O quadro legal criado pela Lei de Bases do Sistema Educativo, de 1986, estabelecera que a carta escolar devia corresponder a uma caracterização do sistema educativo, na qual seria elencada a totalidade dos estabelecimentos de ensino num único e determinado ano letivo. Portanto, a carta escolar assumia-se como um diagnóstico ou inventário e não como um documento de planeamento estratégico. Em 2003, a natureza do documento, bem como a sua designação mudaram e, pelo quadro do Decreto-lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, passando a carta escolar a carta educativa, esta assumiu a qualidade de um

documento de planeamento e gestão do sistema educativo, em particular da rede educativa. Assim, para além de continuar a prever a caracterização e o diagnóstico, deveria incluir diferentes projeções de cenários com vista à avaliação das necessidades educativas futuras.

Desta exposição igualmente se infere que, de acordo com o Decreto-lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, a carta educativa constitui um instrumento municipal de planeamento e ordenamento de edifícios e equipamentos educativos, em acordo com as ofertas de educação formação que sejam necessário satisfazer, de acordo com critérios de gestão, racionalidade e proporcionalidade que visem a melhor utilização dos recursos educativos numa perspetiva de desenvolvimento demográfico e socioeconómico.

Assim, segundo o decreto-lei acima referido, *“a carta educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no município, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município”*, devendo:

- Assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, para que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efetiva que ao mesmo nível se manifestar;
- Refletir, a nível municipal, o processo de ordenamento a nível nacional da rede de ofertas de educação e formação, com vista a assegurar a racionalização e complementaridade dessas ofertas e o desenvolvimento qualitativo das mesmas, num contexto de descentralização administrativa, de reforço dos modelos de gestão dos estabelecimentos de educação e de ensino públicos e respetivos agrupamentos e de valorização do papel das comunidades educativas e dos projetos educativos das escolas;
- Promover o desenvolvimento do processo de agrupamento de escolas, com vista à criação das condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente e eficaz dos recursos educativos disponíveis;
- Incluir uma análise prospetiva, fixando objetivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazos;
- Garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município.

Enquanto documento estratégico municipal, a sua vigência é limitada pelo próprio desenvolvimento socioeconómico local, na medida em que se verificando certa desconformidade com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos do ordenamento da rede educativa, a sua revisão torna-se obrigatória. As revisões da carta educativa são

exigidas pelas alterações no ordenamento da rede educativa (anteriormente aprovada), como no caso da criação ou encerramento de novos estabelecimentos de ensino. É da responsabilidade do Ministério da Educação e das Câmaras Municipais o dever de reavaliar de 5 em 5 anos a necessidade de revisão da carta educativa, considerando os procedimentos previstos para a respetiva aprovação.

Decorridos 17 anos sobre a elaboração da primeira carta educativa do Município de Alijó (2006), exige-se, evidentemente, uma revisão do documento que, podendo não por em causa a reorganização da rede educativa proposta, já revista e aprovada, considere as transformações verificadas nas dinâmicas demográficas, socioeconómicas e no sistema educativo municipal desde o ano letivo 2006/2007, período ao qual reportam os dados da versão em vigor.

A avaliação que agora se efetua da carta educativa (primeira geração) resultará num documento de 2.ª geração que, seguramente, corrigirá as insuficiências encontradas sendo, por isso, muito mais que uma simples atualização do diagnóstico. Mantendo a sua objetividade, será considerada toda a dinâmica demográfica - à luz dos dados mais recentes - sendo por isso muito importante avaliar os quantitativos e as características da população e do povoamento e, sobretudo, estabelecer os seus quantitativos com o objetivo de projetar cenários para as decisões no âmbito da rede educativa e das suas atividades públicas ou privadas. Exige-se ainda uma profunda análise sobre o processo de reorganização do parque escolar para que se torne mais adequado à realidade atual, mas fundamentalmente com a previsão pelo menos para a próxima década.

A carta educativa do Município de Alijó pretende contribuir de forma indelével para a coesão territorial e para a eficácia da sua rede educativa, adequada e dimensionada em função das carências e dos problemas existentes, num território tão frágil e complexo como é o concelho de Alijó.

2. METODOLOGIA.

A realização de uma carta educativa envolve um processo metodológico que, neste caso, se estrutura em três fases distintas, sendo que uma se desdobra em duas subfases.

A primeira fase (Fase I) incidiu sobre a contextualização e enquadramento territorial, momento em que a equipa técnica desenvolveu atividades de recolha e exame dos dados garantindo os elementos necessários para a prossecução dos trabalhos. Para a recolha de dados foi essencial o envolvimento e a colaboração da equipa Divisão de Cultura , Educação, Saúde, Desporto e Juventude, estabelecendo-se processos distintos para a rede pública e para a rede privada. Foram utilizadas as bases de dados da autarquia, do agrupamento de escolas, da escola profissional e da administração central (DGEST e INE) e, sempre que foi necessário, foram complementadas com outros elementos de acordo com as necessidades do projeto. No que diz respeito ao levantamento da informação junto do agrupamento de escolas, a tarefa foi sobretudo executada pelos serviços técnicos competentes municipais. A informação cartográfica foi recolhida na Câmara Municipal de Alijó, no INE – Instituto Nacional de Estatística, Cigeo-E – Centro de Informação Geoespacial do Exército e, sempre que necessário, nos serviços de pesquisa e visualização de mapas e imagens de satélite providenciados pela Alphabet Inc.

Na segunda fase (Fase II) os trabalhos consistiram no tratamento e análise estatística dos dados, na sua representação gráfica e cartográfica e posterior validação pela autarquia, pelo agrupamento de escolas e pela rede privada. Dedicada ao diagnóstico estratégico, subdividiu-se a Fase II em dois segmentos de trabalho: na Fase II.I, que consistiu na avaliação dos documentos estratégicos e dos princípios orientadores dos instrumentos municipais de ordenamento do território, bem como analisar e caracterizar a situação atual e evolução da rede e sistema educativo; e na Fase II.II onde se procedeu ao exame, diagnóstico e projeção de cenários.

No âmbito da Fase II.I foram realizados os procedimentos e atividades de caracterização dos equipamentos educativos, elencadas e descritas as ofertas educativas, analisada e comparada a oferta e a procura e o desempenho do sistema, caracterizados os diferentes níveis de ensino, avaliados os projetos escolares, caracterizadas as áreas de apoio à família e da ação social escolar, avaliados os serviços de transporte escolar, analisada a estrutura orgânica municipal da área de Educação, elencados e analisados dos contributos dos diferentes agentes e realizada ou reformada a análise swot.

Na Fase II.II tiveram lugar as atividades que abarcaram o exame dos dados e construção dos primeiros diagnósticos. Após o cotejamento dos dados fornecidos pelos estudos e índices demográficos, dos dados do INE, das estatísticas regionais e da educação e dos dados do agrupamento de escolas e do município, foram extraídas as tendências e apuradas as necessidades, procedendo à identificação de problemas, construção de balanços prospetivos de oferta-procura e à projeção de cenários da procura de ensino. Portanto, nesta fase intermédia selecionaram-se e interpretaram-se os contributos que permitiram realizar as análises, retirar conclusões e desenhar as propostas de intervenção.

Finalmente, na terceira fase (Fase III) consistiu na elaboração do relatório técnico e compreendeu diferentes etapas, centradas em duas perspetivas: uma focada no diagnóstico do sistema educativo, que inclui a caracterização da oferta e da procura

educativa e a realização as projeções da população escolar por nível de ensino, mas também as atividades complementares de ação educativa, a ação social escolar, os transportes escolares e os recursos humanos; e outra focada no balanço na carta educativa de primeira geração (2006), quer nas projeções da população escolar, quer nas propostas de redimensionamento da rede escolar prevista.

A primeira etapa passou pela clarificação dos princípios orientadores e da metodologia adotada na monitorização rede pública de equipamentos educativos e na definição de uma estratégia educativa para o município de Alijó, sustentada em critérios de programação que contribui para a elaboração do programa de atuação. Para esse e outros aspetos foram realizadas as diferentes projeções para as crianças e alunos em idade escolar de diferentes níveis de educação e ensino (considerando 3 a 5 anos para a educação pré-escolar, de 6 a 9 anos para o 1.º CEB, de 10 a 14 anos para o 2.º e 3.º CEB e 15 a 17 anos no ensino secundário) e estabeleceram-se horizontes temporais máximos em cada nível de educação e ensino (3 anos para a educação pré-escolar (3 anos para a educação pré-escolar (2025/2026), 6 anos para o 1.º CEB (2028/2029), 10 anos para o 2.º e 3.º CEB (2032/2033) e de 15 anos para o ensino secundário (2036/2037)).

Para os cálculos foram considerados os nascimentos ocorridos em cada unidade geográfica (freguesias), partindo do princípio de que quem nasceu num determinado território irá frequentar, anos mais tarde, o ensino obrigatório na sede de concelho, considerando que nas dinâmicas demográfica e socioeconómicas e o nível da procura de educação e ensino no município de Alijó não registem alterações significativas.

Evidentemente, as projeções devem ser entendidas como uma tendência aquando do planeamento de equipamentos educativos, visto que a realidade municipal é dinâmica e são diversos os fatores que podem alterar a procura da educação e ensino durante o tempo que separa o momento do nascimento ao ano de entrada no sistema educativo. Mesmo durante o percurso escolar existem fatores suscetíveis de alterar essa procura, como a mobilidade da população escolar, o insucesso escolar e o ritmo do desenvolvimento demográfico e socioeconómico. E, no caso da educação pré-escolar, cujo acesso é apenas para as crianças de 3 e 5 anos, ainda que com tendência para ser alargada as projeções devem ser entendidas como ainda mais indicativa.

Em síntese, a elaboração das propostas de ação visaram a reformulação do território educativo existente, a melhoria do desempenho educativo, estratégias, atividades e recursos, calendarização das intervenções, procedimentos de monitorização, modelo para a reorganização dos serviços municipais no âmbito da educação e eventuais planos de financiamento das intervenções propostas.

3. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL, ADMINISTRATIVO, DEMOGRÁFICO E SOCIOECONÓMICO.

3.1. Enquadramento administrativo e territorial.

Sede de concelho e de comarca, pertencente à diocese de Vila Real, Alijó localiza-se na sub-região do Douro (NUT III), na região norte (NUT II), confrontando com os concelhos de Vila Pouca de Aguiar e Murça, a Norte e a Nordeste, com Carrazeda de Ansiães a Este, Com São João da Pesqueira a Sul e com Sabrosa a Oeste. Concelho do distrito de Vila Real, o município de Alijó encontra-se dentro dos limites de influência da área urbana de Vila Real, e encontra-se integrado no âmbito e ação da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N). Desde a reorganização administrativa do território operada em 2013, o município de Alijó passou a estar subdividido em 14 freguesias (resultantes da redução das 19 freguesias iniciais), designadamente, Alijó, Favaios, Pegarinhos, Pinhão, Sanfins do Douro, Santa Eugénia, São Mamede de Ribatua, União de Freguesias (UF) de Carlão e Amieiro, União de Freguesias (UF) de Castedo e Cotas, União de Freguesias (UF) de Pópulo e Ribalonga, União de Freguesias (UF) Vale de Mendiz, Casal de Loivos e Vilarinho de Cotas, Vila Chã, Vila Verde e Vilar de Maçada.

O território é planáltico, limitado por linhas de altitude da serra do Vilarelho e da Bruneira e por cumes proeminentes nas freguesias mais a norte do concelho, como Santa Eugénia, Pegarinhos, UF do Pópulo e Ribalonga, com altitudes médias que alcançam a 750-800^{mts}. O relevo de altitude, por vezes rasgado com vales e cursos de água, como as Ribeiras do Russilhão, Vila Chã, Ranginha, Morim, São Mamede, Rio de Moinhos, entre outros, que se dirigem para os rios Pinhão, Tua e Tuela que vão engrossar o rio Douro. E estes vales e planaltos marcam a corografia do território, acentuam as dificuldades de acessos entre os diversos lugares. Aliás, isso mesmo sucede com todas as freguesias, especialmente as que se localizam mais a norte e na proximidade dos cursos dos rios Pinhão, Tua e Tuela.

O relevo reforça as agruras do clima que, por aqui, se caracteriza por ser mediterrânico com influência continental (e/ou de climas diferenciados), em que as temperaturas médias oscilam entre os 15°C e os 25 °C. Os invernos são rigorosos, onde a neve é, por vezes, uma presença pelos meses de Janeiro e Fevereiro. As temperaturas médias nessa estação são baixas, entre 5°C e 15°C e, muitas vezes, baixam a 0°C. No verão, as temperaturas médias durante o verão podem variar entre 25°C e 30°C, com picos de calor que podem superar os 35°C em alguns dias. As chuvas distribuem-se de forma desigual. Os meses mais chuvosos vão de Outubro a Dezembro, mantendo-se até Março. Num ano normal, a pluviosidade média situa-se nos 100-200 cc., em anos secos esses valores podem rondar os 50-100 cc. e, em anos húmidos, 400-800 cc por mês.

A paisagem humana pode ser distinguida entre a mancha urbana e a rural. A urbana toma o centro na vila, irradiando de forma mais ou menos concêntrica para a periferia, ainda que a geometricidade seja consequência das assimetrias do terreno. Ao afastarmos da malha urbana surge a paisagem marcadamente rural, onde se reconhece a importância e ação dos elementos naturais na moldagem do território. As freguesias também, com certa concentricidade, se espriam em três níveis: primeiro a zona urbana ou

construtiva, seguida por uma mancha de terrenos agrícolas que se dispõem consoante as possibilidades e as potencialidades produtivas dos solos e, por fim, uma zona de floresta, mais ou menos arborizada também em função das complexidades pedológicas e do relevo. É importante ainda referir que o concelho de Alijó se insere na região do vale do Douro, a cerca de 23 km da margem direita do rio, numa posição de periferia ou de transição, cuja paisagem, relevo e clima realçam as dificuldades das condições de vida, especialmente no que diz respeito às deslocações entre freguesias do concelho e para outros concelhos.

No que concerne às acessibilidades, o concelho de Alijó é servido por autoestradas, a A4, por estradas nacionais e municipais. A A4, também conhecida como a autoestrada transmontana, liga Matosinhos a Quintanilha, em Espanha, e cruza a parte norte do território do concelho de Alijó, com uma saída no Pópulo. Para a população residente do concelho de Alijó, o acesso e a facilidade de utilização reside sobretudo na ligação à sede de distrito, a cidade de Vila Real, mas também aos concelhos vizinhos, como Murça e Mirandela. O concelho é também atravessado de sul para norte por uma estrada nacional importante – a EN212 - que, não obstante a rede de estradas municipais, serpenteia e interliga as diferentes freguesias e seus lugares. A EN212 (Pópulo a São João da Pesqueira), os nós de ligação no Pópulo (A4/IP4/IC5), a ER322-3 e o entroncamento da EN 222 servem o concelho de forma relativamente equilibrada, cruzando o seu território no sentido Sul - Norte e vice-versa. A parte Norte do concelho aparece no mapa das acessibilidades com menores fragilidades dada a presença de uma rede de estradas mais equilibrada, onde o relevo e a existência de troços menos irregulares facilitam as deslocações internas quando comparadas com a parte sul do concelho.

Há ainda a destacar que algumas das estradas municipais que interligam as diferentes freguesias se constituíram como eixos dinamizadores de natureza socioeconómica, como se verifica no desenvolvimento da urbanização e na observação das dinâmicas populacionais, em especial na parte ocidental, ao longo da EN212. A existência de troços das estradas nacionais (EN) a exigir melhor atenção na sua requalificação em muito contribui para as dificuldades de acessos e, em consequência, para o isolamento e despovoamento. Assim, os movimentos pendulares apesar de serem de baixa complexidade tornam-se difíceis, ainda que os constrangimentos tenham sido muito minimizados pela rede de estradas municipais que reformaram as acessibilidades.

3.2. Caracterização Demográfica.

3.2.1. O contexto regional.

O município de Alijó integra a Região Norte, na sub-região Douro, onde se incluem mais 19 municípios, e, da mesma forma, insere-se entre os municípios que constituem a sub-região vinhateira do Cima Corgo, situados na margem direita do rio Douro. Por questões metodológicas e de abrangência temática (contexto regional), centrar-nos-emos também nesse conjunto de municípios que não deixam de constituir uma unidade territorial.

A análise das dinâmicas demográficas, do passado e do presente, procura tratar com minúcia a distribuição espacial da população residente, os fatores da dinâmica demográfica, os movimentos populacionais, bem como a repartição por grupos etários e as questões relacionadas com o envelhecimento. Ora, este tipo de análise tem especial importância no âmbito do planeamento da rede educativa. Nesse sentido, apresentam-se projeções demográficas para o município de Alijó e suas freguesias, desagregadas e por grupo etário, sendo dado particular enfoque à evolução da população em idade escolar dado que se tratam de potenciais utilizadores dos diversos equipamentos educativos do município.

Alijó é o quarto concelho mais populoso no território da sub-região Douro e o primeiro entre os municípios que constituem a região vinhateira do Cima Corgo. No entanto, os valores totais da população residente, na sua globalidade, deixam transparecer a tendência que acompanha estes territórios de baixa densidade, particularmente entre os concelhos da parte sudeste do distrito de Vila Real que revelam de forma mais vincada os efeitos do fenómeno do envelhecimento. Alijó na última década (2011-2021) não conseguiu estancar a perda de população residente, registando um decréscimo -12,19% (10486 habitantes em 2021), num contexto em que a grande maioria dos concelhos da região tiveram decréscimos populacionais menos pronunciados.

Visitando os dados demográficos existentes para o concelho desde o início do século XX, é evidente a tendência negativa da evolução populacional no território a partir da segunda metade, em especial a partir de 1960. Na transição dos séculos XX-XXI, mais concretamente entre 1991 e 2011, o concelho de Alijó continuou a apresentar uma evolução demográfica negativa, tendo-se registado nesse período valores de -12,29% (1991-2001) e de -14,56% (2001-2011). No caso da densidade populacional, Alijó (35,24 hab./km²) assume valores semelhantes aos dos concelhos limítrofes, à exceção de Carrazeda de Ansiães (19,66 hab./km²), situando-se em linha com a média do Douro.

Estamos, portanto, perante os efeitos do envelhecimento e do despovoamento do território, que se expressa no crescimento negativo da população registado (em 2021). Cremos que essa tendência se manterá, mas será necessário aguardar pelo menos 5 anos. O sentimento de desconfiança que permite projetar um crescimento negativo na mesma ordem de valor do registado para a década de 2011-2021, justifica-se pela análise dos resultados derivados da análise comparada dos diversos efeitos do envelhecimento e despovoamento do território onde se verifica que por cada 100 jovens existem 360,92 idosos no território de Alijó.

QUADRO 1 – TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NA SUB-REGIÃO DOURO.

Unidade Territorial	População Residente (n.º hab.) (2021)
Alijó	10 486
Armamar	5 678
Carrazeda de Ansiães	5 490
Freixo de Espada à Cinta	3 216
Lamego	24 312
Mesão Frio	3 547
Moimenta da Beira	9 410
Murça	5 245
Penedono	2 738
Peso da Régua	14 540
Sabrosa	5 548
Santa Marta de Penaguião	6 100
São João da Pesqueira	6 775
Sernancelhe	5 692
Tabuaço	5 034
Tarouca	7 363
Torre de Moncorvo	6 826
Vila Nova de Foz Côa	6 304
Vila Real	49 571

(INE, I.P., Censos 2021)

QUADRO 2 – TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NOS MUNICÍPIOS LIMÍTROFES.

Unidade Territorial	População Residente (n.º hab.) (2021)
Alijó	10 486
Carrazeda de Ansiães	5 490
Murça	5 245
Sabrosa	5 548
São João da Pesqueira	6 775
Vila Pouca de Aguiar	13040

(INE, I.P., Censos 2021)

Este cenário permite pressupor que o crescimento da população continuará a ser negativo, com percentagens superiores a 10% ou, com maior probabilidade, mais próximo dos -13%. Estes valores refletem ainda, quando comparados com os referentes à sede de distrito, as dificuldades em atrair população migrante. Finalmente, a relação entre a população jovem e idosa e a da população em idade ativa é das mais desfavoráveis a nível regional e nacional, sendo visível o peso dos não ativos em relação aos ativos em 57,0%, situação frequente nos territórios com menor peso da população jovem. Assim, para cada 100 ativos existem 132,7 não ativos, valor superior ao registado na sede de distrito e à média nacional, refletindo, mais uma vez, o nível do envelhecimento da população deste território.

QUADRO 3 – CARACTERIZAÇÃO GLOBAL DAS DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS NO CONTEXTO REGIONAL E NACIONAL.

Unidade Territorial	População residente 2021	Variação da população residente 2011-2021	Densidade populacional	Índice de envelhecimento	Taxa de natalidade 2021	População <14 anos	População >65	População estrangeira Residente (2021)
	n.º	%	Hab./km2	n.º	‰	%	%	%
Alijó	10 486	-12,19	35,24	360,92	4,4	9,13%	32,94%	0,89%
Armamar	5 678	-9,83	48,44	319,38	4,9	9,63%	30,77%	1,39%
C. de Ansiães	5 490	-13,86	19,66	417,55	3,6	8,93%	37,27%	2,06%
F. de Espada à Cinta	3 216	-14,92	13,17	372,67	5,6	10,01%	37,31%	2,10%
Lamego	24 312	-8,91	146,95	249,45	5,1	10,46%	26,10%	0,71%
Mesão Frio	3 547	-19,99	133,10	313,80	3,9	9,19%	28,84%	0,45%
Moimenta da Beira	9 410	-7,85	42,78	259,42	6,8	11,34%	29,42%	1,50%
Murça	5 245	-11,88	27,70	418,79	4,0	8,52%	35,69%	1,08%
Penedono	2 738	-7,25	20,48	406,90	3,7	8,47%	34,48%	1,44%
Peso da Régua	14 540	-15,12	153,28	248,71	5,5	10,66%	26,51%	0,75%
Sabrosa	5 548	-12,78	35,36	331,50	3,4	9,84%	32,62%	1,07%
S. M. de Penaguião	6 100	-17,07	88,05	358,46	4,6	8,92%	31,97%	1,03%
S. João da Pesqueira	6 775	-13,96	25,46	265,87	5,9	10,51%	27,94%	0,92%
Sernancelhe	5 692	0,37	24,90	347,24	6,0	9,22%	32,03%	1,43%
Tabuaço	5 034	-20,72	37,61	347,28	6,3	9,12%	31,66%	1,17%
Tarouca	7 363	-8,51	73,56	197,27	6,5	12,44%	24,54%	0,82%
Torre de Moncorvo	6 826	-20,37	12,84	513,31	5,3	7,93%	40,68%	1,44%
V. Nova de Foz Côa	6 304	-13,79	15,83	407,39	4,7	8,80%	35,87%	2,60%
Vila Real	49 571	-4,40	130,86	195,33	6,6	12,05%	23,53%	1,51%
Continente	9 855 909	-1,91	110,61	184,59	7,7	12,83%	23,69%	5,70%

(INE, I.P., Censos 2021)

3.2.2. A evolução e distribuição da população residente.

Analisando e avaliando agora o município de Alijó, no que diz respeito às dinâmicas demográficas, a primeira conclusão que se retira é que o crescimento demográfico é negativo, ainda que se situe numa posição intermédia entre os que menos e mais população perderam na última década entre os 19 municípios que constituem a sub-região Douro. As alterações demográficas e socioeconómicas devem ser entendidas num quadro mais vasto, considerando as dinâmicas de relacionamento entre Alijó e os municípios que integram a sub-região do Norte, em especial aqueles que constituem a região do Vale do Douro, bem como com a sede de distrito, ainda que saibamos que o território em análise não tem uma posição geográfica privilegiada em relação à cidade de Vila Real.

Procedendo à análise mais detalhada da evolução da população percebe-se que, desde os meados do século XX, a tendência do crescimento populacional do concelho de Alijó foi negativa até à última década (Censos 2021), e não se perspetiva uma recuperação a curto e médio-prazo (2021-2031). Para assegurar e confirmar a continuação da queda desse crescimento será necessário aguardar pelo menos mais uma década, ainda que os dados que disponíveis sugerem esse cenário de tendência negativa no futuro.

QUADRO 4 – TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM ALIJÓ ENTRE 1900-2021 E SUA VARIAÇÃO (N.º E %).

Anos	População Residente (N.º)	Variação populacional (%)
1900	19 919	-
1911	19 786	-0,67
1920	18 030	-8,87
1930	20 452	13,43
1940	23 105	12,97
1950	23 994	3,85
1960	23 511	-2,01
1970	17 125	-27,16
1981	18 846	10,05
1991	16 327	-13,37
2001	14 320	-12,29
2011	11 942	-16,61
2021	10 486	-12,19

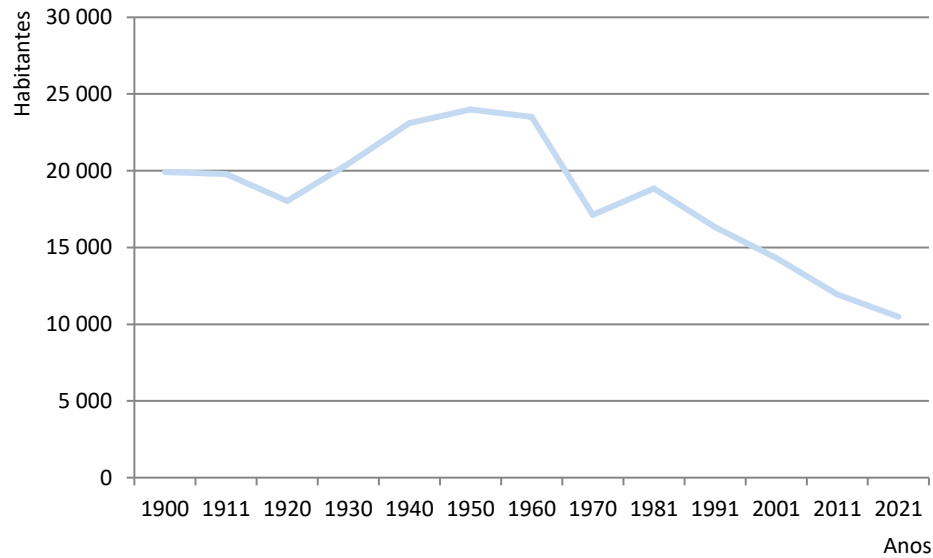
(INE, I.P., Censos 2021; Recenseamento da População e Habitação 1981, Censos 1991, Censos 2001 e Censos 2011).

Aliás, os dados espelham essa tendência em praticamente todos os indicadores entre 2011 e 2021: a taxa de crescimento da população residente situou-se entre em -12,19%, a percentagem de jovens com menos de 15 anos registou -2,7% (11,8% para 9,1%), a percentagem de idosos com mais de 65 anos aumentou 5,6% (passando de 27,8% para 33,4% e um decréscimo de -31,50% no número de famílias (de 4770 para 3267). O saldo natural mantém-se negativo e agravou-se consideravelmente (-82, 2011; -123, 2021) e assim se perspetiva a tendência para a próxima década de 2021-2031. Considerando os dados da natalidade e da mortalidade, os nascimentos diminuíram -22,22% (2011-2021) e, em 2011, suplantados em 113,88% pelos óbitos e, em 2021, essa relação alcançou os 219,64%. Assim, considerando também a taxa de envelhecimento, a projeção é que o crescimento populacional seguramente continuará a ser negativo, podendo agravar-se.

A partir de 1960, a diminuição da população residente no concelho de Alijó tornou-se mais significativa, com taxas de variabilidade muito maiores e cujos reflexos se fizeram sentir nas dinâmicas socioeconómicas do território. Os motivos dessa diminuição são bem conhecidos e relacionam-se com o imobilismo político, com a estagnação do mundo rural que continuava sobrepovoado e pobre, com índices inferiores à média europeia e, quando o país na década de 1960 enveredou pela via industrializadora fez com que muita da população procurasse novos destinos.

A tudo isto não foi alheio o fenómeno de emigração que foi reduzido nas décadas de 1930-1940, devido à Grande Depressão e à Guerra Mundial. Entre 1960 e 1970, o município de Alijó perdeu 6386 habitantes, o que correspondeu a uma quebra de -27,16%, a maior no intervalo temporal em exame.

FIGURA 1 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM ALIJÓ, ENTRE 1900 E 2021.



(INE, I.P., Censos 2021; Recenseamento da População e Habitação 1981, Censos 1991, Censos 2001 e Censos 2011).

QUADRO 5 – TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE ALIJÓ EM 2021 (N.º).

Unidade Territorial	População Residente (n.º hab.)
Alijó	2 584
Favaios	937
Pegarinhos	394
Pinhão	622
Sanfins do Douro	1 256
Santa Eugénia	278
São Mamede de Ribatua	586
UF Carlão e Amieiro	627
UF Castedo e Cotas	536
UF Pópulo e Ribalonga	409
UF Vale de Mendiz, Casal de Loivos e Vilarinho de Cotas	449
Vila Chã	445
Vila Verde	547
Vilar de Maçada	816

(INE, I.P., Censos 2021)

QUADRO 6 – TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE ALIJÓ, POR SEXO, EM 2021 (N.º).

Unidade Territorial	População Residente (n.º hab.) (2021)	
	H	M
Alijó	1 261	1 323
Favaios	461	476
Pegarinhos	188	206
Pinhão	310	312
Sanfins do Douro	613	643
Santa Eugénia	141	137
São Mamede de Ribatua	282	304
UF de Carlão e Amieiro	309	318
UF de Castedo e Cotas	262	274
UF de Pópulo e Ribalonga	198	211
UF de Vale de Mendiz, Casal de Loivos e Vilarinho de Cotas	218	231
Vila Chã	212	233
Vila Verde	262	285
Vilar de Maçada	399	417

(INE, I.P., Censos 2021)

QUADRO 7 – DENSIDADE POPULACIONAL DAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE ALIJÓ (HAB./KM²).

Unidade Territorial	Densidade Populacional
Alijó	88,01
Favaios	43,68
Pegarinhos	20,98
Pinhão	207,33
Sanfins do Douro	73,49
Santa Eugénia	30,42
São Mamede de Ribatua	29,14
UF de Carlão e Amieiro	18,99
UF de Castedo e Cotas	18,54
UF de Pópulo e Ribalonga	19,20
UF de Vale de Mendiz, Casal de Loivos e Vilarinho de Cotas	34,70
Vila Chã	22,00
Vila Verde	13,00
Vilar de Maçada	40,42

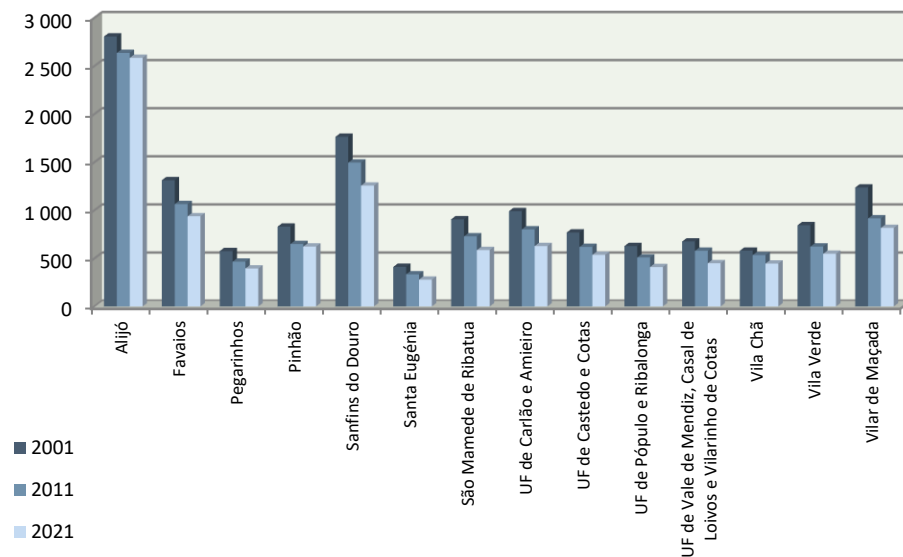
(INE, I.P., Censos 2021)

QUADRO 8 – TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE ALIJÓ, ENTRE 2001-2021 (N.º).

Unidade Territorial	População Residente (n.º hab.)		
	2001	2011	2021
Alijó	2 806	2 635	2 584
Favaios	1 312	1 064	937
Pegarinhos	575	465	394
Pinhão	829	648	622
Sanfins do Douro	1 763	1 495	1 256
Santa Eugénia	411	333	278
São Mamede de Ribatua	905	728	586
UF de Carlão e Amieiro	990	800	627
UF de Castedo e Cotas	768	618	536
UF de Pópulo e Ribalonga	627	508	409
UF de Vale de Mendiz, Casal de Loivos e Vilarinho de Cotas	675	578	449
Vila Chã	579	533	445
Vila Verde	844	622	547
Vilar de Maçada	1 236	915	816

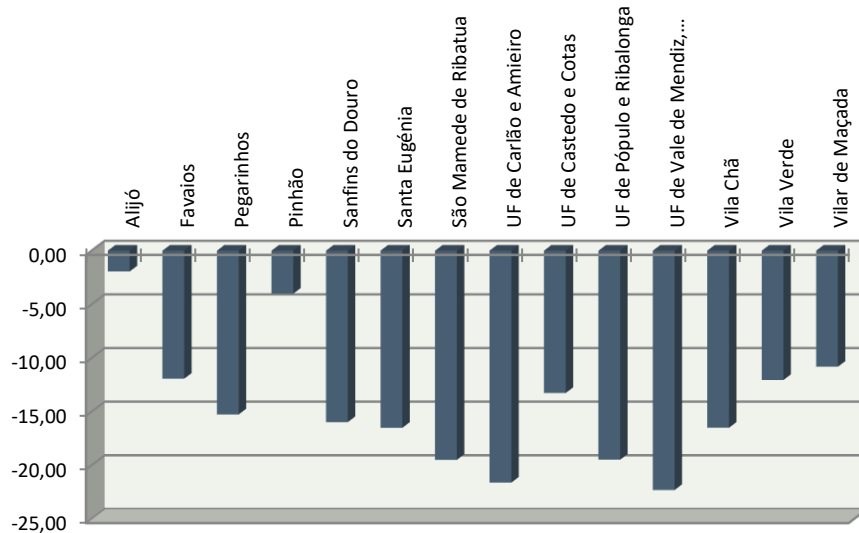
(INE, I.P., Censos 2021)

FIGURA 2 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR FREGUESIAS DO CONCELHO DE ALIJÓ, ENTRE 2001 E 2021 (N.º).



(INE, I.P., Censos 2021)

FIGURA 3 – VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO POR NÚMERO DE HABITANTES RESIDENTES NO CONCELHO DE ALIJÓ, ENTRE 2011 E 2021 (%).



(INE, I.P., Censos 2021)

No contingente migratório contavam-se muitos naturais e habitantes do concelho de Alijó que, legalmente ou de forma clandestina, rumaram em direção a outros países da Europa, como a França e, mais tarde a Suíça.

Entre 1970 e 1981, a fuga massiva registada na década anterior diminuiu, ainda que os espaços rurais continuassem a viver uma sangria de população ativa. E a situação não se alterou na transição dos séculos XX-XXI, continuando a acentuarem-se os desequilíbrios da evolução populacional. Partindo para o cotejamento da distribuição dos valores da população residente nas 14 freguesias, que integram presentemente o município de Alijó, descobrem-se grupos de freguesias que manifestam comportamentos ou dinâmicas demográficas semelhantes na última década.

Para melhor identificarmos as tendências, entendemos agrupar as freguesias por cinco níveis de população residente total: 0-299 hab.; 300-599 hab.; 600-799 hab., 800-999 hab., >1000 hab.. Segundo este critério, apenas se identificam duas freguesias que ultrapassam os 1000 habitantes – Alijó e Sanfins do Douro – que em conjunto registam uma população total de 3840 habitantes. Note-se que existe um grande intervalo entre a freguesia de Alijó e Sanfins (em que as ambas possuem 36,62% da totalidade), o que exige uma análise diferenciada. No segundo critério, onde se integram as freguesias com um número de residentes entre 800-999, acham-se Favaios e Vilar de Maçada, com 937 e 816 respetivamente. Quanto às freguesias que se encontram no terceiro escalão, com um número de residentes balizado entre 600-799, apenas se encontram a UF de Carlão e Amieiro, com 627 e a do Pinhão com 622 residentes. No quarto critério (300-599 hab.) encontra-se o maior número de freguesias (7), destacando-se as de São Mamede de Ribatua (586), Vila Verde (547) e a UF de Castedo e Cotas (536) como as únicas com um

número de residentes acima dos 500 indivíduos. As restantes situam-se na faixa dos 400 e apenas Pegarinhos (394) se exclui. A freguesia com menos população é a de Santa Eufémia, com 278 residentes, a única que se encontra no critério dos 0-299 residentes.

A freguesia de Alijó é notoriamente a mais populosa, no período em análise (2021), representando 24,64% da população total do concelho, correspondendo a 2584 habitantes. Ao longo da década 2011-2021, todas as freguesias do concelho sofreram um decréscimo populacional. Situação preocupante se se considerar que algumas delas registaram valores superiores a -20%, e a larga maioria mais -12%, num valor médio de -14,37%.

Por fim, a questão da densidade populacional do território do município de Alijó. No contexto nacional, as freguesias do concelho de Alijó apresentam densidades populacionais baixas, com valores inferiores à média regional e nacional (112,77hab./km²), à exceção da freguesia do Pinhão (207,33 hab./km²). Abaixo desta, surgem como freguesias com índices de densidade populacional mais elevadas Alijó (88,01 hab./km²), Favaios (43,68 hab./km²) e Vilar de Maçada (40,42 hab./km²). Em posição inferior, com valores que não alcançam os 20 habitantes por km², destaca-se a freguesia de Vila Verde (13,00 hab./km²), a UF de Carlão e Amieiro (18,99 hab./km²) e a UF de Castedo e Costas (18,54 hab./km²).

A análise e a interpretação destes dados devem ser feitas com especial cuidado, quer em termos temporais, quer em termos espaciais, pois permitem refletir além do impacto das características do território na distribuição da população. Assim, desde logo podemos concluir que o município de Alijó possui uma posição geográfica e uma corografia difíceis e uma realidade socioeconómica desigual que se expressa em grande parte nos indicadores avaliados, nas diferenças da distribuição populacional entre as freguesias; as que se encontram mais afastadas da sede de concelho e, em especial, as que possuem acessibilidades mais difíceis e que não conseguem fomentar um mercado de trabalho mais coeso, revelam índices de densidade populacional mais reduzidos. Os fatores enumerados muito concorrem para a distribuição da população no território (uma maior concentração populacional na freguesia onde se posiciona a vila sede de concelho), mas não se pode alhear que o comportamento populacional também se justifica pelo processo de migrações internas para a cidade de Vila Real, por razões que se relacionam com o mercado de trabalho e a oferta educativa.

3.2.3. Dinâmica demográfica: crescimento natural e saldo migratório.

As variações observadas nas dinâmicas demográficas do município de Alijó e das suas freguesias relacionam-se de uma forma em que ressaltam, de imediato, dois fatores: o crescimento natural e o saldo migratório. O primeiro deverá ser obrigatoriamente entendido no planeamento dos equipamentos educativos e o segundo deverá ser interpretado de forma conjuntural, ação difícil, por ser especialmente complexo prever a sua evolução.

QUADRO 9 – NADOS-VIVOS POR FREGUESIAS DO CONCELHO DE ALIJÓ, ENTRE 2016 E 2022.

Unidade Territorial	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Alijó	23	26	21	15	18	8	22
Favaios	6	3	4	1	7	4	8
Pegarinhos	4	3	2	4	2	0	0
Pinhão	4	6	4	7	4	5	2
Sanfins do Douro	8	6	6	8	5	3	6
Santa Eugénia	0	0	1	1	0	1	0
São Mamede de Ribatua	3	6	2	3	0	3	2
UF de Carlão e Amieiro	2	2	3	1	5	1	1
UF de Castedo e Cotas	4	2	3	5	6	10	5
UF de Pópulo e Ribalonga	2	2	1	1	0	2	2
UF de Vale de Mendiz, Casal de Loivos e Vilarinho de Cotas	4	6	1	2	2	2	3
Vila Chã	3	2	5	3	0	1	1
Vila Verde	1	1	2	0	3	2	3
Vilar de Maçada	7	5	1	5	2	4	1

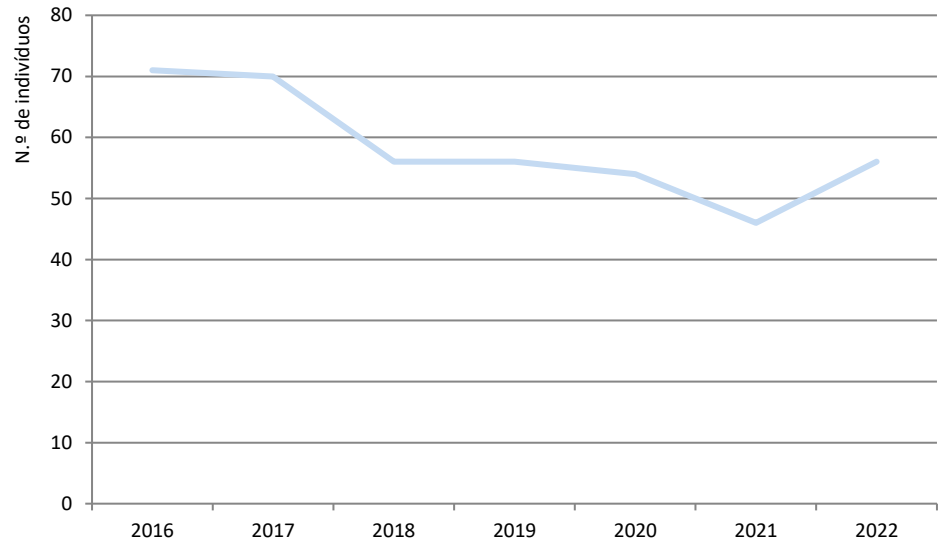
(INE, I.P., Censos 2021)

A atual estrutura demográfica da população de Alijó é o resultado evolutivo da melhoria das condições de vida e do desenvolvimento socioeconómico, do aumento da esperança de vida e da diminuição da mortalidade e, concomitantemente, das alterações da natalidade, o desenvolvimento da autonomia da mulher, a progressão nas carreiras, a emigração, a dificuldade em conciliar a vida familiar e profissional, o prolongamento da escolaridade obrigatória e o retardar na entrada dos jovens no mercado de trabalho, a sazonalidade dos trabalhos agrícolas, o desemprego em particular entre os mais jovens e a maior acessibilidade a métodos contraceptivos assumem-se como os principais fatores que precedem a reflexão e a decisão sobre o número de filhos a ter.

A análise dos valores da natalidade registados entre 2016 e 2022 para o município de Alijó revela um comportamento irregular visível nas oscilações das perdas e dos ganhos, o que permite afirmar que o número dos nados-vivos é pouco revelador. Ou seja, os dados geram a impressão de que a irregularidade dos nascimentos não garante uma tendência de crescimento positivo ou negativo da população, porque, como veremos, a mortalidade sobrepõe-se à natalidade condicionando de sobremaneira o futuro.

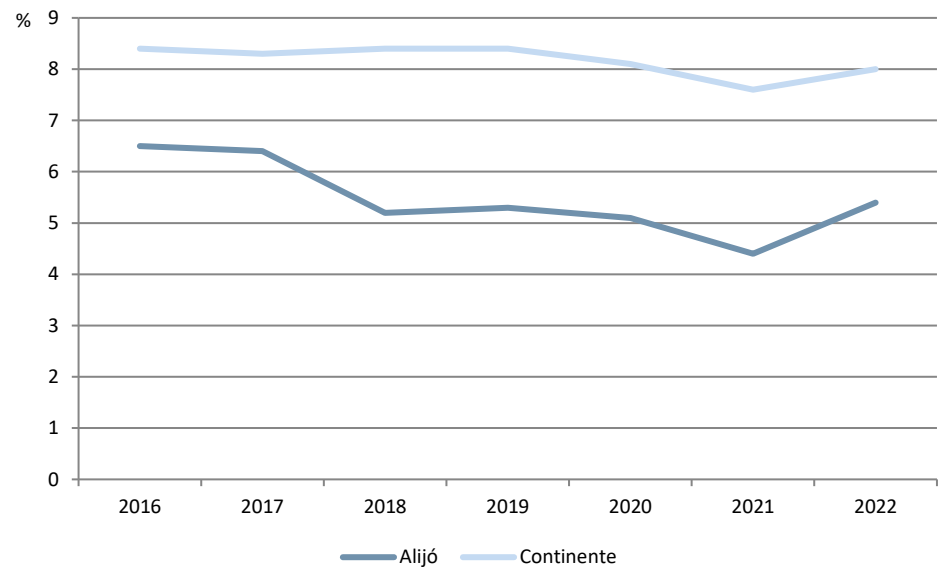
O maior número de nados-vivos encontra-se concentrado na vila de Alijó, com 22 indivíduos registados no ano de 2022. E se esse número parece, desde logo, baixo quando comparado com os resultados dos óbitos e com o número total da população residente, o panorama não se afigura mais positivo se analisarmos e confrontarmos o valor dos nados-vivos da freguesia de Alijó com a totalidade dos nados-vivos do concelho, pois a soma desse indicador de todas as freguesias apenas é de 34 indivíduos, portanto regista-se que os nascimentos na freguesia de Alijó correspondem a mais de metade dos nascimentos no concelho durante o ano de 2022. Note-se ainda que duas freguesias não tiveram qualquer nado-vivo no ano de 2022, designadamente Pegarinhos e Santa Eugénia. Considerando o período estabelecido (2016-2022) é evidente a fraca natalidade em todas as freguesias.

FIGURA 4 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DOS NADOS-VIVOS EM ALIJÓ, ENTRE 2016-2022.



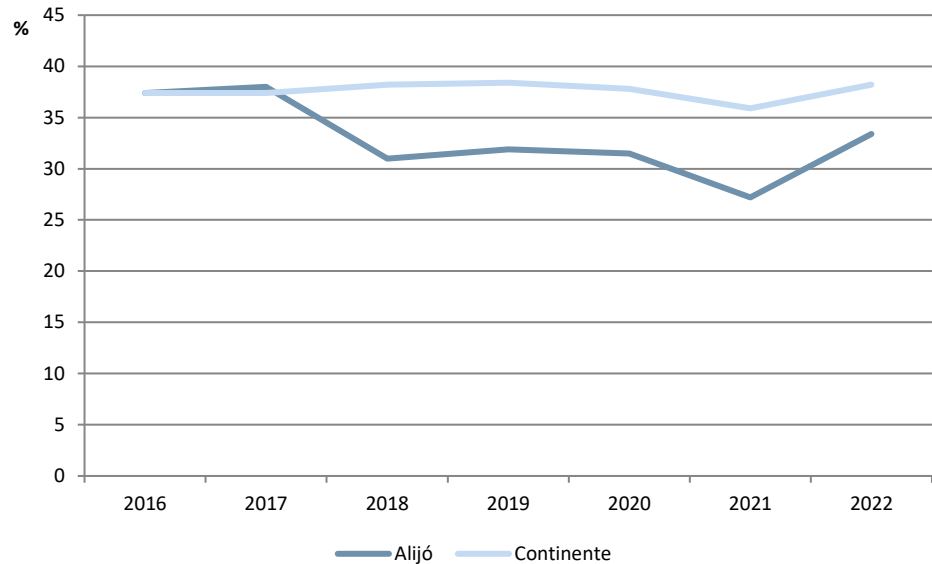
(INE, I.P., Censos 2021)

FIGURA 5 – EVOLUÇÃO DA TAXA BRUTA DA NATALIDADE NO CONCELHO DE ALIJÓ, ENTRE 2016-2022 (%).



(INE, I.P., Censos 2021)

FIGURA 6 – EVOLUÇÃO DA TAXA BRUTA DA FECUNDIDADE NO CONCELHO DE ALIJÓ, ENTRE 2016-2022 (%).



(INE, I.P., Censos 2021)

Entre 2016-2022, nasceram 409 indivíduos no concelho de Alijó, concentrando-se o maior número na freguesia que se situa na sede de concelho (113 ind.), seguida por Sanfins do Douro (42 ind.), Favaios (33 ind.) e Pinhão (32 ind.). As freguesias com os valores mais baixos são UF de Pópulo e Ribalonga (12 ind.) e a freguesia de Santa Eugénia (3 ind.). Os valores que se colhem para a natalidade encontram paralelismo no comportamento da taxa de fecundidade geral. O indicador da fecundidade sintética da população do concelho de Alijó (1,21%;2022) revela um quantitativo inferior à média regional (1,23% Douro; 2022). O número de casamentos diminuiu substancialmente; em 1981 registaram-se quase uma centena e meia de casamentos (141) e em 2022 apenas foram celebrados vinte e quatro. Considerando a sequência de dados a partir do ano 1995, o número total dos casamentos revelou uma tendência decrescente, que se acentuou a partir de 2009 e se tem mantido em declínio até hoje. Naturalmente, a taxa bruta de nupcialidade aponta para a mesma realidade. Em 1981 o valor era de 7,5 ‰ e, desde então, diminuiu para menos de metade desse valor, sendo em 2022 de 2,3‰. A idade média dos nubentes aumentou, passando de 27 anos em 1981 para 32 em 2021. Na generalidade, estes valores encontram consonância nos do Continente, tal como sucede na idade média da mãe aquando do nascimento do primeiro filho que, em 1981, era de 24 anos e, em 2021, passou a ser de 31 anos.

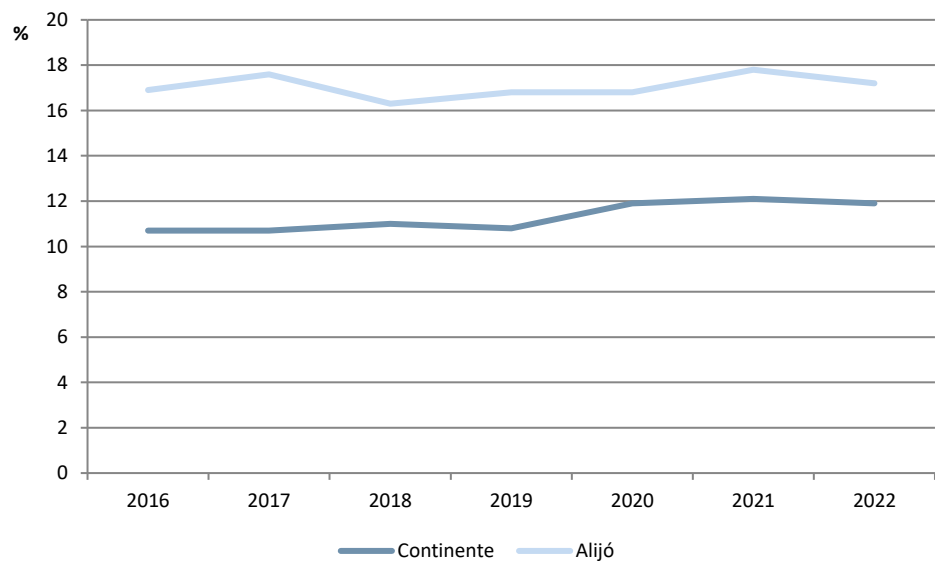
No que respeita aos valores da mortalidade, o município de Alijó espelha, à semelhança do que sucede na generalidade do território nacional, a redução de mortes por doenças infecciosas e uma prevalência de doenças degenerativas, quadro que caracteriza a transição epidemiológica o que traduz novos padrões etários na mortalidade com o prolongamento da esperança de vida.

QUADRO 10 – ÓBITOS E TAXA DE MORTALIDADE NO CONCELHO DE ALIJÓ ENTRE 2016 E 2022.
(N.º; ‰)

Anos	Óbitos	Taxa de mortalidade (‰)
2016	186	16,9
2017	191	17,6
2018	175	16,3
2019	179	16,8
2020	178	16,8
2021	187	17,8
2022	179	17,2

(INE, I.P., Censos 2021)

FIGURA 7 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE MORTALIDADE NO CONCELHO DE ALIJÓ, ENTRE 2016-2022
(‰).

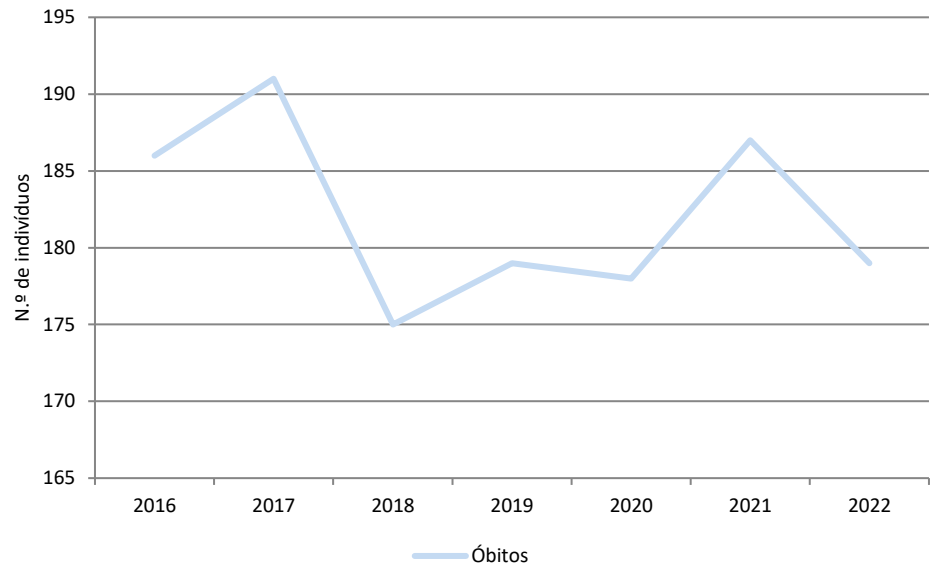


(INE, I.P., Censos 2021)

Assim, com apoio na análise dos óbitos entre 2016 e 2022 destaca-se um comportamento irregular em que, apesar das oscilações, os valores se apresentam mais elevados que os da natalidade.

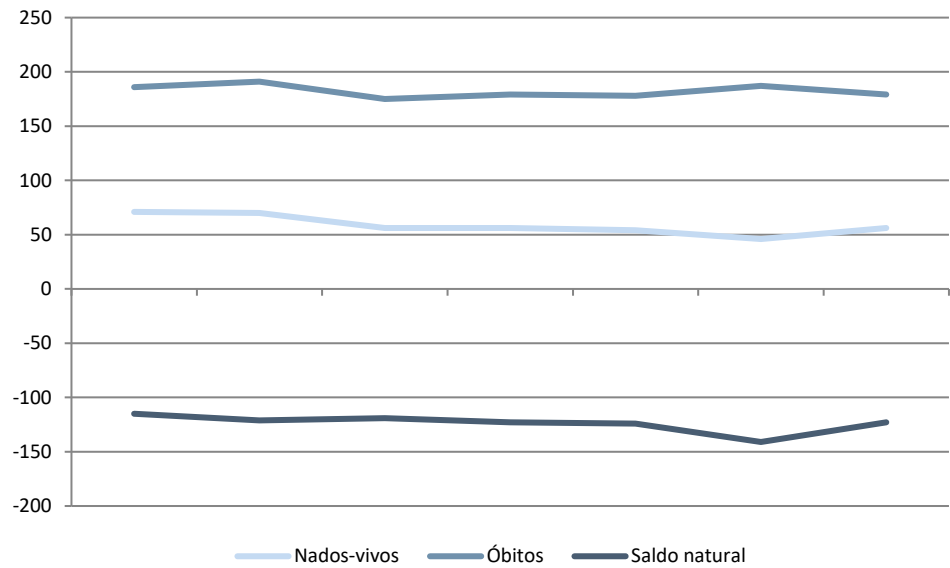
A população do concelho de Alijó deixou de estar em crescimento natural significativo há mais de quatro décadas, tendo entrado num processo de abrandamento, visível em todas as freguesias, mesmo na sede de concelho. Este comportamento demográfico deverá ser considerado e contextualizado no âmbito dos valores absolutos da população residente e na perspetiva histórica do município e do território.

FIGURA 8 – EVOLUÇÃO DOS ÓBITOS NO CONCELHO DE ALIJÓ, ENTRE 2016-2022 (N.º).



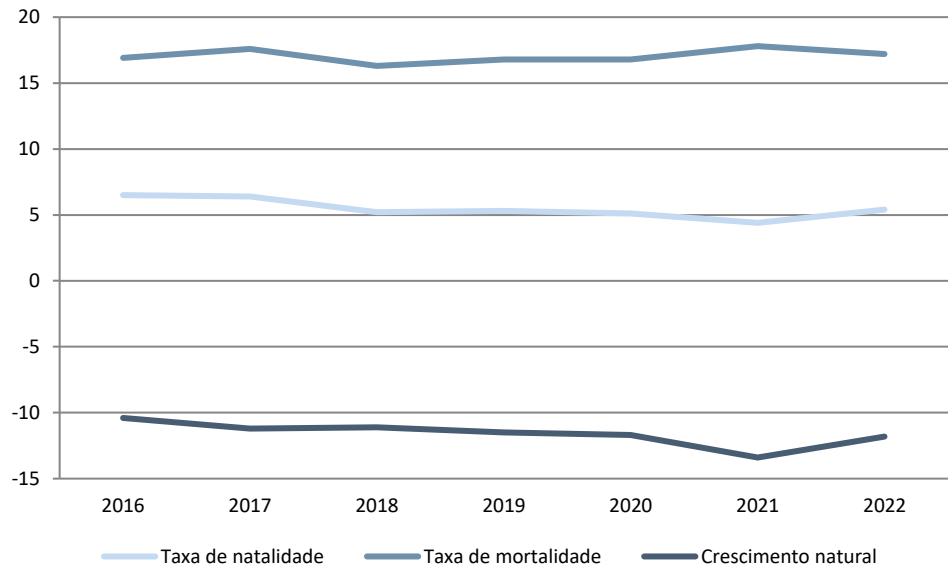
(INE, I.P., Censos 2021)

FIGURA 9 – A NATALIDADE, A MORTALIDADE E O SALDO NATURAL NO CONCELHO DE ALIJÓ, ENTRE 2016 E 2022 (N.º).



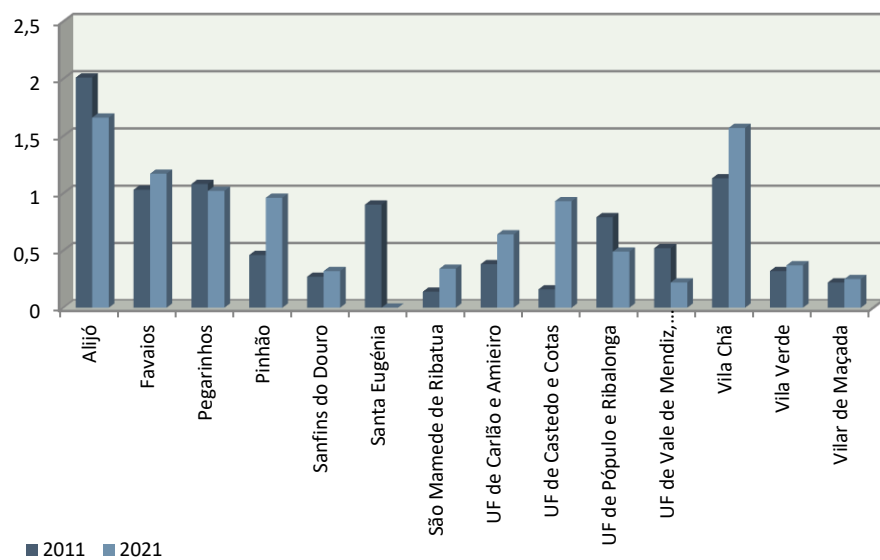
(INE, I.P., Censos 2021)

FIGURA 10 – A TAXA DE NATALIDADE, A TAXA DE MORTALIDADE E A TAXA DE CRESCIMENTO NATURAL NO CONCELHO DE ALIJÓ, ENTRE 2016-2022 (%).



(INE, I.P., Censos 2021)

FIGURA 11 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA, POR FREGUESIA, ENTRE 2011 E 2021 (%).



(INE, I.P., Censos 2021)

QUADRO 11 – DINÂMICA NATURAL NO CONCELHO DE ALIJÓ, ENTRE 2016 E 2022 (N.º; ‰)

Anos	Natalidade	Taxa de Natalidade	Mortalidade	Taxa de Mortalidade	Crescimento Natural	Taxa de crescimento natural
	n.º	‰	n.º	‰	n.º	‰
2016	71	6,5	186	16,9	-115	-1,05
2017	70	6,4	191	17,6	-121	-1,11
2018	56	5,2	175	16,3	-119	-1,11
2019	56	5,3	179	16,8	-123	-1,15
2020	54	5,1	178	16,8	-124	-1,17
2021	46	4,4	187	17,8	-141	-1,34
2022	56	5,4	179	17,2	-123	-1,18

(INE, I.P., Censos 2021)

Examinando a dinâmica das migrações totais e o seu contributo para a população residente do município de Alijó, para o período 2011-2021, conclui-se que o crescimento populacional foi baixo, o que poderá significar uma menor atratividade do território em termos absolutos. No ano de 2021, e em comparação com os resultados de 2011, assinalou-se um ligeiro aumento da proporção população imigrante nas freguesias de Favaios (1,03 para 1,17), Pinhão (0,46 para 0,96), Sanfins do Douro (0,27 para 0,32), Vila Chã (1,13 – 1,57) e a UF de Carlão e Amieiro (0,38 para 0,64), UF Castedo e Cotas (0,16 para 0,93) e Vila Verde (0,32 para 0,37). Em conclusão, através dos dados recolhidos sobre a dinâmica natural do concelho de Alijó, é notório que o crescimento demográfico, ao longo da última década, tem sido negativo (-12,19%; 2021) e nem o contributo do fluxo migratório (0,89) estancou a perda de população, situação que deverá ser levada em consideração aquando do planeamento da rede educativa do município.

3.2.4. Estrutura etária da população: envelhecimento e dependência.

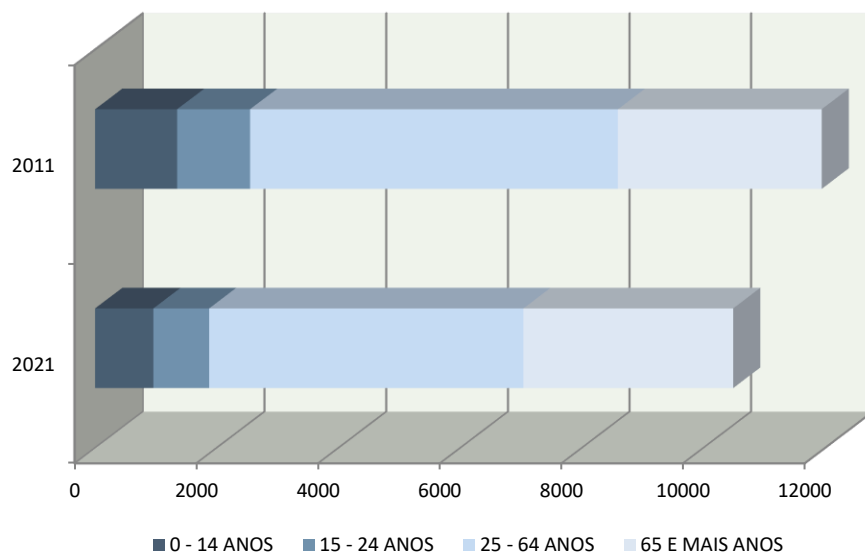
O estudo da evolução da população deve obrigatoriamente considerar o exame das pirâmides etárias. Estas representações gráficas permitem uma leitura histórica dos acontecimentos que marcaram a população representada ao longo de décadas de vida das gerações mais antigas e traduzem a imagem da população num dado momento. Partindo para esta análise e refletindo sobre os valores recolhidos para a década 2011-2021, atendendo aos perfis populacionais, bem como os indícios que sintetizam o comportamento da estrutura etária da população, a primeira conclusão a retirar é o aumento das classes mais idosas contra a diminuição muito acentuada das classes mais jovens, o que espelha a tendência para o envelhecimento da população.

Fruto de diferentes vicissitudes como a procura de emprego nos centros urbanos de grande e média dimensão, quer por questão de oferta, quer por motivos de qualificação, quer por motivos de remuneração, a população mais jovem regista uma tendência idêntica

à das últimas décadas (1981-2021), onde se nota a diminuição do peso da população jovem na globalidade demográfica do município de Alijó. Em 2021, o grupo etário com maior expressão no território era o dos 25-64 anos, seguido pelo grupo dos 65 anos ou mais.

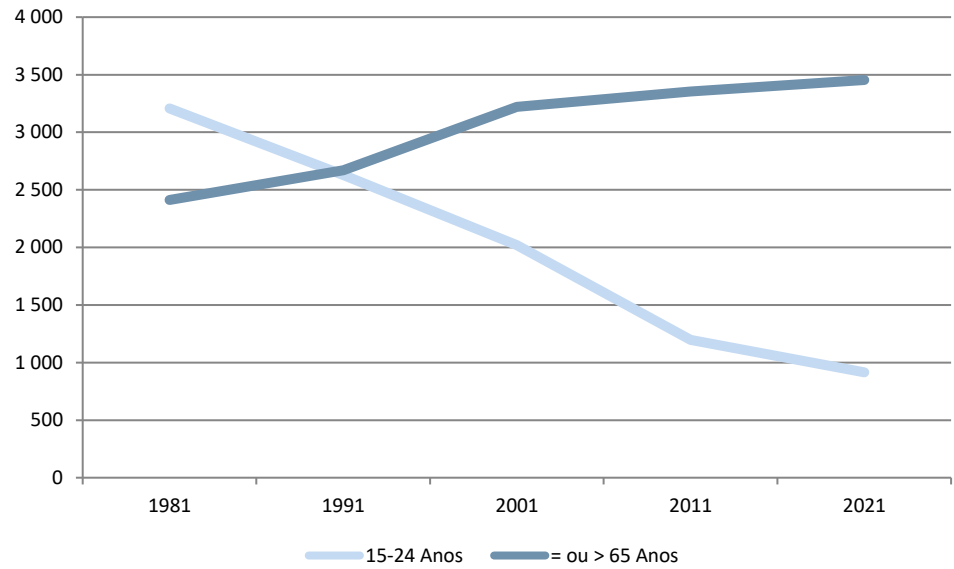
A melhoria das condições de vida, de saúde e de assistência social tiveram importantes reflexos no processo de redução da mortalidade e no progressivo aumento da esperança de vida, traduzindo-se num prolongamento no topo da pirâmide. Paralelamente, a diminuição observada nos grupos da base da pirâmide acaba por refletir os efeitos da diminuição da fecundidade, natalidade e no adiamento da idade de casamento e nascimento dos primeiros filhos, num quadro de incerteza perante a crise económica, desemprego e precariedade das relações laborais. No plano regional, o município de Alijó acaba por registar algumas diferenças nas classes etárias mais jovens, muito embora a intensidade seja baixa. Nos últimos trinta anos, a população adulta também sofreu um aumento. Esta realidade é evidente na alteração da forma das pirâmides etárias que refletem as transformações das características da população de Alijó.

FIGURA 12 – POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE ALIJÓ, SEGUNDO OS GRUPOS ETÁRIOS ENTRE 2011 E 2021 (N.º).



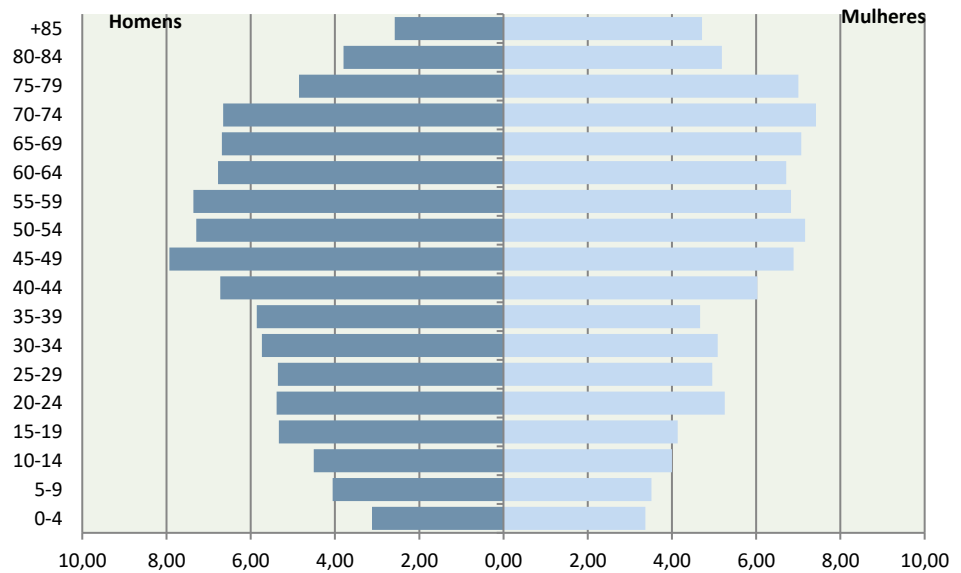
(INE, I.P., Censos 2021)

FIGURA 13 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE ALIJÓ, SEGUNDO OS GRUPOS ETÁRIOS 15 A 24 ANOS E 65 ANOS OU MAIS ANOS ENTRE 1981 E 2021.



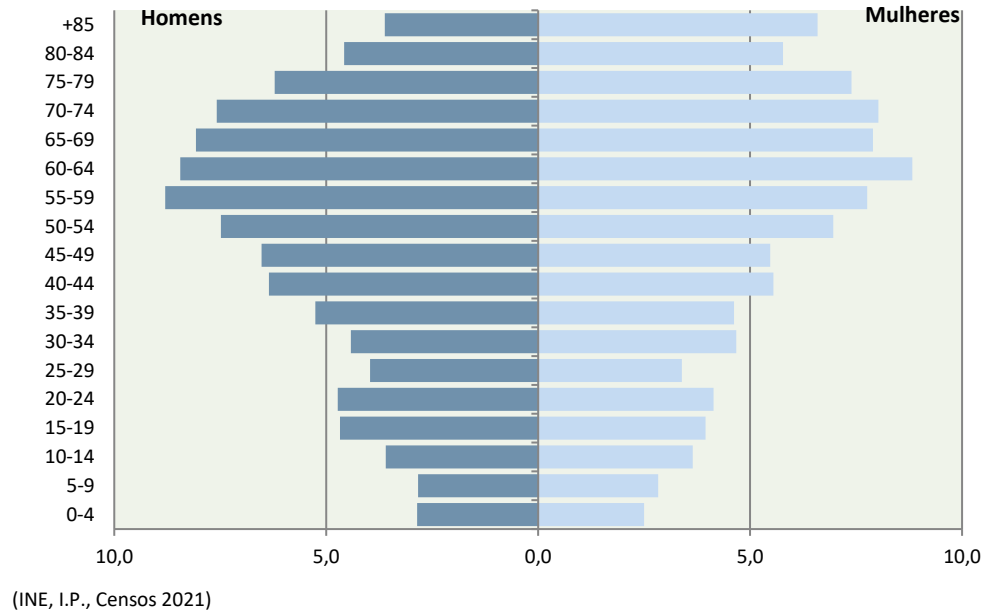
(INE, I.P., Censos 2011-2021)

FIGURA 14 – PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE ALIJÓ EM 2011 (%).



(INE, I.P., Censos 2011)

FIGURA 15 – PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE ALIJÓ EM 2021 (%).



QUADRO 12 – ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO, ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA E ESTRUTURA ETÁRIA, POR FREGUESIA, DO CONCELHO DE ALIJÓ, EM 2021 (%).

Unidade Territorial (Freguesia)	Índice de Envelhecimento (total %)	Índice de Dependência (total %)	Estrutura Etária (%)		
			0-14	15-64	+ 65
Alijó	213,02	61,70	3,00	15,24	6,40
Favaios	424,29	64,39	0,67	5,44	2,83
Pegarinhos	230,19	79,91	0,51	2,09	1,16
Pinhão	268,33	55,11	0,57	3,82	1,54
Sanfins do Douro	389,29	77,40	1,07	6,75	4,16
Santa Eugénia	688,24	93,06	0,16	1,37	1,12
São Mamede de Ribatua	673,53	81,42	0,32	3,08	2,18
UF Carlão e Amieiro	1 023,33	116,21	0,29	2,77	2,93
UF Castedo e Cotas	332,61	59,05	0,44	3,21	1,46
UF Pópulo e Ribalonga	691,30	80,18	0,22	2,16	1,52
UF V. de Mendiz, C. de Loivos e V. de Cotas	211,54	56,45	0,50	2,74	1,05
Vila Chã	359,57	94,32	0,45	2,18	1,61
Vila Verde	567,57	82,33	0,35	2,86	2,00
Vilar de Maçada	513,11	84,62	0,58	4,22	2,98

(INE, I.P., Censos 2011-2021).

QUADRO 13 – ÍNDICES DE DEPENDÊNCIA, POR FREGUESIA, DO CONCELHO DE ALIJÓ, EM 2021 (N.º).

Unidade Territorial (Freguesia)	Índices de dependência (N.º, por cada 100)	
	Jovens	Idosos
Alijó	19,71	41,99
Favaios	12,28	52,11
Pegarinhos	24,20	55,71
Pinhão	14,96	40,15
Sanfins do Douro	15,82	61,58
Santa Eugénia	11,81	81,25
São Mamede de Ribatua	10,53	70,90
UF de Carlão e Amieiro	10,34	105,86
UF de Castedo e Cotas	13,65	45,40
UF de Pópulo e Ribalonga	10,13	70,04
UF V. de Mendiz, C. de Loivos e V. de Cotas	18,12	38,33
Vila Chã	20,52	73,80
Vila Verde	12,33	70,00
Vilar de Maçada	13,80	70,81

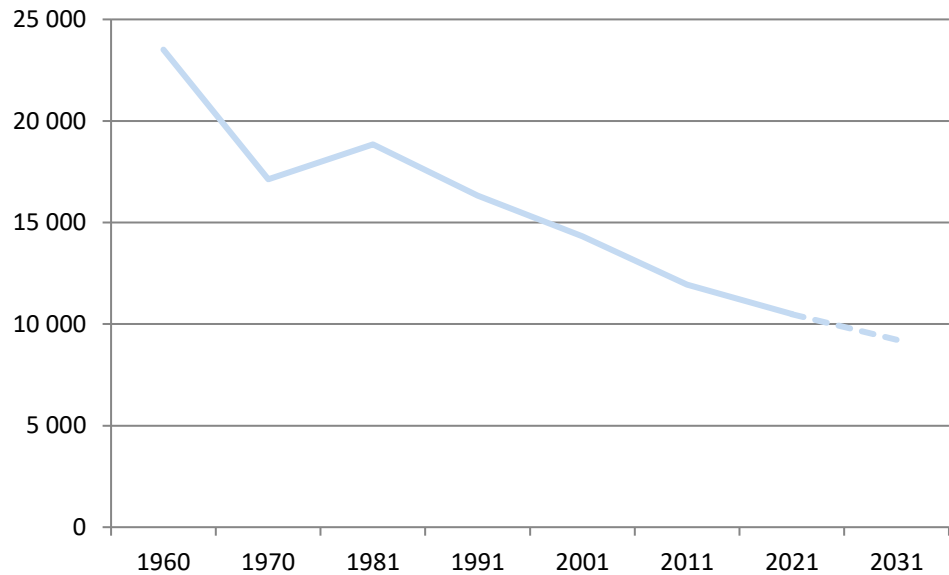
(INE, I.P., Censos 2011-2021).

3.2.5. Previsões das tendências (2021-2031).

3.2.5.1. População residente.

No que concerne às dinâmicas populacionais e às principais implicações, sob o ponto de vista da organização das infraestruturas e das atividades no território, importa, no quadro dos objetivos deste documento, tentar enquadrar as tendências de evolução no horizonte temporal das três primeiras décadas do século XXI. Para tal, utilizou-se o método das componentes por coortes como metodologia de base para uma análise mais detalhada (por grupos de idades).

Os resultados da aplicação deste método a populações específicas dão informações sobre o volume e a composição (segundo o sexo e as idades) da população em momentos futuros, não tendo em atenção acontecimentos de natureza excecional (catástrofes, guerras, epidemias, etc.). Os resultados previstos traduzem não só a composição da população no presente, como têm que ser interpretados a partir das hipóteses assumidas sobre a evolução, ao longo do período prospetivo, dos comportamentos demográficos (mortalidade, fecundidade e movimentos migratórios). O momento de partida utilizado foi a data dos últimos recenseamentos (21 de Março de 2011 e 19 de Abril de 2021), projetando-se sucessivamente para períodos de 5 anos até 2031. Entre 1960 e 2021, o município de Alijó revelou uma evolução negativa, passando a população residente de 23 511 habitantes, em 1960, para 10 486 habitantes, em 2022. Durante esse período, a análise realizada sobre a evolução da estrutura populacional demonstrou uma tendência significativa para o envelhecimento, em larga medida impulsionada pelo aumento da longevidade e pela quebra sistemática da fecundidade e natalidade.

FIGURA 16 – PROVÁVEL EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE ALIJÓ, ENTRE 1960 E 2031 (N.º).

(INE, I.P., Censos 2011-2021, Recenseamento Geral da População, 1950, 1960 e 1970; Recenseamento da População e Habitação 1981, Censos 2001 e Censos 2011 e cálculos próprios).

QUADRO 14 – PROVÁVEL EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE ALIJÓ ENTRE 1960-2031.

Anos	Estimativa Baixa	Estimativa média	Estimativa alta
1991	16 327	16 327	16 327
2001	14 320	14 320	14 320
2011	11 942	11 942	11 942
2021	10 486	10 486	10 486
2031	9 017	9 228	9 647

(INE, I.P., Censos 2021; Recenseamento da População e Habitação 1981, Censos 1991, Censos 2001 e Censos 2011).

QUADRO 15 – PROVÁVEL EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, NO CONCELHO DE ALIJÓ, POR GRANDES GRUPOS ETÁRIOS, ENTRE 2011 E 2031 (ESTIMATIVA MÉDIA).

Grupo etário	2011	2021	2031	2011-2021		2021-2031		Tendência
				n.º	%	n.º	%	
0-14	1346	957	732	-389	-28,90	-225	-30,74	↓
15-24	1198	915	712	-283	-23,62	-203	-28,51	↓
25-64	6043	5160	4220	-883	-14,61	-940	-22,27	↓
+ 65	3355	3454	3564	99	2,95	110	3,09	↑

(INE, I.P., Censos 2011-2021, Censos 2001 e Censos 2011 e cálculos próprios).

QUADRO 16 – PROVÁVEL EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR FREGUESIA, NO CONCELHO DE ALIJÓ, ENTRE 2011 E 2031. (ESTIMATIVA MÉDIA)

Unidade Territorial (Freguesia)	2011	2021	2031	2011 2021		2021 2031	
				n.º	%	n.º	%
Alijó	2 635	2 584	2 273	-51	-11,94	-311	-13,68
Favaios	1 064	937	824	-127	-11,94	-113	-13,71
Pegarinhos	465	394	343	-71	-15,27	-51	-14,87
Pinhão	648	622	601	-26	-4,01	-21	-3,49
Sanfins do Douro	1 495	1 256	1 099	-239	-15,99	-157	-14,29
Santa Eugénia	333	278	232	-55	-16,52	-46	-19,83
São Mamede de Ribatua	728	586	498	-142	-19,51	-88	-17,67
UF Carlão e Amieiro	800	627	536	-173	-21,63	-91	-16,98
UF Castedo e Cotas	618	536	475	-82	-13,27	-61	-12,84
UF Pópulo e Ribalonga	508	409	347	-99	-19,49	-62	-17,87
UF V. de Mendiz, C. de Loivos e V. de Cotas	578	449	395	-129	-22,32	-54	-13,67
Vila Chã	533	445	393	-88	-16,51	-52	-13,23
Vila Verde	622	547	494	-75	-12,06	-53	-10,73
Vilar de Maçada	915	816	718	-99	-10,82	-98	-13,65

(INE, I.P., Censos 2011-2021, Censos 2001 e Censos 2011 e cálculos próprios).

E, mesmo se considerarmos o acréscimo trazido pelos movimentos migratórios, a tendência da população residente natural do concelho de Alijó, entre 2011 e 2021, continuou a evidenciar essa diminuição, pois os indicadores revelam uma descida no número de estrangeiros, passando de 101 (2011) para 93 (2021) indivíduos, portanto, uma diminuição de 8 indivíduos. cremos que este indicador pouco interferiu (até 2021) na evolução da população residente no município, dada a conjuntura atual, mas os fluxos migratórios são muito difíceis de prever dadas as diversas circunstâncias que os afetam, normalmente associáveis ao desenvolvimento socioeconómico local e às dinâmicas socioeconómicas nacionais e internacionais.

Numa perspetiva conservadora, segundo as projeções desenhadas a partir dos dados existentes, espera-se uma continuidade no decréscimo populacional ou, eventualmente, a ocorrência de um crescimento nulo. Estima-se que, a partir de 2021 até 2031, ocorra um decréscimo em redor de 10-12% (estimativa média), podendo situar-se entre 7,6-8,0% (estimativa baixa, cenário mais otimista) ou no intervalo entre 13,6-14,0% (estimativa alta, cenário mais pessimista). Para o presente diagnóstico, centrar-nos-emos nos valores médios (estimativa média), e este resultado deverá ser entendido no quadro da metodologia de projeção da população que considera apenas a dinâmica natural (nascimentos e óbitos). Ponderando os valores totais para o município de Alijó, a primeira ideia a destacar consiste na manutenção de um crescimento negativo entre 2021 e 2031.

Partindo para a análise do crescimento da população residente das freguesias do concelho de Alijó, estima-se que nenhuma registará um acréscimo populacional para o período em projeção e apenas a freguesia do Pinhão apresenta projeções abaixo dos -5%, pois a maioria das freguesias continuará a acusar um decréscimo populacional mais vincado, acima dos -10%, como se verificou nos períodos 2001/11 e 2011/21.

No âmbito da dinâmica migratória e supondo que o cenário, na próxima década, manterá o saldo migratório registado nas últimas duas, significa que todas as freguesias registarão evoluções negativas ou nulas. Apenas a freguesia Alijó, poderá vir a revelar um valor mais favorável que se pode explicar pela atratividade gerada e proximidade à sede de concelho. A fragilidade do desenvolvimento socioeconómico e falta de recursos humanos é uma realidade que concorre para as dificuldades nos sectores primário e secundário, com impacto na dinâmica migratória e na dificuldade em fixar residência no concelho, situação agravada pela sazonalidade dos trabalhos que caracterizam, em particular, o sector primário.

Atendendo às implicações que a dinâmica do mercado de trabalho exerce sobre as migrações, no crescimento populacional para a década de 2021-2031 prevê-se que se registarão valores e tendências muito próximos aos verificados para a 2011-2021, correspondendo previsivelmente a uma diminuição superará 10,0% do total da população residente (podendo alcançar 8,0% numa perspectiva mais otimista). No caso de surgir um incremento extraordinário da população imigrante, a vila de Alijó constituirá a parte do território onde esse cenário será mais provável, mas não se consegue estabelecer uma projeção rigorosa. As restantes freguesias do concelho de Alijó, dada a sua ruralidade e o acentuado despovoamento, continuarão a revelar uma fraca capacidade de atração que, de resto, têm conhecido nas últimas décadas.

3.2.5.2 Natalidade.

No contexto da reorganização da rede de equipamentos educativos é importante analisar a projeção dos nascimentos para 2031. A apreciação do comportamento desta variável é fundamental para que se possa perspetivar quais serão os volumes de população para os diferentes escalões de idades, mesmo não se considerando o efeito resultante da presença de populações imigrantes e a diferente taxa de fecundidade.

A evolução do número de nascimentos sobreviventes por ano nas diferentes freguesias, mostra desde logo uma quebra, situação que se justifica com a baixa taxa de fecundidade e a projeção da sua diminuição em virtude do reduzido número de indivíduos residentes em todas as freguesias. Além disso, a atratividade que a freguesia de Alijó possui por corresponder à sede de concelho, pela proximidade e concentração do mercado de trabalho e das instituições, em especial as que integram a oferta escolar, constitui em relação às restantes um fator importante que se traduz na fixação de casais jovens na referida localidade.

Segundo as projeções estima-se uma diminuição no número total de nascimentos para o intervalo 2021-2031 em cerca de -18,8% (cerca de -76/77 indivíduos nados-vivos quando comparados com o valor total para o período de 2016-2022), prevendo-se que dos 409 nados-vivos contabilizados na década 2016-2022, se passe ao número de 332 nados-vivos para o período 2021-2031.

Em suma, ao nível das freguesias espera-se que, entre 2021 e 2031, ocorra um decréscimo generalizado dos valores da natalidade, devendo registar-se um crescimento negativo de superior a -10% em relação ao período decenal anterior de 2021. Esse declínio projeta-se também para a taxa bruta de natalidade, em todas as freguesias, estimando-se que o valor médio passará de 5,4‰ (2022) para cerca de 4,0‰ (2031). E, no caso das freguesias mais periféricas prevê-se que a diminuição seja mais acentuada considerando os valores totais dos nascimentos.

QUADRO 17 – PROVÁVEL EVOLUÇÃO DA NATALIDADE, POR FREGUESIA, NO CONCELHO DE ALIJÓ, ENTRE 2015 E 2031.

Unidade Territorial (Freguesia)	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2016 2021		2021 2031	
								n.º	%	n.º	%
Alijó	23	26	21	15	18	8	22	-15	-65,22	-3,00	-18,8
Favaios	6	3	4	1	7	4	8	-2	-33,33	1,62	25,6
Pegarinhos	4	3	2	4	2	0	0	-4	-100,00	-1,48	-221,4
Pinhão	4	6	4	7	4	5	2	1	25,00	-0,90	-24,7
Sanfins do Douro	8	6	6	8	5	3	6	-5	-62,50	-1,33	-28,6
Santa Eugénia	0	0	1	1	0	1	0	1	100,00	-0,10	-28,6
São Mamede de Ribatua	3	6	2	3	0	3	2	0	0,00	-1,05	-62,9
UF Carlão e Amieiro	2	2	3	1	5	1	1	-1	-50,00	0,19	8,2
UF Castedo e Cotas	4	2	3	5	6	10	5	6	150,00	2,00	28,6
UF Pópulo e Ribalonga	2	2	1	1	0	2	2	0	0,00	-0,10	-7,1
UF V. de Mendiz, C. de Loivos e V. de Cotas	4	6	1	2	2	2	3	-2	-50,00	-0,52	-22,4
Vila Chã	3	2	5	3	0	1	1	-2	-66,67	-1,48	-221,4
Vila Verde	1	1	2	0	3	2	3	1	100,00	0,95	35,7
Vilar de Maçada	7	5	1	5	2	4	1	-3	-42,86	-1,24	-53,1

(INE, I.P., Censos 2011-2021, Censos 2001 e Censos 2011 e cálculos próprios).

3.2.6. Estrutura etária.

Os dados relativos à evolução do número de nascimentos contribuem para explicar o elevado envelhecimento populacional, cujo agravamento se perspetiva, ainda que esteja dentro do estimado para a generalidade dos municípios da região Douro. A relação entre esses indicadores ainda ajuda a compreender que a tendência será de perda de população e que será mais acentuada nos grupos etários dos mais jovens (0-14 e 15-24 anos) e dos jovens adultos (25-49 anos). E muito provavelmente ocorrerá um aumento até meados da década de trinta do século atual, nas classes etárias dos indivíduos com 50 ou mais anos, sendo que para o grupo dos mais idosos os acréscimos tenderão a assumir uma maior expressividade. Se no ano de 2021 a proporção de jovens (<14 anos) correspondia a 11,27% da população residente em Alijó, para o ano de 2031 espera-se que venha a corresponder a 8,29%. Prevê-se para a década de 2021-2031, que o grupo etário dos 15 aos 24 anos passe a corresponder a 7,95% da população total, descendo de 2,08%, equivalendo a uma

diminuição de -107 jovens adultos em 2031. No grupo dos 25 aos 54 anos, estima-se que os indicadores também oscilarão, projetando-se um decréscimo de -11,99% (-406 indivíduos), valor elevado, mas que corresponde cerca de metade da descida registada no período 2011-2021 (-22,88%). Nos grupos etários 54-64 e +65, estima-se que os valores serão superiores aos registados em 2021, estando alinhados na tendência de crescimento que vem sendo notada desde 2001.

O envelhecimento da população é um dos fenómenos demográficos mais preocupantes da atualidade nas sociedades dos países desenvolvidos. Este revela reflexos de âmbito socioeconómico com impacto no desenho das políticas sociais e de sustentabilidade, bem como alterações de índole individual através da adoção de novos estilos de vida. Não obstante, Alijó apresentar um elevado índice de envelhecimento (índice 360,92 em 2021), as projeções com base na natalidade, no abrandamento do crescimento populacional e no provável aumento da esperança média de vida, traduzir-se-ão num aumento generalizado desse índice.

QUADRO 18 – PROVÁVEL EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR GRANDES GRUPOS ETÁRIOS, ENTRE 2011 E 2031 (N.º), (ESTIMATIVA ALTA).

Grupo etário	2011	2021	2026	2031	2011-2021		2021-2026		2021-2031		Tendência
					n.º	%	n.º	%	n.º	%	
0-14	1346	957	900	842	-389	-28,90	-57	-5,96	-115	-12,02	↓
15-24	1198	915	860	808	-283	-23,62	-55	-6,01	-107	-11,69	↓
25-54	4392	3387	3184	2981	-1005	-22,88	-203	-5,99	-406	-11,99	↓
55-64	1651	1773	1809	1863	122	7,38	36	2,03	90	5,08	↑
+ 65	3355	3454	3561	3667	99	2,95	107	3,10	213	6,17	↑

(INE, I.P., Censos 2011-2021, Censos 2001 e Censos 2011 e cálculos próprios).

QUADRO 19 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO POR GRUPO ETÁRIO FACE À TOTALIDADE DA POPULAÇÃO RESIDENTE (N.º), (ESTIMATIVA ALTA).

Grupo etário	2011	2021	2026	2031	2011	2021	2026	2031	Tendência
					%	%	%	%	
0-14	1346	957	900	842	11,27	9,13	8,73	8,29	↓
15-24	1198	915	860	808	10,03	8,73	8,34	7,95	↓
25-54	4392	3387	3184	2981	36,78	32,30	30,87	29,34	↓
55-64	1651	1773	1809	1863	13,83	16,91	17,54	18,33	↑
+ 65	3355	3454	3561	3667	28,09	32,94	34,53	36,09	↑

(INE, I.P., Censos 2011-2021, Censos 2001 e Censos 2011 e cálculos próprios).

3.2.7. Evolução da população em idade escolar.

As projeções da população escolar constituem um elemento essencial e de especial importância para a previsão das necessidades associadas ao ensino, nomeadamente as infraestruturas de apoio, salas de aula e recursos humanos (docentes e não docentes). Uma vez projetados os valores da população residente para o município e freguesias, importa estimar qual será a evolução provável da população em idade escolar, tendo em vista o dimensionamento dos estabelecimentos de ensino, desde o pré-escolar até ao ensino secundário.

Os resultados obtidos permitem concluir que, entre 2021-2031, os grupos etários dos 0 a 4 anos, 5 a 9 anos, 10 a 14 anos, 15 a 19 anos tendem a diminuir em relação à década anterior. Note-se que a utilização do grupo etário para esta análise deriva do fornecimento dos dados pelo INE e que não nos foi possível, por agora, obter dados com outro intervalo etário, dado que ainda não foram disponibilizados os resultados definitivos. Analisando os dados fornecidos pelo INE, confrontando-os com os que foram fornecidos pelas instituições da oferta educativa pública e privada do concelho de Alijó e atendendo às projeções em função dos diferentes níveis etários e de escolaridade, principiando pelo grupo de crianças em idade de frequentar o Ensino Pré-Escolar (3 a 5 anos), é perceptível que continuará a tendência de decréscimo/ou de crescimento nulo já identificada na última década. Os dados provenientes do INE acabam por espelhar esses quantitativos, pois a análise pressupõe a totalidade dos residentes, mas não os enquadra, neste indicador, como estando integrados na oferta escolar pública ou privada.

QUADRO 20 – PROVÁVEL EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR, POR GRUPOS ETÁRIOS, ENTRE 2021 E 2031, EM ALIJÓ.

Grupo etário	2011	2021	2026	2031	2011-2021		2021-2031		Tendência
					n.º	%	n.º	%	
0-4	388	280	263	247	-108	-27,84	-33	-11,79	↓
5-9	451	297	279	262	-154	-34,15	-35	-11,78	↓
10-14	507	380	290	273	-127	-25,05	-107	-28,16	↓
15-19	563	451	424	399	-112	-19,89	-52	-11,53	↓

(INE, I.P., Censos 2011-2021, Censos 2001 e Censos 2011 e cálculos próprios).

QUADRO 21 – PROVÁVEL EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR, POR GRUPOS ETÁRIOS, ENTRE 2021 E 2031, FACE À POPULAÇÃO JOVEM (0-19) EM ALIJÓ.

Grupo etário	2011	2021	2026	2031	2011	2021	2026	2031	Tendência
					%	%	%	%	
0-4	388	280	263	247	20,32	19,89	20,94	20,91	↑
5-9	451	297	279	262	23,62	21,09	22,21	22,18	↑
10-14	507	380	290	273	26,56	26,99	23,09	23,12	↓
15-19	563	451	424	399	29,49	32,03	33,76	33,78	↑

(INE, I.P., Censos 2011-2021, Censos 2001 e Censos 2011 e cálculos próprios).

Em relação ao número de crianças em idade de frequentar o 1.º CEB (6 a 9 anos) espera-se um decréscimo que rondará de perto os -11,78%, entre 2021 e 2031. Porém, quanto ao número de crianças em idade de frequentar o 2.º CEB (10 a 11 anos) e ao número de jovens em idade de frequentar o 3.º CEB (12 e 14 anos) projetam-se em decréscimo cerca de -28,16% para 2031, com menos -107 crianças que no presente. Para o Ensino Secundário, atendendo à evolução do grupo e não das opções de ensino que os jovens tomarão, quer seja o ensino profissional, quer seja o ensino regular, as estimativas seguem a tendência de decréscimo, menor que a registada na década 2011-2021 (-112 alunos), que se situará em cerca de metade desse valor.

De uma forma global, as projeções para a população estudantil revelam uma tendência decrescente de jovens nos estabelecimentos de ensino. Assim, a relação entre o número dos alunos atuais (1150 alunos em 2024) e os que se estimam existir em (977 alunos em 2031), projeta-se numa perda de -15,04%, ou seja, o concelho de Alijó perderá cerca de 173 dos jovens em idade escolar. Porém, note-se que análise destes indicadores quando confrontados com os que se encontram validados pelo AE e pela DEEC, sugere um cenário ainda menos favorável.

3.3. Caracterização Socioeconómica.

3.3.1. Nacionalidade e multiculturalidade.

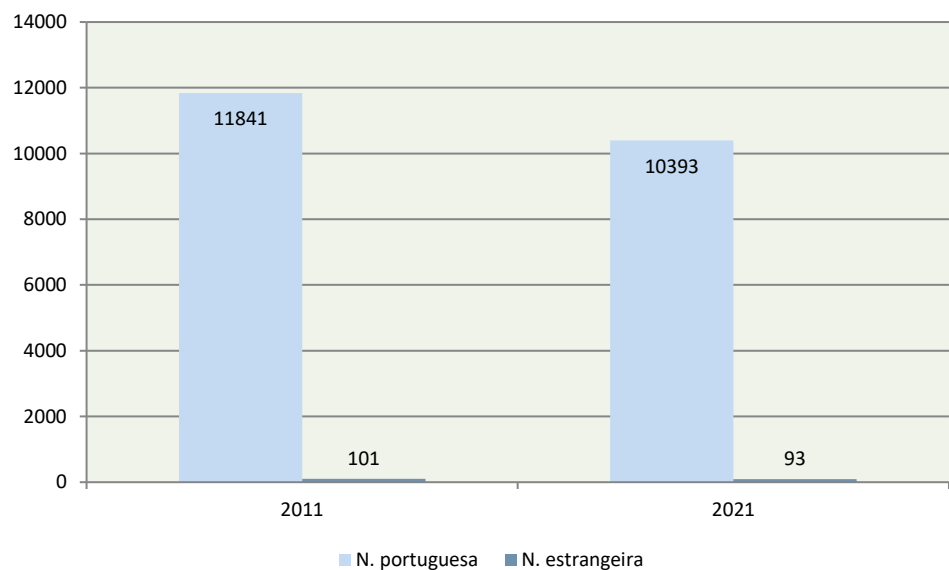
Portugal tem registado um aumento rápido de imigrantes, num curto espaço de tempo nos últimos anos. As evidências empíricas confirmam um importante incremento de estrangeiros nos países desenvolvidos a partir da segunda metade dos anos 80. Foram os países do sul (Portugal, Espanha, Itália e Grécia) que emergiram como recetores de imigrantes, realizando-se, uma transição da emigração para a imigração ou, em muitos casos, um modelo misto que resulta da coexistência dos dois processos. Parte desta imigração fez-se sobretudo para as grandes cidades, uma vez que estas possuem mercados de trabalho mais amplos e diversificados, oferecendo maiores oportunidades para aqueles que efetivamente procuram e anseiam por uma vida melhor. Assim, as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto concentravam, em 2021, mais de metade dos estrangeiros que residiam em Portugal Continental (só Lisboa representava 51%, correspondendo a 343.995 indivíduos). O movimento migratório maciço verificado na sequência da Revolução de Abril e do conseqüente processo de descolonização dos PALOP contribuiu para aumentar o número de estrangeiros que chegavam à área metropolitana de Lisboa, assim como para reconfigurar os seus padrões de localização residencial. Contudo, esse processo não teve especial repercussão nos territórios do interior, apelidados de territórios de baixa densidade, onde se insere o concelho de Alijó.

Nas últimas décadas, Alijó tem registado uma diminuição do crescimento populacional e a população imigrante não tem contribuído para o seu abrandamento. Isso mesmo revela a informação demográfica sobre a população residente de nacionalidade estrangeira em Alijó

que, em 2011, era de 0,85% (101 indivíduos) e, em 2021, passou a ser de 0,89% (mantendo os 93 indivíduos), descida se justifica pelo facto de a totalidade da população residente ter diminuído. E, quando comparados com o contexto nacional e regional, Alijó concentra um reduzido número de imigrantes. Em 2011, os estrangeiros em Alijó correspondiam a 4,45% do total de imigrantes residentes na região Douro e, em 2021, representavam 4,12%. Em termos proporcionais refira-se ainda que os homens residentes de nacionalidade estrangeira em Alijó não superavam as mulheres no mesmo indicador em 2011 (49 homens e 52 mulheres) e em 2021 os homens eram em maior número que as mulheres. A grande maioria dos imigrantes do concelho (93 indivíduos em 2021) estavam maioritariamente inseridos nas faixas etárias entre os 30-34 e 50-54, com 11 indivíduos cada, 20-24 e 40-44, com 9 indivíduos em cada grupo, encontrando-se, por isso, em idade ativa. Deduz-se, assim, que os fatores de ordem económica continuam a prevalecer na decisão de imigração. O número de crianças e jovens residentes em Alijó apresenta, para já, valores pouco significativos. Em termos das habilitações, cerca de metade dos residentes estrangeiros tinham apenas o ensino básico concluído, seguindo-se os detentores do ensino secundário e, por fim, os que não apresentavam qualquer nível de escolaridade completo.

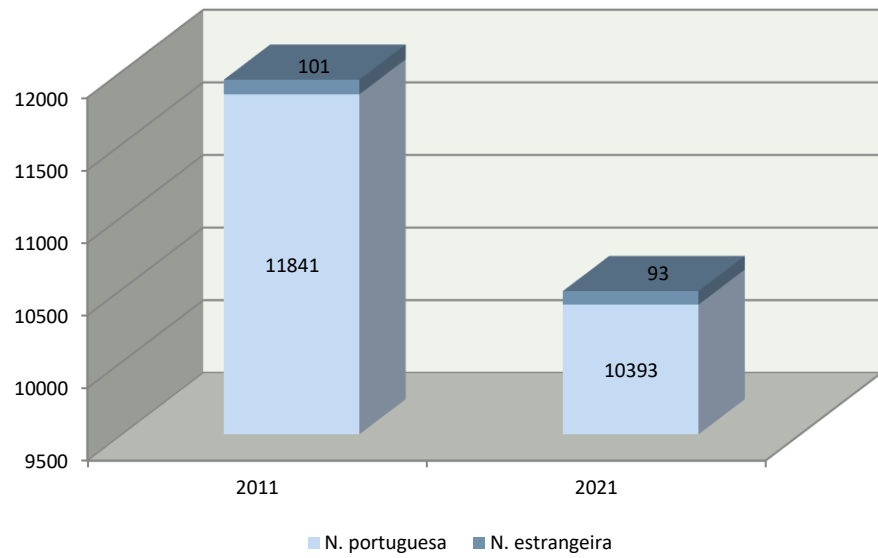
Os resultados de 2021 não revelam a residência de imigrantes com o ensino superior completo, e cremos que a existirem resumir-se-ão a um valor muito residual ou mesmo nulo. Em termos relativos, os indivíduos provenientes dos continentes africano e asiático são os detentores das piores habilitações, ao passo que os europeus e americanos apresentam um perfil de habilitações mais favorável.

FIGURA 17 – POPULAÇÃO RESIDENTE DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA EM ALIJÓ E SUA EVOLUÇÃO ENTRE 2011 E 2021 (%).



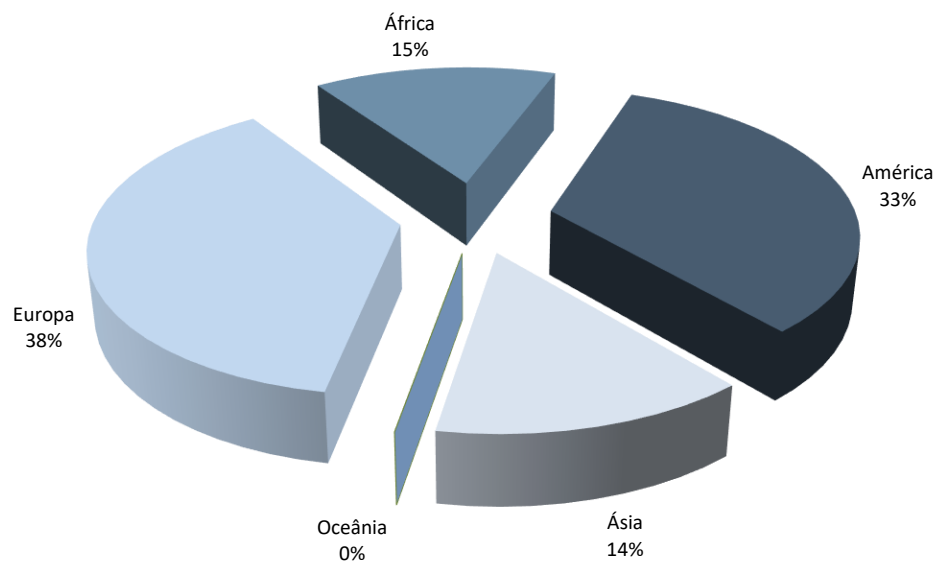
(INE, I.P., Censos 2011-2021)

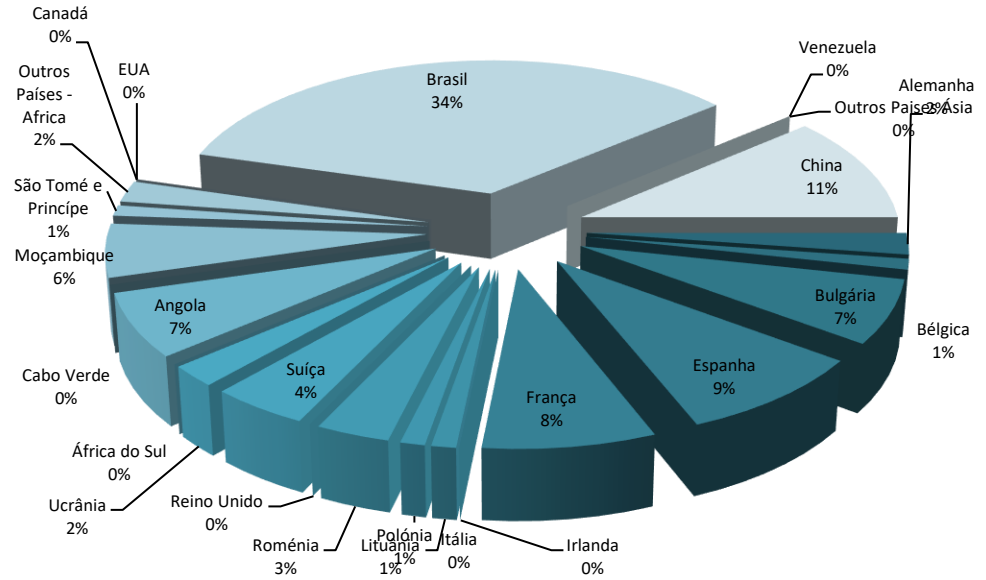
FIGURA 18 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA, RESIDENTE EM ALIJÓ, FACE À POPULAÇÃO DE NACIONALIDADE PORTUGUESA NOS ANOS DE 2011 E 2021 (N.º DE INDIVÍDUOS).



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

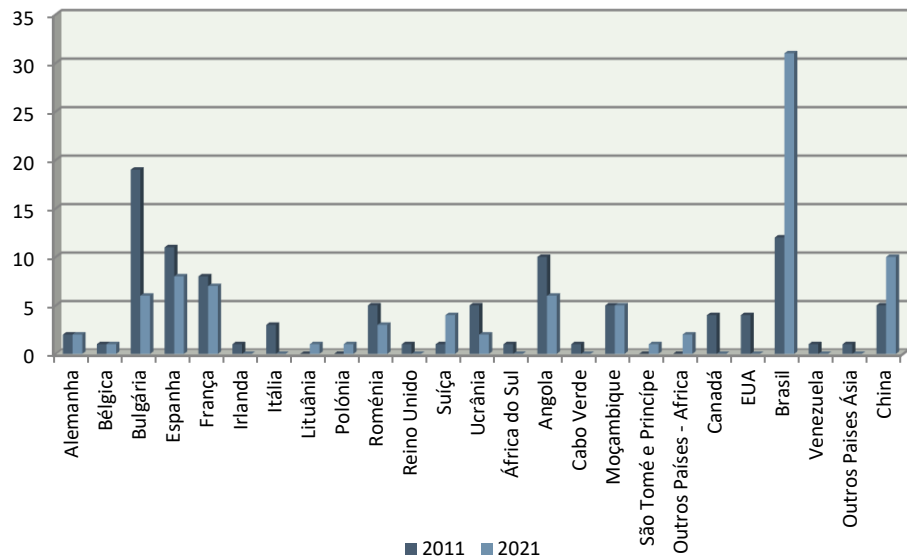
FIGURAS 19A/B – POPULAÇÃO RESIDENTE EM ALIJÓ, DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA, POR PAÍS DE ORIGEM NO ANO DE 2021 (%).





(INE, I.P., Censos 2011-2021)

FIGURA 20 – POPULAÇÃO RESIDENTE EM ALIJÓ, DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA, POR PAÍS DE ORIGEM (N.º).



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

Avançando no exame aos indicadores de 2021 para a população residente de nacionalidade estrangeira em Alijó (os únicos validados e disponibilizados oficialmente), os imigrantes oriundos do continente europeu eram quem dominavam a imigração local representando 38% da totalidade, seguidos pelos imigrantes oriundos do continente americano, com 33%, surgindo depois os asiáticos e os africanos, ambos com 15%.

Por outro lado, entre as nacionalidades, é ao Brasil que corresponde o maior número de imigrantes, constituindo 34% do total da população estrangeira. Sobressaem ainda os oriundos da China, com 11%, Espanha com 9,0% e a França com 8,0%. O fenómeno imigratório observado no caso de Alijó assume contornos ainda muito pouco relevantes, mas deverá ser enquadrado no âmbito das razões que estiveram na base da escolha deste território para estes indivíduos viverem. Desde logo, a proximidade de familiares e amigos, mostrando que a existência de redes sociais é muito importante, tanto para a decisão de migrar, como para a escolha do território de fixação. Devem ainda ser sublinhados os preços mais baixos da habitação (em comparação com as zonas urbanas) e a existência de trabalho, especialmente no setor primário. Neste contexto, é reconhecida também a importância da manutenção dos laços com o país de origem, traduzindo-se na reprodução de tradições e práticas culturais de carácter simbólico e material no país de acolhimento. Exemplo disso é a conservação de hábitos gastronómicos tradicionais, a compra de bens do país de origem ou o interesse pela música da comunidade étnica. A multiculturalidade étnica de Alijó, apesar de reduzida em número de indivíduos, poderá vir a ser considerada como uma valiosa potencialidade deste território, contribuindo para isso a presença, em 2021, de mais de 25 nacionalidades diferentes. Esta diversidade concorre para a multi/interculturalidade das sociedades e das escolas, para a partilha e coabitação de tradições culturais, de competências e de saberes, também acarreta uma complexidade social e uma miscigenação de culturas, trazendo por vezes problemas de comunicação, novos conflitos e novas formas de discriminação e de exclusão.

Como salienta a UNESCO (2001) na Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural *“a diversidade cultural é uma das fontes de desenvolvimento, entendido não só como crescimento económico, mas, também, como meio de acesso a uma existência intelectual, afetiva, moral e espiritual satisfatória”*. Constituindo a escola um importante elo de ligação à sociedade de acolhimento, devem promover-se os meios que possibilitem a adequação da instituição escolar à realidade social e multicultural e a sua articulação com as famílias e a comunidade em que está inserida (Ramos, 2007). Com efeito, a escola também deve ser vista como espaço de encontro das diferenças, de convivência entre diferentes culturas e aprendizagem, de educação e desenvolvimento integral de todas as crianças e jovens, quer sejam migrantes ou autóctones. Neste contexto, compete aos Estados e aos órgãos de poder local o desenvolvimento de eficazes políticas educativas, sociais e multiculturais, com o objetivo de evitar a exclusão e a discriminação nos domínios social, económico, cultural, religioso, educativo e linguístico e para integrar a diversidade cultural, o diálogo intercultural e promover a igualdade de oportunidades nos diferentes setores da sociedade (Ramos, 2007).

A Comissão Europeia, em articulação com os estados membros, tem vindo a promover iniciativas ao nível legislativo e dos sistemas e políticas educativas, tendo em vista a

formação dos agentes educativos, particularmente professores, para lidarem com a complexidade e a interculturalidade no ensino, a aprendizagem da pedagogia intercultural, o reconhecimento da diversidade nas relações internacionais e globais e a solidificação de uma identidade europeia, para além, da diversidade nacional (Eurydice, 2004). Alijó ainda não apresentou o seu Plano Concelhio para a Integração dos Imigrantes (PCIIS), dada a baixa percentagem de imigrantes no território. No entanto, possui um Gabinete de Apoio ao Emigrante (GAE), com a missão apoiar todo o processo de acolhimento e integração de pessoas migrantes, articulando com as diversas estruturas locais, e promovendo a interculturalidade a nível local. E as situações que não se enquadram na ação e âmbito desse gabinete são acompanhadas pelos serviços da Ação Social.

Assumindo-se como um território multicultural, diverso e integrador, Alijó tem procurado evoluir quantitativa e eficazmente nas políticas de acolhimento e integração, quer pela responsabilidade que lhe é cometida de gestão quotidiana e planificação do rumo do concelho, quer pelo papel fundamental que está a desempenhar na implementação de medidas de integração. Aprofundando estes elementos, prossegue a análise sobre os indicadores da população de naturalidade estrangeira.

Em Alijó, e tendo por referência o ano de 2011, a população de naturalidade estrangeira representava 2,96% da população residente total (354 indivíduos), 0,74% acima da percentagem registada para Portugal Continental, com 3,7% (394 496 habitantes), e 1,52% acima do verificado na região Douro (1,44%). Entre 2011 e 2021 observou-se um acréscimo da população de naturalidade estrangeira residente em Alijó, registando-se um aumento de 16,81%, passando de 2,96% para 19,77%, com 424 indivíduos. Note-se que neste indicador incluem-se indivíduos que sendo filhos de portugueses possuem naturalidade estrangeira, e pelo mesmo se percebe que os valores da imigração pouco contribuíram até ao momento para o crescimento da população residente do concelho de Alijó, no sentido em que o total da população de naturalidade portuguesa residente no concelho, em 2011, era de 11942 indivíduos (com 354 indivíduos de naturalidade estrangeira) e, em 2021, de 10486 indivíduos (com 424 indivíduos de naturalidade estrangeira).

Assim, entre 2011 e 2021, a quantidade de população residente de naturalidade portuguesa registou um acréscimo acentuado, e a população de naturalidade estrangeira aumentou 70 indivíduos, mas o seu efeito retardador no decréscimo populacional entre os residentes no concelho de Alijó foi anulado. Em larga medida, a diferença apurada comprova sobretudo o declínio e o envelhecimento da população, que não conseguiu ser estancado pela fixação dos 424 migrantes que engrossaram os valores totais da população residente de naturalidade estrangeira. Retirando os 93 indivíduos de nacionalidade estrangeira considerados na população de naturalidade estrangeira no seu total (424 indivíduos), contabilizam-se 331 indivíduos que, na sua grande maioria, durante a referida década regressaram à sua terra natal, muitos na condição de aposentados. Curiosamente, descobre-se uma discrepância nos dados dos Censos que apontam 331 indivíduos portugueses que nasceram em outro país. Em termos absolutos destaca-se a freguesia de Alijó como local onde se encontra a residência da maioria dos migrantes, com 33,01% seguida pela freguesia de Favaios, com 8,72%, Sanfins do Douro e Vila Verde com 8,01%.

Deve ainda ser valorizada a presença de indivíduos com mais de uma nacionalidade (na sua esmagadora maioria são indivíduos com nacionalidade portuguesa e uma outra nacionalidade), que embora não sejam considerados imigrantes, não deixam de ter uma forte ligação com um Estado estrangeiro. Neste indicador, pelo facto de não possuímos dados seguros, apenas se supõe por cálculos próprios que em Alijó possam existir perto de 70 indivíduos (2021) enquadrados nesta categoria, o que corresponderá a cerca de 0,66% da população total concelhia. A distribuição da população estrangeira por grupo etário evidencia um maior peso da mesma nos grupos etários dos adultos.

Em conclusão, sendo Alijó um concelho mais conhecido por ser de emigrantes do que imigrantes apresenta uma certa homogeneidade na sua população estrangeira residente; a comunidade imigrante é formada por classes sociais menos privilegiadas, onde se encontram trabalhadores pouco qualificados. A maioria dos indivíduos concentrava-se na freguesia sede de concelho, e quanto ao conhecimento sobre os baixos níveis de qualificação e de rendimentos nada de relevante há a destacar. O grupo de imigrantes no território de Alijó tem, recentemente, sofrido transformações, como o aparecimento e incremento de novos imigrantes, sobretudo de nacionalidades de países lusófonos que, em termos globais, apresentam o maior número de residentes em termos absolutos.

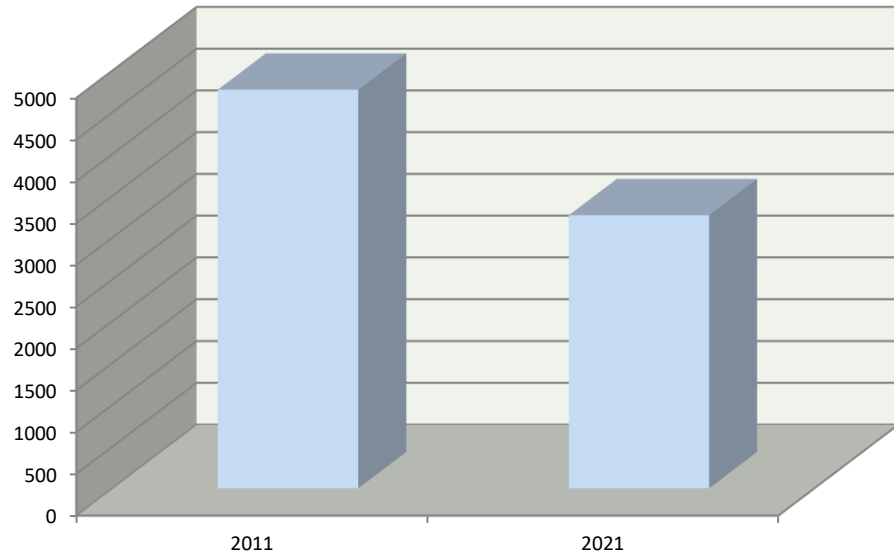
A população imigrante caracteriza-se por ser uma comunidade pouco jovem, com níveis de qualificação reduzidos e que labora em atividades pouco qualificadas de setores como a agricultura, a construção civil, serviços domésticos ou restauração. Como o nível de rendimentos *per capita* do concelho de Alijó é baixo a comunidade imigrante é reduzida, e em consequência dos seus baixos recursos económicos, surgem sub-representadas em territórios marginalizados. Aqui, em Alijó, a exceção apenas ocorre no caso da minoria étnica cigana.

3.3.2. Famílias.

As famílias apresentam um papel central e estruturante na vida da sociedade, funcionando como um veículo de transmissão dos modelos sociais e um instrumento de socialização pelo qual os indivíduos se inserem no meio que os rodeia. Em virtude das mudanças sociais, culturais e económicas que se impõem na atualidade, os conceitos de família têm vindo a sofrer profundas alterações no que diz respeito aos seus valores, modelos e funções. Os novos cenários e contextos familiares mais flexíveis, justificam-se pelo crescente aumento das uniões de facto, o aumento do número de crianças nascidas fora do casamento, o aumento das famílias monoparentais, recompostas e unipessoais, a diminuição da taxa de nupcialidade, o aumento dos divórcios e a redução da taxa de natalidade. Neste contexto, importa conhecer o perfil das famílias do município de Alijó, o número, composição e transformação nas últimas décadas.

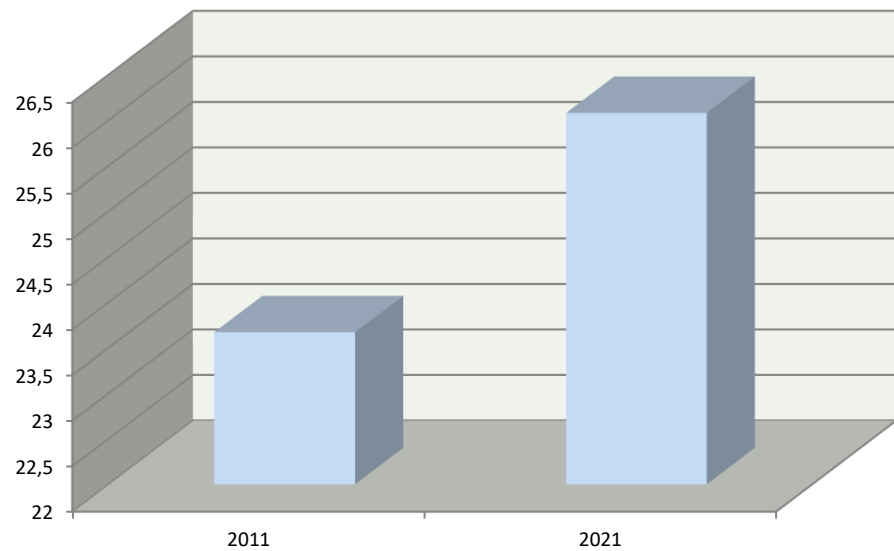
Relativamente ao tipo de famílias existentes assumem predominância as famílias clássicas, ou seja, o conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento, que têm relações de parentesco entre si e que ocupam a totalidade ou parte do mesmo.

FIGURA 21 – EVOLUÇÃO DAS FAMÍLIAS CLÁSSICAS, ENTRE OS ANOS DE 2011 E 2021, EM ALIJÓ (N.º).



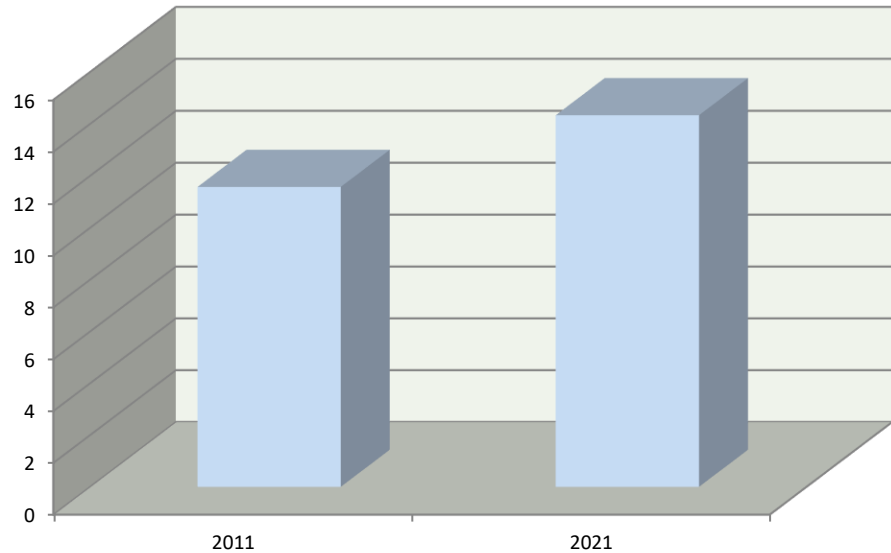
(INE, I.P., Censos 2011-2021)

FIGURA 22 – EVOLUÇÃO DAS FAMÍLIAS UNIPESSOAIS, ENTRE OS ANOS DE 2011 E 2021, EM ALIJÓ (%).



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

FIGURA 23 – EVOLUÇÃO DAS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS ENTRE OS ANOS DE 2011 E 2021 NAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE ALIJÓ (%).



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 22 – EVOLUÇÃO DAS FAMÍLIAS NAS FREGUESIAS DE ALIJÓ, COMPOSTAS POR FILHOS, EM 2021 (N.º DE FAMÍLIAS).

Unidade Territorial (Freguesia)	2021							
	Total	Casal de Direito			Total	Casal de Facto		
		Todos com menos de 15 anos de idade	Todos com 15 ou mais anos de idade	Pelo menos um com menos de 15 anos e pelo menos um com 15 ou mais anos de idade		Todos com menos de 15 anos de idade	Todos com 15 ou mais anos de idade	Pelo menos um com menos de 15 anos e pelo menos um com 15 ou mais anos de idade
Alijó	312	88	47	177	73	49	8	16
Favaios	96	22	11	63	13	8	2	3
Pegarinhos	41	16	3	22	12	8	2	2
Pinhão	76	19	6	51	18	12	2	4
Sanfins do Douro	135	29	16	90	28	21	1	6
Santa Eugénia	31	3	4	24	3	3	0	0
São Mamede de Ribatua	55	5	8	42	12	3	3	6
UF Carlão e Amieiro	44	5	6	33	12	6	2	4
UF Castedo e Cotas	52	7	10	35	14	8	3	3
UF Pópulo e Ribalonga	35	8	3	24	6	3	0	3
UF V. de Mendiz, C. de Loivos e V. de Cotas	60	16	9	35	8	8	0	0
Vila Chã	38	11	7	20	10	8	0	2
Vila Verde	56	8	8	40	8	7	1	0
Vilar de Maçada	77	22	9	46	12	6	3	3

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

Em 2011 existiam 4770 famílias clássicas no concelho (pai e mãe, filhos), correspondendo a 99,9% do total de famílias, sendo que no mesmo ano existiam apenas 8 famílias institucionais (0,16%), ou seja, residentes num alojamento coletivo governados por uma entidade interior ou exterior ao grupo. No ano de 2021, o número de famílias clássicas era de 4395, pelo que a leitura dos indicadores demonstram um decréscimo de -7,86% para a última década. A avaliação conjunta da evolução da população, por um lado, e do número de famílias, por outro, permitiu também concluir uma tendência para a redução da dimensão média das famílias, que assume menor intensidade nas freguesias mais rurais, em virtude das questões relacionadas com o estilo de vida e com as características habitacionais. Como resultado das transformações sociais e dinâmicas demográficas atrás referenciadas, verifica-se uma diminuição da dimensão média das famílias que, no município de Alijó, passou de 2,5 em 2011, para 2,3 em 2021. Note-se que se trata de um valor idêntico à média do Continente (2,57). Os efeitos do decréscimo populacional refletem-se ainda na estrutura familiar, que é, como referimos, cada vez mais reduzida.

As alterações sociodemográficas verificadas ao longo das últimas décadas, relacionadas com o aumento da esperança média de vida e das alterações ocorridas nos padrões de fecundidade e de nupcialidade, também se têm refletido num decréscimo de aproximadamente uma pessoa por família clássica. Esta redução da dimensão média das famílias clássicas resulta não apenas do aumento do número das famílias unipessoais, mas também da redução do número de famílias numerosas. A proporção de famílias com apenas uma pessoa (unipessoais) entre 2011 e 2021 aumentaram 2,41%, tendo passado de 23,67% para 26,08% casos, e nas que são formadas por pessoas com +65 a evolução passou de 15,41% (2011) para 16,31(2021). Esta alteração encontra justificação nas palavras de Alves-Pinto (2003) refere que *“a família alargada, vivendo debaixo de um mesmo teto, quase desapareceu; a família nuclear em muitos casos deu lugar a famílias monoparentais ou famílias reorganizadas”*. No caso das famílias compostas por 2, 3, 4 e 5 elementos, todos os indicadores baixaram, entre 2011-2021, respetivamente -0,30% (1659 para 1664) - 14,51% (978 para 836), -22,52% (706 para 547) e -32,21% (298 para 202). Em termos globais, as famílias com 2 elementos são as mais numerosas, seguidas pelas unipessoais, depois pelas famílias compostas por 3, 4 e 5 elementos. Entre 2011-2021 apenas as famílias unipessoais (com 1 elemento) subiram 1,50%. Sem surpresa, a freguesia de Alijó corresponde à localidade que concentra o maior número de famílias não unipessoais nos diferentes indicadores. É importante destacar, enquanto freguesia que apresenta a maior percentagem de famílias unipessoais, que essas famílias são evidência da presença de um grande número de idosos que residem sozinhos, verificando-se situações relacionadas com o isolamento social. Por outro lado, a freguesia de Santa Eugénia regista a menor expressão de famílias não unipessoais, com a dimensão de 2, 3, 4 e 5 membros, com 54, 20, 16 e 4 famílias respetivamente

A família portuguesa, apesar de manter traços tradicionais, tem mudado a sua configuração ao nível da sua estrutura e da forma como estabelece as relações, assumindo-se atualmente como uma família diferente. O aumento acentuado dos divórcios nas últimas décadas torna comum a formação de uma nova família, através de um novo casamento ou de uma coabitação com um novo companheiro, onde existem, frequentemente, filhos de

uniões anteriores, de ambos os cônjuges/companheiros, ou de apenas de um deles, juntando-se os filhos da atual relação conjugal. São as famílias monoparentais e as denominadas famílias reconstituídas ou recompostas, cuja proporção de núcleos familiares monoparentais, em Alijó, correspondem a cerca de 14,33% (2021) e as segundas a 6,81% (2021), um valor abaixo das médias do Continente. Em qualquer dos casos, entre 2011-2021, registou-se um aumento de 2,76% nas famílias monoparentais e de 2,89% nas famílias reconstituídas.

Uma das maiores transformações na estrutura das famílias está relacionada com o crescimento da autonomia residencial dos indivíduos, com mais pessoas a viver sós, em todas as idades e em diferentes fases da vida (solteiros, separados, divorciados e viúvos). Esta evolução tem vindo a ser atribuída ao progressivo envelhecimento da população e ao isolamento dos idosos, mas também a mudanças na vida dos indivíduos mais jovens, sobretudo solteiros e divorciados que procuram uma maior autonomia e individualidade. Do ponto de vista da evolução das estruturas familiares e da sua composição, é possível observar-se uma tendência de diminuição do número de elementos das estruturas familiares no município de Alijó. Predominam as famílias clássicas sem núcleo, ou seja, pessoas a viver sozinhas, seguindo-se as famílias com apenas um núcleo. Esta tendência assume-se comum à observada no Continente e nos municípios limítrofes.

QUADRO 23 – FAMÍLIAS NAS FREGUESIAS DE ALIJÓ, POR DIMENSÃO, NO ANO DE 2021 (N.º DE FAMÍLIAS).

Unidade Territorial (Freguesia)	Dimensão das famílias (núcleo familiar, por pessoas)					Total
	1	2	3	4	+5	
Alijó	214	329	224	153	59	979
Favaios	104	148	83	48	18	401
Pegarinhos	55	58	32	25	5	175
Pinhão	57	97	67	31	9	261
Sanfins do Douro	126	203	97	68	26	520
Santa Eugénia	26	54	20	16	4	120
São Mamede de Ribatua	67	125	47	20	9	268
UF Carlão e Amieiro	99	126	38	27	8	298
UF Castedo e Cotas	80	83	37	32	9	241
UF Pópulo e Ribalonga	63	76	23	16	11	189
UF V. de Mendiz, C. de Loivos e V. de Cotas	34	72	42	27	6	181
Vila Chã	49	66	34	21	10	180
Vila Verde	83	88	36	25	14	246
Vilar de Maçada	89	139	56	38	14	336
Total	1146	1664	836	547	202	4395

(INE, I.P, Censos 2011-2021)

QUADRO 24 – FILHOS NOS NÚCLEOS FAMILIARES POR LOCAL DE RESIDÊNCIA E TIPO DE NÚCLEO FAMILIAR, EM 2021, EM ALIJÓ (N.º).

Unidade Territorial (Freguesia)	Filhos nos núcleos familiares por local de residência	
	Casal de direito com filhos	Casal de facto com filhos
Alijó	312	73
Favaios	96	13
Pegarinhos	41	12
Pinhão	76	18
Sanfins do Douro	135	28
Santa Eugénia	31	3
São Mamede de Ribatua	55	12
UF Carlão e Amieiro	44	12
UF Castedo e Cotas	52	14
UF Pópulo e Ribalonga	35	6
UF V. de Mendiz, C. de Loivos e V. de Cotas	60	8
Vila Chã	38	10
Vila Verde	56	8
Vilar de Maçada	77	12

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 25 – ESTRUTURAS FAMILIARES E SUA COMPOSIÇÃO, POR FREGUESIA, EM ALIJÓ, EM 2021 (N.º).

Unidade Territorial (Freguesia)	2021						
	Total	Casal de Direito		Casal de Facto		Pai com filhos	Mãe com filhos
		Sem filhos	Com filhos	Sem filhos	Com filhos		
Alijó	239	312	47	73	18	79	
Favaios	125	96	11	13	8	46	
Pegarinhos	52	41	5	12	1	13	
Pinhão	73	76	6	18	3	24	
Sanfins do Douro	160	135	14	28	10	40	
Santa Eugénia	48	31	4	3	0	6	
São Mamede de Ribatua	84	55	12	12	5	29	
UF Carlão e Amieiro	110	44	8	12	7	23	
UF Castedo e Cotas	65	52	10	14	3	19	
UF Pópulo e Ribalonga	64	35	8	6	3	14	
UF V. de Mendiz, C. de Loivos e V. de Cotas	49	60	8	8	2	21	
Vila Chã	57	38	7	10	4	19	
Vila Verde	71	56	7	8	7	20	
Vilar de Maçada	109	77	9	12	5	39	
Total	1306	1108	156	229	76	392	

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

Nas famílias com um núcleo, o casal de direito continua a ser a forma predominante de organização da família em Alijó e em todos os municípios limítrofes, destacando-se o casal de direito com filhos como a estrutura predominante. No entanto, convém referir o número de casais de direito sem filhos no município surge em seguida, algo que se relaciona com o progressivo adiamento da idade parental e com o contexto socioeconómico desfavorável com que se deparam inúmeras famílias. Finalmente, devemos ainda salientar que no município há um reduzido número de casais de facto com filhos (229 famílias, 2021), comparativamente ao número de casais de direito com filhos (1108 famílias, 2021), e uma grande diferença entre famílias de Pai com filhos (76 famílias, 2021) e Mãe com filhos (332, famílias, 2021). A análise por freguesia segue de perto o observado anteriormente, sendo de destacar a expressividade de casais de direito sem filhos (com 110 famílias) na UF de Carlão e Amieiro e na freguesia de Vilar de Maçada. De resto, o mesmo sucede nos restantes indicadores. Estes núcleos familiares monoparentais (pai ou mãe só a viver com filhos de todas as idades) têm vindo a aumentar, especialmente em resultado do aumento das ruturas conjugais (divórcios e separações).

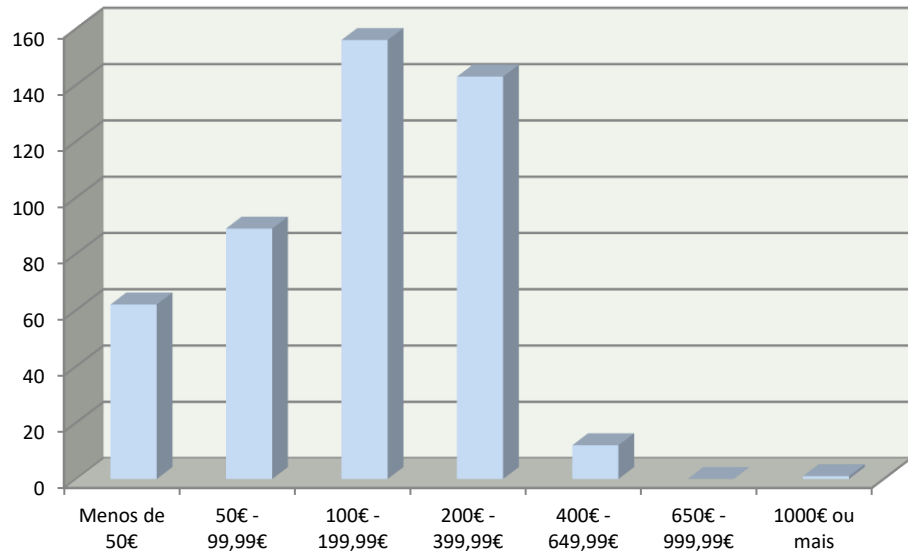
3.3.3. Condições de vida.

A descrição do território e da população pressupõe uma avaliação dos elementos presentes na sua componente social. Nas últimas décadas, as condições de vida da população portuguesa alteraram-se profundamente, assistindo-se ao aumento gradual do rendimento das famílias. A partir da década de oitenta verificou-se, de uma forma geral, um aumento das capacidades aquisitivas da população, não só ao nível dos equipamentos, mas também das infraestruturas, nomeadamente na introdução de melhorias ao nível das condições básicas das suas habitações. As mudanças observadas na sociedade consideram aspetos relativos às variáveis que caracterizam quantitativamente e qualitativamente o local de habitação dos residentes, a utilização de meios de transporte, as suas dificuldades, a inserção no mercado de trabalho e as situações de exclusão social, quer por via do desemprego, ou de outros subsídios de sobrevivência. Assim, é aqui feita uma análise dos principais aspetos dos meios de vida, destacando-se as situações problemáticas, o ponto de vista social e da política de suporte que é necessário desenvolver.

A dinâmica económica e social descrita tem tradução no posicionamento que o território de Alijó revela em termos de nível de vida (poder de compra). Em termos dos encargos para a aquisição de habitação, em 2021, Alijó (valor médio dos encargos situam-se entre 100,00€ - 199,00€) apresentava um valor abaixo da média do Continente (392,56€). No que se refere à comparação com os territórios limítrofes, Alijó surge numa posição media no indicador dos encargos com a aquisição de habitação.

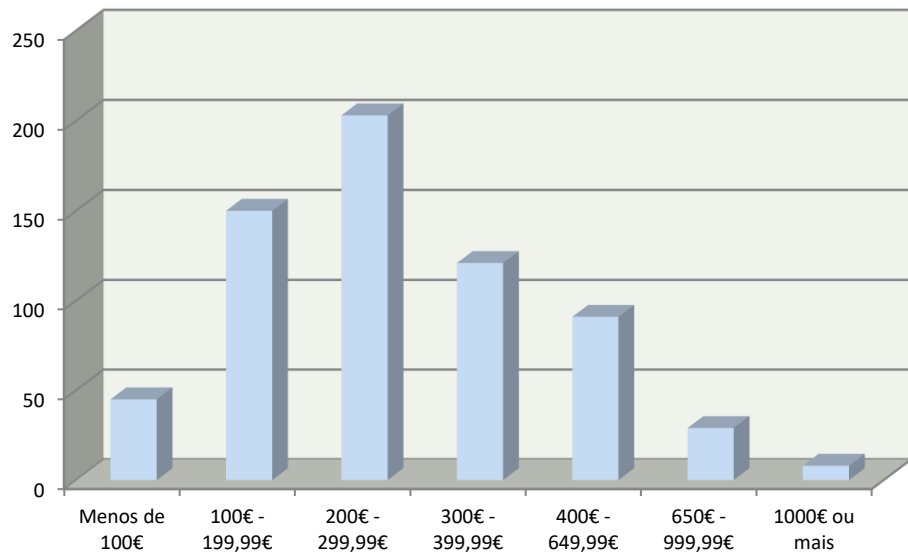
As deslocações pendulares fazem-se maioritariamente através do transporte individual. Quando se analisa a proporção de população residente que utiliza o automóvel nas suas deslocações, cerca de 70% serve-se deste meio de transporte, valor considerado elevado, e superior à média do Continente (61,61%).

FIGURA 24 – ALOJAMENTOS OCUPADOS PELOS PROPRIETÁRIOS POR ESCALÃO DE ENCARGOS COM ALUGUER EM ALIJÓ, 2021 (N.º).



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

FIGURA 25 – ALOJAMENTOS OCUPADOS PELOS ARRENDATÁRIOS POR ESCALÃO DE ENCARGOS COM COMPRA EM ALIJÓ, 2021 (N.º).



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 26 – ALOJAMENTOS OCUPADOS PELOS ARRENDATÁRIOS POR ESCALÃO DE ENCARGOS COM ALUGUER EM ALIJÓ FACE AOS CONCELHOS LIMÍTROFES (N.º).

Unidade Territorial (Município)	Valor do encargo							Total
	Menos de 100€	100€ - 199,99€	200€ - 299,99€	300€ - 399,99€	400€ - 649,99€	650€ - 999,99€	1000€ ou mais	
Alijó	29	30	57	230	11	1	0	358
Carrazeda de Ansiães	62	89	156	143	12	0	1	463
Murça	11	16	65	90	1	0	1	184
Sabrosa	31	12	45	75	4	0	0	167
São João da Pesqueira	35	19	43	54	5	0	0	156
Vila Pouca de Aguiar	41	20	75	103	2	1	2	244

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 27 – ALOJAMENTOS OCUPADOS PELOS PROPRIETÁRIOS POR ESCALÃO DE ENCARGOS COM COMPRA EM ALIJÓ FACE AOS CONCELHOS LIMÍTROFES (N.º).

Unidade Territorial (Município)	Valor do encargo							Total
	Menos de 100€	100€ - 199,99€	200€ - 299,99€	300€ - 399,99€	400€ - 649,99€	650€ - 999,99€	1000€ ou mais	
Alijó	45	150	203	121	91	29	8	647
Carrazeda de Ansiães	19	55	86	47	41	12	7	267
Murça	20	74	91	58	44	7	4	298
Sabrosa	20	96	114	80	68	8	3	389
São João da Pesqueira	64	173	152	95	75	18	9	586
Vila Pouca de Aguiar	40	154	209	158	102	16	20	699

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

FIGURA 26 – MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO EM ALIJÓ (N.º).

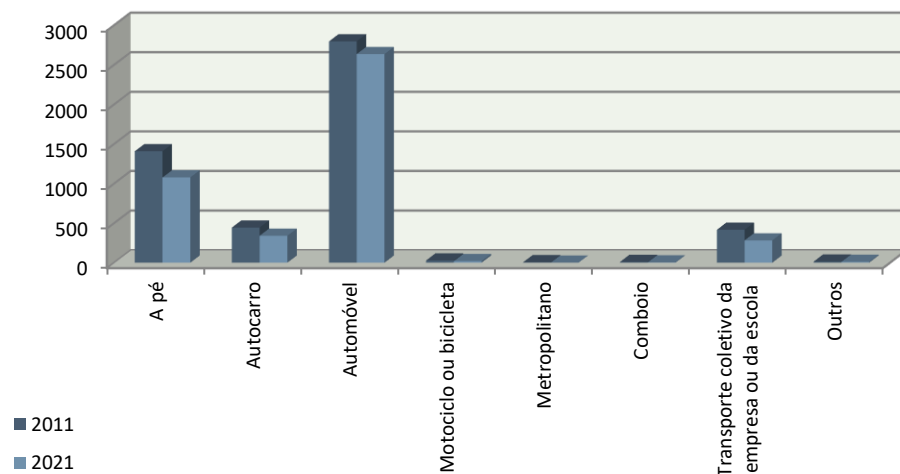
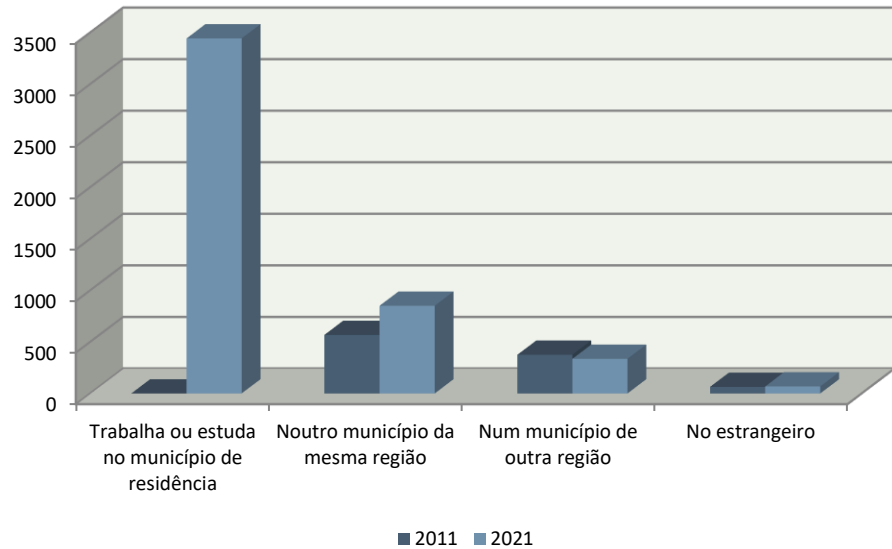


FIGURA 27 – POPULAÇÃO RESIDENTE ESTUDANTE POR LOCAL DE ESTUDO (N.º).



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 28 – DURAÇÃO MÉDIA DOS MOVIMENTOS PENDULARES DA POPULAÇÃO RESIDENTE OU ESTUDANTE POR LOCAL DE RESIDÊNCIA (2021) (MINUTOS (')).

Unidade Territorial (Freguesia)	Duração média dos movimentos pendulares da população residente ou estudante por local de residência (2021)
Alijó	16'28''
Favaios	13'42''
Pegarinhos	18'22''
Pinhão	16'50''
Sanfins do Douro	18'82''
Santa Eugénia	24'66''
São Mamede de Ribatua	19'37''
UF Carlão e Amieiro	19'68''
UF Castedo e Cotas	16'09''
UF Pópulo e Ribalonga	19'42''
UF V. de Mendiz, C. de Loivos e V. de Cotas	17'66''
Vila Chã	14'68''
Vila Verde	21'20''
Vilar de Maçada	19'26''

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 29 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO ESTUDANTE QUE SAI E ENTRA NO CONCELHO DE ALIJÓ POR LOCAL DE RESIDÊNCIA, EM 2011 (N.º).

Unidade Territorial (Freguesia)	População estudante que entra no concelho (2011)	População estudante que sai do concelho (2011)
Alijó	49	205
Saldo		-156

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 30 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO ESTUDANTE QUE SAI E ENTRA NO CONCELHO DE ALIJÓ POR LOCAL DE RESIDÊNCIA, EM 2021 (N.º).

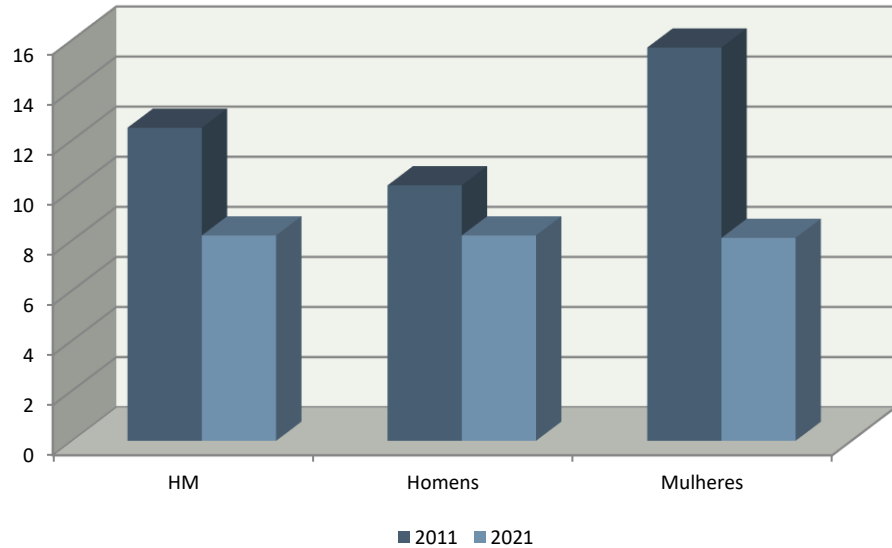
Unidade Territorial (Freguesia)	População estudante que entra no concelho (2021)	População estudante que sai do concelho (2021)
Alijó	111	292
Saldo		-181

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

Deste indicador é importante extrair que a maioria se trata do próprio condutor. A duração média mínima dos movimentos pendulares da população residente, empregada ou estudante, é de 19'68".

A maior parte da população possui o seu local de estudo no município, tendo aumentado o saldo da população que de Alijó se desloca para outro município por motivos de estudo, e vice-versa. O saldo entre estes indicadores baixou, passando de -156 estudantes que entravam no concelho para estudar para -181, portanto, uma variação de -16,02%.

Embora o desemprego não conduza necessariamente a situações de pobreza e exclusão social, devido ao seu carácter temporário, os dados estatísticos têm vindo a confirmar que o período de desemprego tende a atingir horizontes temporais mais alargados, sendo nesses casos os desempregados mais suscetíveis de entrar em situações de maior desfavorecimento económico e social. A taxa de desemprego no concelho de Alijó diminuiu entre 2011 e 2021 e revela uma tendência para continuar a diminuir. Os indivíduos do sexo feminino em situação de desemprego superam os do sexo masculino e, em termos totais, os valores mostram uma diferença que se aproxima de um quarto (1/4). No que diz respeito às freguesias, os valores referentes aos indivíduos em situação de desemprego são mais elevados nas freguesias mais rurais e situadas em locais de mais difícil acesso, facto que contribui para a explicação dos valores, se considerarmos as dificuldades de mobilidade no concelho de forma a aceder às freguesias que concentram e oferecem mais oportunidades de trabalho.

FIGURA 28 – TAXA DE DESEMPREGO, POR HOMENS E MULHERES, EM ALIJÓ, ENTRE 2011 E 2021 (%).

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 31 – TAXA DE DESEMPREGO, POR FREGUESIA DO CONCELHO DE ALIJÓ, EM 2021 (%).

Unidade Territorial (Freguesia)	2021		Total 2021
	H	M	
Alijó	9,09	7,96	8,56
Favaios	11,65	6,18	9,11
Pegarinhos	7,79	9,80	8,59
Pinhão	7,32	9,22	8,20
Sanfins do Douro	4,53	6,10	5,23
Santa Eugénia	7,89	9,76	8,86
São Mamede de Ribatua	10,92	8,42	9,81
UF Carlão e Amieiro	3,00	3,41	3,19
UF Castedo e Cotas	9,42	11,24	10,13
UF Pópulo e Ribalonga	13,56	11,76	12,73
UF V. de Mendiz, C. de Loivos e V. de Cotas	4,90	11,24	7,85
Vila Chã	8,24	11,76	9,80
Vila Verde	12,24	10,14	11,38
Vilar de Maçada	5,14	6,84	5,82

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 32 – RELAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS DO RMG, RSI E SD NO CONCELHO DE ALIJÓ, EM 2011 E 2021 (%).

	2011		2021	
Beneficiários do RMG e RSI no total da população residente com 15 ou mais anos	4,7		3,9	
Beneficiários das prestações de desemprego no total da população residente	Subsídio de Desemprego	Subsídio Social de Desemprego	Subsídio de Desemprego	Subsídio Social de Desemprego
	1,8	0,6	0,9	0,1
Beneficiários do subsídio de desemprego em % dos beneficiários ativos	5,3		2,4	

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

No ano de 2022 contabilizava-se um total de 84 beneficiários do subsídio de desemprego por o número total de habitantes, tratando-se de um valor pouco elevado, sobretudo quando comparado com os municípios limítrofes e atendendo às características do concelho de Alijó.

No mesmo ano existiam 357 beneficiários do rendimento social de inserção no município de Alijó, contabilizando-se um total de cerca de 34 beneficiários por 1000. Destes, cerca de 24,25% possuíam menos de 25 anos, quantitativo que deve motivar uma séria reflexão, na medida em que se trata de um valor elevado, não só pela percentagem de jovens que a receber o RSI que representa, bem como a receber o subsídio de desemprego.

Por fim, o indicador *per capita* do poder de compra pretende traduzir o poder de compra manifestado quotidianamente, por habitante, nos diferentes municípios ou regiões, tendo por referência o valor nacional. De acordo com os dados para 2021, os mais recentes e validados, Alijó apresenta um indicador *per capita* de 65,3%, encontrando-se abaixo da média registada para o Continente (100,6). Comparativamente aos municípios da região DOURO, em termos de poder de compra, Alijó situa-se entre os resultados mais elevados.

3.3.4. Sistema urbano e equipamentos.

Nos concelhos situados em territórios de baixa densidade, mesmo antes da implementação dos processos de transferência de competências, sempre foi frequente registarem-se parcerias e protocolos de cooperação para o desenvolvimento de atividades, quer promovidas pela oferta escolar concelhia, quer promovidas pela autarquia. Assim, o recurso e a utilização de certos equipamentos municipais pela comunidade escolar, sobretudo do âmbito da cultura e do desporto, constituem a garantia do sucesso dessas atividades. No concelho de Alijó, os principais equipamentos que habitualmente estão adstritos às atividades escolares são os de carácter desportivo, como o Complexo das

Piscinas Municipais, o Pavilhão Desportivo e os Polidesportivos do Pinhão, Pegarinhos entre outros existentes nas freguesias onde funcionam estabelecimentos educativos. Mas a autarquia identifica outros equipamentos que entende deverem ser integrados nas atividades escolares, como a Biblioteca Municipal de Alijó, o FabLab Tua Alijó, a Casa dos Noura, o Teatro Auditório Municipal, o Núcleo Museológico de Favaio, entre outros. E ainda há a considerar os espaços de recreio e lazer. Alguns destes equipamentos já são utilizados por determinados níveis de ensino, como sucede especialmente com o Pré-Escolar e o 1.ºCEB.

3.3.5. Saúde.

A assistência e a prestação de cuidados de saúde no concelho de Alijó é feita pela UCSP Alijó e pela USF de Alijó. A UCSP de Alijó tem como principal missão prestar com eficiência, qualidade e humanismo, cuidados de saúde à população da área geográfica; garantir a acessibilidade, transversalidade e globalidade nos serviços prestados, com compromisso de melhoria contínua; e promover e fomentar as relações de parceria com parceiros, criar sinergias com a comunidade que garantam a partilha de recursos e o cumprimento integral da sua missão. Possuía, em 2016, 10666 inscritos (dos quais 16,18% são jovens e 47,54% idosos), 7 médicos, 9 enfermeiros e 10 secretários clínicos. A sua qualidade organizacional e a satisfação dos utentes são elevadas. A USF de Alijó conta com 10263 inscritos (2023), maioritariamente idosos (59,16%), representando os jovens cerca de um quarto do valor dos idosos (15,55%), o que representa um elevado índice de dependência (74,71%). A sua missão é de prestar com eficiência, qualidade e humanismo, cuidados de saúde à população, bem como garantir a acessibilidade, transversalidade e globalidade nos serviços prestados, com compromisso de melhoria contínua e promover sinergias com a comunidade. Ao seu serviço conta com 8 médicos, 10 enfermeiros e 9 secretários clínicos. Em termos de assistência médico-hospitalar, Alijó encontra-se na área de influência e serviço do Hospital de Vila Real (CHTMAD – ULS de Trás-os-Montes e Alto Douro).

No que diz respeito ao número de consultas médicas observa-se a predominância das consultas de medicina geral e familiar, seguindo-se as consultas de saúde da mulher. Esta distribuição é semelhante aos municípios limítrofes, sendo que as consultas de medicina geral e familiar assumem uma clara dominância.

Observando alguns indicadores relacionados com a Saúde, salienta-se a posição pouco favorável de Alijó em termos de disponibilidade de serviços, da relação distância-tempo na assistência e do rácio do número de habitantes por pessoal da Saúde, se considerarmos os valores dos concelhos limítrofes. Segundo os indicadores disponíveis nos Censos 2021, registam-se os quantitativos de 953,3 hab./médico, de 655,4 hab./farmacêutico e 233 hab./enfermeiro.

Quanto aos indicadores relacionados com os diferentes índices de mortalidade, o concelho de Alijó apresenta ao nível da mortalidade infantil o valor de 0,0 (2023), bem como da mortalidade neonatal de 0,0‰ (2023), e a taxa de mortalidade infantil situa-se em 00,0‰ (2023). A mortalidade e sua distribuição por alguns tipos de doenças, em 2021,

merece destaque a mortalidade por doenças do aparelho circulatório com 23,0 %, a mortalidade por tumores malignos com o valor de 21,9 %, a mortalidade por doenças do foro respiratório com 7,5 % e as doenças do foro digestivo com 5,9 %. Em comparação com os valores regionais do Douro, Alijó apresenta sempre valores inferiores, à exceção do indicador das doenças por tumores malignos (+0,2%) e por suicídio (+0,5%).

3.3.6. Ambiente.

Os indicadores relacionados com o Ambiente, tais como aqueles que revelam a existência e a capacidade das infraestruturas básicas, dão conta do bom posicionamento de Alijó, uma vez que no ano de 2021 praticamente a totalidade da população estava abrangida por sistemas de abastecimento de água (100%) e por sistemas de drenagem de águas residuais (91%), valores em sintonia com os que se mostram nestes indicadores para a região Douro. Os valores de água segura para consumo humano, em 2022, dão novamente conta de uma posição favorável do município que atinge o valor de 98,9%.

A quantidade de resíduos urbanos por habitante corresponde a 454,1kg/hab. (2022), valor alinhado com a média da região Douro cujo valor médio se situam nos 464,0kg/hab. No que diz respeito à recolha, cerca de 36,2kg/hab. são recolhidos seletivamente, um valor inferior à média da região Douro 53,1kg/hab., situando-se o concelho de Alijó abaixo dos municípios limítrofes evidenciando uma posição desfavorável neste domínio.

Em termos das despesas realizadas pelos municípios por habitante em matéria de gestão de recursos, de gestão e proteção ambiental, como ar e clima, águas residuais, resíduos, solos e águas, ruído e vibrações ou biodiversidade e paisagem, em 2021, Alijó apresentava o valor de 195,61€/hab., superior à média da região Douro, de 99,3€/hab. Por último, para 2021, o consumo de energia elétrica por habitante em Alijó era de 3091,0kWh/hab., que era ligeiramente superior à média da região Douro (3068,9 kWh/hab.) e inferior ao Continente (4721,9 kWh).

3.3.7. Dinâmica económica e emprego.

O conhecimento detalhado das dinâmicas económicas revela-se essencial no processo de planeamento territorial nos domínios da Educação, de nível estratégico, não só por constituir a base económica real do município, mas porque irá permitir detetar as principais vocações territoriais, contribuindo para a compreensão do posicionamento e do desenvolvimento económico do município de Alijó. Este domínio pretende contribuir para um melhor conhecimento do tecido empresarial deste território, em especial da sua indústria face aos desafios atuais em termos de qualificação e competitividade territorial. Para além de uma caracterização detalhada das dinâmicas empresariais recentes do município, deseja-se contribuir para a identificação de uma oferta formativa adequada às

necessidades das empresas que se localizam neste território, aspeto que se assume relevante para todos os agentes de ensino e formação que atuam na região.

3.3.7.1. Educação e qualificação.

A população residente em Alijó com 15 e mais anos é relativamente menos escolarizada do que a globalidade da população da região Douro (média/Douro). Para esta afirmação concorre a análise comparativa da proporção da população residente em dois níveis de escolaridade. Assim, considerou-se a proporção da população residente em Alijó com pelo menos o ensino básico concluído (41,24 %), cujo resultado revela ser inferior à média da região do Douro (50,48%), e atendeu-se à população que atingiu níveis de escolaridade mais avançados (ensino superior) que também apresenta indicadores mais baixos (9,63%) quando comparados com os valores da região Douro (15,73%) e ainda mais baixos face ao Continente (21,41%). Numa análise mais detalhada e relativamente aos níveis de escolaridade superiores, verifica-se que praticamente todos os municípios limítrofes apresentam uma situação idêntica a Alijó, com percentagens pouco mais elevadas quanto à população que possui um diploma de ensino superior. Quanto ao Ensino Secundário completo, Alijó posiciona-se no primeiro lugar entre os concelhos vizinhos com maior percentagem de indivíduos com pelo menos esse nível de escolaridade completo, com 27,22%, aquém dos valores da região do Douro (36,10%) e do Continente (45,94%). A leitura do perfil de habilitações da população residente, em 2021, revela que a maioria possui o 1º CEB (6419; 40,95%), seguindo-se o 2.ºCEB (3804; 24,27%) e, depois, a população com o Ensino Secundário (1637; 10,44%).

Alijó tem vindo a evoluir positivamente nas componentes relacionadas com a qualificação da sua população residente. Desde 2011, tem-se assistido a um decréscimo considerável do número de indivíduos (17,63%, 2011; 9,82%; 2021) com 15 e mais anos sem qualquer nível de ensino e simultaneamente viu-se aumentar a população com o ensino superior, mostrando um quadro de melhoria dos níveis de alfabetização da população residente. Outra variável que permite analisar o grau de escolarização é a taxa de analfabetismo. Em 2011, Alijó registava 1161 indivíduos como analfabetos e, em 2021, o número reduziu para 613. Em termos de taxa de analfabetismo, e salientando a sua evolução, em 2011 o valor situava-se em 10,40% e em 2021 era de 6,19%, mantendo-se acima do nível da região Douro, com 5,4%, e ao continente com 3,0%.

No que diz respeito à comparação dos valores do analfabetismo entre os sexos é visível o desequilíbrio que, em 2021, se mantém: a taxa de analfabetismo no sexo feminino é de 7,51%, enquanto no sexo masculino esse valor se limita aos 4,79% no ano de 2021. Numa referência às freguesias, destacam-se a UF Pópulo e Ribalonga, a freguesia de Favaios, a UF Vale de Mendiz, Casal de Loivos e Vilarinho de Cotas e a freguesia de Sanfins do Douro com os índices mais altos da taxa de analfabetismo (9,16%, 8,78%, 8,49% e 8,17%, respetivamente) e a freguesia de Pinhão, Santa Eugénia e a de Alijó com os valores mais baixos (2,75%, 4,06% e 4,43%).

QUADRO 33 – POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE ALIJÓ, TOTAL E POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO MAIS ELEVADO, EM 2021 (N.º; %).

Unidade Territorial	Sem nível	1.º CEB	2.º CEB	3.ºCEB	Secundário	Médio	Ensino Superior
Alijó	1497	6419	3804	1384	1637	62	871
	9,55%	40,95%	24,27%	8,83%	10,44%	0,40%	5,56%

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 34 – POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE ALIJÓ, DO SEXO FEMININO COM 15 E MAIS ANOS, TOTAL E POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO MAIS ELEVADO (N.º).

Unidade Territorial	Sem nível	1.º CEB	2.º CEB	3.ºCEB	Secundário	Médio	Ensino Superior
Alijó	854	3 116	1 937	652	823	28	549
	10,7%	39,2%	24,3%	8,2%	10,3%	0,4%	6,9%

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 35 – POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE ALIJÓ, DO SEXO MASCULINO COM 15 E MAIS ANOS, TOTAL E POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO MAIS ELEVADO (%).

Unidade Territorial	Sem nível	1.º CEB	2.º CEB	3.ºCEB	Secundário	Médio	Ensino Superior
Alijó	643	3 303	1 867	732	814	34	322
	8,3%	42,8%	24,2%	9,5%	10,6%	0,4%	4,2%

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 36 – TAXA DE ANALFABETISMO POR FREGUESIA E SEXO EM 2021 (%).

Unidade Territorial (Freguesia)	2021		Total
	H	M	
Alijó	3,42	5,39	4,43
Favaios	7,45	10,07	8,78
Pegarinhos	4,57	8,65	6,67
Pinhão	2,47	3,02	2,75
Sanfins do Douro	4,84	11,33	8,17
Santa Eugénia	2,90	5,26	4,06
São Mamede de Ribatua	4,41	5,44	4,95
UF Carlão e Amieiro	5,05	6,11	5,59
UF Castedo e Cotas	5,24	5,47	5,36
UF Pópulo e Ribalonga	5,41	12,50	9,16
UF V. de Mendiz, C. de Loivos e V. de Cotas	9,52	7,48	8,49
Vila Chã	5,13	9,50	7,45
Vila Verde	4,45	9,12	6,91
Vilar de Maçada	5,19	8,00	6,62

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 37 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM 15 E MAIS ANOS DE IDADE SEM NENHUM NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO POR FREGUESIA (N.º).

Unidade Territorial (Freguesia)	2021		Total
	H	M	
Alijó	5,71	8,32	7,05
Favaios	10,80	14,97	12,92
Pegarinhos	5,45	10,80	8,21
Pinhão	3,23	6,36	4,80
Sanfins do Douro	8,59	16,41	12,59
Santa Eugénia	3,79	9,30	6,51
São Mamede de Ribatua	7,84	10,92	9,42
UF Carlão e Amieiro	8,87	10,20	9,55
UF Castedo e Cotas	10,42	9,60	10,00
UF Pópulo e Ribalonga	6,67	13,59	10,36
UF V. de Mendiz, C. de Loivos e V. de Cotas	12,18	12,50	12,34
Vila Chã	9,09	13,74	11,56
Vila Verde	6,97	13,53	10,39
Vilar de Maçada	9,51	17,31	13,51

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 38 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM IDADE ENTRE 20 E 24 ANOS COM PELO MENOS O ENSINO SECUNDÁRIO COMPLETO POR FREGUESIA, EM ALIJÓ, EM 2021 (%).

Unidade Territorial (Freguesia)	2021		Total
	H	M	
Alijó	89,19	88,52	88,89
Favaios	91,67	89,47	90,70
Pegarinhos	50,00	75,00	62,50
Pinhão	80,00	83,33	81,40
Sanfins do Douro	84,00	80,00	82,22
Santa Eugénia	100,00	88,89	92,86
São Mamede de Ribatua	58,33	91,67	75,00
UF Carlão e Amieiro	80,00	88,89	84,21
UF Castedo e Cotas	62,50	100,00	80,65
UF Pópulo e Ribalonga	100,00	100,00	100,00
UF V. de Mendiz, C. de Loivos e V. de Cotas	77,78	91,67	85,71
Vila Chã	75,00	75,00	75,00
Vila Verde	90,91	100,00	96,15
Vilar de Maçada	100,00	100,00	100,00

(INE, I.P., Censos 2021)

Prosseguindo com a análise sobre o domínio e indicadores de baixa escolaridade, para além do analfabetismo, encontra-se um conjunto de indivíduos que, embora saibam ler e escrever, não completaram qualquer nível de ensino, tendo em muitos casos assumido contornos do habitualmente designado “analfabetismo funcional”. Neste indicador, todas

as freguesias apresentam valores abaixo da média nacional, mas, no entanto, as freguesias de Pinhão, Santa Eugénia e Alijó mostram os resultados mais favoráveis.

A baixa escolaridade da população é um dos aspetos mais visíveis do abandono escolar e as suas causas impedem que se cumpra o direito universal à Educação, em particular no cumprimento da escolaridade obrigatória, entendida como a base da formação necessária para a população. Muitas são as causas do abandono escolar, sendo que a Estratégia Portugal 2020 procurou nos seus compromissos recuperar jovens que já tinham abandonado o sistema de ensino, sem terem concluído os ciclos de estudos obrigatórios. Para tal, foi dada prioridade à diversificação das vias de ensino, através do reforço das vias vocacionais e profissionalizantes, com um forte pendor da formação em contexto de trabalho. Estas formações propuseram-se a uma tripla função de recuperação de jovens com percursos de insucesso, acolher jovens com percursos escolares regulares e aumentar o volume de ativos jovens com competências reconhecidas pelas entidades empregadoras, visto que o contributo dessas formações para a redução registada em Portugal, nas taxas de abandono escolar precoce, foi reconhecido pelas avaliações realizadas às intervenções cofinanciadas no âmbito do QREN 2007-2013.

Em 2021, 9,82% da população residente no concelho de Alijó com 15 ou mais anos de idade não tinha completado qualquer nível de ensino, valor inferior ao do Continente (10,33%). No contexto das freguesias, Pinhão é a que revela os valores mais baixos, com 4,80%, e a de Vilar de Maçada o valor mais elevado, com 13,51%.

Cerca de duas dezenas de crianças entre os 5 e os 9 anos do município de Alijó não estarão a frequentar o sistema de ensino no concelho. O valor apurado pode parecer elevado, contudo é necessário encarar estes resultados com muita cautela, dado que alguns desses jovens não inscritos poderão frequentar estabelecimentos de educação fora do concelho, ainda que não consigamos, porém, certificá-lo; e ainda que a redução dos não inscritos seja algo que se deve fundamentalmente à instituição do ensino obrigatório pela Lei nº 46/86, de 14 de Outubro.

Quando se analisa o grupo etário entre os 20 e 24 anos com pelo menos o Ensino Secundário completo, a primeira ideia a destacar diz respeito à percentagem de indivíduos com o Secundário concluído residentes em Alijó (86,42%) (homens (83,88%) e as mulheres (89,19%)), constituem valores ligeiramente superiores ao Continente (84,12%), mas inferiores à região Douro (85,41%). Ao nível das freguesias destaca-se a UF de Pópulo e Ribalonga, com 100%, a da Vilar de Maçada, com 100% e Vila Verde, com 96,15% de sucesso de população com pelo menos o ensino secundário no grupo etário dos 20 aos 24 anos. À exceção da freguesia de Pegarinhos (62,50%), as restantes freguesias situam-se com resultados acima dos 75%, sendo que a grande maioria superam os 80%. Por último, apenas 21,38% da população entre os 30 e 34 anos de Alijó apresenta o ensino superior completo, valor inferior à média do Continente (37,47%).

No que respeita à proporção da população residente com ensino superior completo, nota-se que a vila possui uma percentagem superior à da totalidade do concelho. Neste contexto, Alijó ficou aquém dos objetivos da Estratégia 2020, que consubstancia um aumento para, pelo menos, 40% a percentagem de população na faixa etária dos 30 aos 34 anos com um diploma de ensino superior.

QUADRO 39 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM IDADE ENTRE 30 E 34 ANOS COM PELO MENOS O ENSINO SUPERIOR COMPLETO (%) POR FREGUESIA, EM ALIJÓ, EM 2021 (%).

Unidade Territorial (Freguesia)	2021		Total
	H	M	
Alijó	16,67	27,38	22,67
Favaios	5,56	38,46	25,00
Pegarinhos	10,00	0,00	6,25
Pinhão	21,43	43,75	33,33
Sanfins do Douro	23,08	28,13	25,86
Santa Eugénia	0,00	33,33	20,00
São Mamede de Ribatua	16,67	15,38	16,00
UF Carlão e Amieiro	0,00	20,00	9,09
UF Castedo e Cotas	12,50	20,00	16,67
UF Pópulo e Ribalonga	9,09	42,86	22,22
UF V. de Mendiz, C. de Loivos e V. de Cotas	0,00	15,38	6,90
Vila Chã	0,00	0,00	0,00
Vila Verde	16,67	33,33	26,67
Vilar de Maçada	12,50	56,25	34,38

(INE, I.P., Censos 2021)

QUADRO 40 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM PELO MENOS O 3.º CICLO DE ENSINO BÁSICO COMPLETO, POR FREGUESIA E SEXO, EM ALIJÓ (%).

Unidade Territorial (Freguesia)	2021		Total
	H	M	
Alijó	53,67	55,23	54,47
Favaios	38,97	43,76	41,41
Pegarinhos	32,73	32,95	32,84
Pinhão	54,84	50,88	52,85
Sanfins do Douro	41,14	39,49	40,30
Santa Eugénia	22,73	31,78	27,20
São Mamede de Ribatua	36,19	33,45	34,78
UF Carlão e Amieiro	31,06	29,61	30,32
UF Castedo e Cotas	35,42	39,60	37,55
UF Pópulo e Ribalonga	26,67	29,13	27,98
UF V. de Mendiz, C. de Loivos e V. de Cotas	39,09	45,50	42,32
Vila Chã	35,29	33,65	34,42
Vila Verde	34,43	36,47	35,49
Vilar de Maçada	32,61	31,78	32,19

(INE, I.P., Censos 2021)

QUADRO 41 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM ENSINO SECUNDÁRIO COMPLETO, POR FREGUESIA E SEXO, EM ALIJÓ (%).

Unidade Territorial (Freguesia)	2021		Total
	H	M	
Alijó	36,97	40,34	38,70
Favaios	23,19	28,84	26,07
Pegarinhos	18,40	21,51	20,00
Pinhão	34,94	37,82	36,40
Sanfins do Douro	24,54	26,19	25,38
Santa Eugénia	14,06	19,05	16,54
São Mamede de Ribatua	24,90	20,22	22,49
UF Carlão e Amieiro	20,00	19,06	19,52
UF Castedo e Cotas	19,91	22,27	21,12
UF Pópulo e Ribalonga	15,25	22,66	19,21
UF V. de Mendiz, C. de Loivos e V. de Cotas	23,20	31,98	27,62
Vila Chã	20,44	22,71	21,65
Vila Verde	21,16	24,23	22,75
Vilar de Maçada	17,23	23,76	20,62

(INE, I.P., Censos 2021)

QUADRO 42 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM ENSINO SUPERIOR COMPLETO, POR FREGUESIA E SEXO, EM ALIJÓ (%).

Unidade Territorial (Freguesia)	2021		Total
	H	M	
Alijó	11,11	19,12	15,24
Favaios	7,73	12,95	10,39
Pegarinhos	5,06	6,71	5,90
Pinhão	7,48	14,87	11,28
Sanfins do Douro	6,30	8,70	7,53
Santa Eugénia	0,81	7,14	4,00
São Mamede de Ribatua	9,34	9,23	9,28
UF Carlão e Amieiro	6,14	6,42	6,28
UF Castedo e Cotas	5,05	8,15	6,65
UF Pópulo e Ribalonga	5,78	10,26	8,15
UF V. de Mendiz, C. de Loivos e V. de Cotas	4,81	10,42	7,65
Vila Chã	5,65	6,93	6,33
Vila Verde	7,17	8,76	7,99
Vilar de Maçada	4,93	9,38	7,24

(INE, I.P., Censos 2021)

QUADRO 43 – TAXA BRUTA DE ESCOLARIZAÇÃO NO CONCELHO DE ALIJÓ (%).

Anos Letivos	PE	EB	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Secundário
2012-2013	124.8	107.7	99.7	111.2	114.9	79.8
2013-2014	125.3	107.5	103.4	111.3	110	78.8
2014-2015	129	105.5	102	109	107.4	71.5
2015-2016	118.9	109.4	100	110.3	119.5	76.5
2016-2017	126.7	102.5	97.9	104.4	106.6	75.4
2017-2018	105.6	103.6	104.7	93.7	109	74.5
2018-2019	101.9	103.9	104.1	99.5	107.1	73.6
2019-2020	100.6	103.3	101.2	113.4	99.6	67.5
2020-2021	92.9	104	102.1	103.6	106	92
2021-2022	99	102.3	102.7	101.4	102.4	97.9

QUADRO 44 – TAXA BRUTA DE ESCOLARIZAÇÃO NO CONCELHO ALIJÓ - HOMENS (%).

Anos Letivos	PE	EB	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Secundário
2012-2013	132.3	107	98.9	117.5	109.4	81
2013-2014	138.3	104.6	102.3	115.5	100	85.3
2014-2015	135.8	105.6	102.3	112.4	105.2	72.5
2015-2016	128.9	113	105.5	113	121.1	66
2016-2017	130.6	103.1	101.9	105.1	103.4	67.8
2017-2018	110	103.8	112.9	92.6	101.4	62
2018-2019	102.4	105.4	110.9	103.2	101.6	65.1
2019-2020	104.3	106	106.3	116.3	99.2	61.5
2020-2021	94.2	109.7	105.2	106.5	115.6	75.9
2021-2022	102.9	103	102.6	106.8	101.6	88

QUADRO 45 – TAXA BRUTA DE ESCOLARIZAÇÃO NO CONCELHO DE ALIJÓ - MULHERES (%).

Anos Letivos	PE	EB	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Secundário
2012-2013	117.2	108.4	100.5	104.9	121	78.4
2013-2014	114.3	110.6	104.4	107	122.6	72.6
2014-2015	123.8	105.4	101.7	105.4	109.7	70.3
2015-2016	111.9	105.6	94.7	107.3	117.9	88.8
2016-2017	123.5	101.8	94.1	103.7	109.9	85.7
2017-2018	101.3	103.5	97.5	94.7	117.7	88.6
2018-2019	101.3	102.5	98.7	95.5	112.6	83.2
2019-2020	96	100.9	97.3	110.1	100	74.1
2020-2021	91.4	98.8	99.2	101.3	96.9	111.8
2021-2022	94.5	101.6	102.8	97.6	103.3	108.7

(INE, I.P., Censos 2021; DGEE)

QUADRO 46 – TAXA REAL DE ESCOLARIZAÇÃO NO CONCELHO DE ALIJÓ (%).

Anos Letivos	PE	EB	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Secundário
2012-2013	100	96.4	94.5	83	83.1	54.8
2013-2014	100	96.7	96.6	83.7	79.2	57.7
2014-2015	100	95.8	96	84.7	80.5	47.4
2015-2016	100	93.6	91.9	78.7	82.9	47.1
2016-2017	100	91.9	92.3	81.3	78.2	51.5
2017-2018	100	94.2	96.6	80.6	82.8	52.8
2018-2019	100	93.1	98.9	80.3	82.6	51.8
2019-2020	100	93.9	97.3	87.2	79.8	55.5
2020-2021	89.8	95.8	96.6	89.9	86.9	65.5
2021-2022	98.5	96.1	100	93.7	87.2	66.7

QUADRO 47 – TAXA REAL DE ESCOLARIZAÇÃO NO CONCELHO DE ALIJÓ - HOMENS (%).

Anos Letivos	PE	EB	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Secundário
2012-2013	100	95.2	93.3	83.5	77.4	48.4
2013-2014	100	94.5	94.9	82.5	72.9	54
2014-2015	100	95.8	96	86.6	77.8	45.1
2015-2016	100	94.1	96.3	76.1	80.9	42.1
2016-2017	100	91.7	96.8	74.7	73.6	45.4
2017-2018	100	94.2	100	75.3	77.1	44
2018-2019	100	95.2	100	86.2	78.7	46.3
2019-2020	100	95.9	100	88.8	75.4	50.7
2020-2021	89.4	98.3	98.3	88.7	90.2	57.9
2021-2022	100	97.7	98.2	96.6	89.1	58.4

QUADRO 48 – TAXA REAL DE ESCOLARIZAÇÃO NO CONCELHO DE ALIJÓ - MULHERES (%).

Anos Letivos	PE	EB	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Secundário
2012-2013	100	97.7	95.6	82.5	89.5	61.9
2013-2014	100	99	98.3	85	87.1	61.1
2014-2015	100	95.9	96	82.6	83.3	50
2015-2016	100	93.1	87.7	81.7	85	53
2016-2017	100	92.1	88.2	87.7	83	59.8
2017-2018	100	94.1	91.8	85.1	89.5	62.9
2018-2019	100	91.1	94	74.2	86.6	58
2019-2020	96	92.1	94.6	85.5	84.3	60.7
2020-2021	90.3	93.5	94.9	90.9	83.8	74.8
2021-2022	93.4	94.5	100	91.6	85.1	75.7

(INE, I.P., Censos 2021; DGEE)

Deste modo, as políticas públicas em matéria de educação deverão ser orientadas para a elevação dos níveis de escolaridade superiores, mas, a realidade socioeconómica concelhia apresenta-se um desafio a ultrapassar. Ainda sobre a análise da proporção da população residente por níveis de escolaridade, a ideia que decorre perante os quantitativos é a de existir uma maior proporção de população com pelo menos o 3.º CEB em Alijó, mas esse mesmo valor é superior à proporção dos que possuem o Ensino Secundário.

A taxa bruta de escolarização para o Ensino Pré-Escolar era, no ano letivo de 2021/2022, de 99% no território de Alijó e a taxa bruta de escolarização do Ensino Básico, ou seja, a relação entre o número de alunos matriculados no 1.º, 2.º e 3.º CEB e a população residente em idade de frequentar esses níveis de ensino é de 102,3% no município de Alijó. Observa-se ainda uma taxa de escolarização do ensino secundário de 97,9% (contempla o Ensino Profissional) no território. As políticas públicas em matéria de educação têm tido consequências nos sistemas de educação e formação, incorporando uma aposta crescente em estratégias de aprendizagem ao longo da vida. A aposta na qualificação dos adultos pode ser lida pela participação de indivíduos com 18 e mais anos de idade em cursos de educação e formação para adultos.

3.3.7.2. Atividade, emprego e mercado de trabalho.

O planeamento da rede educativa, desde o primeiro nível de formação, mas sobretudo nas modalidades de ensino profissional, tecnológico e nas ofertas formativas ao longo da vida, deverá considerar as atividades económicas que assumem mais preponderância no município de Alijó, dado que estas são potenciadoras de criação de emprego para as qualificações saídas do sistema de ensino. O mercado de trabalho em Alijó tem sofrido grandes transformações decorrentes do despovoamento que se tem registado no território, acentuado pela grave crise económica que se iniciou em 2008 e que afetou negativamente a economia nacional. Apesar da economia local ter beneficiado das políticas municipais de desenvolvimento económico-social começou a evidenciar, a partir de 2014, os primeiros sinais de recuperação económica e seus os indicadores começaram a revelar valores positivos; o indicador de confiança aumentou na indústria transformadora e nos serviços, diminuiu na construção e obras públicas e estabilizou no comércio.

Quanto à caracterização da população ativa no município de Alijó, por local de residência e sexo, é possível observar que, tal como esperado, a freguesia com maiores quantitativos populacionais e que apresenta valores destacados em ambos os sexos, face às restantes freguesias que integram este território concelhio, é a que corresponde à sede de concelho. Em termos globais, no município de Alijó contabilizavam-se, em 2021, um total de 4096 indivíduos, sendo 2253 homens (55,00%) e 1843 mulheres (44,99%) em atividade. Refira-se também o facto de todas as freguesias apresentarem valores mais elevados de ativos no sexo masculino comparativamente ao sexo feminino. Sobre a distribuição da população ativa por grupo etário) é evidente, a nível concelhio, um predomínio de ativos nos grupos etários dos 55-59 (13,88% indivíduos), 50-54 (13,18% indivíduos) e 45-49 (12,28% indivíduos).

QUADRO 49 – POPULAÇÃO ATIVA NO CONCELHO DE ALIJÓ EM 2021 (N.º).

Unidade Territorial (Concelho)	2021		Total
	H	M	
Alijó (concelho)	2253	1843	4096

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 50 – TAXA DE ATIVIDADE NO CONCELHO DE ALIJÓ EM 2021 (%).

Unidade Territorial (Freguesia)	%
Alijó	28,81
Favaios	9,38
Pegarinhos	3,13
Pinhão	7,45
Sanfins do Douro	11,67
Santa Eugénia	1,93
São Mamede de Ribatua	5,22
UF Carlão e Amieiro	4,59
UF Castedo e Cotas	5,54
UF Pópulo e Ribalonga	2,69
UF V. de Mendiz, C. de Loivos e V. de Cotas	4,66
Vila Chã	3,74
Vila Verde	4,08
Vilar de Maçada	7,13

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

Os grupos com resultados mais baixos situam-se nos 25-29 e nos 30-34. Esta tendência torna-se comum à generalidade das freguesias do município. Tendo em consideração o contexto geral dos municípios cujos limites se confrontam com os de Alijó, verifica-se que este destaca-se como sendo o que maior número de empregados possui.

Da análise da distribuição dos empregados, cuja totalidade, em 2021, no concelho de Alijó era de 3762 indivíduos (2069 homens e 1693 mulheres), verifica-se que a percentagem referente ao género masculino era de 54,99% (valor ligeiramente superior ao do Continental (51,0%) e que no sexo feminino, tal como seria expectável, o valor percentual era mais reduzido, tanto nos valores municipais (45,00%), como nacionais (49,0%).

À semelhança da população ativa, também o maior número de empregados correspondia em 2021 à faixa etária dos 55-59 anos (522 indivíduos, correspondendo a 13,88% dos empregados), seguindo-se o grupo etário dos 50-54 anos (496 indivíduos, correspondendo a 13,18%), sendo que em ambos os grupos etários, o sexo feminino assumia a menor expressividade. Relativamente ao grupo etário dos 20-24, em 2021, estavam empregados cerca de 195 indivíduos no município de Alijó, o que correspondia a 5,18% da população com essas idades e no grupo etário de indivíduos com idades superiores a 65 anos estavam empregados 179 indivíduos, correspondendo a 4,76%.

QUADRO 51 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EMPREGADA NO CONCELHO DE ALIJÓ, POR GRUPO ETÁRIO, EM 2021 (N.º E %).

Grupo etário	População Empregada			
	2011		2021	
	n.º	%	n.º	%
15-19	30	0,76	8	0,21
20-24	248	6,27	195	5,18
25-29	407	10,29	267	7,10
30-34	461	11,66	366	9,73
35-39	438	11,07	389	10,34
40-44	525	13,27	473	12,57
45-49	583	14,74	462	12,28
50-54	514	13,00	496	13,18
55-59	388	9,81	522	13,88
60-64	254	6,42	405	10,77
+65	92	2,33	179	4,76

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

A taxa de atividade refere-se à razão entre a população ativa e a população residente com 15 e mais anos, que no município era de 39,06% no ano de 2021, sendo inferior à média da região Douro (45,9%) e à do Continente (53,4%), e o sexo masculino apresentava uma taxa de atividade superior (44,04%), comparativamente ao sexo feminino (34,32%). Devido à evolução demográfica, a população ativa tem vindo a aumentar. Entre 2011 e 2021 o município de Alijó registou um incremento nos valores da taxa de atividade, passando de 37,86% para 39,06%. Estes resultados refletem a trajetória de desenvolvimento económico-social local e trazem consequências quer na competitividade das empresas e do território, quer na capacidade de criação de emprego e de riqueza, essenciais na qualidade de vida as populações. Na última década, a taxa de emprego no município de Alijó manteve-se, passando de 37,33% (2011) para 39,48% (2021).

Um dos principais objetivos estabelecidos na Estratégia Europa 2020 diz respeito ao aumento do emprego, pretendendo-se que até 2020 a taxa de emprego tivesse aumentado para 75% na faixa etária dos 20 aos 64 anos. Nesta matéria, em 2021, a situação do município de Alijó era boa, com uma taxa de emprego para os indivíduos com idades entre os 30-34 anos a rondar os 76,73% e para os indivíduos com idades entre os 40-44 anos com resultados em 75,92%. E, nos grupos etários de 45-49 e 25-29 anos, as percentagens que nesse grupo se registam são elevadas, designadamente com 73,57% e 69,35%. O exame dos resultados para os municípios limítrofes revelam que se encontram próximos dos valores apresentados por Alijó, pelo que as estratégias futuras e em matéria de emprego deverão ser orientadas para o atingir e manter o objetivo.

A análise da repartição da população ativa empregada por setor de atividade económica sublinha a importância que as atividades relacionadas com o setor terciário têm no município, uma vez que este setor representava no ano de 2021 cerca de 57% (o valor divide-se em setor terciário social e setor terciário económico). Para o setor secundário, a proporção era de 16%, estando este valor abaixo da média do Continente (24,8%).

FIGURA 29 – POPULAÇÃO EMPREGADA POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÓMICA, NO CONCELHO DE ALIJÓ, ENTRE 2011 E 2021 (N.º).

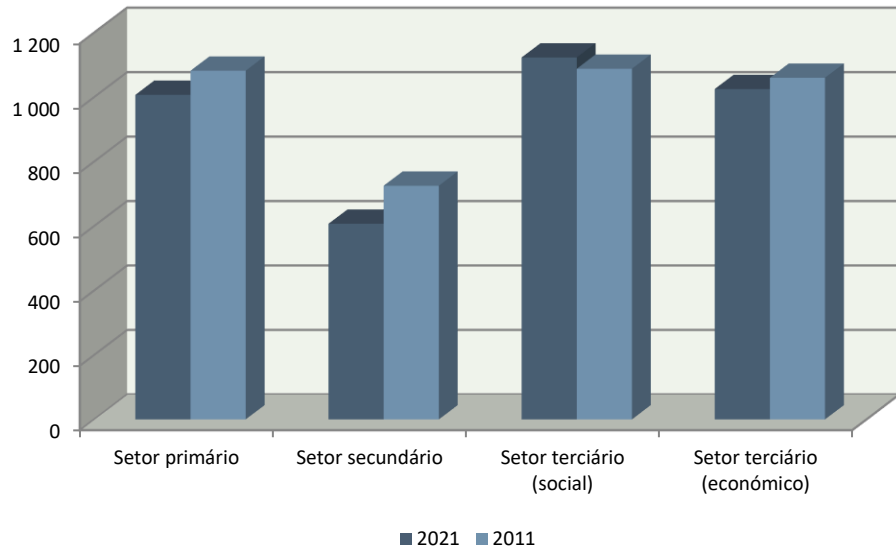
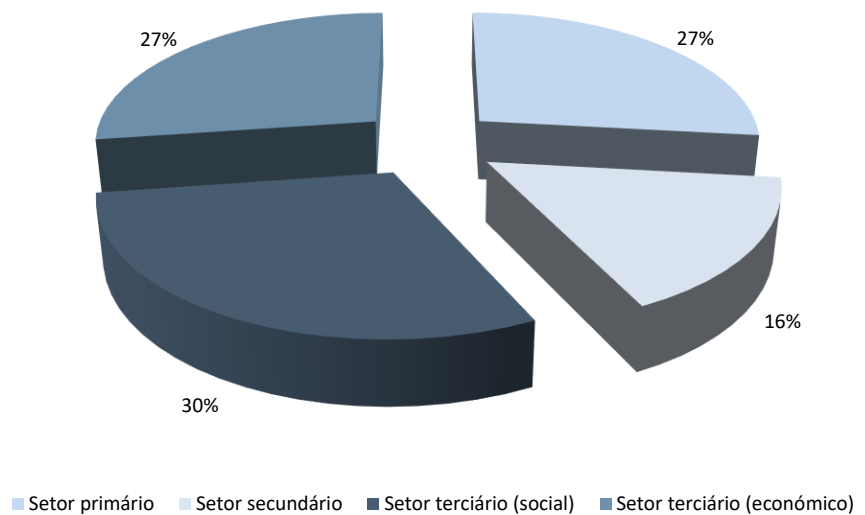
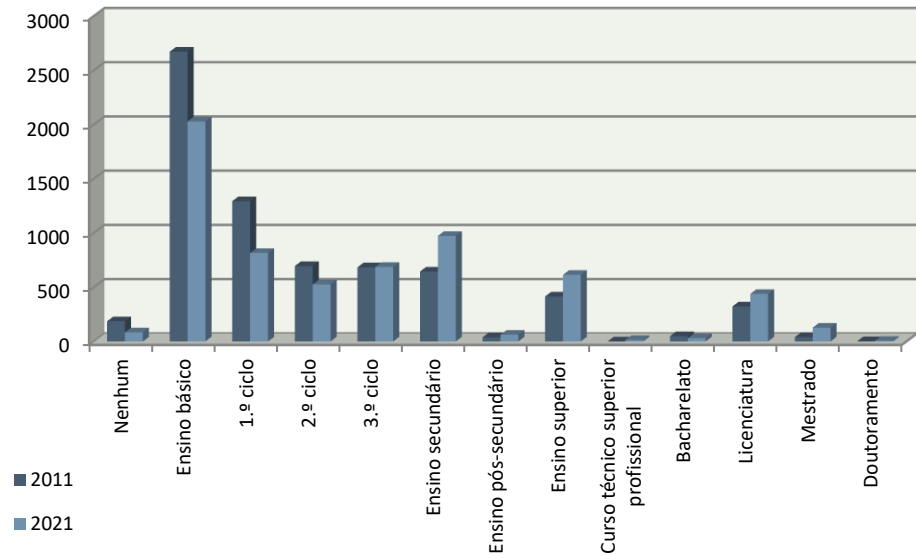


FIGURA 30 – POPULAÇÃO EMPREGADA POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÓMICA, NO CONCELHO DE ALIJÓ, EM 2021.



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

FIGURA 31 – POPULAÇÃO EMPREGADA POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE MAIS ELEVADA COMPLETO, EM ALIJÓ, EM 2021 (N.º).

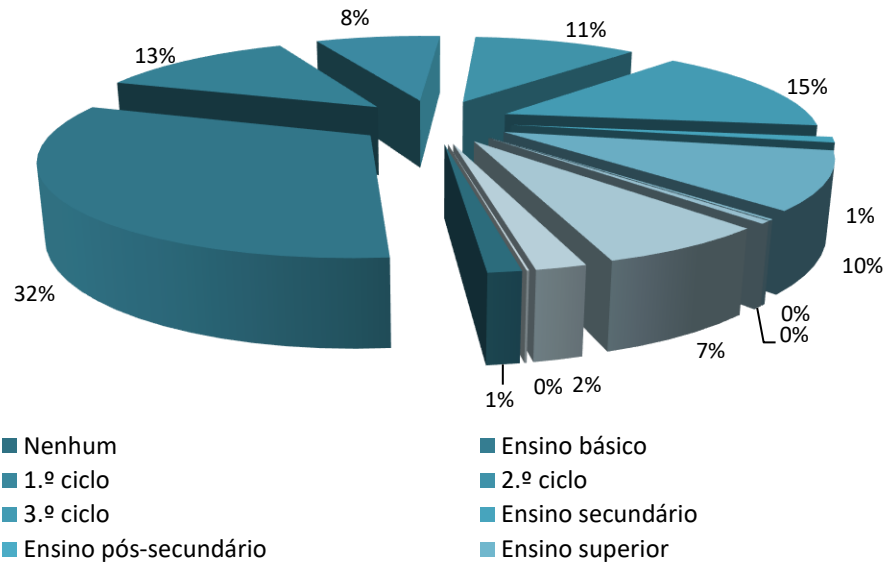


(INE, I.P., Censos 2011-2021)

Por último, os indivíduos empregados no setor primário representavam apenas 27% dos empregados totais, valor superior à média do Continente (2,9%). Note-se que entre 2011-2021 o número de indivíduos empregados baixou nos setores secundário e terciário, ainda que ligeiramente. Quanto ao perfil de escolaridade dos empregados em Alijó, cerca de 15% apresentavam o Ensino Secundário, e o somatório Ensino Superior (21%), como nível de escolaridade mais elevado completo, sendo que 1% não possuía qualquer escolaridade e 13% apenas possuía o 1.º CEB. A percentagem dos empregados com o 3.ºCEB é de 11%.

Nos indicadores que se estendem desde a inexistência de qualquer escolaridade até ao 3.º CEB concluído, Alijó alinha-se com os resultados médios da região, apenas perdendo na percentagem referente aos empregados com o Ensino Superior concluído. A percentagem de 28,7% (em função do total das categorias) da população empregada detém habilitações ao nível do ensino secundário, um valor pouco inferior à média do Continente (29,0%) e próxima do valor da região Douro (27,6%) e, no que diz respeito às habilitações de nível superior, Alijó apresenta igualmente o valor de 21%, o que se entende como pouco satisfatório, pois o indicador em observação é quantitativamente inferior, quando comparado com as percentagens registadas para os territórios limítrofes, bem como para o Continente (30,6%) e pouco acima do valor médio da região Douro (25,9%), constatando-se uma certa desqualificação escolar no conjunto dos trabalhadores no concelho.

FIGURA 32 – POPULAÇÃO EMPREGADA POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE MAIS ELEVADA COMPLETO, EM ALIJÓ, EM 2021.



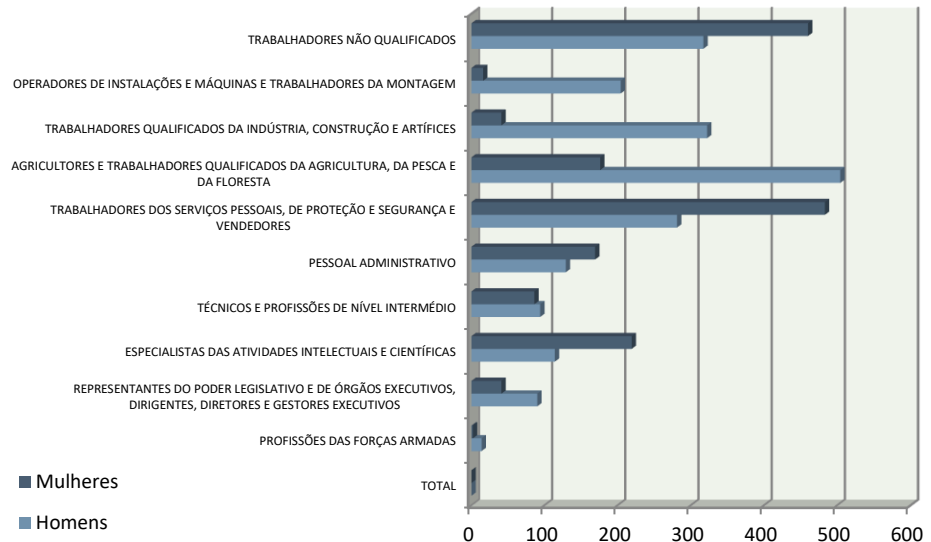
(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 52 – POPULAÇÃO EMPREGADA POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE MAIS ELEVADA COMPLETO, NOS MUNICÍPIOS LIMÍTROFES AO CONCELHO DE ALIJÓ, EM 2021 (N.º).

Unidade Territorial (municípios limítrofes)	Sem nível	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Secundário	Médio	Superior
Alijó	84	2 029	816	526	687	973	62
Carrazeda de Ansiães	42	867	354	225	288	453	28
Murça	39	814	268	212	334	417	27
Sabrosa	31	1 027	377	267	383	541	41
São João da Pesqueira	76	1 660	634	481	545	637	49
Vila Pouca de Aguiar	46	1 978	671	589	718	1 014	49

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

FIGURA 33 – POPULAÇÃO EMPREGADA POR PROFISSÃO, EM ALIJÓ, EM 2021, CPP (N.º).



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 53 – GANHO MÉDIO MENSAL DA POPULAÇÃO EMPREGADA POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE MAIS ELEVADA COMPLETO, EM ALIJÓ, EM 2021 (EUR.).

	Unidade Territorial (município e região)	
	Alijó	Douro
Sem escolaridade	823,68	815,19€
1.º CEB	847,77	835,97€
2.º CEB	846,47	871,77€
3.º CEB	876,85	884,39€
E. Secundário	947,37	955,37€
C. Técnico Profissional	---	1 127,38€
Bacharelato	1620,06	1 457,33€
Licenciatura	1411,91	1 476,33€
Mestrado	1615,20	1 747,83€
Doutoramento	---	1 552,33€
Média	987,07	1 031,52€

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

Tal como foi analisado anteriormente, a proporção de população empregada com ensino superior ainda assume valores baixos. Uma leitura a esse indicador, por grupo etário, deixa perceber que são os mais jovens, entre os 25 e 34 anos, que constituem uma maior percentagem de indivíduos com ensino superior. Atendendo a que um dos objetivos da Estratégia Europa 2020 se relaciona com o aumento em pelo menos 40% da percentagem de população entre os 30 a 34 anos com um diploma do ensino superior, os resultados para Alijó permitem perceber o caminho que falta percorrer em matéria de aumento das habilitações da população residente.

A evolução da estrutura da população residente empregada, segundo a situação na profissão e os grupos de profissões, permite ampliar o conhecimento socioeconómico do território. Relativamente à situação dos indivíduos na profissão, predomina o conjunto de trabalhadores por conta de outrem (68,3%), seguindo-se o grupo dos trabalhadores por conta própria ou isolados (16,7%), pelos empregadores com menos de 10 empregados (9,9%,) seguindo-se os outras tipologias. Tratam-se de valores semelhantes ao observado nos territórios limítrofes e nas unidades territoriais de referência. No que diz respeito aos indicadores relativos ao total dos empregados por níveis de qualificação e profissões desempenhadas pelo sexo masculino, predomina o grupo dos trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta com 24,4%, seguido pelo grupo de trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices com 15,6%, e pelos trabalhadores não qualificados com 15,3%. As profissões com menos empregados do sexo masculino correspondem aos grupos das profissões ligadas às forças armadas, com 0,7%, o grupo dos técnicos e profissões de nível intermédio, com 4,5, e os especialistas das atividades intelectuais e científicas, com 5,5. No que diz respeito ao sexo feminino, as profissões maioritariamente exercidas por mulheres enquadram-se na tipologia das trabalhadoras dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores com 28,5%, seguindo-se o grupo das trabalhadoras não qualificadas com 27,2%. Curiosamente, na terceira posição surgem as especialistas das atividades intelectuais e científicas com 12,9%. Entre as profissões com menor representatividade surgem as operadoras de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem, com 0,9%, e as agricultoras e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta, com 10,4%.

A Educação, estando na base das escolhas pessoais e individuais, é aquela que tem maior impacto nos fatores relacionados com a produtividade do trabalho e nos ganhos salariais auferidos pelos trabalhadores. E, como se sabe, as diferenças salariais também variam segundo as atividades económicas, em relação aos níveis de qualificação e das habilitações literárias. No que diz respeito ao género, verifica-se que a diferença salarial entre homens e mulheres mantém-se desfavorável às mulheres. Com efeito, em 2021, o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem em Alijó era, em 2021, em termos médios de 987,07€, com uma variação entre sexos de 6,5%, sendo favorável aos homens.

O município de Alijó apresenta uma posição favorável perante o valor do salário médio do Continente (920,82€:2021), mas desfavorável face à média desse valor da região do Douro (1031,52€). Os especialistas das atividades intelectuais e científicas são quem auferem o valor remuneratório mais elevado, com o valor médio de 1524,63€, seguidos pelos

representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos, com 1524,63€ e pelos técnicos e profissões de nível intermédio, com 1245,25€. O pessoal administrativo alcança a renumeração média de 1003,79€. O setor industrial e da construção apresenta uma renumeração média de 791,52€ e de 1007,66€ para os trabalhadores das instalações, máquinas e da montagem, e dos trabalhadores qualificados da indústria e artífices, respetivamente. Note-se que estes valores são inferiores à média regional (1045,76€). Por fim, o setor da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca com uma média de remunerações a rondar os 954,87€, mais 123,46 € que na área do Douro (831,41€), e, por último, os trabalhadores não qualificados que se posicionam num nível de rendimentos inferior, auferindo em média 842,32€ mensais, menos 27,03€, quando comparado com o valor médio do Douro (815,29€).

Tal como o que acontece na generalidade dos territórios portugueses, Alijó também apresenta grandes desfasamentos nas remunerações dos trabalhadores detentores de níveis habilitacionais mais elevados (secundário e superior), cujos diferenciais explicam em grande medida os baixos níveis de atratividade na fixação de mão-de-obra qualificada. O nível salarial praticado em Alijó é, na maioria dos itens, superior à média do Douro. A maior diferença, desfavorável, surge quando comparado com a média de Portugal continental. Por norma, quanto maior o nível de habilitação, maior é a discrepância do ganho médio auferido neste município e nos territórios de referência. Em Alijó, as pessoas que possuem uma licenciatura recebem -64,42€ do que a média dos congéneres da área Douro, e os que detêm habilitações ao nível do ensino secundário recebem -8€ do que a média da mesma região. Contraditoriamente, os trabalhadores por conta de outrem em Alijó com o grau de escolaridade do 1.º ciclo têm uma diferença de mais 11,80€, ganhando mais que a média regional. O mercado de trabalho concelhio mostra que os trabalhadores que possuem apenas o 1.º CEB ganham mais 1,3€ do que os que possuem o 2.ºCEB e estes menos 30€ que os que têm o 3.ºCEB. Numa última referência sobre os valores para este território, observa-se que os licenciados ganham, em média, mais 564,14€ do que as pessoas que têm uma escolaridade igual ao 1º ciclo do ensino básico, mais 535,06€ do que as que possuem o 9º ano de escolaridade e mais 464,54€ do que as que detêm o ensino secundário.

Assim, concluir-se-á que muito embora se verifiquem cada vez maiores dificuldades ao ingresso dos licenciados no mercado de trabalho, a frequência do ensino superior influencia, decisiva e positivamente, a retribuição salarial dos diferentes profissionais. Mas, a quantidade de indivíduos licenciados no território de Alijó, por diversos motivos de origem socioeconómicos, revela-se muito baixa e as projeções sugerem uma tendência de decréscimo.

3.3.7.3. Desemprego.

A pobreza e a exclusão social constituem fatores estruturantes numa sociedade cada vez mais seletiva, concentrando-se em especial nos contextos urbanos e em territórios concretos que, por isso, se vão constituído como multiplicadores da privação, entrando-se

num ciclo de pobreza. O aumento da taxa de desemprego constitui um problema, fundamentalmente pela diminuição dos rendimentos familiares, que contribuem para o decréscimo do nível e qualidade de vida e que tem consequências efetivas na comunidade escolar e nos processos de ensino-aprendizagem. Em Alijó, entre os grupos populacionais mais vulneráveis destaca-se o das mulheres, com salários mais baixos e uma taxa de desemprego superior. No entanto, os casos mais gravosos são aqueles em que mais do que um elemento do agregado familiar se encontra desempregado, devendo ser para estes casos canalizadas as prioridades na intervenção.

Assim, a caracterização da problemática do desemprego tem uma importância fulcral para a compreensão das dificuldades económicas e financeiras com que o país, em geral, e os municípios, em particular, se debatem na atualidade. Esse conhecimento permitirá a definição de estratégias para minorar os impactos que a crise financeira e social tem tido ao nível do mercado de trabalho e permitirá desenvolver igualmente estratégias que visam o incremento da qualificação da população, em termos globais, e na adequação das estratégias de educação e formação à realidade do mercado laboral dos diferentes territórios. Por isso, é importante considerar a caracterização de um conjunto de indicadores associados ao desemprego, quer a nível municipal, quer a nível regional para que as estratégias e propostas em termos da carta educativa e do projeto educativo local, se coadunem com as necessidades identificadas nesta fase de diagnóstico.

Entre 2011 e 2021, verificou-se uma diminuição significativa da taxa de desemprego no município de Alijó (de 12,52% para 8,15%), acompanhando a tendência generalizada observada nos restantes municípios limítrofes. Ainda assim, a taxa de desemprego em Alijó apresentou-se sempre, na última década, abaixo da média do Continente (13,19%, em 2011, 8,06%, em 2021) e da região do Douro (12,06%, em 2011, 7,81%, em 2021).

Em 2021, Alijó possuía uma taxa de desemprego alinhada com os valores colhidos para os municípios limítrofes. Estes resultados, nomeadamente os que refletem a evolução para os anos mais recentes, devem ser lidos no quadro de uma ligeira recuperação económica do país, devendo-se, no entanto, ter presente o crescente aumento da emigração, principalmente dos indivíduos mais jovens e mais qualificados. Deste modo, entre 2011 e 2021, ocorreu um decréscimo de 232 desempregados no município, correspondendo a -40,98%, passando dos 566 desempregados em 2011 para os 334 desempregados em 2021.

Este decréscimo está em linha com os resultados registados para a região Douro. Tendo em consideração o ano de 2021, o mais recente no que aos dados diz respeito, importa referir que as faixas etárias dos 35-44 e 45-54 são aquelas que assumem maior representatividade no número de desempregados em Alijó, correspondendo a 75 indivíduos cada, seguindo-se o grupo dos 15-24 correspondendo a 64 indivíduos). Em todos os grupos etários, durante a década em análise (2011-2021), registou-se uma descida considerável, à exceção dos grupos dos 60 aos 64 e dos +65 anos, mas o desemprego entre os mais jovens é o que continua a revelar um peso mais elevado, de resto, como sucede na região Douro.

QUADRO 54 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DESEMPREGADA POR SEXO, NOS MUNICÍPIOS LIMÍTROFES A ALIJÓ, ENTRE 2011-2021 (N.º)

Unidade Territorial (Municípios limítrofes)	População Desempregada			
	2011		2021	
	H	M	H	M
Alijó	269	297	184	150
Carrazeda de Ansiães	129	121	99	90
Murça	131	125	70	77
Sabrosa	158	158	61	87
São João da Pesqueira	127	172	62	100
Vila Pouca de Aguiar	334	335	159	210

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 55 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DESEMPREGADA POR GRUPO ETÁRIO, NO CONCELHO DE ALIJÓ, EM 2021.

Grupo etário	População Desempregada			
	2011		2021	
	n.º	%	n.º	%
15-19	27	4,77	8	2,40
20-24	91	16,08	56	16,77
25-29	95	16,78	29	8,68
30-34	70	12,37	29	8,68
35-39	53	9,36	33	9,88
40-44	53	9,36	42	12,57
45-49	60	10,60	42	12,57
50-54	60	10,60	33	9,88
55-59	34	6,01	37	11,08
60-64	23	4,06	23	6,89
65 +	0	0,00	2	0,60

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

No mesmo quadro temporal, o grupo de desempregados com o nível do 1.º CEB era o mais representativo na estrutura de habilitações dos inscritos no centro de emprego em Alijó (27,7%), valor muito superior ao observado no Continente (13,7%). Em relação à distribuição da população desempregada segundo as habilitações literárias, importa referir que a mesma se reparte de forma muito irregular, seguindo-se, ao grupo dos detentores do 1.ºCEB, o grupo dos que possuem o 3.º CEB completo com 19,0%, depois os que se enquadram com o Secundário terminado com 18% e, em último, os indivíduos que possuem o Ensino Superior, com 7,5%.

Por fim, outro aspeto de grande relevância para o planeamento e desenvolvimento de estratégias de educação e qualificação profissional está relacionado com a caracterização dos desempregados em função da duração da procura de emprego. Em 2023, cerca de

36,6% dos desempregados em Alijó estão inscritos nos centros de emprego há menos de um ano, enquanto 63,4% estão inscritos há mais de um ano, demonstrando a escassez nas ofertas de emprego e, em certa medida, a existência de um desvio entre a educação e a qualificação profissional e o mercado de trabalho. Os números mais significativos de desempregados estão associados aos que se encontram à procura de novo emprego, sendo que aqueles que se encontram numa situação de procura do 1º emprego apresentam valores claramente inferiores. No que diz respeito à comparação entre os novos desempregados inscritos (2021, 2022 e 2023) e as ofertas recebidas é possível observar que estas são inferiores face ao número de indivíduos, mas, por outro lado, verifica-se que genericamente as ofertas são ocupadas e até se contabilizam algumas colocações acima das ofertas recebidas, o que indicia que a totalidade das vagas ficam preenchidas e alguns dos indivíduos procuraram emprego nos municípios limítrofes ou na região. Relativamente aos motivos de inscrição do centro de emprego dos novos desempregados, a grande maioria fez a inscrição em virtude do término do trabalho não permanente (final de contrato).

4. A REALIDADE EDUCATIVA DO TERRITÓRIO.

4.1. Oferta Educativa da rede pública.

4.1.1. Rede escolar pública.

Alijó, território de baixa densidade, à primeira observação, não parecia apresentar especial complexidade no domínio da organização do território educativo e da formação. No ano letivo 2023-2024, a rede escolar do município de Alijó abrange todos os ciclos de ensino: Pré-Escolar, 1.º CEB, 2.º CEB, 3.º CEB e Ensino Secundário (Regular e Profissional), garantidos por um total de quinze estabelecimentos de ensino: no Ensino Pré-Escolar, elencam-se a Escola Básica de Alijó, Escola Básica de Pegarinhos, Alijó, Escola Básica de Vilar de Maçada, Alijó, Escola Básica de Sanfins do Douro, Alijó, Escola Básica N.º 1 do Pinhão e o JI de Vilarinho de Cotas; no 1.ºCEB, listam-se a Escola Básica de Alijó (centro escolar), de Escola Básica de Favaios, Alijó, de Escola Básica de Pegarinhos, Alijó, de Escola Básica N.º 1 do Pinhão e da Escola Básica de Vilar de Maçada, Alijó; para o 2.º e 3.ºCEB existem a Escola Básica de Alijó e a Escola Básica N.º1 do Pinhão; no Ensino Secundário encontra-se a Escola Básica e Secundária D. Sancho II, Alijó, que ainda oferece o Ensino Profissional. No ano letivo 2023-2024, a oferta de ensino da rede escolar pública é constituída pelos estabelecimentos citados, que se distribuem pelas freguesias cujas designações sugerem: Alijó, Favaios, Pegarinhos, Pinhão, Sanfins do Douro, UF de Vale de Mendiz, Casal de Loivos e Vilarinho de Cotas e a de Vilar de Maçada. Os restantes concentram-se na sede de concelho no AE D. Sancho II, ou na sua proximidade.

No âmbito dos estabelecimentos de ensino de base local e de proximidade, como são os JI e das EB, os mencionados representam 100% do total da oferta escolar pública e 60% do total da oferta escolar (pública+privada) do território do concelho de Alijó. Estes valores exprimem ainda, dentro do conjunto da oferta pública, apenas 16% dessa oferta surge reunida apenas num único local que corresponde à escola sede do AE D. Sancho II. Refira-se que a rede escolar pública do município de Alijó reflete as necessidades de funcionalidade, a procura de eficiência do sistema e, em larga medida, as determinações superiores das direções governamentais. Não obstante, se considerarmos o atual padrão de distribuição populacional, podemos concluir que essa disposição, organização e funcionamento visa assegurar uma cobertura que satisfaça a procura escolar e possibilitar a sua utilização, de um processo de ensino-aprendizagem com qualidade, por parte de todos os seus atuais e potenciais utilizadores.

Na atual oferta educativa elenca-se o Ensino Pré-Escolar, o 1.ºCEB, o 2.ºCEB, o 3.ºCEB e o Ensino Secundário com os cursos Científico-humanísticos (Ciências e Tecnologias; Línguas e Humanidades, Ciências Socioeconómicas e Artes Visuais) e ainda o Ensino Profissional (C. Técnico(a) de Restauração e Bar; C. Técnico(a) de Auxiliar de Saúde; C. Técnico(a) de Turismo, C. Técnico(a) de Informática e sistemas). Como único AE no concelho de Alijó este defende que o trabalho científico e pedagógico desenvolvido, e a sua continuidade, dentro de parâmetros de elevada exigência deverá sempre constituir o principal argumento que garanta aos Pais e Encarregados de Educação dos atuais alunos que a sua opção foi a mais acertada e que afiance aos futuros alunos como sendo uma decisão segura.

QUADRO 56 – OFERTA EDUCATIVA PÚBLICA POR TIPOLOGIA NO ANO LETIVO 2023/24.

Concelho	PE	1.ºCEB	2.º, 3.ºCEB	ES	Total
Alijó	6	6	2	1	15

QUADRO 57 – OFERTA EDUCATIVA PÚBLICA (ENSINO PRÉ-ESCOLAR) NO ANO LETIVO 2023/24.

Escolas	Total
Escola Básica de Alijó, Alijó	1
Escola Básica de Pegarinhos, Alijó	1
Escola Básica de Vilar de Maçada, Alijó	1
Escola Básica de Sanfins do Douro, Alijó	1
Escola Básica N.º 1 do Pinhão, Alijó	1
Jardim de Infância de Vilarinho de Cotas, Alijó	1

QUADRO 58 – OFERTA EDUCATIVA PÚBLICA (1.º CEB) NO ANO LETIVO 2023/24.

Escolas	Total
Escola Básica de Alijó, Alijó	1
Escola Básica de Favaios, Alijó	1
Escola Básica de Pegarinhos, Alijó	1
Escola Básica N.º 1 do Pinhão, Alijó	1
Escola Básica de Sanfins do Douro, Alijó	1
Escola Básica de Vilar de Maçada, Alijó	1

QUADRO 59 – OFERTA EDUCATIVA PÚBLICA (2.º E 3.ºCEB) NO ANO LETIVO 2023/24.

Escolas	Total
Escola Básica do Pinhão, Alijó	1
Escola Básica e Secundária D. Sancho II, Alijó	1

QUADRO 60 – OFERTA EDUCATIVA PÚBLICA (ENSINO SECUNDÁRIO, REGIME GERAL E ENSINO PROFISSIONAL) NO ANO LETIVO 2023/24.

Escolas	Total
Escola Básica e Secundária D. Sancho II, Alijó	1

A esse argumento e preocupação acresce um clima relacional positivo, uma cultura organizacional estável e a disponibilidade de recursos materiais e humanos que asseguram a qualidade do ensino. Para isso, mas também para o estímulo e desenvolvimento integral das diferentes competências e dos seus níveis, o AE D. Sancho II procura desenvolver projetos de desenvolvimento educativo, pensados e articulados de forma transversal, privilegiando quatro dimensões, designadamente a aquisição de aprendizagens significativas, a comunicação, a colaboração e a resolução de problemas. No seu conjunto descobrem-se projetos muito diversos que abrangem a cultura, o diálogo intercultural, a ciência, o ambiente, o desporto, a saúde, a comunicação, a música, a leitura e a escrita.

As origens, a evolução da rede escolar e o desenvolvimento do ensino no concelho de Alijó ainda está por escrever, mas conhecem-se algumas notas sobre o AE D. Sancho II. O primeiro Agrupamento Vertical de Escolas de Alijó foi constituído em 2003, integrando vários níveis de ensino, desde a Educação Pré-Escolar até ao 3.º CEB. No ano letivo de 2007/08, a Escola Secundária de Alijó passou a integrar o Agrupamento dando origem ao Agrupamento Vertical de Escolas de Alijó. Em 2009/10 passou a ter a designação de Agrupamento de Escolas de Alijó e, no ano letivo seguinte, foram fundidos os Agrupamentos de Escolas de Alijó e Pinhão, originando o atual Agrupamento que, em 2013/14, passou a designar-se AE D. Sancho II – Alijó. As instalações da escola sede do AE funcionaram como liceu, tendo sido uma extensão da atual Escola Secundária Camilo Castelo Branco, de Vila Real, até ao ano de 1975.

O AE D. Sancho II pretende ser um espaço privilegiado de participação de toda a comunidade educativa, bem como da promoção da flexibilidade e da autonomia. Os princípios que o AE segue e que contribuem para o sucesso educativo, consistem no exercício de liderança promotora da qualidade do ensino; na inovação pedagógica e tecnológica; na construção de um ambiente favorável ao ensino-aprendizagem; na diversidade da oferta formativa; no desenvolvimento da capacidade para o trabalho e proporcionar, com base numa sólida formação geral, uma formação específica para a ocupação de um justo lugar na vida ativa que permita ao aluno prestar o seu contributo ao progresso da sociedade em consonância com os seus interesses, capacidade e vocação. Procura ainda assegurar o direito à diferença, mercê do respeito pelas personalidades e pelos projetos individuais da existência, bem como da consideração e valorização dos diferentes saberes e culturas, a contribuir para desenvolver o espírito e as práticas democráticas, através da adoção de estruturas e processos participativos de todos os intervenientes do processo educativo, em especial os alunos, famílias e docentes. Finalmente, a ação do AE D. Sancho II pretende valorizar a dimensão cultural e humanista, e promover a ligação ao meio através do empreendedorismo e da realização de atividade de natureza social e cultural.

Estes princípios orientadores constituem ainda estratégias para a promoção do sucesso educativo e prevenção do abandono escolar e da inovação pedagógica e tecnológica como meio catalisador de aprendizagens e conhecimento. Propõem-se ainda à ampliação do trabalho cooperativo, colaborativo e articulado (partilha de informação, experiências e saberes), ao desenvolvimento de um plano de educação para a saúde, através da adoção de comportamentos saudáveis promotores de bem-estar físico, emocional e social.

QUADRO 61 – OFERTA EDUCATIVA E COMPLEMENTAR NO ANO LETIVO 2023/24.

Nível de Ensino	Oferta Educativa e complementar
Ensino Pré-escolar	Educação Pré-Escolar. Atividades de Animação e de Apoio à Família.
1.º CEB	Básico regular. Atividades Extra Curriculares de: Língua Inglesa; Atividade Física e Desportiva; Expressão Musical.
2.º CEB	Básico regular.
3.º CEB	Básico regular.
Ensino Secundário	Científico-humanísticos: Ciências e Tecnologias; Línguas e Humanidades; Ciências Socioeconómicas; Artes Visuais Curso Profissional: Curso Técnico(a) de Restauração e Bar; Curso Técnico(a) de Auxiliar de Saúde; Curso Técnico(a) de Turismo, Curso Técnico(a) de Informática e sistemas.

(CMA, AEDSII)

E procuram defender os valores da disciplina, respeito mútuo, tolerância, autonomia e esforço como elementos essenciais na construção do conhecimento e, evidentemente, a equidade social. Deseja-se que os membros da comunidade educativa participem mais ativamente e que se desenvolva a consciência civil e as sinergias empáticas em prol da edificação contínua do tecido social da comunidade, valorizando e desenvolvendo o pensamento crítico e a valorização do papel do aluno na construção do futuro, criação de laços estruturais com as forças vivas do meio, visando a construção de parcerias sólidas e vantajosas para a comunidade educativa.

A visão do AE D. Sancho II procura responder onde quer chegar e o que deseja ser no futuro. A sua visão é e contém o sonho de toda a comunidade pelo que pretende ser uma instituição educativa de referência local, regional e nacional pela qualidade do serviço educativo prestado, fomentando o sucesso escolar de todos os alunos, através de uma educação inclusiva que disponibiliza e promove os apoios e as ferramentas indispensáveis a cada aluno, de acordo com as suas características específicas. Quer ser uma escola aberta à comunidade, integradora e promotora de valores de cidadania, atenta às diversidades étnicas, culturais e sociais existentes, formando cidadãos conscientes, tolerantes, solidários, responsáveis e participativos. O AE apresenta-se como sendo um espaço de ensino, sempre recetivo à participação não apenas da comunidade local, mas também de entidades e instituições regionais, nacionais e internacionais, estabelecendo parcerias e procurando projetos que proporcionem oportunidades de conhecimento de realidades diversas, inovadoras e desafiantes para todos os elementos da comunidade educativa, permitindo o

seu crescimento contínuo e integral, em especial dos discentes. Dentro dos seus objetivos de médio prazo, o AE quer ser uma instituição moderna e dinâmica, que acompanha e se ajusta às realidades de uma sociedade cada vez mais globalizante e em constante transformação, preparando os alunos para desafios sociais e profissionais cada vez mais complexos e inovadores. Por fim, entre as suas aspirações para o futuro, o AE pugna por manter e requalificar as infraestruturas dos diferentes estabelecimentos de educação e procurar ajustar os edifícios e seus equipamentos à implementação de práticas pedagógicas pertinentes e inovadoras, apoiando os seus colaboradores (docentes e não docentes) através de formação adequada e procurando que todos os seus elementos (alunos, docentes, não docentes, pais e encarregados de educação) tenham um sentimento de pertença, demonstrando disponibilidade para a construção de uma organização, cada vez melhor, que se apresenta como uma referência na comunidade, promovendo a aquisição, a consolidação e a validação de saberes e de competências aos níveis científico, tecnológico, cultural, ambiental e social.

Como propósito da sua existência, o AE D. Sancho II deve proporcionar uma formação integral a todos os seus alunos, promovendo a sua valorização académica, pessoal e social. Dessa forma, deve igualmente inculcar e desenvolver nos discentes, valores e competências que lhes permitam responder aos desafios complexos do mundo atual, e às constantes mudanças resultantes da evolução acelerada do conhecimento e da tecnologia. Enquanto instituição promotora de um espírito democrático, tem de ser inclusiva e multifacetada, atenta às diversidades culturais existentes e aos diferentes ritmos de aprendizagem, fomentando a formação de cidadãos responsáveis, intervenientes, tolerantes e solidários. Como a maioria dos alunos que frequenta a Escola se encontra inserida no contexto da escolaridade obrigatória definida por lei, a mesma deve criar condições que permita aos alunos desenvolverem um perfil capaz de mobilizar valores e competências que os tornem interventivos no quotidiano das sociedades, tomarem decisões livres e estruturadas sobre questões de índole diversa, terem espírito crítico, e apresentarem uma capacidade de participação ativa, cívica, responsável e consciente. Os princípios subjacentes a esse perfil são, entre outros, a sustentabilidade, a aprendizagem, a estabilidade, a inclusão, a coerência, a ousadia, a flexibilidade, a adaptabilidade e o saber, sempre suportados por uma base humanista. Assim, a Escola, em permanente articulação com o meio onde se insere, deve promover nos seus discentes a aquisição de múltiplas literacias, competências e valores que os tornem no presente e no futuro cidadãos ativos, garantindo não só a sua capacidade de trabalho e de aprendizagem ao longo da vida, mas também identificando e procurando soluções para os problemas mais prementes da nossa comunidade.

Quanto aos valores que o AE D. Sancho II e a comunidade educativa partilham designadamente o Trabalho, a Responsabilidade, a Autonomia, o Compromisso, o empreendedorismo, a Equidade, o Diálogo, a Reflexão, a Cooperação, a Competência, a Inovação e a criatividade, a Tolerância, a Confiança, a Solidariedade e Inclusão.

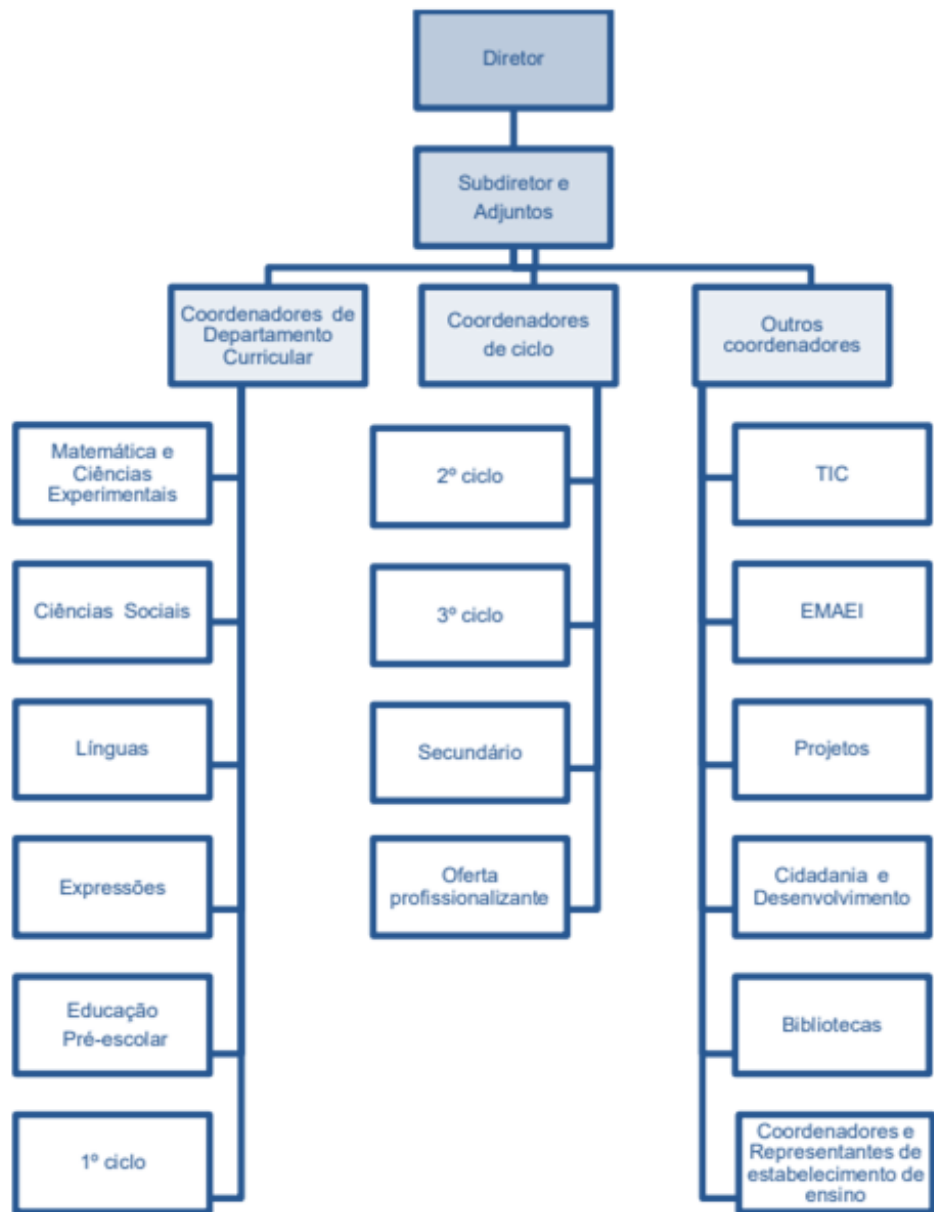
Em suma, o AE D. Sancho II pretende ser uma verdadeira escola do século XXI, um espaço educativo de excelência e de abertura, que contribua significativamente para o desenvolvimento de todos: crianças, alunos, docentes, não docentes, técnicos, famílias, no sentido da transformação individual, da comunidade local, do país e do mundo. Uma escola

onde se constroem oportunidades de valorização de cada um, assentes na autonomia, na solidariedade, no desafio, na alegria de conviver e aprender.

Considerando a realidade decorrente do reordenamento da oferta escolar em 2006-2007, o AE D. Sancho II ajustou a sua organização administrativa e pedagógica. Atualmente, a organização do Agrupamento assenta em três domínios principais: o domínio executivo, o domínio pedagógico e o domínio administrativo. Em termos de constituição do organigrama executivo, o mesmo é presidido pelo Conselho Geral, que delega na Direção as tarefas e responsabilidades que garantem a funcionalidade do AE, a administração e gestão das áreas pedagógica, cultural, administrativa, financeira e patrimonial, a gestão do Pessoal Docente e do Pessoal Não Docente, sendo este último um campo mais diversificado (Téc. Superiores, Téc. Especializados, Coordenadores e Encarregados). Existem também os Conselhos Administrativo e o Pedagógico, sendo o primeiro o órgão deliberativo em matéria administrativo-financeira do AE, composto pelo diretor, pelo subdiretor ou um(a) adjunto(a) ao diretor e pelo(a) chefe dos serviços de administração escolar; e o segundo é o órgão de coordenação e supervisão pedagógica e orientação educativa, nos domínios pedagógico-didático, da orientação e acompanhamento dos alunos e da formação inicial e contínua do pessoal docente.

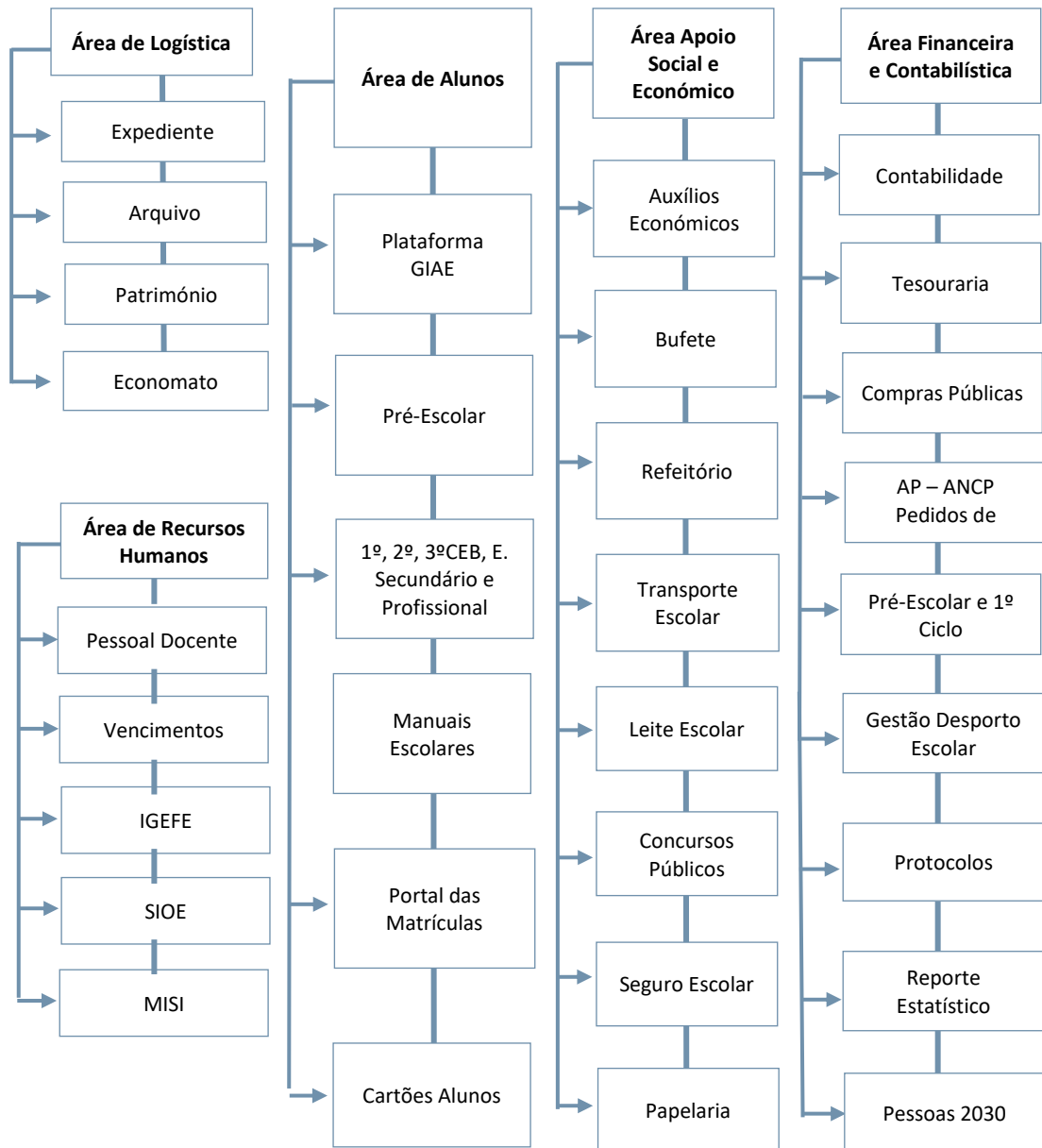
Ainda há a contemplar na organização do AE de Alijó, em termos de funcionalidade, a superintendência do Conselho Geral e a participação da Direção, do Conselho Pedagógico, a Associação de Pais, a SADD e o Conselho Administrativo na aprovação e regulação das linhas orientadoras do projeto-orçamento (aprovação das contas de gerência aprovação do regulamento interno; proposta de reordenamento escolar) e das linhas orientadoras das propostas de formação (medidas e procedimentos pedagógicos a adotar; proposta de atuação disciplinar e normativa; metodologia e aprovação, avaliações de desempenho; aprovação de investimentos, contas e mapas). Da participação destas linhas orientadoras, a Direção do AE deverá implementar as orientações atrás referidas, resolver situações e problemas, gerir e orientar os seus recursos humanos, assegurar o normal funcionamento do agrupamento e zelar pelo bem-estar e segurança dos alunos e pela boa conservação dos equipamentos. Aos diversos coordenadores cabem implementar medidas pedagógicas e didáticas, assegurar uma eficiente rede de oferta formativa, desenvolver políticas centrais e locais de educação, implementar os projetos aprovados e desenvolver atividades lúdicas e pedagógicas. Finalmente, há ainda a considerar os domínios da Coordenação dos Serviços da Administração Escolar, que se dividem em cinco áreas: Financeira e Contabilística, Alunos, Apoio Social e Económico, Recursos Humanos, Área de Logística.

ESQUEMA 1 – ORGANIZAÇÃO DO AE D. SANCHO II, ALIJÓ.



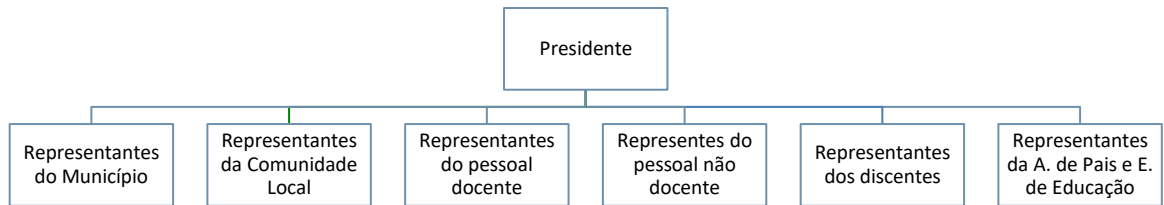
(AEDSII)

ESQUEMA 2 – ORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS DO AE D. SANCHO II, ALIJÓ.



(AEDSII)

ESQUEMA 3 – ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO GERAL DO AE D. SANCHO II, ALIJÓ.



(AEDSII)

QUADRO 62 – COMPOSIÇÃO DOS SERVIÇOS.

Direção Executiva	Pessoal Docente	Pessoal Não Docente	Técnicos Superiores	Assistentes Técnicos	Assistentes Operacionais
1 Diretor					
1 Subdiretor	151	94	6	16*	72**
3 Adjuntos					

(CMA; AEDSII) * dos quais 8 pertencem ao município; ** dos quais 20 pertencem ao município

As parcerias internas e externas assumem, no desenvolvimento de projetos, um papel fundamental, uma vez que os alunos aprendem através de desafios da vida real, indo para além da sala de aula e da escola, tomando consciência que as suas decisões e ações contribuem não só para o seu futuro individual, mas também para o futuro coletivo.

Estas entidades parceiras poderão ser regionais e/ou nacionais, podendo dar-se como exemplo as empresas do próprio distrito e de concelhos limítrofes pertencentes a distritos diferentes, bem como ONG nacionais e até internacionais. Contudo, a conceção e o desenvolvimento de projetos assentes nas necessidades, recursos e potencialidades da comunidade a que pertencem possibilitam que os/as alunos/as, de forma contextualizada e mais direta, desenvolvam experiências reais de participação e de vivência da cidadania. Dá-se, pois, continuidade ao desenvolvimento de projetos através de parcerias com diversas entidades: Câmara Municipal e Juntas de Freguesia; CPCJ; Biblioteca Municipal; Bombeiros Voluntários; GNR/Escola segura; Centro de Saúde; Santa Casa da Misericórdia; Centros sociais/lares de terceira idade; Associações Culturais e Recreativas; Universidades e Institutos Politécnicos, etc.

Para efetuar a monitorização dos resultados escolares e do grau de satisfação da comunidade com os serviços prestados, existe a Equipa de Coordenação da Autoavaliação do Agrupamento (ECAVA) que periodicamente, a partir dos dados recolhidos, produz os respetivos relatórios.

QUADRO 63 – ELENCO DAS PRINCIPAIS ENTIDADES PROTOCOLADAS COM O AE D. SANCHO II, ALIJÓ, EM 2023/24.

Entidades	Âmbito e Forma de concretização
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Camara Municipal de Alijó; ▪ Juntas de Freguesia; 	Recursos, apoios aos alunos; cantinas; componente de apoio à família; transportes e participação no PAA; atividades de enriquecimento curricular; atividades de apoio à família.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ CPCJ 	Acompanhamento dos alunos/famílias sinalizadas; visitas domiciliárias; monitorização trimestral do desempenho escolar.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Centro de saúde 	Saúde escolar; alimentação e ambiente; avaliação psicológica; educação para os afetos e segurança; visitas do pessoal médico e de enfermagem; palestras abertas à comunidade; consultas de psicologia; sessões informativas e esclarecimentos sobre temáticas da saúde; apoio da enfermeira da saúde escolar.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ IPSS 	Apoio à comunidade; apoio a crianças e jovens/ à família/ à integração social e comunitária; proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho; resolução dos problemas habitacionais das populações; educação e formação profissional dos cidadãos; promoção e proteção da saúde (prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação).
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Associações Culturais e Recreativas 	Atividades culturais, desportivas, recreativas e de apoio social; colaboração e/ou participação na concretização do plano anual de atividades do agrupamento;
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Associações Empresariais (locais e dos concelhos limítrofes) 	Ações de orientação vocacional; inserção profissional; estágios em contexto de trabalho; acolhimento/realização de estágios em contexto de trabalho dos alunos dos cursos de educação e formação e outros cursos vocacionais; ações com os alunos.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ GNR 	Escola segura; GIPS; vigilância da entrada e saída dos alunos da escola; ações de sensibilização sobre escola segura, internet segura, prevenção rodoviária, igualdade de género, prevenção da violência doméstica, ambiente
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Farmácias locais ▪ Bombeiros Voluntários 	PAA / Projeto Mais Saúde; colaboração na dinamização de ações que visem a promoção integral da comunidade educativa colaboração na dinamização de ações que visem a promoção integral da comunidade educativa;
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Papelaria local e editoras 	PAA; Colaboração nas Feiras do Livro.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Universidades e Institutos politécnicos ▪ Associações ambientais 	Desenvolvimento curricular; visitas de estudo; PAA; Workshops temáticos; Concursos científicos;

QUADRO 64 – ELENCO DAS PRINCIPAIS ENTIDADES PROTOCOLADAS COM O AE D. SANCHO II, ALIJÓ, EM 2023/24.

Entidades	
<p>Câmara Municipal de Alijó; Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ); Centro de Saúde de Alijó; Bombeiros Voluntários de Alijó; Guarda Nacional Republicana / Escola Segura; Consultua (ensino e formação profissional). Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM) – Sabrosa; Associação Bagos d’Ouro; Juntas de Freguesia; Instituto Português da Juventude, I.P.D.J.; Santa Casa da Misericórdia de Alijó; Instituto do Desenvolvimento. Centro Hospitalar de Trás-Os-Montes e Alto Douro Resinorte Electrão Instituto Politécnico de Viseu Escola de Hotelaria e Turismo de Lamego A Saúde em Português, no âmbito do Projeto Mercadoria Humana #Norte – Sensibilização em Tráfico de Seres Humanos Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – UTAD CRTIC-Mirandela</p>	<p>CRI-Douro Núcleo Local de Inserção - NLI EDP - AHFT (Aproveitamento Hidroelétrico Foz Tua). Centro de Formação de Associação de Escolas de Vila Real; Cabeleireira Bela Comunidade Escolar Farmácia Dr. Henrique Pereira Papelaria “O Miminho” Pronto-a-Vestir Esperança Quinta da Seixeda - Restaurante e Residencial Oásis Supermercado Coviran XTODesign Adega Cooperativa de Favaios Quinta da Aversada LBV House Hotel Restaurante O Pelourinho The Vintage House Hotel, Douro Centro Social Recreativo e Cultural de Vilar de Maçada Grupo Social, Recreativo, Cultural e Desportivo de Favaios Douro Gourmet, Lda</p>

Estes são objeto de análise e reflexão sendo este trabalho realizado ao nível dos diferentes órgãos para daí retirar as informações necessárias à regulação e melhoria das práticas letivas e do ensino aprendizagem. Nos anos letivos de 2022/23 e 2023/24, o AE D. Sancho II, com base nos documentos de avaliação e através da análise operada pelas diferentes estruturas, no triénio mais recente, identificou alguns problemas ou áreas que merecem uma intervenção prioritária de forma a melhorar o serviço prestado e que constam do seu projeto educativo. Da análise interna efetuada foi realizado um diagnóstico, cuja síntese resulta da avaliação interna e externa (IGEC), das orientações da tutela e da caracterização do AE. Foram estabelecidos os seguintes eixos de análise e de intervenção: Educativo e Pedagógico, Funcionamento do AE, Relação AE/Comunidade e a Formação dos membros da Comunidade Educativa. A partir desse exame, apurou-se um diagnóstico de constrangimentos e uma análise *swot* que mapeia e simplifica o diagnóstico estratégico e identifica os principais pontos fortes/fatores de sucesso e as áreas de melhoria/oportunidades de intervenção, relativamente a cada um dos eixos de análise e intervenção.

QUADRO 65 – DIAGNÓSTICO DE CONSTRANGIMENTOS.

Domínios	Oportunidades de intervenção (áreas passíveis de melhoria)
Educativo e Pedagógico	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Diferença negativa entre os resultados da avaliação interna e da avaliação externa no 9º ano. ▪ Necessidade de um maior equilíbrio entre os resultados da avaliação interna e externa nas disciplinas com Exames Finais Nacionais do Ensino Secundário. ▪ Dificuldades, na classe docente, na utilização/apropriação de ferramentas digitais na promoção do ensino colaborativo/cooperativo. ▪ Existência de situações de incumprimento das regras por parte de alguns alunos. ▪ Algum absentismo dos discentes. ▪ Fracos hábitos de estudo e uma cultura de responsabilidade deficitária. ▪ Pouca diversificação de percursos alternativos adequados aos interesses dos alunos.
Funcionamento do AE	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Escassez de recursos humanos para a operacionalização de medidas que promovam o sucesso dos alunos, nomeadamente apoios educativos nas diferentes áreas. ▪ Insuficiência nas práticas de supervisão pedagógica e acompanhamento da prática letiva em sala de aula. ▪ Reduzida vigilância dos espaços exteriores. ▪ Insuficiência de equipamentos/degradação, em diferentes estabelecimentos de ensino, nomeadamente no âmbito das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) nos estabelecimentos do 1.º Ciclo e Educação Pré-escolar. ▪ Reduzida funcionalidade das infraestruturas e espaços exteriores dos edifícios danificados e pouco atrativos. ▪ Escassez, nos jardins-de-infância, de espaços cobertos e inexistência de espaços com areia além de locais para hortas pedagógicas. ▪ Dificuldade de respeito pela preservação do Património Escolar por parte de alguns alunos. ▪ Insuficiente divulgação de todos os Clubes e Projetos do Agrupamento.
Relação Agrupamento/Comunidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Elevado número de núcleos familiares com nível cultural baixo e dificuldades socioeconómicas. ▪ Reduzida valorização do percurso escolar por parte dos alunos. ▪ Reduzida participação dos Pais e Encarregados de educação na vida escolar dos seus educandos.
Formação dos membros da Comunidade Educativa	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Necessidade de Formação do Pessoal Docente e Não Docente no sentido de uma melhor preparação para a resolução dos problemas identificados. ▪ Falta de recursos humanos qualificados e de materiais nas atividades de Animação e Apoio à Família, para o seu desenvolvimento, condicionada pelos horários.

		Ambiente interno	
		Pontos Fracos (SOBREVIVÊNCIA)	Pontos Fortes (MANUTENÇÃO)
Ambiente Externo	Ameaças	<ul style="list-style-type: none"> • Insuficiência de Recursos humanos a nível de pessoal não docente. • Diminuição da população escolar. • Dispersão geográfica dos JI e das EB1. • Taxas de insucesso em algumas áreas disciplinares. • Discrepância entre os resultados da avaliação interna e avaliação externa em algumas disciplinas. • Reduzida articulação pedagógica interciclos. • Média etária do pessoal docente e não docente elevada. • Dificuldades, na classe docente, na utilização/apropriação de ferramentas digitais na promoção do ensino colaborativo/cooperativo. • Existência de situações de incumprimento das regras por parte de alguns alunos – indisciplina dentro e fora da sala de aula. • Fracos hábitos de estudo e de uma cultura de responsabilidade. • Insuficiência de equipamentos/degradação, em diferentes estabelecimentos de ensino, nomeadamente no âmbito das TIC com equipamentos antiquados e desajustados às exigências dos mecanismos educativos atuais e sistema operativo descontinuado e já sem suporte oficial. • Insuficiência na diversidade de oferta complementar do prolongamento de horário na Educação Pré-escolar e pouca diversidade de materiais. • Insuficiência de instalações/infraestruturas de apoio para a prática de Educação Física nos estabelecimentos do 1º Ciclo. • Reduzida aspiração social, cultural e profissional por parte de alguns alunos. • Absentismo de alguns discentes. • Problemas ao nível de serviços de cantina, bar e espaços exteriores (recreio). • Deterioração de alguns edifícios do AE. • Fraco envolvimento dos encarregados de educação no processo de aprendizagem dos seus educandos, especialmente nos níveis de ensino mais elevados. • Elevado número de núcleos familiares com nível cultural baixo e dificuldades socioeconómicas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estabilidade e experiência pedagógica do corpo docente. • Trabalho cooperativo e colaborativo entre docentes. • Incremento das Práticas de supervisão pedagógica. • Articulação pedagógica intradisciplinar. • Utilização de plataformas digitais para a promoção do ensino (Microsoft 365/Teams; Alijó + Educa; Escola Virtual; UBBU e Hypatiamat). • Realização de atividades e desenvolvimento de projetos. • Desenvolvimento de projetos de articulação e continuidade curricular, previstos no PAA do AE, com impacto na integração das crianças na escolaridade obrigatória. • Evolução positiva dos resultados escolares internos em algumas disciplinas. • Decréscimo da taxa de abandono escolar. • Diversificação das Medidas de Promoção do sucesso escolar. • Reconhecimento do desempenho escolar (Quadro de Honra). • Existência de Serviço de Psicologia e Orientação (SPO). • Estabelecimento de parcerias com entidades externas. • Oferta educativa diversificada. • Organização e dinamização de atividades pela Biblioteca escolar. • Planeamento e avaliação intermédia da prestação do serviço educativo. • Funcionamento do GAA. • Utilização das TIC como instrumentos/meios ao serviço do conhecimento e da aprendizagem. • Oferta das disciplinas de “Artes e Tradições” e “Oficina Multimédia” como oferta complementar.
	Oportunidades	<p style="text-align: center;">(DESENVOLVIMENTO)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Existência de equipamentos culturais e desportivos. • Proposta de participação em projetos, iniciativas e atividades por entidades externas ao Agrupamento. • Localização do concelho no Douro, património mundial. • Existência de uma rede de parcerias com entidades locais e regionais. • Envolvimento da Escola em programas de saúde escolar, como o Programa Regional de Educação Sexual em Saúde Escolar [PRESSE], o Projeto Saúde Oral, Bibliotecas Escolares, (S.O.B.E.) e os Projetos Europeus Erasmus+ e Projetos <i>eTwinning</i>. 	<p style="text-align: center;">(CRESCIMENTO)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Captação de conhecimento novo através das parcerias e protocolos com entidades e instituições locais e internacionais. • Património natural, histórico-cultural envolvente do AE. • Formação docente. • A equipa EMAD, permitindo o desenvolvimento de um trabalho continuado no acompanhamento de alunos e famílias e de articulação com a comunidade/ entidades externas.

O AE D. Sancho II assumiu como desiderato os valores do Trabalho, Responsabilidade, Autonomia, Compromisso, Empreendedorismo, Equidade, Diálogo, Reflexão, Cooperação, Competência, Inovação, Criatividade, Tolerância, Confiança, Solidariedade e Inclusão. Nesse sentido, a procura e o desenvolvimento de uma estratégia para a inovação pedagógica e a construção de uma escola centrada na melhoria das aprendizagens para todos os discentes visam a promoção do sucesso escolar, pautando a sua atividade educativa na melhoria da qualidade das aprendizagens e do bem-estar da comunidade educativa, como finalidade primeira da educação e do ensino, no sentido de desenvolver nos discentes as áreas de competências inscritas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO). Portanto, o seu projeto de intervenção pretende responder a diversos campos de ação, como a Promoção do Sucesso Educativo, da Educação para a Cidadania, da Educação Inclusiva, da Flexibilidade Curricular e das medidas de apoio socioeducativo; a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação; incentivar o desenvolvimento profissional do pessoal docente e não docente; procurar o estabelecimento de parcerias; incentivar o envolvimento dos pais e encarregados de educação e de outros agentes educativos; e desenvolver processos de avaliação interna. Como plano definir-se-ão os principais objetivos (eixos de ação) e estratégias que determinam os meios e as principais prioridades a observar:

Objetivo estratégico:	Aumentar o sucesso escolar
Metas:	<ol style="list-style-type: none"> 1. Manter ou aumentar em 0,5%, a taxa de sucesso interno no ensino Básico e no ensino Secundário nas disciplinas em que a média de sucesso interno dos últimos 3 anos é igual ou superior a 90%. 2. Aumentar em 1%, a taxa de sucesso interno no ensino Básico e no ensino Secundário nas disciplinas em que a média de sucesso interno dos últimos 3 anos é inferior a 90%. 3. Diminuir as discrepâncias entre a avaliação interna e externa. 4. Garantir, de forma articulada, todos os procedimentos necessários à plena concretização da ação educativa dos alunos com necessidades específicas, através de uma educação inclusiva.
Indicador de Avaliação:	Resultados escolares internos e externos Registo de referenciações; Relatórios Técnico pedagógicos elaborados; Percentagem de alunos que concluem os cursos profissionais dentro do tempo previsto;
Modo de verificação:	Taxa de assiduidade dos alunos nos diversos apoios; Taxa de autorização de frequência nos apoios; Relatório trimestral dos apoios; Resultados da avaliação interna e externa; Relatório Final de Atividades GAA; Relatório final da Educação Especial; Relatório final do SPO; Relatório CPCJ; Relatório trimestrais dos Professores titulares de turma do 1º CEB; Relatórios trimestrais de apoio e tutoria; Plano de monitorização das aprendizagens; Relatórios dos clubes; Relatórios dos apoios tutoriais e de mentorias; Relatórios de PLNM; Atas: preparação para exames; Apoios; APEST; Relatórios REPA; Atas e relatórios de direção de turma e direção de curso do ensino profissional.

Objetivo estratégico:	Potenciar a conclusão dos cursos profissionais e restantes ciclos dentro do tempo previsto
Metas:	<ol style="list-style-type: none"> 1. Alcançar uma taxa de conclusão dos cursos profissionais no tempo previsto igual ou superior a 65%. 2. Sensibilizar os Pais/Encarregados de Educação para a importância do sucesso escolar.
Indicador de Avaliação:	<p>Percentagem de satisfação e classificação dos cursos profissionais;</p> <p>Percentagem de sucesso nos exames e/ou provas de aferição Nº de medidas/estratégias aplicadas em GAA; Nº de alunos sem reincidência de comportamentos após ação do GAA;</p>
Modo de verificação:	<p>Taxa de assiduidade dos alunos nos diversos apoios; Taxa de autorização de frequência nos apoios; Relatório trimestral dos apoios; Resultados da avaliação interna e externa; Relatório Final de Atividades GAA; Relatório final da Educação Especial; Relatório final do SPO; Relatório CPCJ; Relatório trimestrais dos Professores titulares de turma do 1º CEB; Relatórios trimestrais de apoio e tutoria; Plano de monitorização das aprendizagens; Relatórios dos clubes; Relatórios dos apoios tutoriais e de mentorias; Relatórios de PLNM; Atas: preparação para exames; Apoios; APEST; Relatórios REPA; Atas e relatórios de direção de turma e direção de curso do ensino profissional.</p>
Objetivo estratégico:	Aumentar a frequência na educação pré-escolar da rede pública.
Metas:	1. Aumentar o número de crianças a frequentar o ensino público.
Indicador de Avaliação:	Taxa de frequência das crianças da Educação Pré-escolar; Número de crianças inscritas.
Modo de verificação:	Atas das atividades de Animação e Apoio à Família; Relatórios trimestrais dos educadores de infância; Taxa de assiduidade das crianças;
Objetivo estratégico:	Prevenir o abandono, absentismo e indisciplina.
Metas:	<ol style="list-style-type: none"> 1. Manter as taxas de aprovação/certificação dos alunos em percurso escolar alternativo do ensino básico e do ensino secundário. 2. Reduzir, nos cursos profissionais, a taxa de abandono/desistência para uma percentagem igual ou inferior a 20 % anual e 25% por ciclo de formação. 3. Definir uma oferta formativa diversificada, que responda às necessidades e expectativas dos alunos e respetivas famílias, alicerçada no mercado e no contexto socioeconómico da região.
Indicador de Avaliação:	Nº de alunos inscritos nos cursos; Registos de ocorrências; Percentagem de abandono/ desistência dos cursos profissionais; Participação em atividades diversas (PAA)
Modo de verificação:	Taxa de sucesso dos alunos nos cursos; Atas e relatórios de direção de turma e direção de curso do ensino profissional; Relatório CPCJ; Relatório Final do GAA; Observatório da indisciplina; Relatório Final de Atividades PAA; Relatório de Coordenadores de Ciclo;

Objetivo estratégico:	Implementar uma cultura de respeito, responsabilidade e intervenção cívica.
Metas:	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aderir a candidaturas a projetos, concursos, olimpíadas. 2. Reforçar a permanência dos jovens na escola através do desenvolvimento de ações de caráter social e valorização pessoal. 3. Cooperar em atividades com parceiros externos no domínio artístico e desportivo.
Indicador de Avaliação:	Nº de alunos inscritos nos cursos; Registos de ocorrências; Percentagem de abandono/ desistência dos cursos profissionais; Participação em atividades diversas (PAA)
Modo de verificação:	Taxa de sucesso dos alunos nos cursos; Atas e relatórios de direção de turma e direção de curso do ensino profissional; Relatório CPCJ; Relatório Final do GAA: Observatório da indisciplina; Relatório Final de Atividades PAA; Relatório de Coordenadores de Ciclo;

Objetivo estratégico:	Fomentar uma maior participação e corresponsabilização dos alunos na vida escolar
Metas:	<ol style="list-style-type: none"> 1. Envolver docentes, não docentes encarregados de educação, alunos e autarquia num projeto de transformação e/ou aperfeiçoamento do espaço escolar, apresentando ideias e disponibilidade para essa transformação. 2. Assegurar a literacia cultural, científica e tecnológica, o respeito pela dignidade humana, pelo exercício da cidadania plena 3. Diminuir em 10% as participações de ocorrências disciplinares/presenças no GAA. 4. Diminuir o número de medidas disciplinares por aluno em, pelo menos, 5%. 5. Manter a percentagem de turmas com comportamento satisfatório igual ou superior a 85%.
Indicador de Avaliação:	Nº de alunos inscritos nos cursos; Registos de ocorrências; Percentagem de abandono/ desistência dos cursos profissionais; Participação em atividades diversas (PAA).
Modo de verificação:	Taxa de sucesso dos alunos nos cursos; Atas e relatórios de direção de turma e direção de curso do ensino profissional; Relatório CPCJ; Relatório Final do GAA: Observatório da indisciplina; Relatório Final de Atividades PAA; Relatório de Coordenadores de Ciclo;

Objetivo estratégico:	Fomentar a interação com os encarregados de educação.
Metas:	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aumentar a presença dos elementos da comunidade na vida escolar. 2. Aumentar a interação com os encarregados de educação.
Indicador de Avaliação:	Taxa de presenças dos encarregados de educação nas reuniões com os Diretores de Turma. Plano Anual de Atividades da Associação de Pais. Plano Anual de Atividades da Associação de Estudantes. Plano Anual de Atividades do Agrupamento Taxa de realização de Webinars/ Workshops;
Modo de verificação:	Número de reuniões / trimestre com os encarregados de educação; Tabelas de presença dos encarregados de educação; Taxa de concretização de atividades conjuntas com os encarregados de educação; Taxa de atividades com o envolvimento de empresas locais e da região e organismos públicos; Taxa de execução do plano Anual da Associação de Pais; Taxa de execução do plano Anual da Associação de Estudantes;

Objetivo estratégico:	Fomentar atuações mais interventivas de mobilização de todos os elementos da comunidade educativa.
Metas:	1. Realizar sessões formais de entrega de prémios de mérito. 2. Desenvolver práticas de envolvimento de todas as famílias, tendo em conta a sua diversidade; 3. Assegurar momentos de reflexão sobre a relação escola-família
Indicador de Avaliação:	Taxa de presenças dos encarregados de educação nas reuniões com os Diretores de Turma. Plano Anual de Atividades da Associação de Pais. Plano Anual de Atividades da Associação de Estudantes.
Modo de verificação:	Número de reuniões / trimestre com os encarregados de educação; Tabelas de presença dos encarregados de educação; Taxa de concretização de atividades conjuntas com os encarregados de educação; Taxa de atividades com o envolvimento de empresas locais e da região e organismos públicos; Taxa de execução do plano Anual da Associação de Pais; Taxa de execução do plano Anual da Associação de Estudantes;

Objetivo estratégico:	Promover a articulação pedagógica e curricular.
Metas:	1. Dinamizar a metodologia do trabalho cooperativo e colaborativo entre docentes dentro e fora da sala de aula. 2. Diversificar medidas de promoção do sucesso educativo e avaliar a sua eficácia.
Indicador de Avaliação:	Participação em reuniões Frequência de ações e cursos Nº de medidas globais de promoção do sucesso escolar; Medição do impacto das medidas de promoção do sucesso escolar
Modo de verificação:	Fichas de registo de reuniões de articulação curricular; Atas de grupo/departamento/conselhos de ano; Relatório de cada uma das medidas; Relatório final de Formação contínua; Relatório final TIC;

Objetivo estratégico:	Promover a implementação de práticas educativas diversificadas.
Metas:	1. Operacionalizar adequadamente os critérios de avaliação aprovados pelo conselho pedagógico; 2. Reforçar a elaboração conjunta de instrumentos de avaliação; 3. Reforçar a implementação de atividades práticas/experimentais no domínio das ciências. 4. Implementar projetos nacionais e internacionais no Agrupamento. 5. Dinamizar as tutorias como modalidades de apoio a privilegiar. 6. Assegurar práticas sistemáticas de autoavaliação do trabalho desenvolvido no âmbito das várias funções educativas.
Indicador de Avaliação:	Participação em reuniões Frequência de ações e cursos Nº de medidas globais de promoção do sucesso escolar; Medição do impacto das medidas de promoção do sucesso escolar;
Modo de verificação:	Fichas de registo de reuniões de articulação curricular; Atas de grupo/departamento/conselhos de ano; Relatório de cada uma das medidas; Relatório final de Formação contínua; Relatório final TIC

Objetivo estratégico:	Rentabilizar os canais digitais de comunicação, por forma a garantir a rapidez e eficácia da comunicação interna e externa.
Metas:	1. Reforçar a implementação da utilização das TIC no processo de ensino e aprendizagem;
Indicador de Avaliação:	Participação em reuniões Frequência de ações e cursos Nº de medidas globais de promoção do sucesso escolar; Medição do impacto das medidas de promoção do sucesso escolar
Modo de verificação:	Fichas de registo de reuniões de articulação curricular; Atas de grupo/departamento/conselhos de ano; Relatório de cada uma das medidas; Relatório final de Formação contínua; Relatório final TIC;

Objetivo estratégico:	Promover a articulação pedagógica e curricular.
Metas:	1. Manter pelo menos 50% de docentes implicados no processo de supervisão pedagógica. 2. Desenvolver práticas de trabalho cooperativo e colaborativo. 3. Reforçar a colaboração ativa da partilha pedagógica. 4. Dinamizar a supervisão pedagógica entre pares; 5. Desenvolver ações que promovam a articulação entre ciclos, departamentos, grupos e Conselhos de turma; 6. Assegurar a articulação pedagógica em todos os grupos disciplinares e/ou entre grupos disciplinares e conselhos de turma; 7. Reforçar a articulação interdisciplinar
Indicador de Avaliação:	Níveis de consecução das ações Número de aulas de partilha pedagógica por departamento.
Modo de verificação:	Relatório do PAA; Relatórios de coordenação de Diretores de Turma; Documento de partilha pedagógica; Relatório da Supervisão pedagógica; Atas de reuniões de departamento/grupo disciplinar; Documento de registo de articulação curricular; Verificação da existência dos Planos de Turma na plataforma "Office 365";

Objetivo estratégico:	Gerir os espaços e equipamentos escolares.
Metas:	1. Afetar pelo menos 5% do orçamento de escola à implementação de medidas que contribuam para a melhoria dos resultados escolares. 2. Garantir as condições de segurança e higiene no funcionamento das instalações escolares. 3. Requalificar as instalações e equipamentos das escolas do Agrupamento. 4. Ampliar/requalificar os espaços desportivos exteriores; 5. Aumentar a colaboração dos assistentes operacionais na vigilância dos espaços exteriores. 6. Melhorar a qualidade das refeições servidas; 7. Sensibilizar a autarquia para a necessidade de renovação do parque informático a nível de hardware e software, no pré-escolar e 1º ciclo.
Indicador de Avaliação:	Inventários; Inquéritos (autoavaliação do Agrupamento);
Modo de verificação:	Idem.

Objetivo estratégico:	Desenvolver um sistema de gestão de segurança no Agrupamento.
Metas:	<ol style="list-style-type: none"> 1. Elaborar planos de segurança para cada estabelecimento de ensino do agrupamento. 2. Realizar, anualmente, pelo menos um exercício de segurança em cada escola.
Indicador de Avaliação:	Plano de Segurança; Relatórios relativos à implementação do Plano e Simulacros;
Modo de verificação:	Idem.

Objetivo estratégico:	Otimizar a organização interna e o funcionamento do Agrupamento.
Metas:	<ol style="list-style-type: none"> 1. Valorizar os contributos da comunidade educativa com vista a uma gestão mais participada. 2. Simplificar procedimentos e documentos orientadores. 3. Melhorar as condições de trabalho dos docentes e dos não-docentes. 4. Melhorar as condições de desenvolvimento das aprendizagens. 5. Selecionar lideranças intermédias dinâmicas. 6. Realizar reuniões periódicas de coordenação.
Indicador de Avaliação:	Inquéritos (autoavaliação do Agrupamento); Relatórios/atas;
Modo de verificação:	Idem.

Objetivo estratégico:	Promover o Agrupamento e a sua identidade enquanto instituição de referência ao nível académico, social e cultural.
Metas:	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolver iniciativas abertas à comunidade que contribuam para o desenvolvimento social e cultural da comunidade educativa. 2. Corresponsabilizar os Pais e Encarregados de Educação para um maior envolvimento no processo de aprendizagem.
Indicador de Avaliação:	Relatório de execução do PAA; Taxa de presença de pais e encarregados de educação nas reuniões;
Modo de verificação:	n.d.

Objetivo estratégico:	Promover o envolvimento de alunos, Pais e Encarregados de Educação e entidades parceiras no funcionamento do Agrupamento.
Metas:	<ol style="list-style-type: none"> 1. Mobilizar os Pais e Encarregados de Educação para a participação nas atividades do Plano Anual Atividades. 2. Incluir atividades dinamizadas pela Associação de Pais e Encarregados de Educação, Associação de Estudantes e outras equipas ou parceiros no plano de atividades do agrupamento. 3. Rentabilizar as TIC como recurso de comunicação escola- família. 4. Reforçar a comunicação interna e externa, recorrendo de forma permanente à plataforma de comunicação. 5. Aumentar a taxa de presença/acompanhamento dos encarregados de educação, a partir do 1º ciclo.

Indicador de Avaliação:	Relatórios da Associação de Estudantes; Relatórios da Associação de Pais e Encarregados de Educação;
Modo de verificação:	n.d.
Objetivo estratégico:	Reforçar parcerias entre o Agrupamento e Instituições locais / regionais / nacionais e internacionais.
Metas:	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fortalecer parcerias entre o Agrupamento e Instituições diversas. 2. Atingir uma taxa empregabilidade local de 50% dos alunos que concluem o curso profissional. 3. Garantir a satisfação das empresas com os alunos em Formação em Contexto de Trabalho numa percentagem igual ou superior a 75%.
Indicador de Avaliação:	Relatórios e atas dos Cursos Profissionais;
Modo de verificação:	n.d.
Objetivo estratégico:	Implementar um plano de formação para o pessoal docente e não docente.
Metas:	<ol style="list-style-type: none"> 1. Definir a formação do pessoal docente e não docente com vista à melhoria do seu desempenho profissional. 2. Desenvolver ações de formação, (in)formação/sensibilização rentabilizando recursos humanos e materiais existentes em diversas áreas (Educação para a Saúde, Segurança Escolar, Tecnologias de Informação e Comunicação, Educação Especial, entre outros) a definir no Plano de Formação.
Indicador de Avaliação:	Taxa de frequência de ações de formação constantes do Plano de Formação, por parte do pessoal docente e não docente. Relatório anual do Plano de Formação.
Modo de verificação:	n.d.

Em suma, o projeto educativo e o plano de ação estratégica visam tornar o AE D. Sancho II reconhecido como uma instituição pública de referência pela qualidade do ensino e da formação que as suas escolas proporcionam, e que pela sua oferta educativa, visão, missão e valores se torne atrativo para os alunos, atuais e futuros, quer do concelho que serve, quer dos concelhos limítrofes. O AE defende que o trabalho científico e pedagógico que é desenvolvido dentro de parâmetros de elevada exigência deverá constituir o principal argumento que garante aos Pais e Encarregados de Educação dos atuais alunos que a tomada da decisão na sua frequência foi a mais acertada e que afiança aos futuros alunos como sendo uma decisão segura. A esse argumento acresce um clima relacional muito positivo, uma cultura organizacional estável e a disponibilidade de recursos materiais e humanos que asseguram a qualidade do ensino. Para o desenvolvimento dessa cultura institucional, o AE estabeleceu critérios rigorosos como para a constituição de turmas nos

diferentes níveis de ensino tendo sempre por base a legislação em vigor, e podendo o Conselho Pedagógico ou outras estruturas de Coordenação Educativa propor aspetos relevantes para essa constituição. No que diz respeito à Educação Inclusiva, o AE obriga-se de forma rigorosa a observação do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho (alterado pela Lei n.º 116/2019 de 13 de setembro e pela Lei e pelo Decreto-Lei n.º 62/2023 de 25 de julho) que *“estabelece os princípios e as normas que garantem a inclusão, enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa”* (n.º 1 do Art.º 1.º). Assumindo uma perspetiva claramente inclusiva, este decreto-lei, assim como os normativos relativos ao currículo do ensino básico e secundário e o Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória, constitui-se, simultaneamente, como impulsionador e como suporte de implementação de mudanças a nível organizacional, bem como do próprio processo educativo. De forma a adequar as necessidades e potencialidades de cada aluno e a garantir as condições da sua realização plena, promovendo a equidade e a igualdade de oportunidades no acesso ao currículo, na frequência e na progressão ao longo da escolaridade obrigatória, a educação inclusiva integra um conjunto de medidas organizadas em três níveis de intervenção: universais, seletivas e adicionais, tendo em conta os recursos e os serviços de apoio ao funcionamento do AE, nomeadamente: docentes das várias disciplinas, os docentes de educação especial, os técnicos especializados, os assistentes operacionais, a equipa multidisciplinar de apoio à educação Inclusiva (EMAEI), o centro de apoio à aprendizagem (CAA), o centro de recursos de tecnologias de informação e comunicação para a educação especial (CRTIC), centro de recursos para a inclusão (CRI), equipa local de intervenção precoce (ELI), equipa de saúde escolar dos ACES/ULS, comissão de proteção de crianças e jovens (CPCJ) e instituições da comunidade local. A equipa multidisciplinar tem um papel crucial na sensibilização para a educação inclusiva assegurando que a escola adota uma visão estratégica, missão, princípios e valores orientados para a inclusão.

Assegurar uma escola verdadeiramente inclusiva não é apenas aceitar toda a diversidade de alunos. Implica planeamento, envolvimento, trabalho colaborativo entre profissionais e entre estes e as famílias, desenvolvendo nos alunos em concreto e na comunidade educativa em geral, um verdadeiro sentido de pertença. A par da implementação e desenvolvimento das ações dirigidas à Educação Inclusiva, a oferta do AE D. Sancho II contempla um plano para a promoção do sucesso escolar, que compreende um conjunto de medidas, estratégicas, atividades de apoio de caráter pedagógico e didático, organizadas para complemento e adequação do processo de ensino e aprendizagem, implementadas pelo AE que visam contribuir para que os alunos atinjam as metas propostas, promovendo o sucesso escolar.

O AE D. Sancho II possui um conjunto de estruturas de orientação educativa e de apoio às aprendizagens e à inclusão que trabalham de forma articulada e cujo objetivo central consiste em assegurar que o processo de ensino-aprendizagem deve ser orientado pelos princípios de igualdade de oportunidades educativas e sociais, o acesso e o sucesso educativo, a autonomia, a estabilidade emocional, a orientação para o prosseguimento de estudos ou para uma adequada preparação para a vida pós-escolar ou profissional a que

todos os alunos, sem exceção, têm direito. Com a implementação do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, que “estabelece os princípios e as normas que garantem a inclusão, enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa”, do Decreto- Lei nº55/2018, de 6 de julho, que estabelece a flexibilidade curricular e o perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória, alterou-se o paradigma para determinar uma escola e educação inclusivas, tendo em consideração o desenho universal para a aprendizagem e a abordagem multinível no acesso ao currículo, consentâneas com as potencialidades dos alunos, expectativas e necessidades que proporcione a todos a participação em condições de equidade. A frequência da escolaridade, com adaptações curriculares significativas, exige que três anos antes da idade limite da escolaridade obrigatória seja delineado para o aluno um plano individual de transição (PIT), que complementa o Programa Educativo Individual (PEI), destinado a promover a transição para a vida pós-escolar e, sempre que possível, para o exercício de uma atividade profissional.

Entre as estruturas especializadas de orientação educativa e de apoio às aprendizagens e à inclusão elencam-se a Equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva – EMAEI, o grupo da Educação Especial, o CRI-Douro, o CRTIC Mirandela, SPO – Serviços de Psicologia e Orientação, o GAA – Gabinete de Apoio ao Aluno, a CPCJ, a Associação Bagos D’Ouro, o Alijó EDUCA + - Plano integrado e inovador de combate ao insucesso escolar, a Associação de Pais e Encarregados de Educação, a Biblioteca Escolar e ainda conta com o contributo do Centro Qualifica.

A Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI), de composição diversificada, constitui um recurso organizacional específico de apoio à aprendizagem, tendo em vista uma leitura alargada, integrada e participada de todos os intervenientes no processo educativo. Esta equipa multidisciplinar desenvolve um conjunto de ações de apoio à operacionalização da educação inclusiva. Cabe-lhe também propor o apoio à sua implementação, respetivo acompanhamento e monitorização da eficácia das medidas de suporte à aprendizagem; por outro lado, cabe-lhe o aconselhamento dos docentes na implementação de práticas pedagógicas inclusivas, o acompanhamento do Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA) e a sensibilização da comunidade educativa para a educação inclusiva, através de ações diversas. Integram a equipa multidisciplinar profissionais da escola, elementos permanentes conhecedores da organização da mesma e das particularidades que caracterizam a sua unidade orgânica, constituída de acordo com a legislação e os critérios estruturais definidos pelas necessidades do AE patentes no Regimento da EMAEI e os elementos variáveis (identificados pelo coordenador da equipa em função de cada caso) – educadores, docentes titulares da turma/diretores de turma, pais e encarregados de educação e outros docentes do aluno ou técnicos que intervenham no processo educativo. A EMAEI articula com outras Equipas, com os Serviços de Psicologia e Orientação do Agrupamento (SPO), Direção, Conselhos de Turma, Conselho de Docentes e Educadores, Responsável pelo Projeto de Educação para a Saúde (PES), Responsáveis da Equipa de Saúde Escolar, Representante da Educação na Comissão de Proteção de Crianças

e Jovens (CPCJ), Técnicos do Plano integrado e inovador de combate ao insucesso escolar e Técnicos da Associação “Bagos d’Ouro”.

Quanto ao grupo da Educação especial, formado por recursos humanos especializados, os seus docentes procuram responder a um conjunto de solicitações visando o desenvolvimento pessoal e social, assim como o sucesso educativo, através da operacionalização e das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, promotoras de desenvolvimento e aprendizagem das crianças e dos jovens, de todos os níveis de ensino. No âmbito da sua especialidade, apoiam os docentes do aluno na definição de estratégias de diferenciação pedagógica, no reforço das aprendizagens e na identificação de múltiplos meios de motivação, representação e expressão. São elementos cooperantes e intervenientes do processo de gestão, ensino e aprendizagem nos Centros de Apoio às Aprendizagens (CAA).

O Plano de Ação “CRI DOURO” resulta de uma parceria com a Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM) de Sabrosa e destina-se a dar apoio especializado a alunos com necessidades educativas, de forma a promover o sucesso dos mesmos, disponibilizando Técnicos nas especialidades da Terapia da Fala, Psicologia, Terapia Ocupacional e Fisioterapia. Este projeto contempla, também, a Intervenção Precoce direcionada para a Educação Pré-Escolar, cuja finalidade é diagnosticar, intervir e apoiar famílias e crianças com problemáticas.

O Centro de Recursos de Tecnologias de Informação e de Comunicação de Mirandela (CRTIC) é um recurso especializado ao serviço das escolas da sua vasta área de abrangência definida superiormente pelo Ministério da Educação e Cultura, que inclui o AE D. Sancho II, Alijó, com a finalidade de proceder à avaliação de alunos com necessidades educativas especiais de caráter permanente, que necessitam de produtos de apoio para aceder ao currículo, a fim de garantir a melhoria da funcionalidade, autonomia e inclusão educativa dos mesmos.

O Serviço de Psicologia e Orientação (SPO) procura ir ao encontro dos objetivos do Projeto Educativo do AE centrando-se nas competências que lhes foram atribuídas, dispostas no Decreto-Lei nº190/91, de 17 de maio. Os psicólogos que realizam a sua intervenção em contexto escolar trabalham com os intervenientes diretos e indiretos nos processos educativos, nomeadamente os alunos, os professores, as famílias e outros agentes educativos. A sua intervenção pode ser promocional, preventiva e remediativa, tendo como objetivo geral desenvolver as capacidades e competências dos diferentes agentes educativos, grupos e instituições, promovendo contextos facilitadores da aprendizagem e o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais.

O Gabinete de Apoio ao Aluno (GAA) é uma estrutura que tem como objetivo fundamental a promoção da integração dos alunos na comunidade educativa, nos casos de insucesso e/ou problemas comportamentais, colaborando na identificação de situações prioritárias. O GAA tem como parceiros os elementos da Direção, os Diretores de Turma, a Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva, os Serviços de Psicologia e Orientação, assim como outros parceiros e interlocutores institucionais internos e externos ao Agrupamento. O Gabinete do Aluno tem como princípios de intervenção da sua atividade:

- Promover o sucesso educativo;
- Atuar de forma preventiva para evitar comportamentos menos próprios em contexto escolar e social, atuando ao nível da mediação de conflitos;
- Despistar eventuais situações de risco, encaminhando-as junto de outros parceiros para uma solução eficaz;
- Desenvolver atitudes responsáveis nos alunos, na promoção de princípios e valores (valorização do indivíduo, responsabilidade e democraticidade);
- Melhorar a interação entre os diversos membros da comunidade educativa;
- Promover o desenvolvimento de competências em vários domínios, incluindo a educação para a cidadania, valores e saúde;
- Intervir junto de públicos específicos em contexto de saúde, tendo em conta as necessidades e as situações dos indivíduos;
- Proporcionar aos alunos um espaço de atendimento capaz de fomentar o bem-estar e o equilíbrio pessoal;
- Promover junto dos alunos a autorreflexão e a escolha de comportamentos pautados pela responsabilidade e respeito por si e pelos outros, dentro e fora da sala de aula;
- Criar mecanismos eficazes de atuação nas situações de indisciplina registadas.

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) e em particular a Representante do Ministério da Educação (MEC) tem como função promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral. Promove a comunicação entre a CPCJ, as escolas da competência desta e as famílias. A intervenção da CPCJ tem lugar quando não seja possível às entidades com competência em matéria de infância e juventude atuar de forma adequada e suficiente para remover o perigo em que se encontram. A representante da MEC dinamiza ações de formação e sensibilização na área da promoção dos direitos e na prevenção da violência no namoro, Projeto “Namorar com Fair Play” do IPDJ; igualdade de género, Projeto Piloto “EFADE”, Empoderamento Feminino Através da Educação, da U. Nova de Lisboa; prevenção do Ciber(Bullying), Projeto “Escola Sem bullying Escola Sem Violência”; prevenção das toxicodependências; Prevenção dos Maus tratos Infantis, Campanha do “Laço Azul”; Comemoração do Dia Europeu para a Proteção das Crianças contra a Exploração Sexual e o Abuso Sexual, 18 de novembro; Aniversário da Convenção sobre os Direitos da Criança, Estendal dos Direitos, 20 de novembro; Comemoração do Dia Internacional dos Direitos Humanos, 10 de dezembro; Formação Parental: Parentalidade

Positiva, Projeto Adélia, Comissão Nacional; Parentalidade Consciente, Projeto “Amor Maior Pais na Escola” Associação de Pais.

A Bagos d'Ouro teve início em 2010 quando o sonho de tornar o Douro mais inclusivo e equitativo se tornou uma missão. Enquanto Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) de iniciativa exclusivamente privada, a Bagos d'Ouro desenvolve o seu trabalho com o objetivo de promover a educação de crianças e jovens em situação de carência económica, desenvolvendo um trabalho personalizado com cada aluno, acompanhando o seu percurso educativo, social e familiar até à integração na vida ativa. Em Alijó desde o ano de 2013, a Bagos d'Ouro acompanha um número cada vez mais significativo de crianças e jovens deste Agrupamento. Através de um acompanhamento próximo e estratégico com alunos e professores, a Bagos d'Ouro trabalha diariamente para proporcionar a estes alunos oportunidades e experiências educativas que lhes permitam desenvolver projetos de vida de sucesso, tendo a educação como via, seja num percurso mais técnico ou num percurso académico.

O plano intermunicipal de promoção do sucesso escolar, financiado pelo NORTE 2030, visa contribuir para a melhoria do sucesso educativo dos alunos, reduzindo as saídas precoces do sistema de ensino, visa combater o insucesso escolar, reforçando a equidade no acesso à educação e melhorando a qualidade, assim como a pertinência das aprendizagens e das competências adquiridas e desenvolvidas. O projeto desenvolve um conjunto de ações:

- Grupos de Aprendizagem Informal (A.G.E _Aprende a Gostar de Estudar em que se verifica o desenvolvimento de metodologias de trabalho e de organização, contribuindo para que os alunos possam desenvolver os hábitos de estudo e ter mais sucesso educativo; Aventura do Sentir, que pretende desenvolver competências pessoais e socioemocionais que permitem aos alunos ter mais conhecimento sobre a gestão e controlo das emoções e sentimentos; G.O.S.T.O _Grupo de Oportunidades para o Sucesso no Tratamento com o Outro, centrado no desenvolvimento de competências sociais e nas relações interpessoais);
- PREVINT _Programa de Prevenção da Violência Interpessoal junto dos alunos dos 8.º e 9.º anos de escolaridade que pretende sensibilizar os jovens para os contextos de violência nas relações interpessoais;
- Escola Virtual, disponibilizada para alunos do 5º ao 12º ano de escolaridade. - Plataforma Educativa Alijó Educa+ com conteúdos pedagógicos direcionados a alunos da Educação Pré-escolar e alunos do 1º CEB;
- Hypatiamat, modelo pedagógico relacionado com o ensino da Matemática a alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, que mereceu a recomendação do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar para aplicação junto de alunos deste nível de ensino; - Educação financeira “No Poupar Está o Ganho”;

- Aprendizagens Motivadoras que visam complementar o processo de ensino aprendizagem; - Ações de capacitação para pessoal docente;
- Ações de capacitação para pessoal não docente; - Ações de capacitação para encarregados de educação.

A Associação de Pais e Encarregados de Educação existe há vários anos na vida do AE de Alijó. Tem uma voz ativa em prol da Educação de todos os alunos, através da sua representação no Conselho Geral. Defende ideias como a prática de meditação, mindfulness e a criação de programas de gestão das emoções, não só para reduzir a indisciplina no AE mas, principalmente, como forma de dotar as crianças e jovens de formas de vida que vão ao encontro do Saber e da expansão do Ser.. Defende, igualmente, a participação de modo colaborativo e a criação diversificada de formas de envolvimento parental como aspetos fundamentais para o sucesso dos alunos.

Finalmente, ainda que fora do regime da escolaridade obrigatória que a Carta Educativa contempla, considera-se como estrutura de orientação educativa e de apoio às aprendizagens e à inclusão, o Centro Qualifica (CQ), criado a 5 de maio de 2020, é um centro especializado em qualificação de adultos que tem como objetivo melhorar os níveis de qualificação da população e da sua empregabilidade. Este centro tem como premissas fundamentais a valorização das aprendizagens adquiridas pelos adultos ao longo da vida e a possibilidade efetiva de aumentarem e desenvolverem competências através da realização de formação qualificada. As atribuições fundamentais do CQ são:

- Informar, orientar e encaminhar candidatos para ofertas de ensino e formação profissionais, tendo por base as diferentes modalidades de qualificação e procurando adequar as ofertas existentes aos perfis, necessidades, motivações e expectativas dos candidatos e às dinâmicas do mercado de trabalho;
- Realizar processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) adquiridas ao longo da vida, por vias formais, informais e não formais, na vertente escolar, para obtenção de uma certificação equivalente ao Nível Básico (1, 2 ou 3), ou ao Nível Secundário. Os destinatários do CQ são adultos que não completaram ou pretendem aumentar percursos de qualificação e, excecionalmente, jovens NEET (Not currently engaged in Employment, Education or Training). As inscrições podem ser realizadas em qualquer momento, havendo sempre um trabalho dinâmico para operacionalizar o rápido encaminhamento para a oferta desejada.

Há a destacar na oferta escolar do AE D. Sancho II um conjunto diversificado de programas, projetos e clubes que visam contribuir para esse mesmo sucesso escolar, mas também para o desenvolvimento integral do aluno, em todas as suas dimensões, acabando por dessa forma o AE pugnar pela *qualidade do seu serviço educativo*. Entre os mais importantes, elencam-se os projetos ligados ao *Desporto*, como o Desporto Escolar; à *Saúde*, como o projeto Aluno Saudável (PAS), o projeto Educação para a Saúde (PES), o

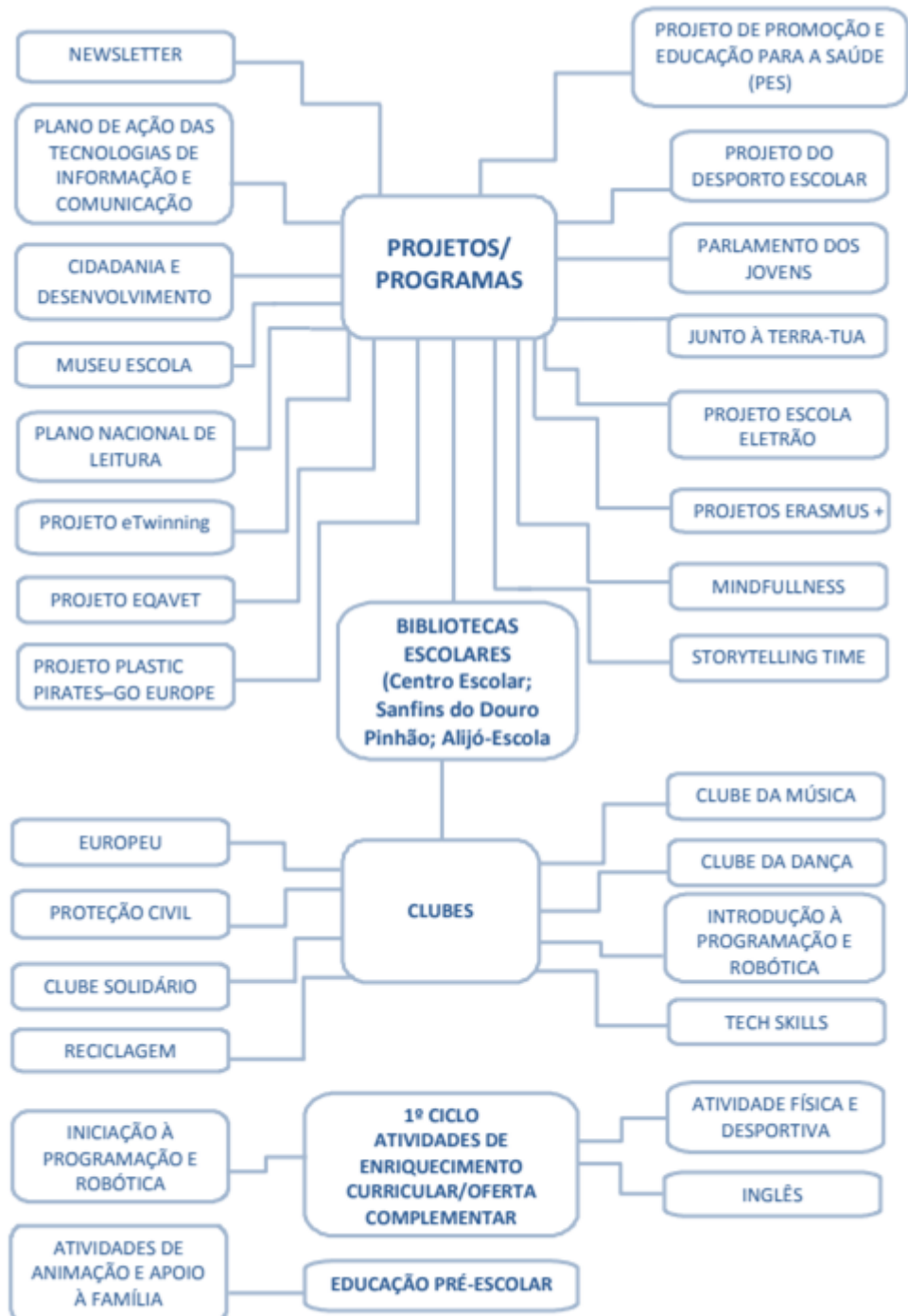
projeto *Mente Saudável*; ao *Ambiente*, como o projeto *Eco-Escolas*, o projeto *Plastic Pirates-Go Europe*, o projeto *Reciclagem*, o projeto *Junto à Terra Tua*; à *Ciência*, como o *Clube Ciência Viva*, o projeto *Escola Eletrão*, o clube de *Programação e Robótica*; ao *Desenvolvimento Pessoal*, como o programa de *Parentalidade Positiva*, o *Clube Ubuntu*; à *Promoção e Formação Escolar*, como os projetos *Erasmus+*, projetos *eTwinning*, o projeto da *Sala de Estudo*; à *Cultura*, como o projeto do *Museu Escolar*, o *Clube da Música*; e à *Cidadania*, como o *Clube da Proteção Civil* e o *Clube Solidário*.

Dos projetos e clubes elencados, alguns merecem particular destaque. O Desporto Escolar é uma atividade de complemento curricular, estando definido no Decreto-Lei n.º 95/91, de 26 de fevereiro, na sua atual redação, como o conjunto das práticas lúdico-desportivas e de formação com objeto desportivo desenvolvidas como complemento curricular e ocupação dos tempos livres, num regime de liberdade de participação e de escolha, integradas no plano de atividade da escola e coordenadas no âmbito do sistema educativo, desenvolvendo as suas atividade nas escolas dos 2.º e 3.º CEB e nas escolas do Ensino Secundário. A Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro), salienta o papel do Desporto Escolar na promoção da saúde e condição física, na aquisição de hábitos e condutas motoras e no entendimento do desporto como fator de cultura, estimulando sentimentos de solidariedade, cooperação, autonomia e criatividade, devendo ser fomentada a sua gestão pelos estudantes praticantes, salvaguardando-se a orientação por profissionais qualificados. No AE de Alijó, as modalidades desenvolvidas no âmbito do Desporto Escolar com diversos grupos/equipas são: atletismo, futsal e ténis de mesa.

O Projeto PES faz parte do Programa de Apoio à Promoção e Educação para a Saúde, da Direção-Geral da Educação. As finalidades deste Programa são:

- Fomentar o desenvolvimento de estilos de vida saudáveis;
- Promover a autorresponsabilização dos jovens pela sua saúde;
- Sensibilizar a comunidade escolar para a importância das medidas preventivas visando o melhor estado de saúde física, mental e social;
- Sensibilizar os diversos elementos da comunidade educativa para a necessidade da Educação para a Saúde, fomentando a sua participação ativa e envolvimento neste projeto;
- Atuar ao nível do currículo de forma a que a promoção da saúde se torne efetiva e sustentável;
- Fomentar o envolvimento com a comunidade, através da participação da escola em projetos e programas relacionados com a saúde.

ESQUEMA 4 – ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO GERAL DO AE D. SANCHO II, ALIJÓ.



As áreas de Intervenção são: Saúde mental e prevenção da violência; Educação alimentar e atividade física; Prevenção dos comportamentos aditivos e dependência; Afetos e educação para a sexualidade.

O AE D. Sancho II participa e desenvolve o Projeto Eco-Escolas. É um Programa internacional coordenado pela Foundation for Environmental Education (FEE) implementado em Portugal pela Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE) desde 1996. Desenvolve-se atualmente em 67 países, mais de 51.000 escolas e envolvendo mais 19 milhões de estudantes. Em Portugal participam mais de 1500 escolas e 650.000 estudantes, em 230 municípios. A sua metodologia inspirada nos princípios da Agenda 21 local, visa garantir a participação das crianças e jovens na tomada de decisões, promover uma cidadania responsável e contribuir para uma escola e de uma comunidade mais sustentáveis. Tem como objetivo encorajar ações, reconhecer e premiar o trabalho desenvolvido pela escola na melhoria do seu desempenho ambiental, gestão do espaço escolar e sensibilização da comunidade. O acompanhamento e avaliação anual das atividades, visa validar a qualidade do trabalho desenvolvido pela escola, através da atribuição simbólica de uma bandeira verde Eco-Escolas.

O Projeto Junto à Terra – Tua nasceu de uma estratégia definida pela EDP para mitigar o impacto na biodiversidade, decorrente do Aproveitamento Hidroelétrico de Foz Tua. Este projeto, é um programa de educação ambiental virado para a sustentabilidade, onde a importância da biodiversidade é comunicada numa linha conceptual que parte do pensamento global para a ação local. Incluído no Plano de Atividades, o JaT-Tua é orientado para os alunos do 8º ano de escolaridade dos AE e Profissionais dos 5 municípios do Vale do Tua, do qual o município de Alijó faz parte, envolvendo anualmente cerca de 500 alunos. O projeto envolve parceiros locais num Fórum Participativo, onde todo o processo de planeamento estratégico e operacional, assim como a implantação e avaliação, são discutidos, visando a melhoria contínua da iniciativa. Entre os parceiros estão a Movhera (após venda da conceção da Barragem Foz-Tua pela EDP) e o Parque Natural e Regional do Vale do Tua (PNRVT), enquanto promotores, agrupamentos, autarquias, ONG's de ambiente e florestais, entre outros.

O principal objetivo do Projeto Reciclagem é despertar e incentivar nos alunos o interesse pela separação e pela valorização dos resíduos urbanos, pela defesa do meio ambiente em geral. A inscrição no Concurso Separa e Ganha da Resinorte baseia-se na separação e armazenamento de todo o tipo de material a colocar no Contentores Azul e Amarelo do Ecoponto, ou seja, papel e cartão e, embalagens de plástico, de metal e embalagens de bebida (tetra-pack), tendo associado o objetivo da separação e a vertente ambiental ao objetivo social.

A Escola Electrão é um projeto da AMB3E e destina-se às escolas do Ensino Básico e Secundário, conta com o apoio do Ministério da Educação e Ciência, através da Direção Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular e da Agência Portuguesa do Ambiente. O objetivo principal é sensibilizar e envolver professores, alunos, funcionários, pais e comunidade em geral, no esforço global do encaminhamento adequado e da reciclagem dos resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos (REEE) e dos resíduos de pilhas e acumuladores portáteis (RPA), através da “Rede Electrão”.

No âmbito da Ciência, o projeto de Programação e Robótica é uma aposta do AE de Alijó na convicção de que pode trazer muitos benefícios para as crianças, pois as mesmas são desafiadas de forma lúdica e interativa a desenvolver habilidades importantes para o século XXI, como pensamento crítico, resolução de problemas e colaboração, além de prepará-los para o futuro ao lidar com a tecnologia de forma positiva e produtiva. É uma oferta extracurricular que é disponibilizada aos alunos da Escola Básica e Secundária D. Sancho II, Alijó. Tem como objetivo principal promover e valorizar o desenvolvimento de competências no âmbito da literacia digital através da aquisição de noções básicas de algoritmia e programação, robótica e eletrónica, ciência, tecnologia, matemática, criatividade, iniciativa, autonomia e o trabalho em equipa. Criado no ano letivo 2015/2016, funciona atualmente na Sala de Ambientes Educativos Inovadores da Escola Básica e Secundária D. Sancho II, Alijó. O Clube corporiza um espaço aberto de trabalho e partilha, pretende aproximar os alunos às tecnologias da informação e comunicação, no contexto de uma atividade extracurricular interessante e lúdica, onde se pode experimentar e aplicar conhecimentos adquiridos em diversas disciplinas.

O Erasmus+ é o programa da UE nos domínios da educação, da formação, da juventude e do desporto. A educação, a formação, a juventude e o desporto são domínios fundamentais no seu desenvolvimento pessoal e profissional de todos os cidadãos. O ensino e a formação, bem como a aprendizagem informal e não formal, sendo inclusivos e de elevada qualidade, proporcionam aos jovens e aos cidadãos em geral qualificações e aptidões necessárias a uma participação efetiva na sociedade democrática, na compreensão intercultural e numa transição bem-sucedida para o mercado de trabalho. Através dos diferentes projetos Erasmus+, o AE D. Sancho II, Alijó pretende preparar os seus alunos com os conhecimentos, as aptidões e as competências necessárias para uma sociedade que evolui de forma dinâmica e é cada vez mais móvel, multicultural e digital. Os alunos devem ter a perceção que vai tornar-se normal estudar, aprender e trabalhar noutro país e deverá ser dada a oportunidade a todos de aprenderem mais duas línguas (inglês, francês ou espanhol), além da língua materna. O projeto permite que alunos que residem em regiões remotas ou enfrentam dificuldades socioeconómicas, como são a maioria dos alunos deste AE, possam ter a oportunidade de conhecer e compreender outras culturas e realidades europeias, sensibilizando-os para os valores comuns da União Europeia. Além disso, em consonância com os objetivos da Agenda Europeia para a Inovação, os projetos Erasmus+ contribuem para o desenvolvimento das aptidões e competências digitais e de aptidões em domínios orientados para o futuro, designadamente o combate às alterações climáticas, as energias limpas, a inteligência artificial, a robótica e a análise de megadados, essenciais para o crescimento sustentável e a coesão da Europa no futuro, bem como para o reforço da identidade europeia e da participação dos jovens nos processos democráticos. Os projetos Erasmus+ apoiam e simplificam a cooperação transnacional e internacional entre as organizações nos domínios da educação, da formação, da juventude e do desporto para dotar os alunos de mais competências essenciais, reduzir o abandono escolar precoce e reconhecer as competências adquiridas através da aprendizagem formal, informal e não formal, abrangendo tanto a dimensão intraeuropeia como a dimensão assente em parcerias

internacionais. Entre as diferentes tipologias Erasmus+, existe a acreditação Erasmus que é uma ferramenta para as entidades do ensino e formação profissionais (EFP) e do ensino escolar estabelecerem intercâmbios e cooperação transfronteiriços. O AE D. Sancho II, Alijó tem acreditação Erasmus+ para o ensino escolar e para o ensino profissional. Este facto significa que o AE construiu para ambas as tipologias de ensino planos para a realização de atividades e de mobilidade de elevada qualidade no âmbito de um esforço do seu desenvolvimento organizacional e pedagógico. Os grandes objetivos que o AE pretende atingir com a acreditação Erasmus+ para o ensino profissional são: melhorar a qualidade do ensino e formação profissionais, reforçar as competências essenciais e transversais, nomeadamente a aprendizagem de línguas e as competências digitais, apoiar o desenvolvimento de competências específicas de acordo com as necessidades do mercado de trabalho atual e futuro, partilhar boas práticas e promover a utilização de tecnologias e métodos pedagógicos novos e inovadores, apoiar o desenvolvimento profissional de professores e formadores e oferecer a possibilidade de mobilidade aos alunos de poder realizar a sua Formação em contexto de Trabalho em países europeus. Os grandes objetivos que o AE pretende atingir com a acreditação Erasmus+ para o ensino escolar são: apoiar o desenvolvimento profissional de professores, dirigentes escolares e outro pessoal escolar, promover a utilização de novas tecnologias e de métodos de ensino inovadores, melhorar a aprendizagem de línguas e a diversidade linguística nas escolas E apoiar a partilha e a transferência de boas práticas no âmbito do ensino e do desenvolvimento escolar Os Projetos Erasmus+ têm sido implementados no AE de Escolas de Alijó de uma forma sistemática desde 2019 sendo uma aposta concreta do seu diretor, tendo ao longo deste anos envolvidos mais de centena de alunos dos diferentes anos de escolaridade e níveis de ensino em mobilidades a outros países da União Europeia. Os projetos erasmus+ são desenvolvidos com a parceria do Município de Alijó.

O *eTwinning* é uma Ação do Programa Erasmus+ da União Europeia. Tem como principal objetivo criar redes de trabalho colaborativo entre as escolas europeias, através do desenvolvimento de projetos comuns, com recurso à Internet e às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Com o *eTwinning* o AE de Escolas de Alijó pretende promover, em professores e alunos, a consciência do modelo europeu de sociedade multilingue e multicultural. Com os projetos *eTwinning* alcançamos as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, concorrendo para a operacionalização da autonomia e flexibilidade curricular preconizadas no Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho. Os projetos *eTwinning* constituem uma excelente oportunidade de promover a educação inclusiva (Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho), contribuindo para responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa.

O Clube da Música nasce da necessidade de desenvolver com os alunos atividades motivadoras e diferenciadas que não podem ser devidamente exploradas e aprofundadas em contexto de sala de aula, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento integral dos alunos. Neste clube, os alunos têm o privilégio de desenvolver as suas capacidades musicais, a sua literacia musical, fomentar o gosto pela música através da prática

instrumental ou vocal, envolvendo-se em atividades geradoras de atitudes de concentração, comunicação, cooperação e partilha. Neste contexto, são dinamizadas atividades lúdico/culturais integradas na cultura e projetos do AE e da comunidade em geral, promovendo apresentações públicas, como forma de divulgação do trabalho realizado. Pretende-se, assim, criar um ambiente educativo diferente, aproveitando o tempo livre dos alunos, de forma construtiva e enriquecedora. Os instrumentos que podem aprender são: guitarra, flauta de bisel e instrumentos Orff.

O projeto Museu Escolar Este projeto tem como principal finalidade a construção e manutenção de um acervo relacionado com os diversos materiais pedagógicos que foram sendo utilizados na Escola ao longo dos últimos 70 anos, bem como outros materiais importantes na história da região, do país e do mundo no séculos XX e XXI.

O clube da Proteção Civil tem como principais finalidades, informar a população escolar sobre os riscos coletivos, envolver a comunidade educativa na construção de uma cultura de segurança, educar para a prevenção e minimização de riscos, promover uma cidadania ativa e participante e promover uma relação interativa e de proximidade com a comunidade local.

O clube solidário do AE de Alijó tem como grandes finalidades, promover uma maior humanização da Escola, sensibilizar a comunidade educativa para os problemas sociais, fomentar os valores da solidariedade, da amizade e da entreatajuda na comunidade escolar, apoiar alunos e famílias mais desfavorecidos, Colaborar com diversas entidades, nomeadamente CPCJ e Câmara Municipal de Alijó, Apoiar instituições de carácter social e promover o voluntariado.

O Plano Nacional de Leitura tem como missão a definição e implementação efetiva de políticas públicas que permitam à população em geral desenvolver mais competências e hábitos de leitura para que possa responder cabalmente aos desafios impostos pelos contextos de desenvolvimento pessoal, profissional, social e cultural. Desejavelmente, leitores competentes serão cidadãos mais críticos e autónomos, contribuindo para uma cultura de exigência cívica e democrática.

O Plano Tecnológico da Educação (PTE) é um programa de modernização tecnológica das escolas portuguesas, que interliga de forma integrada e coerente um esforço ímpar na infraestruturização tecnológica das escolas, na disponibilização de conteúdos e serviços em linha e no reforço das competências TIC de alunos, docentes e não docentes. O PTE pretende transformar as escolas em espaços de interatividade e de partilha sem barreiras, preparando as novas gerações para os desafios da sociedade do conhecimento.

Resumindo, os Clubes e os Projetos/Programas pretendem abranger as diferentes áreas do saber e visam não só a articulação com os conteúdos programáticos das áreas curriculares como também o desenvolvimento de uma formação desportiva, humanista e científica. Estes projetos permitem aos alunos desenvolverem as suas potencialidades, em qualquer nível de ensino, dado que as atividades possibilitam o aperfeiçoamento da especificidade de cada aluno.

4.1.2. Salas de aula/atividade e estado de conservação.

Os dados que se recolheram sobre este aspeto consistem essencialmente na perceção dos diretores e da avaliação dos serviços técnicos competentes municipais. É importante relembrar e considerar que AE de Escolas D. Sancho II é atualmente constituído pelas seguintes infraestruturas escolares: Escola Básica e Secundária D. Sancho II, Alijó, (escola-sede); Escola Básica de Alijó (conhecido como centro escolar); Escola Básica de Favaios, Alijó; Escola Básica de Sanfins do Douro, Alijó; Escola Básica de Vilar de Maçada, Alijó; Escola Básica de Pegarinhos, Alijó; Escola Básica N.º 1 do Pinhão (inclui o Pré-Escolar, 1º, 2º e 3º ciclos); e o Jardim de Infância de Vilarinho de Cotas.

De uma forma geral, o estado de conservação exterior e interior de grande parte dos edifícios dos estabelecimentos de ensino é insatisfatório. O edifício da Escola-sede ainda possui algumas estruturas em amianto na sua construção, situação deveras perigosa que se demora a corrigir. Em alguns casos, em particular nas fachadas mais expostas à ação dos agentes erosivos verifica-se a sua degradação e no interior também é facilmente observável a deterioração das instalações e equipamentos. Em termos gerais, do ponto de vista das condições estruturais das diversas escolas e jardins-de-infância do AE podemos afirmar que à exceção da Escola Básica de Favaios, Alijó, que teve uma intervenção de fundo recentemente, os restantes edifícios apresentam-se com desgaste estrutural exterior e interior, resultante da idade de construção ou reconstrução superior a 30 anos em todos eles, onde se destacam a deficiente eficiência energética dos edifícios, e salas com estrutura antiga e desprovidas de materiais modernos e inovadores. Assim, é fundamental uma aposta contínua na requalificação dos diversos espaços escolares capaz de incrementar as melhorias de conforto e de intencionalidade pedagógica atuais, que permitam a disponibilização das condições necessárias para uma boa implementação de todo o processo ensino-aprendizagem, e dessa forma, a aquisição das aprendizagens essenciais por parte dos alunos do AE. Todas as EB estão equipadas com computador ligado à Internet, impressora e telefone. Em algumas escolas, existem ainda outros equipamentos tais como televisão, vídeo, fotocopiadora, máquina fotográfica, projetores, gravador áudio, material da Educação Física, carimbos, caixa métrica, mapas, globo terrestre, blocos lógicos, livros de temas variados e alguns jogos didáticos. No âmbito das TIC os estabelecimentos da educação Pré-escolar, têm vindo a ser atualizados. Todos os Jardins de Infância do AE estão equipados com computadores com acesso à internet, impressora (exceto o jardim de infância de Vilarinho de Cotas) e câmaras, de modo a permitir a exploração das suas diferentes potencialidades no desenvolvimento de projetos e atividades do quotidiano. No entanto seria necessário fazer um maior investimento destes equipamentos de forma a desenvolver competências como é preconizado nas Orientações Curriculares.

A atual Escola Básica e Secundária D. Sancho II, Alijó, é composta por seis edifícios (edifício central, blocos A, B, C, D e E), recreios e campo de jogos. As aulas de Educação Física são lecionadas num campo de jogos descoberto polidesportivo, integrado no recreio escolar ao ar livre, bem como no Pavilhão Gimnodesportivo e complexo das Piscinas, propriedade da Câmara Municipal. Os recreios estão vedados não podendo os alunos ausentarem-se da escola, durante o período letivo, sem autorização prévia dos Encarregados de Educação.

QUADRO 66 – MAPA DE SALAS DO ENSINO PRÉ-ESCOLAR.

Escola/Localidade		Turmas	Salas		
			Atividades	Prolongamento	Outras
Alijó	(Grupo A)	1	1	2	0
	(Grupo B)	1	1		0
Sanfins do Douro		1	1	1	0
Vilar de Maçada		2	1	1	1
Pegarinhos		1	1	--	0
Vilarinho de Cotas		0	1	1	1
Pinhão		2	1	1	0
Total		7	7	6	2

QUADRO 67 – MAPA DE SALAS DO ENSINO 1.ºCEB.

Escola Básica	Turmas	Salas
Alijó	8	10
Favaíos	3	4
Pegarinhos	1	2
Sanfins do Douro	1	3
Vilar de Maçada	1	2
Pinhão	2	2
Total	16	23

QUADRO 68 – MAPA DE SALAS DO ENSINO 2,3.ºCEB E SECUNDÁRIO.

Estabelecimento de Ensino	Turmas	Salas
E. Básica do Pinhão	5	15
E. Básica e Secundário de Alijó	37 (3 EP)	46
Total	42	61

QUADRO 69 – MAPA GERAL DE SALAS E ESPAÇOS FUNCIONAIS

Estabelecimentos (c/níveis de escolaridade)	Turmas	Espaços Funcionais						
		Salas de Aula	Biblioteca	Ginásio	Refeitório Bar	Serviços Administrativos	Laboratórios	Outros (cantina)
E. Básica de Alijó (PE)	2	2	-	-	1	-	-	-
E. Básica de Pegarinhos (PE)	1	1	-	-	1	-	-	1
E. Básica de V. de Maçada (PE)	1	1	-	-	1	-	-	-
E. Básica de Sanfins do Douro (PE)	1	1	-	-	1	-	-	1
E. Básica de Pinhão (PE)	2	1	-	-	1	-	-	-
JI Vilarinho de Cotas (PE)	0	1	-	-	1	-	-	-
E. Básica de Alijó (1.ºCEB)	8	10	1	-	1	-	-	-
E. Básica de Favaios (1.ºCEB)	3	4	-	-	1	-	-	-
E. Básica de Pegarinhos (1.ºCEB)	1	2	-	-	1	-	-	-
E. Básica de Sanfins do Douro (1.ºCEB)	1	3	1	-	1	-	-	-
E. Básica de V. de Maçada (1.ºCEB)	1	2	-	-	1	-	-	-
E. Básica do Pinhão (1.ºCEB)	2	2	-	-	1	-	-	-
E. Básica do Pinhão (2.º, 3.º CEB)	5	15	1	1	1	-	1	1
E. Básica e Secundária de Alijó	37	46	1	1	2	1	6	2
Totais	65	92	4	-	15	1	7	3

4.1.3. Barreiras arquitetónicas.

Os dados apresentados neste ponto resultam da perceção do diretor (ou quem delegado pelos mesmos), bem como dos serviços técnicos competentes municipais. A maioria dos estabelecimentos de ensino apresenta condições de acessibilidade reduzidas, sendo várias as barreiras arquitetónicas existentes, e que dificultam a mobilidade de alunos e outros utilizadores da escola com mobilidade reduzida temporária ou permanente. As escolas com melhores acessibilidades e que respondem às necessidades de utilizadores com mobilidade reduzida são a Escola Sede, a Escola Básica de Alijó e a Escola Básica N.º1 do Pinhão, todas as restantes apresentam graves falhas nesse aspeto. Assim, é fundamental que no futuro este aspeto seja melhorado, de forma a serem estabelecimentos de ensino verdadeiramente inclusivos. Na escola-sede as acessibilidades exteriores são mais satisfatórias existindo percursos para viaturas e rampas para utilizadores com mobilidade reduzida e /ou cadeiras de rodas. O edifício do Bloco B tem um elevador para deficientes motores e também escadas de acesso ao piso superior. O edifício da Escola Básica N.º 1 do Pinhão possui elevador.

As barreiras arquitetónicas mais comuns nos estabelecimentos educativos que integram o território de Alijó são, essencialmente, escadas e degraus, desníveis em lancis, falta de dimensões apropriadas nos vãos de porta, demarcação de percursos, espaços sinalizados, marcações para percursos adaptados aos invisuais, entre outros. Algumas destas

dificuldades, como as escadas, degraus e desníveis têm sido minimizadas pela construção de rampas. O projeto de requalificação do AE prevê a redução de quaisquer barreiras arquitetónicas, quer no exterior, quer no interior, estando previstas adaptações dos constrangimentos à mobilidade e acessibilidade, ainda existentes em virtude de se tratarem de infraestruturas antigas, de um tempo em que não se colocavam essas preocupações.

De uma forma geral, para já, é possível verificar que as infraestruturas apresentam um esforço no nível de acesso condicionado a pessoas com mobilidade reduzida, ainda que se registem alguns constrangimentos. E por dificuldades ligadas à manutenção e conservação dos edifícios, alguns locais ou estruturas acabam por se constituir como pontos mais críticos, como o estado das valetas.

4.1.4. Bibliotecas escolares.

O AE D. Sancho II conta com quatro bibliotecas integradas na Rede de Bibliotecas Escolares (RBE): uma em Sanfins do Douro que serve os alunos do Pré-Escolar e do 1º CEB, uma na Escola Básica de Alijó, uma na Escola Básica N.º 1 do Pinhão cujo público-alvo é o 1º, 2º e 3º CEB e uma na escola sede destinada aos alunos de 2º e 3º CEB, Ensino Secundário e Cursos Profissionais.

A Biblioteca Escolar (BE) é um espaço multifuncional, que visa essencialmente o desenvolvimento da leitura e das literacias, promovendo atitudes e valores sem os quais as aprendizagens dificilmente se realizam. Desenvolve a sua ação em articulação não só com a escola onde está inserida, com os Departamentos Curriculares, Grupos Disciplinares, Professores Titulares/Diretores de Turma e Educadores, como também com as várias escolas e/ou bibliotecas do AE, bem como com a Biblioteca Municipal de Alijó. Para além de ter um plano anual de atividades próprio, que respeita os domínios de aplicação requeridos pela Rede de Bibliotecas Escolares (RBE), colabora com os outros parceiros.

As atividades da Biblioteca Escolar centram-se, essencialmente, na formação para as literacias da informação e dos media, no apoio ao estudo a pequenos grupos de alunos e na promoção da leitura, através de iniciativas diversas (concursos, encontros com escritores, sessões de leitura, oficinas de escrita, divulgação de livros, estabelecimento de parcerias...). Constituindo uma base natural para o acesso ao mundo da informação e ensino das literacias, a Biblioteca Escolar estimula a investigação, a criatividade, a originalidade, a liberdade intelectual e o uso ético e responsável da informação e dos média. Estes espaços escolares são ainda, por natureza, mais do que espaços formativos, de acolhimento, leitura e informação, centros de aprendizagem, de apoio ao currículo e de construção de conhecimento onde, através da colaboração entre o(a) professor(a) bibliotecário(a) e os restantes docentes, se concretiza o ensino integrado dos saberes disciplinares e das competências transversais, indispensáveis ao desenvolvimento dos conteúdos curriculares e das literacias. Tendo como referência os documentos orientadores emanados da RBE, são quatro os principais objetivos das Bibliotecas Escolares:

- Formar leitores competentes;

- Melhorar as taxas de transição de ano e de conclusão de ciclo;
- Melhorar a qualidade do sucesso;
- Contribuir para a formação de cidadãos conscientes, responsáveis e de pleno direito.

Assim, a Biblioteca Escolar trabalha na promoção das literacias, através da dinamização de atividades específicas, junto da comunidade escolar, nomeadamente pelas Bibliotecas Escolares e pela mobilização do Referencial Aprender com a Biblioteca Escolar, e na melhoria da articulação inter e intraciclos, com vista a assegurar uma efetiva sequencialidade das aprendizagens entre os diferentes ciclos e anos de educação e ensino, que se traduza numa evolução consistente dos resultados académicos.

Quanto às instalações, a Biblioteca Escolar da Escola Básica de Sanfins do Douro, Alijó, funciona num espaço próprio, mas que precisa de melhor equipamento, com mobiliário mais ergonómico e uma coleção renovada. A Biblioteca da Escola Básica de Alijó (Centro Escolar) possui um espaço de leitura airoso, mas necessita mais equipamento e que o mesmo seja mais ergonómico. A gestão da coleção existente também merece atenção, nomeadamente na aquisição de obras, materiais pedagógicos e multimédia. A Biblioteca Escolar da Escola Básica N.º 1 do Pinhão denota as mesmas deficiências que foram referidas nos casos anteriores, porém considerando a possibilidade de implementação de um projeto inovador ligado ao ensino e formação profissional, a requalificação ou reestruturação do espaço da Biblioteca Escolar obriga a um planeamento mais profundo, de forma a dotar esta valência com melhor equipamento, melhores condições de conforto (eficiência energética) e uma coleção mais especializada. A Biblioteca Escolar da escola-sede do AE é a serve mais alunos e que melhor equipada se encontra, mas também revela necessidades ao nível do equipamento e da gestão das coleções.

A Biblioteca Escolar da Escola Básica e Secundária D. Sancho II, Alijó, integra a Rede de Bibliotecas Escolares desde 1998, e segundo os dados registados na RBE, possui pouco mais de 1500 livros, sendo os recursos digitais apenas 25. Em 2011, o AE de Alijó, a Câmara Municipal de Alijó e a DGRE assinaram um acordo que visava a implementação de uma RBE de incidência concelhia integrada na Rede de Bibliotecas Escolares. Nesse acordo definiram-se os seguintes objetivos: a Biblioteca Escolar devia funcionar como núcleo da organização pedagógica das escolas agrupadas e não agrupadas, constituindo um recurso afeto ao desenvolvimento das atividades de ensino e de aprendizagem, das áreas curriculares disciplinares e não disciplinares, das atividades extra curriculares e de enriquecimento curricular e da ocupação dos tempos escolares; A biblioteca escolar enquadra-se num processo de mudança gradual da escola, favorecendo a afirmação de novos paradigmas e modalidades de ação educativa, reclamando a adesão e envolvimento da comunidade educativa; A biblioteca escolar contribui para a aprendizagem ao longo da vida, promovendo a consolidação de literacias fundamentais para uma sociedade baseada no conhecimento.

Ao Município de Alijó coube, nesse compromisso, apoiar a criação de uma rede de bibliotecas escolares a nível concelhio, de acordo com o ordenamento da rede escolar, com os princípios definidos na carta educativa e garantindo o cumprimento das orientações do Ministério da Educação, através do Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares; criar condições para a institucionalização do Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares (SABE), na

Biblioteca Municipal/Biblioteca Municipal da Rede de Leitura Pública, dotando-as, de forma progressiva, dos recursos humanos e materiais necessários, visando prestar colaboração técnica especializada aos estabelecimentos de ensino. O tratamento técnico dos fundos documentais, do ensino básico (1º, 2º e 3º ciclos) e a cooperação interbibliotecas, no âmbito da partilha e circulação de recursos documentais constituem vetores operativos desta colaboração; Equipar as escolas do ensino básico sujeitas a intervenções de requalificação, e os centros educativos com bibliotecas escolares, de acordo com os princípios e orientações da Rede de Bibliotecas Escolares; assegurar os custos de construção, manutenção e apetrechamento das bibliotecas das escolas básicas, no quadro da transferência das competências para os Municípios e das orientações técnicas e pedagógicas do Ministério da Educação; acompanhar o desenvolvimento das bibliotecas escolares assegurando condições de funcionamento, de manutenção dos equipamentos informáticos e de atualização periódica do fundo documental contribuindo para a melhoria da qualidade do sistema educativo; contribuir para a criação e desenvolvimento de redes de informação e de conhecimento, especificamente através da criação e manutenção de portais/plataformas digitais, e da atualização do catálogo coletivo concelhio.

Em termos de financiamento, os custos de instalação, apetrechamento e desenvolvimento ficaram definidos que seriam suportados nos termos seguintes: o Ministério da Educação centralizaria/asseguraria, através do orçamento afecto ao Programa Rede de Bibliotecas Escolares, os custos inerentes à instalação, apetrechamento e fundo documental das bibliotecas escolares, através da aplicação de medidas orçamentais enquadradas pela legislação em vigor; o Município, no quadro das suas competências, assumiria a responsabilidade dos custos inerentes às obras de construção/adaptação, apetrechamento e manutenção dos respetivos equipamentos e do fundo documental das bibliotecas escolares do ensino básico, através da aplicação de medidas orçamentais, que contribuam para a resolução das assimetrias na prestação do serviço educativo; a Direção Regional de Educação, no quadro das suas competências, incrementaria medidas que consolidassem o desenvolvimento e a qualificação das bibliotecas escolares dos estabelecimentos de ensino da sua área de abrangência.

A Câmara Municipal de Alijó tem garantido um apoio importante quer para a qualificação do espaço, quer para a política da Biblioteca Escolar, contribuindo no âmbito das suas competências e das estabelecidas pelos protocolos assinados. A estratégia seguida pelo AE tem permitido e facilitado que a Biblioteca Escolar se tenha articulado com a Biblioteca Municipal, contribuindo de forma indelével para o combate às iliteracias.

4.1.5. Financiamento e recursos.

O funcionamento do AE de Alijó e toda a ação educativa é financiada por dois orçamentos: o do Estado e o orçamento privativo, sendo este constituído pelas receitas geradas pela própria escola e comunidade escolar (lucros do bufete, aluguer de instalações, donativos, etc.). Não tendo ao AE especial autonomia neste âmbito, as verbas provenientes

do orçamento do Estado são requisitadas em duodécimos, que pagam o funcionamento e manutenção da escola e materiais de cultura. Tem sido regra, não serem sido atribuídas verbas para material básico (informático, cadeiras, mesas, audiovisuais, fotocopiadoras, loiças e materiais da cozinha, etc.) pelo que, todo o material deste tipo, tem de ser adquirido pelo orçamento privativo. No orçamento do Estado vêm inscritas as verbas a atribuir ao ensino Pré-escolar, definidas por despacho anual. Não são inscritas verbas para o 1º ciclo, uma vez que por lei, este grau de ensino é financiado pela Autarquia.

A autarquia mostra-se sensível e recetiva às necessidades educativas da comunidade escolar, financiando na totalidade os transportes necessários à realização de atividades no exterior do Pré-escolar e do 1º CEB, do Desporto Escolar, e participa também atividades e projetos dos vários graus de ensino. Financia na totalidade os transportes escolares de todos os alunos de todos os níveis de ensino a frequentar o AE D. Sancho II. Atribui ainda uma verba para material didático e de desgaste para o Ensino Pré-Escolar e 1ºCEB, bem como assegura as necessidades de papel e mantém uma fotocopiadora na reprografia da escola-sede ao serviço destes níveis de ensino.

Os recursos materiais e pedagógicos de cada um dos estabelecimentos de ensino que constituem o AE encontram-se inventariados. No âmbito das AEC, a Câmara Municipal tem vindo a adquirir materiais que viabilizam a prática destas atividades. O programa do Ministério da Educação no âmbito das ciências Experimentais e os programas no âmbito do apoio à literacia e desenvolvimento da leitura (RBE e PNL) enriqueceram também o espólio material nestes sectores. A escola-sede dispõe do material em quantidade e qualidade suficiente para uma prática pedagógica de qualidade e o centro de recursos/biblioteca está ao dispor de todos os estabelecimentos.

4.2. Procura Educativa.

4.2.1. Situação atual da Educação e Formação de jovens da Rede Pública.

Na generalidade e considerando todos os níveis e modalidades de ensino, a rede escolar pública do município de Alijó apresenta, no ano letivo de 2023/24, um total de 843 alunos, distribuídos pela Educação Pré-Escolar, com 65 alunos, pelo 1.º CEB, com 254 alunos e pelos 2.º e 3.º CEB com 334 alunos, o Ensino Secundário com 130 e o Ensino Profissional com 60 alunos. Analisando a distribuição dos quantitativos totais dos alunos pelas turmas, de imediato se compreende que é no 1.ºCEB e no 3.ºCEB que existem mais turmas, número que está ligado às características dos diferentes níveis de ensino. Assim, o Pré-Escolar possui 7 turmas atribuídas, o 1.º CEB tem 17, o 2.ºCEB tem 9 e os alunos do 3.ºCEB distribuem-se por 17 turmas. O Ensino Secundário possui 8 turmas e existem 6 no Ensino Profissional. Em termos percentuais, os alunos que se distribuem pelo Ensino Pré-Escolar correspondem a 7,71% da totalidade dos alunos matriculados na rede pública. Os do 1.º CEB correspondem a 30,13%, os do 2.ºCEB a 14,35%, os do 3.º CEB com 25,26%, os do Ensino Secundário com 15,42% e os do Ensino Profissional com 7,11%.

QUADRO 70 – NÚMERO DE ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NA OFERTA ESCOLAR PÚBLICA NO CONCELHO DE ALIJÓ, NO ANO LETIVO 2023/24.

Ano letivo	PE	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	ES	EP	Total
2023/24	65	254	121	213	130	60	843

(CMA;AEADSII)

QUADRO 71 – NÚMERO DE TURMAS EXISTENTES POR NÍVEL NO ANO LETIVO 2023/24.

Ano letivo	PE	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	ES	EP	Total
2023/24	7	17	9	17	8	6	64

(CMA;AEADSII)

QUADRO 72 – NÚMERO DE TURMAS EXISTENTES POR ESCOLA E POR NÍVEL NO ANO LETIVO 2023/24.

Escola	PE	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	ES	EP
Escola Básica de Alijó, Alijó	2	-	-	-	-	-
Escola Básica de Pegarinhos, Alijó	1	-	-	-	-	-
Escola Básica N.º 1 de Pinhão, Alijó	2	-	-	-	-	-
Escola Básica de Sanfins do Douro, Alijó	1	-	-	-	-	-
Escola Básica de Vilar de Maçada, Alijó	1	-	-	-	-	-
Escola Básica de Alijó, Alijó	-	8	-	-	-	-
Escola Básica de Favaio, Alijó	-	3	-	-	-	-
Escola Básica de Pegarinhos, Alijó	-	1	-	-	-	-
Escola Básica N.º 1 de Pinhão, Alijó	-	2	-	-	-	-
Escola Básica de Sanfins do Douro, Alijó	-	1	-	-	-	-
Escola Básica de Vilar de Maçada, Alijó	-	1	-	-	-	-
Escola Básica de Pinhão, Alijó	-	-	2	3	-	-
Escola Básica e Secundária D. Sancho II, Alijó	-	-	7	-	-	-
Escola Básica e Secundária D. Sancho II, Alijó	-	-	-	14	8	8

(CMA;AEADSII)

QUADRO 73 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR ESCOLA E TURMA, NO NÍVEL PRÉ-ESCOLAR, NO ANO 2023/24.

Escola	N.º de alunos por turma		Total
	1.ª	2.ª	
Escola Básica de Alijó, Alijó	16	14	20
Escola Básica de Pegarinhos, Alijó	10	-	10
Escola Básica N.º 1 de Pinhão, Alijó	10	-	10
Escola Básica N.º 1 de Pinhão (JI Vilarinho de Cotas)	2	-	2
Escola Básica de Sanfins do Douro, Alijó	5	-	5
Escola Básica de Vilar de Maçada, Alijó	8	-	8

(CMA;AEADSII)

QUADRO 74 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR ESCOLA E TURMA, NO 1.ºCEB, NO ANO 2023/24.

Escola	N.º de alunos por turma								Total
	1.º	1.º	2.º	2.º	2.º	3.º	4.º	4.º	
Escola Básica de Alijó, Alijó	15	16	10	15	20	17	17	-	110
Escola Básica de Favaios, Alijó	12	-	19	-	-	25	-	-	54
Escola Básica de Pegarinhos, Alijó	18	-	-	-	-	-	-	-	18
Escola Básica N.º 1 de Pinhão, Alijó	16	-	-	-	-	10	-	-	26
Escola Básica de Sanfins do Douro, Alijó	13	-	-	-	-	14	-	-	27
Escola Básica de Vilar de Maçada, Alijó	17	-	-	-	-	-	-	-	17

(CMA;AEADSI)

QUADRO 75 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR ESCOLA E TURMA, NO 2.ºCEB, NO ANO 2023/24.

Escola	N.º de alunos por turma								Total
	5.º Ano				6.º Ano				
	5.º	5.º	5.º	5.º	6.º	6.º	6.º	6.º	
Escola Básica e Secundária D. Sancho II, Alijó	-	14	13	14	18	16	18	-	111
Escola Básica de Pinhão, Alijó	6	-	-	-	4	-	-	-	10

(CMA;AEADSI)

QUADRO 76 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR ESCOLA E TURMA, NO 3.ºCEB, NO ANO 2023/24.

Escola	N.º de alunos por turma					Total	
	7.º	7.º	7.º	7.º	7.º		
Escola Básica e Secundária D. Sancho II, Alijó	-	13	15	13	15	14	70
Escola Básica de Pinhão, Alijó	6	-	-	-	-	-	6

(CMA;AEADSI)

QUADRO 77 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR ESCOLA E TURMA, NO 3.ºCEB, NO ANO 2023/24.

Escola	N.º de alunos por turma				Total
	8.º	8.º	8.º	8.º	
Escola Básica e Secundária D. Sancho II, Alijó	12	13	19	20	64
Escola Básica de Pinhão, Alijó	4	-	-	-	4

(CMA;AEADSI)

QUADRO 78 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR ESCOLA E TURMA, NO 3.ºCEB, NO ANO 2023/24.

Escola	N.º de alunos por turma					Total
	9.º	9.º	9.º	9.º	9.º	
Escola Básica e Secundária D. Sancho II, Alijó	9	13	17	12	14	65
Escola Básica de Pinhão, Alijó	4	-	-	-	-	4

(CMA;AEADSI)

QUADRO 79 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR ESCOLA E TURMA, NO ENSINO SECUNDÁRIO, NO ANO 2023/24.

Escola	N.º de alunos por turma								Total
	10.º	10.º	10.º	11.º	11.º	11.º	12.º	12.º	
Escola Básica e Secundária D. Sancho II, Alijó	14	12	13	19	11	16	22	23	130

QUADRO 80 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR ESCOLA E ANO DE CURSO, NO ENSINO PROFISSIONAL, NO ANO 2023/24.

Escola	N.º de alunos por curso				Total
	TAS	TT	TBR	TI	
Escola Básica e Secundária D. Sancho II, Alijó	8	31	14	7	60

(TAS – TÉCNICO DE AUXILIAR DE SAÚDE; TT – TÉCNICO DE TURISMO; TBR – TÉCNICO DE BAR E RESTAURANTE; TI – TÉCNICO DE INFORMÁTICA) (CMA;AEADSII)

QUADROS 81 A/B/C/D/E – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR ESCOLA E POR SEXO, NO NÍVEL PRÉ-ESCOLAR, NO ANO 2023/24.

Escola	Turmas				Total
	A		B		
	F	M	F	M	
Escola Básica de Alijó, Alijó	5	11	6	8	30

Escola	N.º de alunos por turma		Total
	A		
	F	M	
Escola Básica de Pegarinhos , Alijó	3	7	10

Escola	N.º de alunos por turma		Total
	A		
	F	M	
Escola Básica N.º 1 de Pinhão, Alijó	5	5	10
Escola Básica N.º 1 de Pinhão (JI Vilarinho de Cotas), Alijó	0	2	2

Escola	N.º de alunos por turma		Total
	A		
	F	M	
Escola Básica de Sanfins do Douro , Alijó	2	3	5

Escola	N.º de alunos por turma		Total
	A		
	F	M	
Escola Básica de Vilar de Maçada, Alijó	2	6	8

(CMA;AEADSII)

QUADROS 82 A/B/C/D/E/F – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR TURMA E POR SEXO, NO NÍVEL 1.ºCEB, NO ANO LETIVO 2023/24.

Escola	N.º de alunos por turma														Total		
	1.ºA		1.ºB		2.ºC		2.ºD		2.ºBFav		3.º E		3/4.º F			4.º G	
	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M		F	M
Escola Básica de Alijó, Alijó	7	8	3	13	2	8	8	7	0	2	7	13	10	7	9	8	112

(CMA;AEADSII)

Escola	N.º de alunos por turma						Total
	1.ºA		2.ºB		3/4.ºA		
	F	M	F	M	F	M	
Escola Básica de Favaios, Alijó	7	5	8	9	14	11	54

Escola	N.º de alunos por turma				Total
	1/2/3.ºA				
	F		M		
Escola Básica de Pegarinhos, Alijó	8		5		13

Escola	N.º de alunos por turma				Total
	1/2.ºA		3/4.ºB		
	F	M	F	M	
Escola Básica N.º 1 de Pinhão, Alijó	10	6	6	4	26

Escola	N.º de alunos por turma				Total
	1/2.ºA		2/3.ºA		
	F	M	F	M	
Escola Básica de Sanfins do Douro, Alijó	7	6	6	8	27

Escola	N.º de alunos por turma				Total
	1/2/3/4.ºA				
	F		M		
Escola Básica de Vilar de Maçada, Alijó	5		12		17

(CMA;AEADSII)

QUADRO 83 A/B – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR TURMA E POR SEXO, NO NÍVEL 2.ºCEB, NO ANO 2023/24.

Escola	N.º de alunos por turma				Total
	5.ºP		6.ºP		
	F	M	F	M	
Escola Básica de Pinhão, Alijó	4	2	1	3	10

Escola	N.º de alunos por turma												Total		
	5.ºA		5.ºB		5.ºC		5.ºD		6.ºA		6.ºB			6.ºC	
	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M		F	M
Escola Básica e Secundária D. Sancho II, Alijó	5	13	8	6	8	5	6	8	8	10	10	6	10	8	111

(CMA;AEADSII)

QUADRO 84 A/B/C/D – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR TURMA E POR SEXO, NO NÍVEL 3.ºCEB NO ANO 2022/23.

Escola	N.º de alunos por turma						Total
	7.ºP		8.ºP		9.ºP		
	F	M	F	M	F	M	
Escola Básica de Pinhão, Alijó	3	3	4	0	3	1	14

Escola	N.º de alunos por turma										Total
	7.ºA		7.ºB		7.ºC		7.ºD		7.ºE		
	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	
Escola Básica e Secundária D. Sancho II, Alijó	7	6	7	8	8	5	10	5	6	8	70

Escola	N.º de alunos por turma								Total		
	8.ºA		8.ºB		8.ºC		8.ºD				
	F	M	F	M	F	M	F	M			
Escola Básica e Secundária D. Sancho II, Alijó			7	5	8	5	10	9	11	9	64

Escola	N.º de alunos por turma										Total
	9.ºA		9.ºB		9.ºC		9.ºD		9.ºE		
	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	
Escola Básica e Secundária D. Sancho II, Alijó	3	6	2	11	11	6	8	4	8	6	65

(CMA;AEADSI)

QUADRO 85 A/B/C/D – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR TURMA E POR SEXO, NO NÍVEL ENSINO SECUNDÁRIO NO ANO 2022/23.

Escola	N.º de alunos por turma						Total
	10.ºA		10.ºB		10.ºC		
	F	M	F	M	F	M	
Escola Básica e Secundária D. Sancho II, Alijó	8	6	3	9	10	3	39

Escola	N.º de alunos por turma						Total
	11.ºA		11.ºB		11.ºC		
	F	M	F	M	F	M	
Escola Básica e Secundária D. Sancho II, Alijó	12	7	6	5	12	4	46

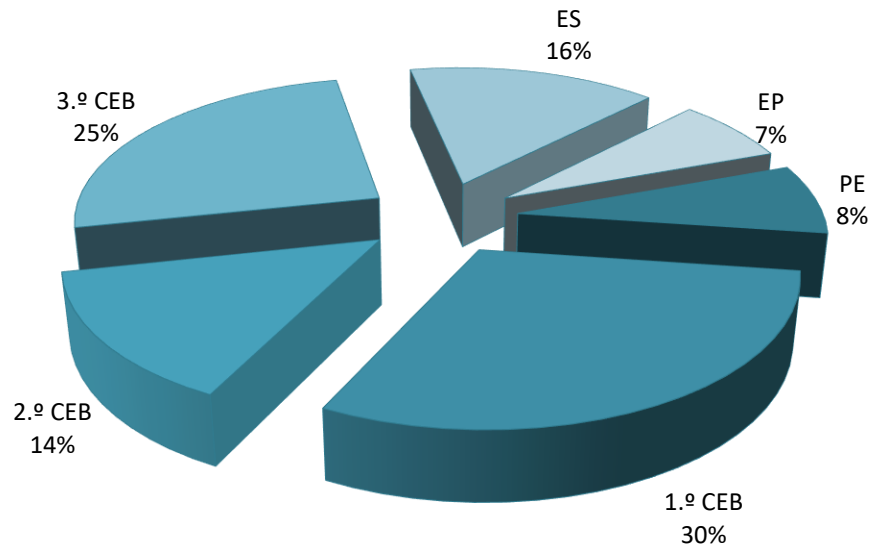
Escola	N.º de alunos por turma				Total		
	12.ºA		12.ºB				
	F	M	F	M			
Escola Básica e Secundária D. Sancho II, Alijó			11	11	13	10	45

(CMA;AEADSI)

QUADRO 86 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NOS CURSOS EM FUNCIONAMENTO NO AE D. SANCHO II, ENTRE OS ANOS LETIVOS 2020-2021 A 2022-2023 (N.º).

Cursos Profissionais	1.º Ano			2.º Ano			3.º Ano		
	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total
Auxiliar de Saúde	-	-	0	-	-	0	6	1	7
Restaurante e Bar	2	4	6	7	1	8	-	-	0
Turismo	8	9	17	-	-	0	7	7	14
Informática	-	-	0	-	7	7	-	-	0
Total	10	13	23	7	8	15	13	8	21

FIGURA 34 – PERCENTAGEM DE ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NA OFERTA ESCOLAR PÚBLICA, POR NÍVEIS, NO CONCELHO DE ALIJÓ, NO ANO LETIVO 2023/24.



(CMA;AEADSII)

4.2.2. Evolução da população escolar.

Considerando a evolução da população escolar total, ou seja todos os alunos inscritos e matriculados em todos os níveis e modalidades de ensino da rede pública do município de Alijó, entre 2021-2024, observa-se uma acentuada diminuição dos quantitativos em praticamente todos os indicadores. Apenas se assinala um ligeiro crescimento que sucedeu no 1.ºCEB, entre os anos letivos 2022/23-2023/24.

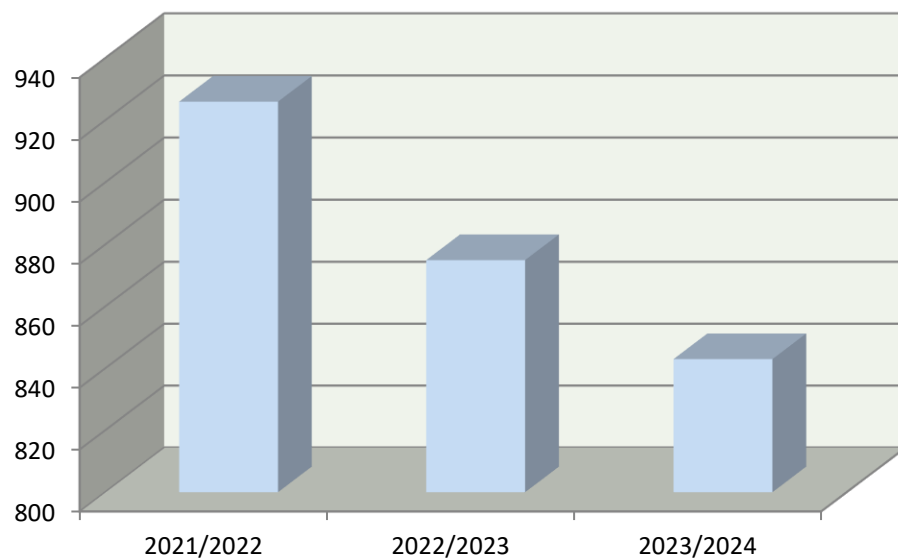
O número total de alunos diminuiu -8,96%, passando de 926 (2021/22) para 843 (2023/24) matriculados. Numa análise mais fina, descobrem-se as variações negativas em todos os níveis de escolaridade, algumas superiores a -15%, o que para além de afirmarem a evolução negativa da população escolar, apontam para a manutenção dessa tendência negativa para os próximos anos. E confrontando esses dados com os valores das estimativas da população, geradas pelos dados demográficos do INE, resulta no agravamento do cenário de quebra, colocando-se em causa a sustentabilidade da rede escolar e a evolução e o desenvolvimento da população residente. A diminuição dos números da população escolar é ainda mais evidente quando se compara o histórico dos resultados no período entre 2015/2016 e 2022/23.

Finalmente, relacionando as estimativas demográficas com as projeções da população em idade escolar expõe-se um panorama pouco auspicioso e, no que diz respeito à imigração, não se afigura possível estabelecer cenários seguros dada a natureza pontual do fenómeno.

QUADRO 87 – NÚMERO DE ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NA OFERTA ESCOLAR PÚBLICA NO CONCELHO DE ALIJÓ, ENTRE 2020/21 E 2023/24.

Ano letivo	PE	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Secundário	Profissional	Total de alunos
2021/2022	104	226	144	239	144	69	926
2022/2023	86	239	130	223	137	60	875
2023/2024	65	254	121	213	130	60	843

(CMA;AEADSII)

FIGURA 35 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NA OFERTA ESCOLAR PÚBLICA, TOTAL, NO CONCELHO DE ALIJÓ, ENTRE OS ANOS LETIVOS 2020/21 A 2022/23 (NÚMERO).

(CMA;AEADSII)

4.2.2.1. Educação Pré-Escolar.

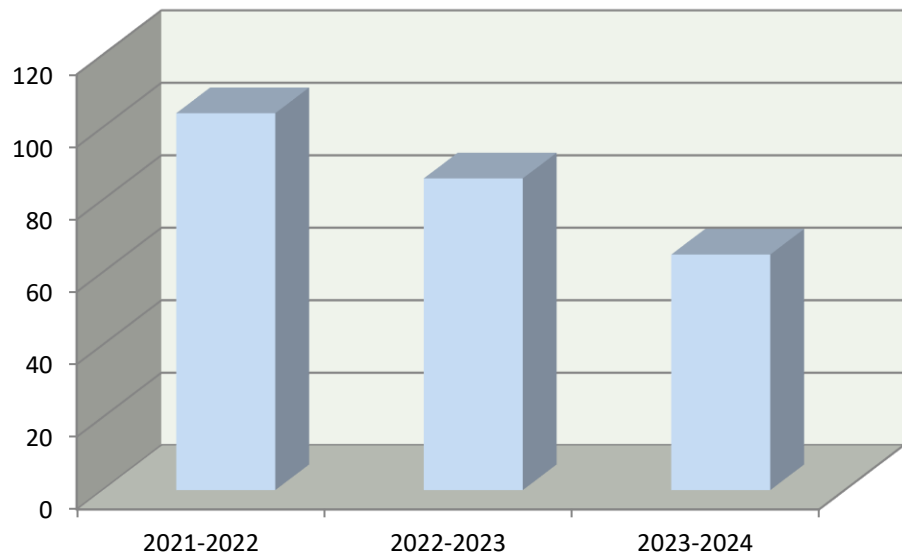
Ainda que tradicionalmente associados à oferta da rede pré-escolar particular, os Jardins de Infância da oferta pública têm ganho preponderância e cobertura, constituindo-se cada vez mais como uma estrutura basilar educativa e acabando por estender a sua influência aos restantes níveis de ensino. A evolução dos efetivos escolares no ensino pré-escolar da rede pública no município de Alijó está marcada pela queda dos valores dos inscritos e matriculados no período compreendido entre os anos letivos 2020/21 e 2022/23, numa variação preocupante de -24,4% (2023/24), passando de 104 crianças (2021/22) para 65 (2023/24). O valor médio de alunos no período em análise foi de 85 alunos.

QUADRO 88 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NO PRÉ-ESCOLAR, NO CONCELHO DE ALIJÓ, ENTRE 2020/21 E 2023/24.

Nível de Ensino	2021-2022	2022-2023	2023-2024
Pré-Escolar	104	86	65

(CMA;AEADSII)

FIGURA 37 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO PRÉ-ESCOLAR, NO CONCELHO DE ALIJÓ, ENTRE 2020/21 E 2023/24. (N.º).



(CMA;AEADSII)

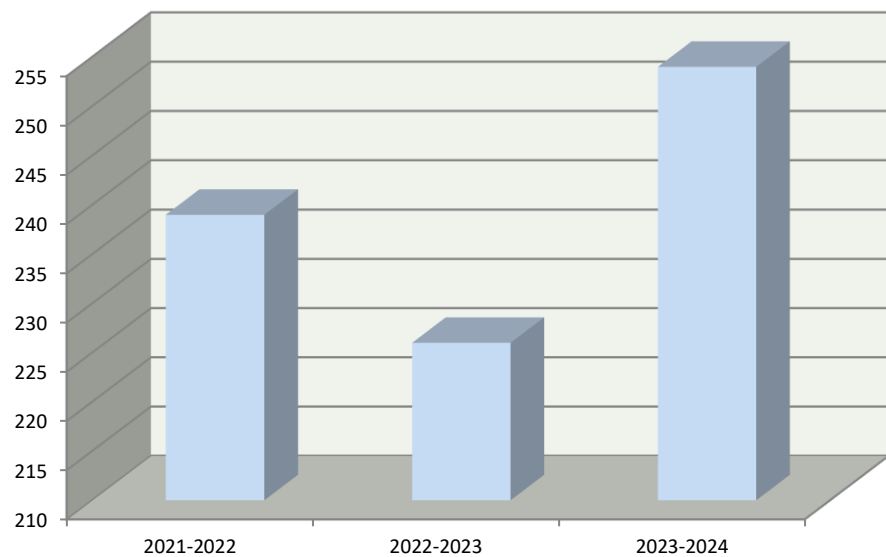
4.2.2.2. A Educação do 1.ºCEB.

Quanto ao 1.º CEB verifica-se uma tendência de evolução contrária à identificada na Educação Pré-Escolar, na medida em que, entre os anos letivos 2020/21 e 2022/23, a população escolar aumentou de 239 para os 254 alunos, o que representou um crescimento de 6,3%. Porém, a evolução observada não se afigura como muito segura, pois os quantitativos do Ensino Pré-escolar em breve se manifestarão no 1.ºCEB, diminuindo os inscritos e matriculados. Os reflexos dessa quebra sentir-se-ão a partir do ano letivo 2024/25.

QUADRO 89 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NO 1.º CEB, NO CONCELHO DE ALIJÓ, ENTRE 2020/21 E 2023/24.

Nível de Ensino	2021-2022	2022-2023	2023-2024
1.ºCEB	239	226	254

(CMA;AEADSII)

FIGURA 38 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO 1.ºCEB, NO CONCELHO DE ALIJÓ, ENTRE 2020/21 E 2023/24. (N.º).

(CMA;AEADSII)

4.2.2.3. A Educação do 2.º CEB.

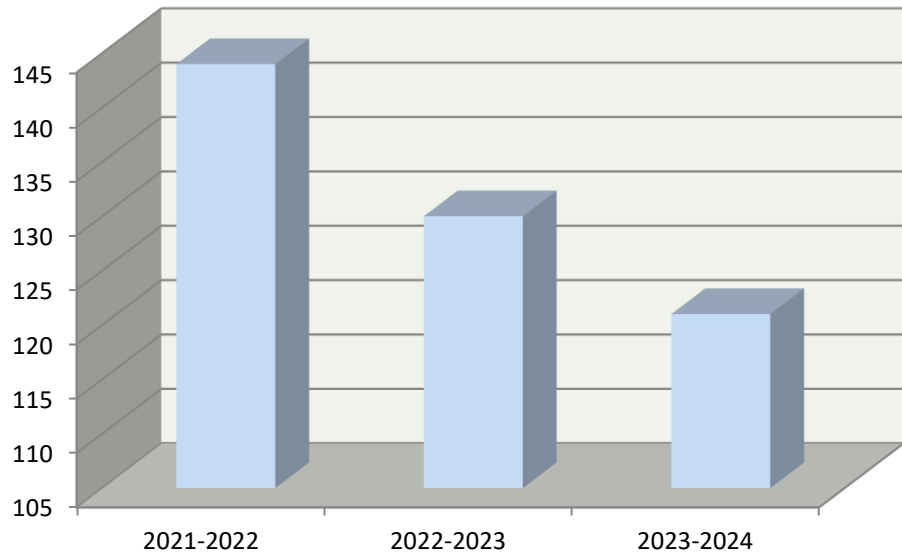
No que diz respeito à evolução do número de alunos matriculados no 2.º CEB verificou-se uma descida dos efetivos escolares entre os anos letivos 2021/22 e 2023/24, numa variação de -9,7% (202/23) e de -6,9% (2023/24). A média de alunos foi de 131. O ano letivo com o valor mais baixo foi o de 2023/2024 e o mais elevado em 2021/22.

QUADRO 90 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NO 2.º CEB, NO CONCELHO DE ALIJÓ, ENTRE 2020/21 E 2023/24. (N.º).

Nível de Ensino	2020-2021	2021-2022	2022-2023
2.º CEB	144	130	121

(CMA;AEADSII)

FIGURA 39 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO 2.ºCEB, NO CONCELHO DE ALIJÓ, ENTRE 2020/21 E 2023/24. (N.º).



(CMA;AEADSII)

4.2.2.4. A Educação do 3.º CEB.

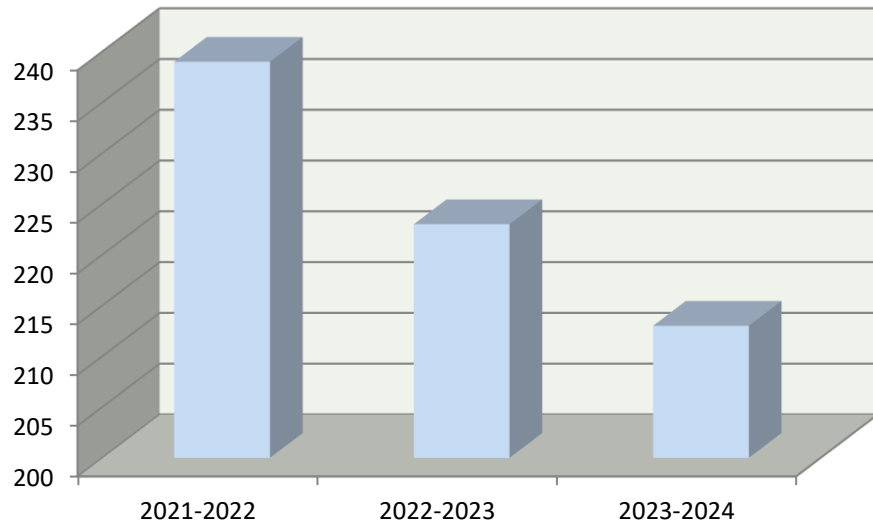
Nos alunos matriculados no 3.º CEB descobre-se um decréscimo dos efetivos escolares no período compreendido entre os anos letivos 2020/21 e 2022/23, com a passagem dos 239 aos 213 alunos, que se traduz num decréscimo de -10,87%. O valor mais baixo verificou-se no ano letivo 2023/24, quando se verificaram 213 alunos. E, considerando os quantitativos dos alunos matriculados no 2.º CEB, não se prevê qualquer incremento, aliás, muito pelo contrário, a descida de inscrições tornar-se-á mais pronunciada a partir de 2025/26, agravando-se ainda mais a partir de 2028/29. A média de alunos durante o período em análise foi de 225 alunos.

QUADRO 100 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NO 3.º CEB, NO CONCELHO DE ALIJÓ, ENTRE 2020/21 E 2023/24.

Nível de Ensino	2021-2022	2022-2023	2023-2024
3.º CEB	239	223	213

(CMA;AEADSII)

FIGURA 40 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO 3.ºCEB, NO CONCELHO DE ALIJÓ, ENTRE 2020/21 E 2023/24. (N.º).



(CMA;AEADSII)

4.2.2.5. O Ensino Secundário.

O indicador da evolução do número de alunos matriculados no Ensino Secundário mostra uma oscilação negativa dos efetivos escolares no período entre os anos letivos 2021/22 e 2023/24, com a passagem dos 144 aos 130 alunos, registando-se uma diminuição de -9,72%.

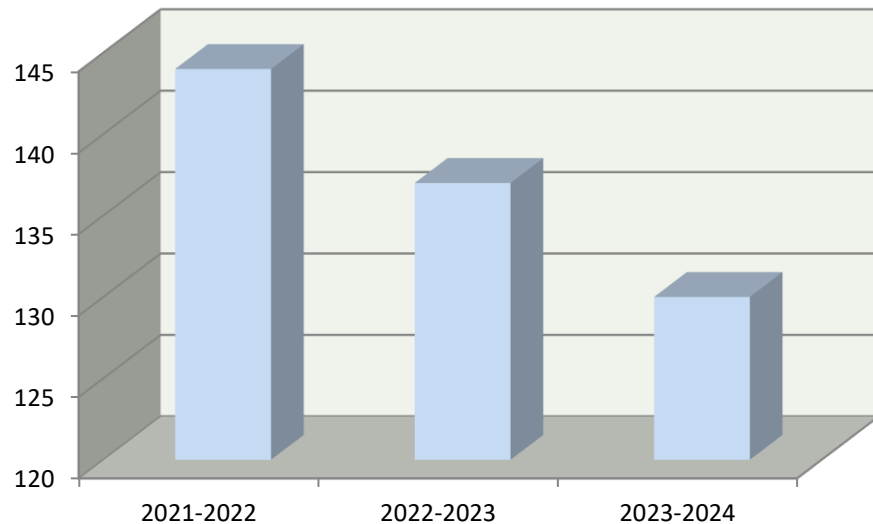
Em virtude do número de alunos existente, algumas turmas dos cursos científico-humanísticos, funcionarem num regime misto, cuja organização se justifica pela preocupação em maximizar os recursos disponíveis. A média de alunos durante o período em análise foi de 137 alunos. O número médio dos alunos por turma, por curso, têm baixado, em consequência da quebra demográfica.

QUADRO 101 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO SECUNDÁRIO, ENTRE 2020/21 E 2023/24.

Nível de Ensino	2021-2022	2022-2023	2023-2024
Ensino Secundário	144	137	130

(CMA;AEADSII)

FIGURA 41 – TOTAL DOS ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO SECUNDÁRIO, ENTRE 2020/21 E 2023/24. (N.º).



(CMA;AEADSII)

4.2.2.6. O Ensino Profissional.

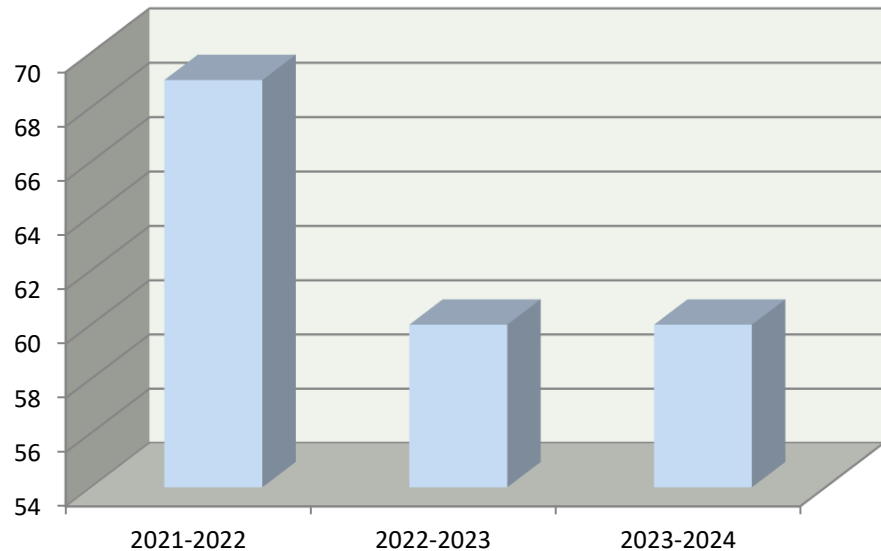
O número de alunos inscritos e matriculados nos cursos técnico-profissionais da oferta do AE D. Sancho II - Alijó recolhido nos últimos três anos letivos apresenta-se baixo, alcançando pouco mais que a meia centena de alunos. A sua oscilação tem sido menor que nos outros níveis de escolaridade da oferta do AE, que teve no ano 2022/23 a sua maior descida, com menos -13,4%. O número médio de alunos no último triénio letivo, no Ensino Profissional, situou-se nos 63 alunos. Entre os quatro cursos técnico-profissionais em funcionamento no ano letivo 2023/24, é o curso técnico-profissional de Turismo que reúne mais inscritos e matriculados, com 45 alunos, enquanto os restantes encontram-se abaixo das duas dezenas, à exceção do curso de Técnico(a) de Restauração e Bar que conta com 22 inscritos e matriculados.

QUADRO 102 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS EM CURSOS TÉCNICO-PROFISSIONAIS, ENTRE 2020/21 E 2023/24.

Nível de Ensino	2021-2022	2022-2023	2023-2024
Ensino Profissional	69	60	60

(CMA;AEADSII)

FIGURA 42 – TOTAL DOS ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO PROFISSIONAL, ENTRE 2020/21 E 2023/24. (N.º).



(CMA;AEADSII)

4.3. Projeção da população escolar.

Atendendo aos nascimentos registados no município de Alijó (aqui sem se enquadrar o peso dos fluxos intermunicipais), no período de 2021-2024, é seguro concluir que se esperará até 2031 uma diminuição considerável de alunos no Ensino Pré-Escolar, mesmo considerando um pontual incremento de alunos oriundos do fenómeno da emigração. E, essa diminuição de alunos repercutir-se-á nos restantes níveis de escolaridade, previsivelmente a partir de 2025, primeiro no 1.ºCEB e, a médio/longo prazo, nos restantes ciclos. De cálculo mais difícil, as questões relacionadas com a oferta educativa/formativa do Ensino Profissional não permitem estimativas seguras, na medida em que os critérios que presidem à escolha dos alunos são muito diversos, pois recaem sobre as expectativas dos jovens e das suas famílias. E, as dinâmicas que se observam desde 2018/19, apesar de evidenciarem um ligeiro decréscimo, não permitem projetar uma tendência segura.

Em termos gerais, para o período definido, descobre-se uma tendência de descida, que se acentuará nos próximos dois anos letivos da década 2025-2026. Relativamente aos restantes anos de escolaridade, para o período dos anos letivos entre 2028/2029 e 2030/2031 prevê-se uma diminuição de ronde os 8 a 9%. (veja-se também o ponto 3.2.8. *Evolução da população em idade escolar*, do presente documento).

QUADRO 103 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, TOTAL DA OFERTA PÚBLICA, ENTRE 2020/21 E 2023/24. (N.º E %).

Níveis de Ensino	2021-2022	2022-2023	2023-2024	2028-2029	2030-2031
Total dos alunos	926	875	843	787	718
	-	-5,50	-3,65	-6,64	-8,76

(CMA;AEADSII)

QUADRO 104 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, POR NÍVEIS DE ENSINO, ENTRE 2020/21 E 2023/24. (N.º E %).

Níveis de Ensino	2021-2022	2022-2023	2023-2024	2028-2029	2030-2031
Pré-Escolar	104	86	65	56	42
1.º CEB	226	239	254	241	226
2.º CEB	144	130	121	112	100
3.º CEB	239	223	213	201	189
Ensino Secundário	144	137	130	123	110
Ensino Profissional	69	60	60	54	51
Total	926	875	843	787	718

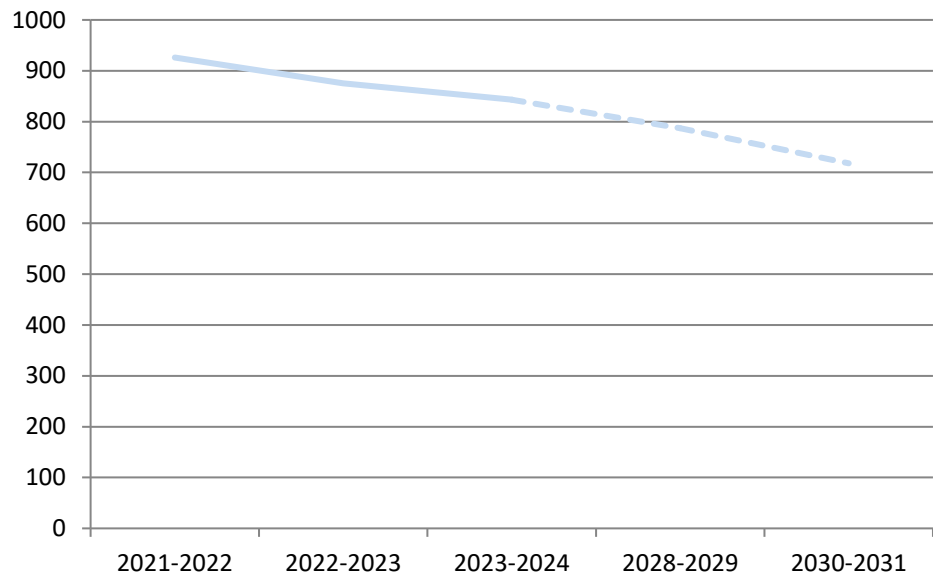
(CMA;AEADSII)

QUADRO 105 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, POR NÍVEIS DE ENSINO, ENTRE 2020/21 E 2023/24. (N.º E %).

Níveis de Ensino	2021-2022	2022-2023	2023-2024	2028-2029	2030-2031
Pré-Escolar	-	-17,3	-24,4	-13,8	-25,0
1.º CEB	-	5,8	6,3	-5,1	-6,2
2.º CEB	-	-9,7	-6,9	-7,4	-10,7
3.º CEB	-	-6,7	-4,5	-5,6	-6,0
Ensino Secundário	-	-4,9	-5,1	-5,4	-10,6
Ensino Profissional	-	-13,0	0,0	-10,0	-5,6
Total	926	875	843	787	718

(CMA;AEADSII)

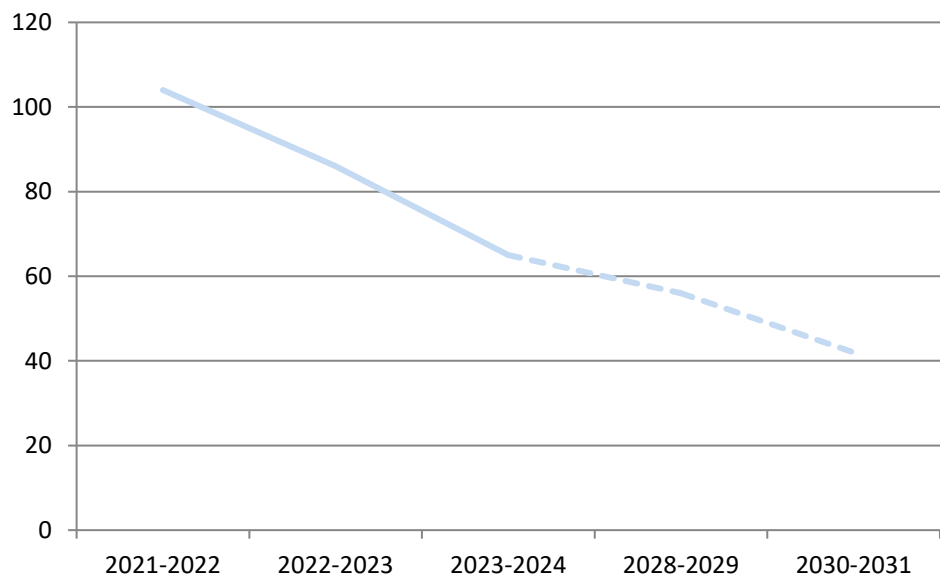
FIGURA 43 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, NA OFERTA PÚBLICA, ENTRE 2020/21 E 2023/24. (N.º).



(CMA;AEADSII)

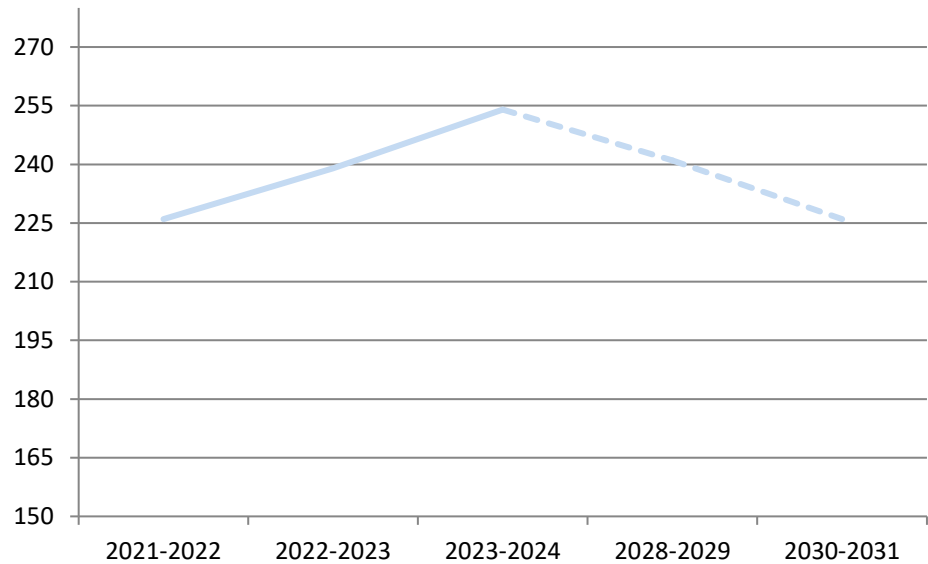
4.3.1. Educação Pré-Escolar e o 1.ºCEB.

FIGURA 44 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, NO PRÉ-ESCOLAR, ENTRE 2020/21 E 2023/24.



(CMA;AEADSII)

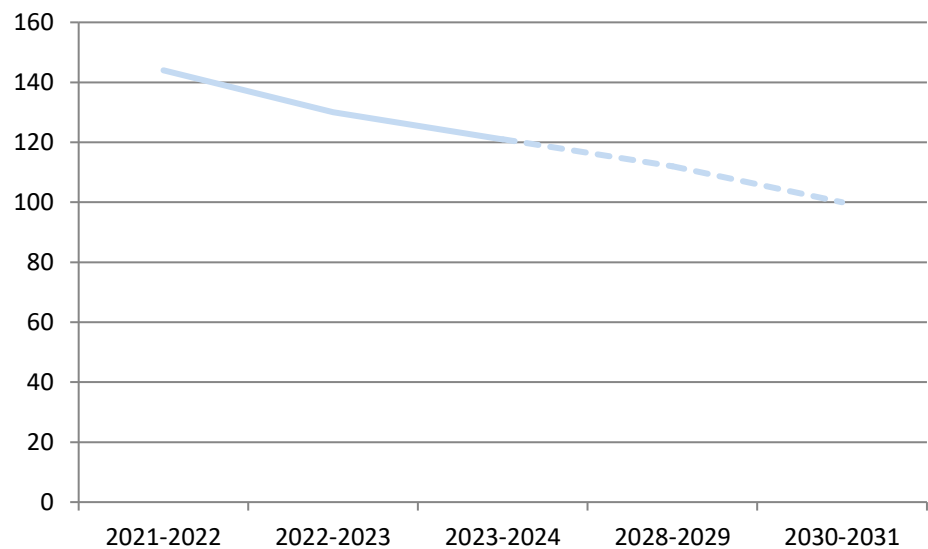
FIGURA 59 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, NO 1.º CEB, ENTRE 2020/21 E 2023/24 (N.º).



(CMA;AEADSII)

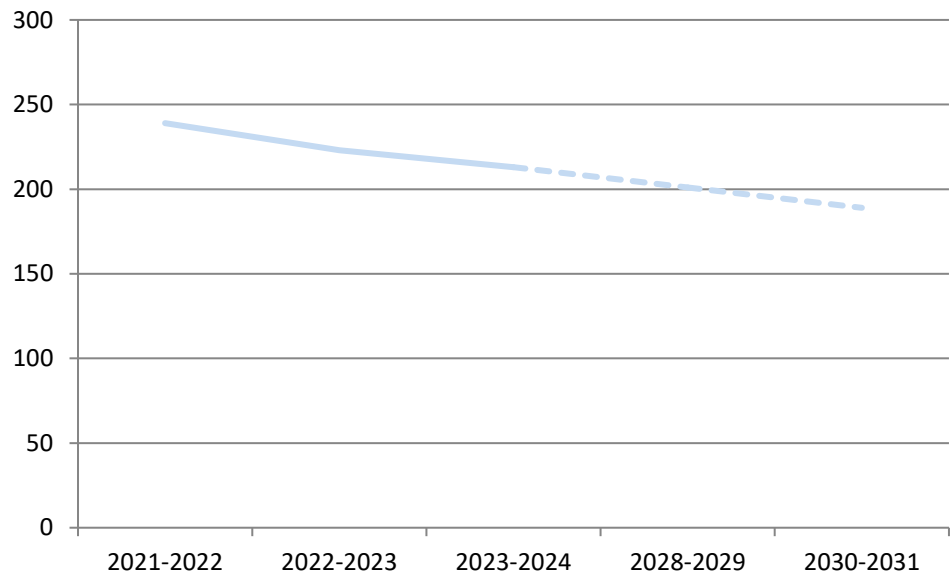
4.3.2. A Educação do 2.º, 3.º CEB e Ensino Secundário.

FIGURA 60 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, NO 2.º CEB, ENTRE 2020/21 E 2023/24 (N.º).



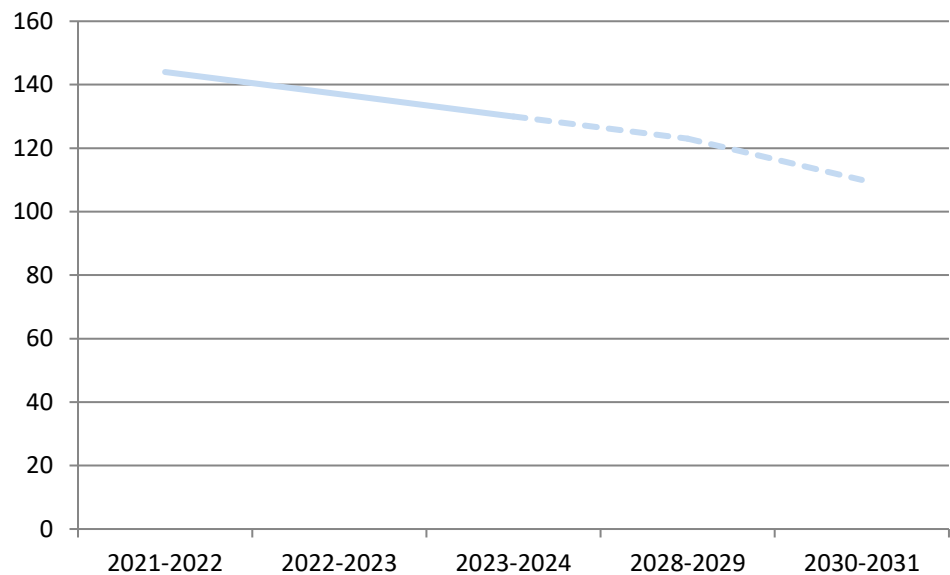
(CMA;AEADSII)

FIGURA 47 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, NO 3.º CEB, ENTRE 2020/21 E 2023/24 (N.º).



(CMA;AEADSII)

FIGURA 48 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, NO ENSINO SECUNDÁRIO, ENTRE 2020/21 E 2023/24 (N.º).



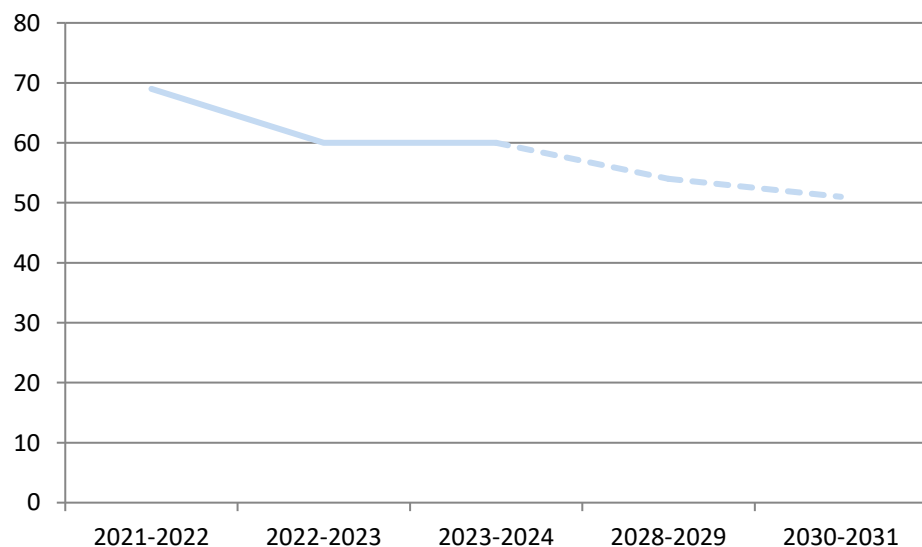
(CMA;AEADSII)

4.3.2. Ensino profissional.

No que diz respeito às projeções sobre a evolução do número de alunos que se inscreverão no Ensino Profissional, trata-se de um procedimento complexo e que, quase sempre, se afasta dos cenários reais. A experiência explica que a realização de inquéritos aos alunos que se encontram a terminar o 3.ºCEB não reflete com rigor as suas decisões sobre os seus percursos escolares, e na maior parte dos casos identifica-se mesmo um afastamento entre as expetativas dos alunos e as decisões, que se explica por diversos fatores, como a decisão e/ou intervenção dos Pais e Encarregados de Educação no processo de escolha. Por outro lado, considerando a oferta dos cursos profissionais do AE como a mais verossímil possibilidade de conclusão do Secundário por parte de alguns alunos deste território, e atendendo aos números dos alunos matriculados e em conclusão do 3.º CEB, afigura-se verossímil que muito perto de um terço dos alunos poderá prosseguir os estudos (ensino secundário) através do Ensino Profissional.

Sabendo quanto difícilimo é, senão mesmo impossível, conseguir-se projetar as suas escolhas/expetativas dos alunos a um período de 8-10 anos, e considerando os valores disponíveis de inscrições e matrículas e a tendência de crescimento negativo dada pelos indicadores demográficos, crê-se que a procura escolar deste tipo de cursos manterá a evolução registada até ao presente. Portanto, por outras palavras, sabemos que os resultados das inscrições e matrículas não deixarão de refletir os efeitos da quebra demográfica e da intensificação da concorrência com outros estabelecimentos de ensino profissional da região com a finalidade de obter novos alunos, procurando garantir a sua sobrevivência.

FIGURA 49 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, NO ENSINO PROFISSIONAL, ENTRE 2020/21 E 2023/24 (N.º).



4.3.3. A rede da oferta privada.

No ano letivo 2023-2024, a rede escolar privada solidária (onde se incluem as instituições particulares de solidariedade social (IPSS) ou outras sem fins lucrativos) e a privada lucrativa (onde se incluem instituições com fins lucrativos) abrangia no município de Alijó apenas o serviço de Creche e de Educação Pré-escolar. Esta oferta escolar possui um parque que se distribui no território de forma distinta da oferta pública, localizando-se as instituições nas freguesias de Alijó, Favaios, Sanfins do Douro e Vila Verde.

Genericamente, estas instituições têm por objetivo contribuir para a promoção da população do concelho de Alijó e para a realização deste objetivo presta assistência a menores colaborando com as famílias na respetiva educação, assegurando a sua formação no sentido de os tornar cidadãos úteis à sociedade nomeadamente o apoio a crianças e jovens através de Creche, Educação Pré-Escolar.

Na vila de Alijó, a Santa Casa da Misericórdia oferece o serviço de creche e de Educação Pré-escolar (JI) como são respostas sociais de assistência socioeducativa desenvolvida por uma equipa de profissionais, que desenvolvem ações e prestam apoio à primeira infância. A resposta social de Creche funciona num estabelecimento de assistência socioeducativa que desenvolve ação e presta apoio à primeira infância. Tem como principal objetivo dar resposta à problemática sociocultural educativa da comunidade na natureza de creche, acolhendo crianças entre os 3 meses e os 3 anos de idade, durante o período correspondente ao impedimento dos/as Encarregados/as de Educação.

QUADRO 106 – MAPA DE INSCRITOS E MATRICULADOS NA OFERTA SCMA EM 2023/24 (N.º).

Creche						Jardim de Infância			
Sala 0		Sala 1		Sala 2		Sala 3		Sala 4	
M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
7	2	6	6	7	6	10	8	8	9
9		12		13		18		17	
34						35			

QUADRO 107 – EVOLUÇÃO DOS INSCRITOS E MATRICULADOS NA OFERTA SCMA ENTRE 2018 - 2023 (N.º).

	Creche Alijó	Creche Pinhão	JI de Alijó
2018	35	14	47
2019	35	16	45
2020	35	16	37
2021	35	17	39
2022	35	14	38
2023	34	-	35

A educação Pré-escolar funciona num estabelecimento de assistência socioeducativa que desenvolve ação e presta apoio à primeira infância, cujas atribuições têm como objetivo principal dar resposta à problemática sociocultural educativa da comunidade na natureza deste nível de ensino, acolhendo crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos de idade, durante o período diário correspondente ao trabalho dos pais/mães ou encarregados de educação, como objetivo proporcionar às crianças oportunidades que facilitem o seu desenvolvimento físico, afetivo, intelectual e social, através de experiências individuais ou em grupo, adaptadas à expressão das suas necessidades e desenvolvimento integral.

A Santa Casa da Misericórdia possui ainda um serviço de Apoio ao Estudo, designado como ATL da Santa Casa da Misericórdia de Alijó que se localiza no edifício da Creche/Pré-escolar. O espaço para as atividades de tempos livres tem capacidade para crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos. Este espaço destina-se a todas as crianças, tendo contudo prioridade as que estão em situação de risco: ausência dos pais ou a falta de capacidade dos mesmos para assegurarem aos filhos os cuidados necessários, crianças de famílias monoparentais, crianças com irmão(s) a frequentar a mesma Instituição, crianças cujas mães trabalhem fora e as que tenham frequentado o Jardim de Infância da mesma Instituição.

A SCMA possui ainda um centro social na freguesia do Pinhão, onde funciona a Creche com o objetivo dar resposta à problemática sociocultural educativa da comunidade na natureza de creche, acolhendo crianças entre os 3 meses e os 3 anos de idade, durante o período correspondente ao impedimento dos/as Encarregados/as de Educação de prestarem apoio aos seus educandos. A creche do Pinhão é uma resposta social de assistência socioeducativa desenvolvida pela Santa Casa da Misericórdia de Alijó, constituída por uma equipa de profissionais que desenvolvem ações e prestam apoio à primeira infância.

Na freguesia de Favaios, o GSRCDF - Grupo Social, Recreativo, Cultural e Desportivo de Favaios apresenta, entre as suas respostas sociais, o serviço de Creche, de Educação Pré-Escolar e de um centro de Atividades de Tempos Livres.

QUADRO 108 – MAPA DE INSCRITOS E MATRICULADOS NA OFERTA GSRCDF EM 2023/24 (N.º).

Creche						Jardim de Infância					
0 Anos		1 Ano		2 Anos		3 Anos		4 Anos		5 Anos	
M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
5	3	7	3	9	6	9	9	8	5	4	5
9		10		15		18		13		9	
34						40					

QUADRO 109 – EVOLUÇÃO DOS INSCRITOS E MATRICULADOS NA OFERTA GSRCDF ENTRE 2018-2023 (N.º).

	Creche	Jardim de Infância
2018	33	32
2019	33	43
2020	33	45
2021	25	38
2022	33	33
2023	34	40

Na freguesia de Sanfins do Douro, a Associação Cultural e Social de Sanfins do Douro disponibiliza o serviço de Creche e de Educação Pré-Escolar. Constituída no ano de 1985, reconhecida como Pessoa Coletiva de Utilidade Pública (10.05.1996), tem a sua sede social na freguesia de Sanfins do Douro, uma das maiores do concelho de Alijó, e iniciou o seu trabalho social em 1991 com a valência Jardim de Infância. Em 2000, após a remodelação e a ampliação do seu edifício-sede, a associação iniciou a valência de Creche e, no ano seguinte, entrou em funcionamento o CATL (extinta em 2007). O serviço de Creche visa o acolhimento para crianças até aos três anos de idade, durante a parte do dia em que os pais ou as pessoas que as tenham a sua guarda não podem estar com elas, e a instituição definiu para este serviço os objetivos de proporcionar às crianças um clima de segurança física e emocional que contribua para o seu bem-estar e desenvolvimento das mesmas; partilhar com a família os cuidados e a responsabilidade do desenvolvimento das crianças; fazer o despiste precoce de qualquer inadaptação ou deficiência, garantindo um encaminhamento adequado para cada caso; prevenir e compensar falhas sociais e culturais do meio familiar.

Como referido, a resposta Social Creche funciona na ACSSD desde o ano de 2000, apoiando crianças desde os 4 meses até aos 3 anos de idade, altura em que transitam para o Jardim de Infância. Esta valência é composta por duas salas, uma designada por berçário e outra por Sala de Aquisição de Marcha. A creche está sob a responsabilidade de uma Educadora de Infância e duas auxiliares de ação educativa.

O Jardim de Infância visa o da criança, que proporciona atividades educativas e atividades de apoio à família e apresenta com objetivo: promover o desenvolvimento pessoal e social da criança e proporcionar-lhe condições de bem-estar e segurança; contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso à escola, para o sucesso na aprendizagem e desenvolvimento da expressão e comunicação; despertar a curiosidade e o pensamento crítico; despistar inadaptações, deficiências e precocidades para uma melhor orientação e encaminhamento da criança; incentivar a participação das famílias no processo educativo e estabelecer relações de colaboração com a comunidade; apoiar a família, dando as refeições às crianças e assegurando que têm onde ficar até mais tarde (ocupadas com atividades de animação educativa). Operacional desde 1990, a resposta social Pré-Escolar funciona na sede da ACSSD e presta apoio a crianças com idades entre os 3 e os 6 anos de idade.

QUADRO 110 – MAPA DE INSCRITOS E MATRICULADOS NA OFERTA ACSDD EM 2023/24 (N.º).

Creche e Jardim de Infância					
Berçário		Sala de Creche		Sala de Jardim de Infância	
M	F	M	F	M	F
3	2	2	3	6	8
5		5		14	
24					

QUADRO 111 – EVOLUÇÃO DOS INSCRITOS E MATRICULADOS NA OFERTA ACSDD ENTRE 2018 - 2023 (N.º).

	Creche	Jardim de Infância
2018	n.d.	n.d.
2019	n.d.	n.d.
2020	n.d.	n.d.
2021	n.d.	n.d.
2022	n.d.	n.d.
2023	10	14

O Jardim de Infância foi criado com o objetivo de promover o desenvolvimento pessoal e social da criança, numa perspetiva de Educação para a cidadania. A educação pré-escolar é a 1ª etapa da educação básica. Esta resposta social tem o apoio de uma Educadora de Infância e uma auxiliar de ação educativa.

O CSRCVV – Centro Social, Recreativo e Cultural de Vila Verde nasceu em 1979 tendo a sua constituição sido formalizada no ano seguinte. O espírito que presidiu à criação do CSRCVV Vila Verde prendeu-se com as necessidades identificadas ao nível do apoio social às crianças que, após o 25 de Abril de 1974, e aquando do regresso dos portugueses do Ultramar, repovoaram uma aldeia sem ofertas educativas, culturais ou desportivas. O empenho de um conjunto de religiosas de uma congregação sediada em Vila Verde e de alguns habitantes permite a organização informal de atividades de ocupação de tempos livres para as crianças. Em 1982, e decorrente da doação ao CSRCVV Vila Verde de um terreno adquirido pela Junta de Freguesia, é aprovada a decisão e o orçamento para a construção do Infantário (inaugurado em 1984). O Centro passou, gradualmente, a assumir as valências de Creche, Jardim-de-infância e Ocupação de Tempos Livres.

A capacidade de iniciativa e concretização das sucessivas direções do CSRCVV Vila Verde permitiram, em 1988, a aquisição de um terreno onde veio a ser construída a sede do Centro, inaugurada em setembro de 1991. O âmbito de atuação do CSRCVV Vila Verde, decorrente das alterações demográficas e socioeconómicas e do trabalho desenvolvido junto das comunidades, foi alargado e passou a abranger também o apoio aos idosos através da criação do serviço de apoio domiciliário.

QUADRO 112 – MAPA DE INSCRITOS E MATRICULADOS NA OFERTA CSRCVV EM 2023/24 (N.º).

Creche		Jardim de Infância	
M	F	M	F
4	7	5	6
11		11	

QUADRO 113 – EVOLUÇÃO DOS INSCRITOS E MATRICULADOS NA OFERTA CSRCVV ENTRE 2018-2023 (N.º).

	Creche	Jardim de Infância
2018	17	10
2019	14	14
2020	12	11
2021	18	11
2022	14	12
2023	17	13
2024	11	11

4.4. Atividades complementares de ação educativa.

4.4.1. Atividades de animação e de apoio à família.

No ano letivo 2023/2024 integram as Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) nos diferentes equipamentos de educação pré-escolar do município de Alijó um total de 65 crianças, numa taxa de cobertura face ao total de crianças inscritas de 100%.

As Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) podem definir-se como sendo atividades de apoio à família integram todos os períodos que estejam para além das 25 horas letivas e que, de acordo com a lei, sejam definidos com os pais no início do ano letivo. Nesse sentido, e sempre que se justifica são assegurados os prolongamentos (nas entradas e saídas), as refeições (almoço) e os períodos de interrupções curriculares, sempre que os pais necessitem que os seus filhos permaneçam no estabelecimento de ensino. No caso das refeições, considera-se *“tempo precioso de prazer e convívio (...) e tempo de múltiplas aprendizagens em que as crianças vão conquistando uma importante competência – saber estar à mesa de acordo com as regras sociais. Muitas crianças estão habituadas a comer em casa de formas diversas e necessitam de compreender que não está em causa a cultura familiar, mas a necessidade de também saberem estar à mesa de formas socialmente aceites (Organização da Componente de Apoio à Família, Ministério da Educação, Departamento da Educação Básica, Núcleo de Educação Pré-Escolar)”*.

Neste domínio não existiram alterações de relevo entre as duas Cartas Educativas, pelo que as atividades de animação e de apoio à família mantêm-se, genericamente, com as mesmas características e organização.

4.4.2. Componente de apoio à família.

A Componente de Apoio à Família (CAF) consiste no conjunto de atividades que asseguram o acompanhamento dos alunos antes e/ou depois da componente letiva e de enriquecimento curricular, bem como durante os períodos de interrupção letiva. Estas atividades destinam-se aos alunos do 1.ºCEB e a sua frequência é garantida pela autarquia em cooperação com o agrupamento. A taxa de cobertura é de 100%.

4.5. Ação Social Escolar e Transporte Escolar.

4.5.1. Ação social escolar.

A ação social escolar no município de Alijó abrange um total de 708 alunos da rede pública, correspondendo a uma taxa de cobertura de 83,98% face ao total de 843 alunos matriculados no AE D. Sancho II, sendo que 245 alunos pertencem ao 1.ºCEB (29,06%), 121 alunos ao 2.ºCEB (14,35%), 213 alunos ao 3.ºCEB (25,26%) e 129 alunos ao Ensino Secundário (15,30%). Distribuindo os valores pelos escalões, 88 alunos se encontram abrangidos pelo escalão A (10,43%), 198 pelo escalão B (27,96%) e 366 pelo escalão C (51,91%).

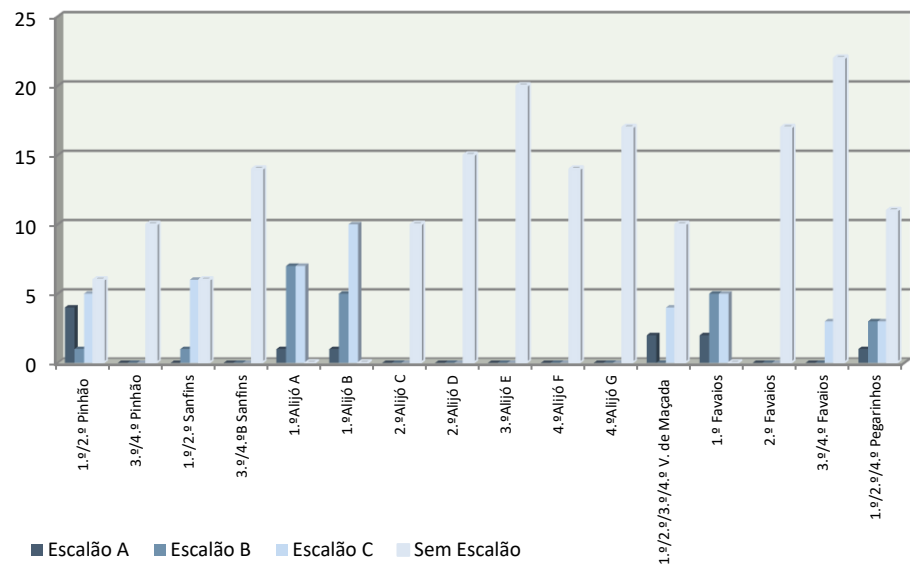
QUADRO 114 – ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO 1.ºCEB, EM 2022/23 (N.º).

Turmas	Escalão A	Escalão B	Escalão C	Sem Escalão	Total
1.º/2.º Pinhão	4	1	5	6	16
3.º/4.º Pinhão	0	0	0	10	10
1.º/2.º Sanfins	0	1	6	6	13
3.º/4.ºB Sanfins	0	0	0	14	14
1.ºAlijó A	1	7	7	0	15
1.ºAlijó B	1	5	10	0	16
2.ºAlijó C	0	0	0	10	10
2.ºAlijó D	0	0	0	15	15
3.ºAlijó E	0	0	0	20	20
4.ºAlijó F	0	0	0	14	14
4.ºAlijó G	0	0	0	17	17

QUADRO 114 (CONT.) – ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO 1.ºCEB, EM 2022/23 (N.º).

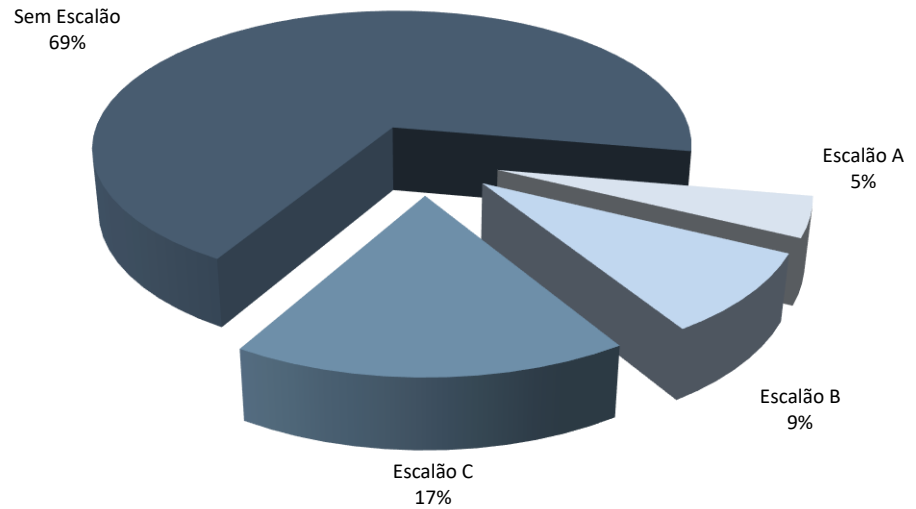
Turmas	Escalão A	Escalão B	Escalão C	Sem Escalão	Total
1.º/2.º/3.º/4.º V. de Maçada	2	0	4	10	16
1.º Favaios	2	5	5	0	12
2.º Favaios	0	0	0	17	17
3.º/4.º Favaios	0	0	3	22	22
1.º/2.º/4.º Pegarinhos	1	3	3	11	18

FIGURA 50 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO 1.ºCEB, EM 2023/24 (N.º).



(CMA;AEADSII)

FIGURA 51 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS, NO 1.ºCEB, EM 2023/24 (%).



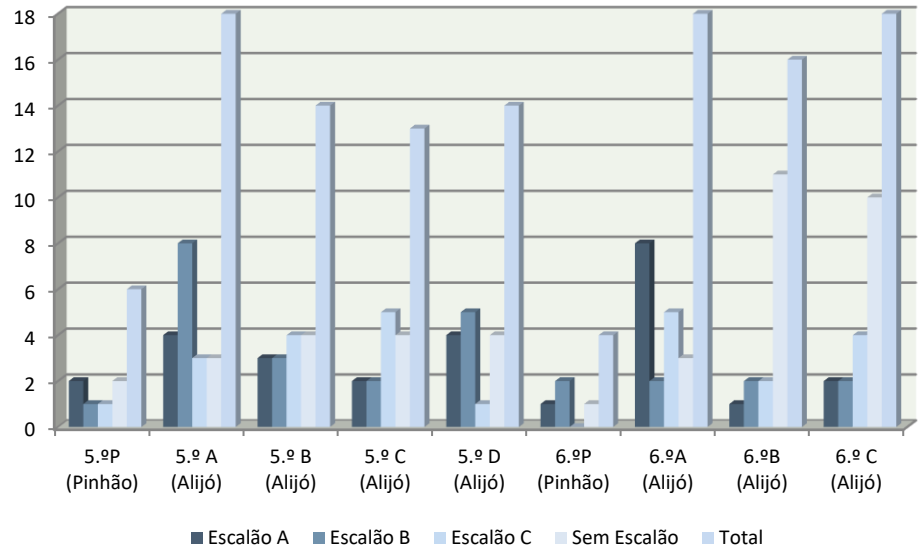
(CMA;AEADSI)

QUADRO 115 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO 2.ºCEB, EM 2023/24 (N.º).

Turmas	Escalão A	Escalão B	Escalão C	Sem Escalão	Total
5.º P	2	1	1	2	6
5.º A	4	8	3	3	18
5.º B	3	3	4	4	14
5.º C	2	2	5	4	13
5.º D	4	5	1	4	14
6.º P	1	2	0	1	4
6.º A	8	2	5	3	18
6.º B	1	2	2	11	16
6.º C	2	2	4	10	18

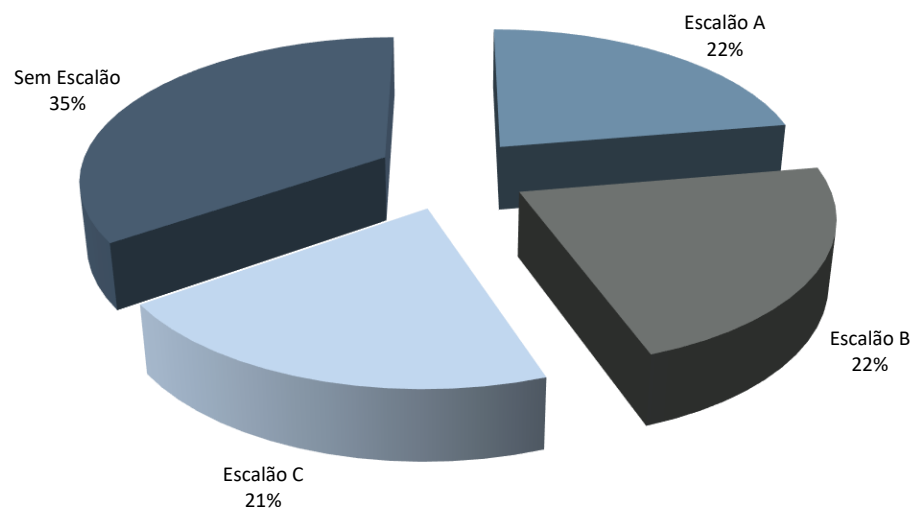
(CMA;AEADSI)

FIGURA 52 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO 2.ºCEB, EM 2022/23 (N.º).



(CMA;AEADSII)

FIGURA 53 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS, NO 2.ºCEB, EM 2022/23 (%).

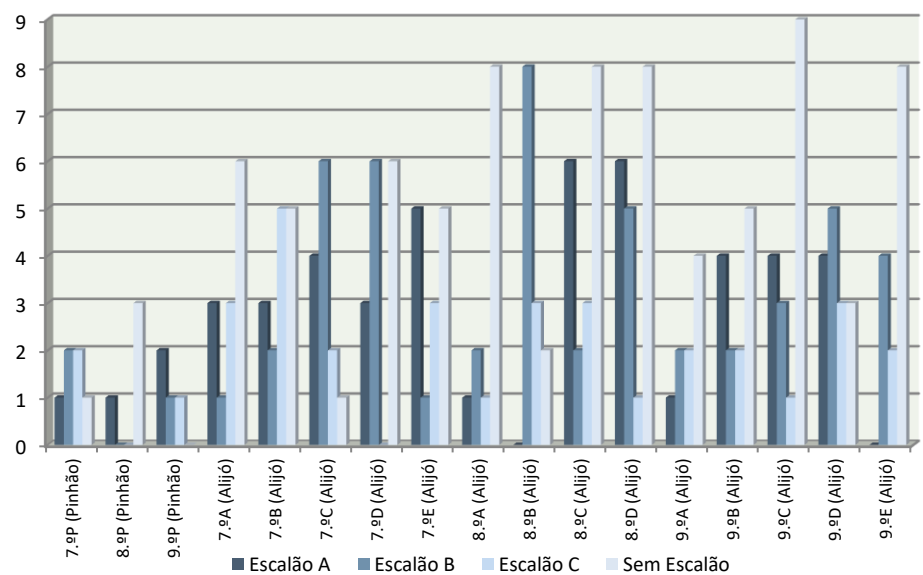


(CMA;AEADSII)

QUADRO 116 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO 3.º CEB, EM 2022/23 (N.º).

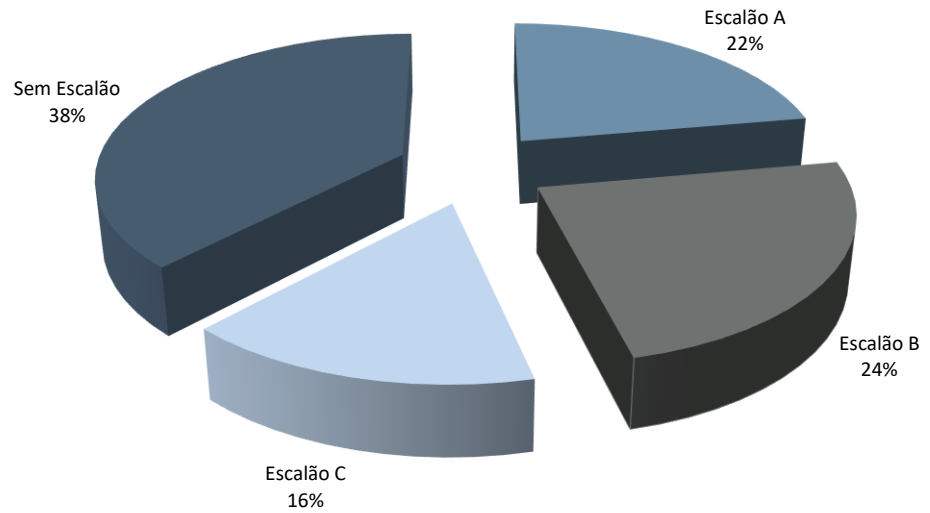
Turmas/local	Escalão A	Escalão B	Escalão C	Sem Escalão	Total
7.ºP (Pinhão)	1	2	2	1	6
8.ºP (Pinhão)	1	0	0	3	4
9.ºP (Pinhão)	2	1	1	0	4
7.ºA (Alijó)	3	1	3	6	13
7.ºB (Alijó)	3	2	5	5	15
7.ºC (Alijó)	4	6	2	1	13
7.ºD (Alijó)	3	6	0	6	15
7.ºE (Alijó)	5	1	3	5	14
8.ºA (Alijó)	1	2	1	8	12
8.ºB (Alijó)	0	8	3	2	13
8.ºC (Alijó)	6	2	3	8	19
8.ºD (Alijó)	6	5	1	8	20
9.ºA (Alijó)	1	2	2	4	9
9.ºB (Alijó)	4	2	2	5	13
9.ºC (Alijó)	4	3	1	9	17
9.ºD (Alijó)	4	5	3	3	12
9.ºE (Alijó)	0	4	2	8	14

FIGURA 54 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO 3.º CEB, EM 2022/23 (N.º).



(CMA;AEADSII)

FIGURA 55 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS, NO 3.ºCEB, EM 2022/23 (%).



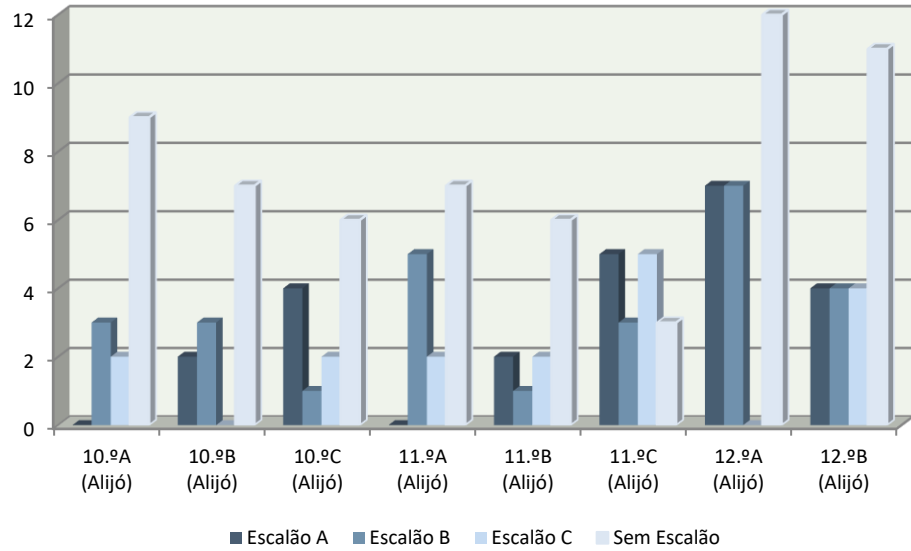
(CMA;AEADSII)

QUADRO 117 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO ENSINO SECUNDÁRIO, EM 2022/23 (N.º).

Turmas	Escalão A	Escalão B	Escalão C	Sem Escalão	Total
10.ºA	0	3	2	9	14
10.ºB	2	3	0	7	12
10.ºC	4	1	2	6	13
11.ºA	0	5	2	7	14
11.ºB	2	1	2	6	11
11.ºC	5	3	5	3	16
12.ºA	7	7	0	12	26
12.ºB	4	4	4	11	23

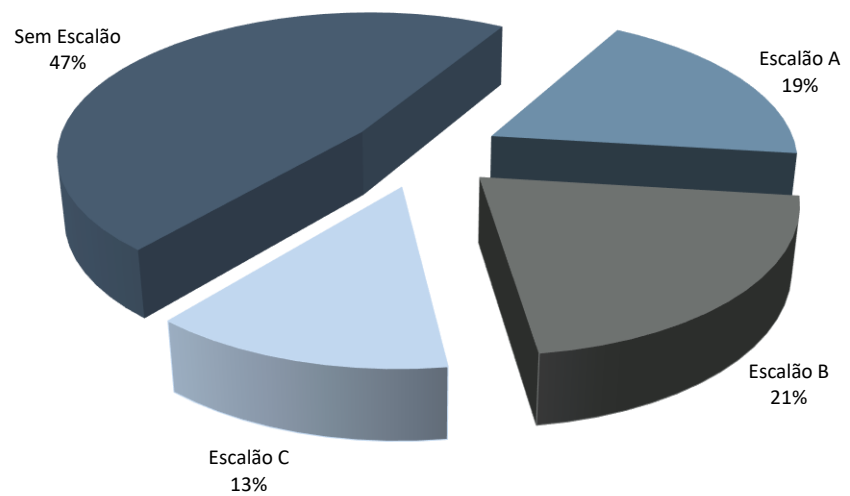
(CMA;AEADSII)

FIGURA 56 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO ENSINO SECUNDÁRIO, EM 2022/23 (N.º).



(CMA;AEADSII)

FIGURA 57 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS, NO ENSINO SECUNDÁRIO, EM 2022/23 (%).



(CMA;AEADSII)

4.5.2. Transporte escolar.

A rede de transportes escolares do concelho de Alijó abrange todos os estabelecimentos de ensino do AE D. Sancho II, nomeadamente os Jardins de Infância de Alijó, de Pegarinhos, de Vilar de Maçada, de Sanfins do Douro, do Pinhão e de Vilarinho de Cotas, as Escolas Básicas de Alijó, de Favaios, de Pegarinhos, N.º 1 de Pinhão, de Sanfins do Douro e de Vilar de Maçada, as Escolas Básicas de Alijó, do Pinhão e a Escola Secundária de Alijó. São ainda consideradas as situações que demandem os serviços de transporte aos alunos residentes no concelho que frequentem as escolas da oferta pública de outros concelhos, ou vice-versa, desde que se encontrem nas condições definidas no Plano de Transportes Escolares do Município de Alijó.

Quanto aos seus destinatários, o transporte escolar do concelho de Alijó é-lhes assegurado gratuitamente e contempla todos os alunos com idade igual ou superior a 3 anos e até à idade de 18 anos, inclusive, que: frequentem a educação pré-escolar, ensino básico e secundário em estabelecimento de ensino da rede pública da sua área de residência, cuja distância pedonal entre o mesmo e a sua morada de residência seja superior a três quilómetros; ou, por motivos devidamente comprovados de inexistência de resposta formativa no estabelecimento de ensino da rede pública da sua área de residência que frequentem outro estabelecimento de ensino que cumpra o requisito em falta, no caso do ensino secundário. E, evidentemente, estão abrangidos por medidas ao abrigo da educação inclusiva todos quantos tenham dificuldades de locomoção, independentemente da distância da sua morada de residência ao estabelecimento de ensino que frequentem, nos termos do disposto na alínea b), do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua versão atual e cuja identificação de necessidade tenha sido validada pela Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares.

O regime de transportes escolares funciona exclusivamente durante os períodos letivos, de acordo com o calendário escolar do Ministério da Educação, beneficiando o aluno, apenas de duas viagens diárias, para os percursos que ligam o local do estabelecimento de ensino ao local de residência do aluno, e nos dias em que decorrem exames nacionais (1ª fase), unicamente para os alunos inscritos nestes exames. Os alunos que frequentam os Cursos Profissionais e CEF que, devido aos respetivos planos de formação, têm um calendário diferente do referido no ponto anterior, onde também é assegurado o transporte escolar. E os alunos que não reúnam os requisitos ainda que não tenham acesso a passes escolares comparticipados pela Câmara Municipal de Alijó podem, no entanto, candidatar-se ao Passe 4_18@escola.tp, que deve ser requerido diretamente nos operadores de transporte, mediante a apresentação de declaração da Escola do Aluno comprovando que este não é beneficiário de transporte escolar e constando a referência ao escalão de ASE em que se encontram.

O plano de transportes busca as soluções mais ajustadas, quer ao nível social, quer ao nível económico, à realidade local e tem como principais intervenientes os representantes do Município e das escolas abrangidas. Portanto, para além do cumprimento do seu objetivo principal que consiste em prestar o serviço de transporte aos alunos, a autarquia procura constantemente melhorar a eficiência da rede e da qualidade do serviço,

considerando os horários das carreiras públicas de passageiros e os horários de funcionamento dos estabelecimentos de ensino com vista a assegurar a igualdade de oportunidades de acesso à educação (diminuindo o tempo de espera, aumentar a vigilância e melhorar a segurança do transporte).

Há, todavia, alguns casos que exigem circuitos especiais que, da mesma forma, são assegurados pela autarquia. Entre eles, destaca-se o serviço especial (adaptado) que se prevê para 2 alunos (um de Pegarinhos e um de Casas da Serra, UF. Carlão e Amieiro), que pelas suas especificidades, a garantia do direito à frequência da escolaridade obrigatória exige o transporte em viatura adaptada a cadeiras de rodas, apenas possível através dos Bombeiros. O município possui um plano de transportes escolares elaborado de acordo com o quadro legal em vigor e que constitui um importante instrumento de gestão destes serviços, desde logo por procurar estabelecer e articular as redes de transportes públicos locais. A rede de transportes escolares integra a rede de transportes públicos das carreiras regulares de passageiros das empresas Rodonorte e Transdev. Devido à extensão do concelho, ao difícil acesso a diversas aldeias e ao número cada vez menor de passageiros e alunos, o Município dispõe de 6 viaturas pesadas de passageiros com a capacidade de (55 +16+21+17 lugares) e 3 viaturas ligeiras de 9 Lugares para efetuar uma parte dos transportes escolares. Há ainda a necessidade de aluguer de serviço de Táxi para transporte de alunos do concelho de Sabrosa para a Escola Básica do Pinhão, Alijó, e Escola Básica N.º 1 de Pinhão, Alijó. O Município de Alijó assegura o pagamento de 100% do valor do passe escolar, para os alunos da educação pré-escolar, do ensino básico e do ensino secundário, residentes no concelho de Alijó, de acordo com as normas estabelecidas de encaminhamento de matrículas. Para os alunos dos cursos Profissionais e CEF, os encargos com o passe escolar são da responsabilidade do Agrupamento de Escolas de Alijó.

Do transporte em carreiras públicas e municipais identificam-se 27 itinerário que, no ano letivo 2023/2024, registará um total de 458 alunos transportados. O território tem uma cobertura de 100%, garantida pelos serviços públicos e especiais. Os itinerários definidos elencam-se em:

CIRCUITOS NORMAIS - TRANSPORTES PÚBLICOS

Circuito n.º 1P-RODONORTE

VALE DE CUNHO – ALIJÓ – VALE DE CUNHO		
Horário Manhã	Localidades	Horário Tarde
07:35	Vale de Cunho	17:55
07:40	Ribalonga	17:50
07:45	Cal de bois	17:45
07:50	Carvalho	17:40
07:52	Vale de Mir /Alto Pegarinhos	17:38
08:00	Chã	17:30
08:05	Zona industrial	17:25
08:10	Presandães	17:20
08:15	Alijó	17:15*

*às quarta-feiras a saída de Alijó é às 14:15.

Circuito n.º 2P-RODONORTE

FUNDÕES – ALIJÓ - FUNDÕES		
Horário Manhã	Localidades	Horário Tarde
07:20	Fundões	18:15
07:30	Perafita	18:00
07:35	Vila Verde	17:55
07:45	Vilar de Maçada	17:50
08:00	Sanfins do Douro	17:30
08:15	Alijó	17:15*

*às quarta-feiras a saída de Alijó é às 14:15.

Circuito n.º 3P-RODONORTE

FRANZILHAL – ALIJÓ - FRANZILHAL		
Horário Manhã	Localidades	Horário Tarde
07:30	Franzilhal	18:00
07:35	Carlão	17:55
07:40	Casas da Serra	17:50
07:55	Francelos	17:35
08:05	Vila Chã	17:30
08:20	Alijó	17:15*

*às quarta-feiras a saída de Alijó é às 14:15.

Circuito n.º 4P-RODONORTE

CABÊDA – ALIJÓ - CABÊDA		
Horário Manhã	Localidades	Horário Tarde
07:30	Cabêda	17:55
07:45	Sanradela	17:45
07:50	Agrelos	17:35
08:00	Sanfins do Douro	17:30
08:15	Alijó	17:15*

*às quarta-feiras a saída de Alijó é às 14:15.

Circuito n.º 5P-RODONORTE

PEGARINHOS – ALIJÓ - PEGARINHOS		
Horário Manhã	Localidades	Horário Tarde
07:30	Pegarinhos	17:55
07:45	Santa Eugénia	17:45
08:05	Alijó	17:15*

*às quarta-feiras a saída de Alijó é às 14:15.

Circuito n.º 1P-TRANSDEV

PINHÃO – ALIJÓ – PINHÃO		
Horário Manhã	Localidades	Horário Tarde
07:30	Pinhão	17:55
07:40	Casal de Loivos	17:45
07:43	Vilarinho de Cotas	17:42
07:50	Póvoa do Douro	17:35
07:53	Cotas	17:32
07:58	Castedo	17:27
08:05	Granja	17:20
08:10	Alijó	17:15*

*às quarta-feiras a saída de Alijó é às 14:15.

Circuito n.º 2P-TRANSDEV

CASTEDO – ALIJÓ – CASTEDO		
Horário Manhã	Localidades	Horário Tarde
08:20	Castedo	18:23
08:25	Cotas	18:18
08:28	Póvoa do Douro	-
08:35	Vilarinho de Cotas	18:08
08:38	Casal de Loivos	18:05
08:43	Pinhão	17:55*

*às quarta-feiras a saída de Alijó é às 14:15.

CIRCUITOS NORMAIS - TRANSPORTES MUNICIPAIS**Circuito n.º 1M (Escola Básica de Alijó)**

PERAFITA – ALIJÓ – PERAFITA		
Horário Manhã	Localidades	Horário Tarde
07:45	Perafita	18:35
07:50	Vila Verde	18:30
07:55	Freixo	18:25
08:05	Vale de Cunho	18:15
08:10	Ribalonga	18:10
08:15	Carvalho	18:05
08:20	Alto de Pegarinhos	18:00
08:30	Alijó	17:50

Circuito n.º 2M (Escola Básica de Alijó)

PRESANDÃES – ALIJÓ – PRESANDÃES		
Horário Manhã	Localidades	Horário Tarde
08:45	Presandães	17:35
08:55	Alijó	17:30

Circuito n.º 3M (Escola Básica de Alijó)

VILA CHÃ – ALIJÓ – VILA CHÃ		
Horário Manhã	Localidades	Horário Tarde
08:35	Vila Chã	18:00
08:40	Chã	17:55
08:55	Alijó	17:50

Circuito n.º 4M (Escola Básica de Vilar de Maçada e Escola Básica e Secundária D. Sancho II, Alijó)

VALE DE AGODIM – VILAR DE MAÇADA – VALE DE AGODIM		
Horário Manhã	Localidades	Horário Tarde
07:30	Vale de Agodim	17:10
07:45	Vilar de Maçada (paragem autocarro)	-
08:00	Francelos	18:05
08:15	Sanradela	18:20
08:30	Cabêda	17:55
08:35	Vilar de Maçada	-
08:45	Vale de Agodim	17:40
09:00	Vilar de Maçada	17:30

*às quarta-feiras a saída de Alijó é às 14:15 de uma aluna de Vale de Agodim da EB2,3 e Secundária de Alijó.

Circuito n.º 5M (Escola Básica e Secundária D. Sancho II, Alijó)

CHEIRES – ALIJÓ - CHEIRES		
Horário Manhã	Localidades	Horário Tarde
07:45	Cheires	17:40
07:55	Soutelinho	17:30
08:00	Mondego	17:35
08:10	Alijó	17:15*

*às quarta-feiras a saída de Alijó é às 14:15.

Circuito n.º 6M (Escola Básica e Secundária D. Sancho II, Alijó)

PÓVOA DO DOURO – ALIJÓ - PÓVOA DO DOURO		
Horário Manhã	Localidades	Horário Tarde
08:30	Póvoa do Douro	18:10
08:35	Cotas	18:05
08:40	Castedo do Douro	18:00
08:55	Granja	17:55
08:55	Alijó	15:50

Circuito n.º 7M (Escola Básica e Secundária D. Sancho II, Alijó)

SAFRES – ALIJÓ - SAFRES		
Horário Manhã	Localidades	Horário Tarde
07:50	Safres	17:20
08:05	S. Mamede	-
08:10	Alijó	17:10

Circuito n.º 8M (Escola Básica de Sanfins do Douro, Alijó)

CHEIRES – SANFINS DO DOURO - CHEIRES		
Horário Manhã	Localidades	Horário Tarde
08:30	Cheires	18:05
08:35	Sanfins do Douro	18:00

Circuito n.º 9M (Escola Básica de Favaios, Alijó)

SOUTELINHO – ALIJÓ - SOUTELINHO		
Horário Manhã	Localidades	Horário Tarde
08:45	Soutelinho	17:45
08:50	Favaios	17:40

Circuito n.º 10M (Escola Básica de Alijó)

SOUTELINHO – ALIJÓ - SOUTELINHO		
Horário Manhã	Localidades	Horário Tarde
08:45	Soutelinho	17:45
08:50	Favaios	17:40

Circuito n.º 11M (Escola Básica e Secundária D. Sancho II, Alijó)

FAVAIOS – ALIJÓ - FAVAIOS		
Horário Manhã	Localidades	Horário Tarde
07:50	Favaios	17:25
08:00	Granja	17:20
08:00	Alijó	17:15*

*às quarta-feiras a saída de Alijó é às 14:15.

Circuito n.º 12M (Escola Básica de Alijó e Escola Básica e Secundária D. Sancho II, Alijó)

S. MAMEDE DE RIBATUA – ALIJÓ - S. MAMEDE DE RIBATUA		
Horário Manhã	Localidades	Horário Tarde
08:05	São Mamede Ribatua	17:40
08:20	Alijó	17:30*

*às quarta-feiras a saída de Alijó é às 14:15 para os alunos da EB 2,3/S. Os alunos do EPE e do 1.ºCEB regressam a casa em diferente viatura.

Circuito n.º 13M (Escola Básica e Secundária D. Sancho II, Alijó)

VALE MENDIZ – ALIJÓ – VALE DE MENDIZ		
Horário Manhã	Localidades	Horário Tarde
07:50	Vale de Mendiz	17:35
08:10	Alijó	17:15*

*às quarta-feiras a saída de Alijó é às 14:15.

Circuito n.º 14M (Escolas Básica e N.º 1 do Pinhão, Alijó)

VALE MENDIZ – PINHÃO – VALE DE MENDIZ		
Horário Manhã	Localidades	Horário Tarde
08:30	Vale de Mendiz	18:00
08:40	Pinhão	17:45

*às quarta-feiras a saída de Alijó é às 14:10 dos alunos da EB 2,3.

Circuito n.º 15M (Escola Básica e Secundária D. Sancho II, Alijó)

VALE MENDIZ – ALIJÓ – VALE DE MENDIZ		
Horário Manhã	Localidades	Horário Tarde
07:35	Casal de Loivos	17:45
07:40	Vilarinho de Cotas (paragem)	17:40*

*às quarta-feiras a saída de Vilarinho De Cotas às 15:30.

Circuito n.º 16M (Escola Básica N.º 1 do Pinhão)

S. MAMEDE DE RIBATUA – ALIJÓ - FAVAIOS		
Horário Manhã	Localidades	Horário Tarde
08:45	Casal de Loivos	18:35
---	Vilarinho de Cotas (paragem)	18:30
08:55	Pinhão	18:00

*às quarta-feiras a saída do Pinhão é às 14:00 dos alunos da EB 2,3.

Circuito n.º 17M (Escola Básica do Pegarinhos)

S. MAMEDE DE RIBATUA – ALIJÓ - FAVAIOS		
Horário Manhã	Localidades	Horário Tarde
08:00	Franzilhal	18:00
08:05	Carlão	17:45
08:10	Casas da Serra	17:40
08:15	Santa Eugénia	17:35
08:30	Pegarinhos	17:30
08:45	Alijó (parque)	17:00

CIRCUITOS NORMAIS - TRANSPORTES PARA ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS.**Circuito n.º 18M (Residência APPACDM Alijó; APPACDM Sabrosa)**

ALIJÓ - SABROSA		
Horário Manhã	Localidades	Horário Tarde
09:00	Parque Escolar	16:40
09:05	Residência APPACDM	16:35
09:30	Agrelos	16:15
10:00	Sabrosa	15:45

Circuito n.º 19M (APPACDM Sabrosa; APPC Vila Real; Núcleo Sol)

ALIJÓ – APPACDM SABROSA – APPC VILA REAL – NÚCLEO SOL			
Instituição	Horário	Localidades	Horário
APPC	09:00**	S. Mamede	15:30**
Núcleo Sol	09:10*	Alijó	15:30***
APPACDM	09:10*	Alijó	15:30***
APPACDM	09:35*	Chã	16:00***
APPC Vila Real	09:40**	Vila Chã	15:30**
APPACDM	09:55*	Vilar de Maçada	16:00***

*à segunda-feira; ** à segunda-feira e sexta-feira; *** à sexta-feira.

CIRCUITOS ESPECIAIS - TRANSPORTES DE ALUGUER.**Circuito n.º 18M (Escola Básica N.º 1 do Pinhão)**

ALIJÓ - SABROSA		
Horário Manhã	Localidades	Horário Tarde
08:30	Covas do Douro	18:05
08:45	Pesinho	17:50
08:50	Pinhão	17:40*

*às quarta-feiras a saída do Pinhão é às 17:30

QUADRO 118 – PREVISÃO DO NÚMERO DE ALUNOS A TRANSPORTAR NO ANO LETIVO 2023/2024 NOS CIRCUITOS PÚBLICOS – RODONORTE.

Local de Embarque	N.º de alunos a transportar
Agrelos	2
Cabêda	7
Cal de bois	1
Carlão	9
Carvalho	2
Casas da Serra	4
Chã	13
Francelos	4
Franzilhal	3
Fundões	1
Pegarinhos	18
Perafita	2
Presandães	10
Ribalonga	2
Sanfins do Douro	55
Santa Eugénia	15

QUADRO 118 (CONT.) – PREVISÃO DO NÚMERO DE ALUNOS A TRANSPORTAR NO ANO LETIVO 2023/2024 NOS CIRCUITOS PÚBLICOS – RODONORTE.

Local de Embarque	N.º de alunos a transportar
Sanradela	10
Vale de cunho	4
Vale de mir /Alto Pegarinhos	8
Vila Chã	3
Vila Verde	1
Vilar de Maçada	13
Zona industrial	2
Total	189

QUADRO 119 – PREVISÃO DO NÚMERO DE ALUNOS A TRANSPORTAR NO ANO LETIVO 2023/2024 NOS CIRCUITOS PÚBLICOS – TRANSDEV.

Local de Embarque	N.º de alunos a transportar
Casal de Loivos	9
Castedo	19
Cotas	1
Granja	1
Pinhão	8
Póvoa do Douro	7
Vilarinho de Cotas	15
Total	60

QUADRO 120 – PREVISÃO DO NÚMERO DE ALUNOS A TRANSPORTAR NO ANO LETIVO 2023/2024 NOS CIRCUITOS MUNICIPAIS.

Local de Embarque	N.º de alunos a transportar
Perafita	1
Vila Verde	1
Freixo	1
Vale de Cunho	2
Ribalonga	2
Carvalho	1
Alto de Pegarinhos	4
Presandães	14
Vila Chã	2
Chã	9
Vale de Agodim	1

QUADRO 120 (CONT.) – PREVISÃO DO NÚMERO DE ALUNOS A TRANSPORTAR NO ANO LETIVO 2023/2024 NOS CIRCUITOS MUNICIPAIS.

Local de Embarque	N.º de alunos a transportar
Vilar de Maçada	1
Francelos	7
Sanradela	2
Cabêda	4
Vilar de Maçada	0
Vale de Agodim	1
Vilar de Maçada	2
Cheires	4
Soutelinho	6
Mondego	3
Póvoa do Douro	2
Cotas	3
Castedo do Douro	2
Granja	1
Safres	2
S. Mamede	5
Cheires	2
Soutelinho	1
Soutelinho	2
Favaios	35
Granja	2
S. Mamede	15
Vale Mendiz	8
Vale Mendiz	6
Casal de Loivos	4
Franzilhal	2
Carlão	8
Casas da Serra	1
Santa Eugénia	5
Pegarinhos	1
Total	175

QUADRO 121 – PREVISÃO DO NÚMERO DE ALUNOS A TRANSPORTAR NO ANO LETIVO 2023/2024 NOS CIRCUITOS DE ALUGUER.

Local de Embarque	N.º de alunos a transportar
Covas do Douro	1
Pesinho	2
Total	3

QUADRO 122 – PREVISÃO DO NÚMERO DE ALUNOS A TRANSPORTAR NO ANO LETIVO 2023/2024 NOS CIRCUITOS ESPECIAIS (ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS).

Local de Embarque	N.º de alunos a transportar
Parque Escolar	4
Residência APPACDM	20
Agrelos	1
Sabrosa	0
S. Mamede	1
Alijó	2
Chã	1
Vila Chã	1
Vilar de Maçada	1
Total	31

QUADRO 123 – PREVISÃO DO NÚMERO DE ALUNOS A TRANSPORTAR, POR NÍVEIS DE ESCOLARIDADE, NOS CIRCUITOS MUNICIPAIS COM REFERÊNCIA ÀS ESCOLAS, NO ANO LETIVO 2023/2024

Circuito	Local de embarque	PE	1.ºCEB	2,3.º CEB e Sec.	APPACDM (Sabrosa)	Total
1.ºM Escola Básica de Alijó	Perafita	1	0	0	0	12
	Vila Verde	0	1	0	0	
	Freixo	0	1	0	0	
	Vale de Cunho	0	2	0	1	
	Ribalonga	0	2	0	0	
	Carvalho	0	1	0	0	
	Alto de Pegarinhos	0	4	0	0	
2.ºM Escola Básica de Alijó	Presadães	4	10	0	0	14
3.ºM Escola Básica de Alijó	Vila Chã	0	2	0	0	11
	Chã	3	6	0	0	
4.ºM Escola Básica Vilar de Maçada	Vale de Agodim	0	0	1	0	17
	Vilar de Maçada	0	0	1	0	
	Francelos	4	3	0	0	
	Sanradela	0	2	0	0	
	Cabêda	0	4	0	0	
	Vilar de Maçada	0	0	0	0	
	Vale de Agodim	1	0	0	0	
	Vilar de Maçada	2	0	0	0	

QUADRO 123 (CONT.) – PREVISÃO DO NÚMERO DE ALUNOS A TRANSPORTAR, POR NÍVEIS DE ESCOLARIDADE, NOS CIRCUITOS MUNICIPAIS COM REFERÊNCIA ÀS ESCOLAS, NO ANO LETIVO 2023/2024

Circuito	Local de embarque	PE	1.ºCEB	2,3.º CEB e Sec.	APPACDM (Sabrosa)	Total
5.ºM Escola Básica e Secundária D. Sancho II, Alijó	Cheires	0	0	4	0	13
	Soutelinho	0	0	6	0	
	Mondego	0	0	3	0	
6.ºM Escola Básica de Alijó	Póvoa do Douro	0	2	0	0	8
	Cotas	1	2	0	0	
	Castedo do Douro	1	1	0	0	
	Granja	0	1	0	0	
7.ºM Escola Básica e Secundária de Alijó	Safres	0	0	1	1	7
	S. Mamede	0	0	5	0	
8.ºM Escola Básica Sanfins do Douro	Cheires	0	2	0	0	2
9.ºM Escola Básica de Favaios, Alijó	Soutelinho	0	1	0	0	1
10.ºM Escola Básica de Alijó	Soutelinho	2	0	0	0	2
11.º M EB Escola Básica e Secundária D. Sancho II, Alijó,	Favaios	0	0	35	0	37
	Granja	0	0	2	0	
12.ºM Escola Básica e Secundária D. Sancho II, Alijó.	S. Mamede Ribatua	1	6	8	0	15
13.ºM Escola Básica e Secundária D. Sancho II, Alijó.	Vale de Mendiz	0	0	8	0	8
14.ºM Escola Básica N.º 1 do Pinhão	Vale de Mendiz	0	1	4	0	5
15.ºM Escola Básica e Secundária D. Sancho II, Alijó.	Casal de Loivos	0	0	0	0	0
	Vilarinho de Cotas	0	0	0	0	

QUADRO 124 – PREVISÃO DO NÚMERO DE ALUNOS A TRANSPORTAR, POR NÍVEIS DE ESCOLARIDADE, NOS CIRCUITOS MUNICIPAIS COM REFERÊNCIA ÀS ESCOLAS, NO ANO LETIVO 2023/2024

Circuito	Local de embarque	PE	1.ºCEB	2,3.º CEB e Sec.	APPACDM (Sabrosa)	Total
16.º M Escola Básica e Secundária D. Sancho II,	Casal de Loivos	0	2	2	0	4
	Vilarinho de Cotas	0	0	0	0	
17.º M Escola Básica de Pegarinhos, Alijó	Franzilhal	0	1	1	0	17
	Carlão	4	4	0	0	
	Casas da Serra	0	1	0	0	
	Santa Eugénia	2	2	1	0	
	Pegarinhos	0	0	1	0	
1.º A Escola Básica N.º 1 do Pinhão	Covas do Douro	1	0	0	0	3
	Pesinho	0	0	2	0	
Total		27	64	85	2	176

QUADRO 125 – PREVISÃO DO NÚMERO DE ALUNOS A TRANSPORTAR, CASOS ESPECIAIS, NOS CIRCUITOS MUNICIPAIS COM REFERÊNCIA ÀS INSTITUIÇÕES, NO ANO LETIVO 2023/24.

Circuito	Local de embarque	N.º de alunos	Total
18.º M Residência APPACDM Alijó + Residência APPACDM Sabrosa	Parque Escolar	4	25
	Residência APPACDM	20	
	Agrelos	1	
19.º M APPACDM Sabrosa + APPC Vila Real + Núcleo Sol	S. Mamede	1	6
	Alijó	2	
	Chã	1	
	Vila Chã	1	
	Vilar de Maçada	1	

4.6. Recursos Humanos.

4.6.1. Pessoal docente.

Considerando a totalidade dos níveis de ensino e os profissionais afetos à Educação, o município de Alijó regista um total de 151 docentes, sendo a maioria do quadro do AE (75), seguidos pelos docentes do Quadro de Zona Pedagógica (37) e professores contratados (34). Na sua distribuição por nível de ensino, e no que se refere à educação pré-escolar, regista-se um total de 10 educadores, no 1.º CEB conta com 27 e no 2.º, 3.º CEB e Secundário são 109. Em relação aos docentes de Educação Especial regista-se a presença de 5 docentes, que asseguram o 1.º, 2.ºCEB e 3.ºCEB.

QUADRO 126 – QUADRO DO PESSOAL DOCENTE POR CICLO E SITUAÇÃO NO ANO LETIVO 2023/24.

Ensino Pré-Escolar	1.ºCEB	2.º, 3.º CEB e E.Sec.	Educação Especial
10	27	109	5

Quadro do AE	QZP	Contratados
75	37	34

(CMA;AEADSII)

4.6.2. Pessoal não docente.

No que se refere ao pessoal não docente, que já foi abordado em grande parte no ponto referente à oferta educativa pública, são 34 e encontram-se distribuídos pelas categorias de técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais.

No caso dos técnicos superiores estão associados os psicólogos (6) e os técnicos especializados (13). Relativamente à categoria de assistentes técnicos os valores mais expressivos são observados ao nível dos assistentes de serviços administrativos (16), enquanto nos restantes casos são registados valores bastante mais reduzidos, designadamente coordenador dos serviços de administração escolar (1), encarregado da Coordenação do Pessoal Assistente Operacional (1). Note-se que 8 dos assistentes técnicos e 20 dos assistentes operacionais são oriundos da Câmara Municipal.

Finalmente, e no que respeita aos assistentes operacionais, o número mais significativo está associado à categoria de auxiliar de ação educativa (72).

QUADRO 127 – QUADRO DO PESSOAL NÃO DOCENTE POR CATEGORIA NO ANO LETIVO 2023/24.

Categoria	N.º
Assistentes operacionais	72
Encarregado da Coordenação do Pessoal Assistente Operacional	1
Assistentes técnicos	16
Chefe dos serviços de Administração Escolar	1
Psicólogo	5
Técnica Superior	1
Técnicos especializados (cursos profissionais)	4
Técnicos das AEC	9

(CMA;AEADSII)

5. REESTRUTURAÇÃO DA REDE ESCOLAR (2006-2019).

A Lei n.º 75/2003, de 12 de setembro, na sua versão atual, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, define, no seu artigo 23.º, a Educação como domínio de atribuição municipal, ainda que a especificidade da definição de carta educativa, regulação do processo de elaboração e aprovação da mesma e os seus efeitos, seja integralmente regulada pelo Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, alterado pelas Leis n.º 41/2003, de 22 de agosto, e n.º 6/2012, de 10 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 72/2015, de 11 de maio.

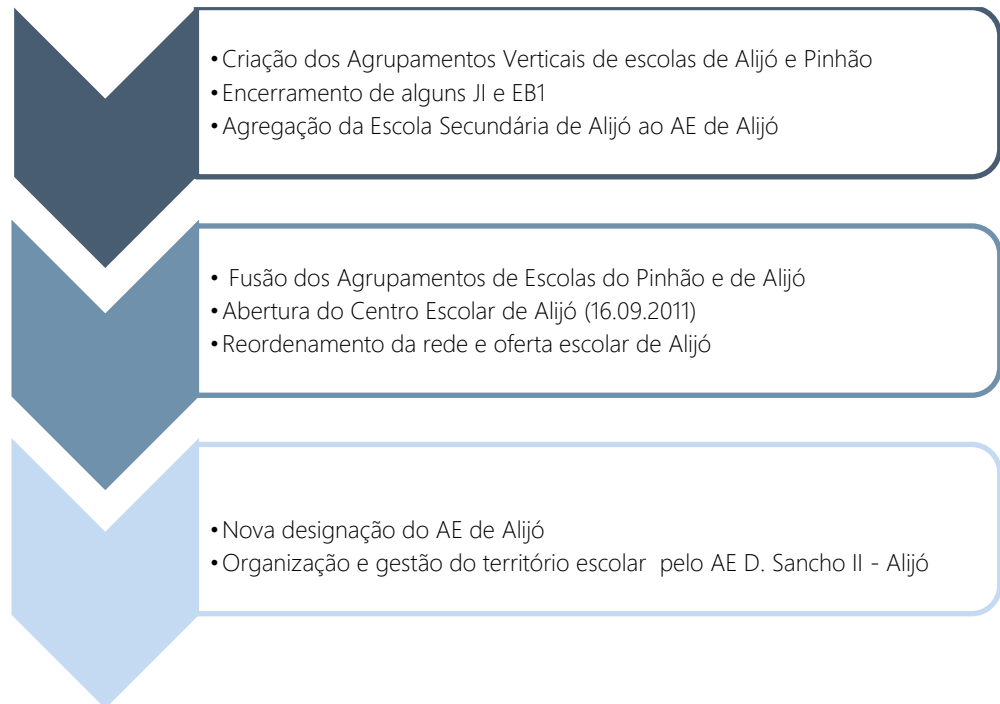
Enquanto instrumento de planeamento estratégico no atual panorama das políticas educativas, em especial no que se refere ao reordenamento da rede de equipamentos de educação e ensino, a carta educativa deverá sempre ser entendida à luz da versatilidade dos fatores e, por isso, retrata um processo dinâmico e em constante necessidade de reavaliação. Assim, importa resumir as principais alterações legislativas ocorridas desde a elaboração da 1.ª Carta Educativa do Município de Alijó, no que respeita à organização e reordenamento escolar, de modo a que seja possível compreender a variabilidade verificada entre a rede escolar de 2006 e a existente nos dias de hoje.

5.1. Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2010, de 14 de junho, e Portaria n.º 1181/2010, de 16 de novembro.

Com o objetivo de concretizar a universalização da frequência da educação básica e secundária, de modo a que todos os alunos frequentassem estabelecimentos de educação ou formação pelo menos entre os 5 e os 18 anos de idade, foi emitida, a 14 de junho de 2010, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 44, que pretendia:

- A adaptação da rede escolar ao objetivo de uma escolaridade obrigatória de 12 anos para todos os alunos;
- A adequação da dimensão e condições das escolas para a promoção do sucesso escolar e combate ao abandono;
- A racionalização dos agrupamentos de escolas, de modo a favorecer o desenvolvimento de um projeto educativo comum, articulando níveis e ciclos de ensino distintos.

Assim, entre as várias medidas estabelecidas para a concretização dos objetivos acima referidos, destaca-se a obrigatoriedade de extinção, até ao início do ano letivo 2010/2011 (ou, excecionalmente, até ao final do mesmo ano letivo), dos agrupamentos de escolas constituídos exclusivamente por estabelecimentos do mesmo nível de ensino (agrupamentos horizontais de escolas). No ano letivo 2003/2004, mediante ofício da Direção Regional de Educação do Norte, os estabelecimentos de ensino Pré-escolar, as EB (excecetuando-se as escolas do Pinhão) e a Escola Básica e Secundária D. Sancho II, Alijó, existentes no concelho passaram a constituir o Agrupamento Vertical de Escolas.



(CMA; 1.ª CARTA EDUCATIVA DE ALIJÓ; AEADSII)

No ano letivo de 2007/2008, o Agrupamento agregou a Escola Secundária de Alijó e, em 2009/10, passou a designar-se como Agrupamento de Escolas de Alijó. No ano letivo seguinte, os agrupamentos do Pinhão e de Alijó foram fundidos num só, originando o atual AE de Alijó quem desde 2013/14 passou a designar-se como Agrupamento de Escolas D. Sancho II, Alijó. A 16 de novembro do mesmo ano foi publicada a Portaria n.º 1181/2010, que estabeleceu os critérios de ordenamento da rede escolar e decretou o encerramento de escolas com menos de 21 alunos, bem como a extinção dos agrupamentos horizontais. Por essa portaria foi reconfigurada a rede escolar pública do município de Alijó.

5.2. Despacho n.º 5634-F/2012, de 26 de abril.

Considerando o alargamento da escolaridade obrigatória preconizado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2010, de 14 de junho, bem como a necessidade de uma transição adequada entre níveis e ciclos de ensino em unidades de gestão que permitissem a um aluno completar a escolaridade no mesmo AE, foi publicado, a 26 de abril de 2012, o Despacho n.º 5634-F/2012, que tinha como objetivo calendarizar e aclarar os princípios e critérios de orientação, as exceções, bem como alguns procedimentos de transição às novas unidades orgânicas resultantes da constituição de agrupamentos ou agregações previstas. Assim, e de acordo com o referido Despacho, o AE resultante dos processos de agregação previstos nos artigos 6º e 7º do Decreto-lei n.º 75/2008, de 22

de abril, é uma unidade organizacional, dotada de órgãos próprios de administração e gestão, constituída pela integração de estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e escolas de diferentes níveis e ciclos de ensino, com vista à concretização dos seguintes princípios:

- a) Adaptar progressivamente a rede escolar ao objetivo de uma escolaridade de 12 anos para todos os alunos e adequar as condições das escolas à promoção do sucesso escolar e ao combate ao abandono escolar;
- b) Garantir e reforçar a coerência do projeto educativo e a qualidade pedagógica das escolas e estabelecimentos de educação pré-escolar que o integram, numa lógica de articulação vertical dos diferentes níveis e ciclos de escolaridade;
- c) Proporcionar um percurso sequencial e articulado dos alunos abrangidos numa dada área geográfica e favorecer a transição adequada entre níveis e ciclos de ensino;
- d) Superar situações de isolamento de escolas e estabelecimentos de educação pré-escolar e prevenir a exclusão social e escolar;
- e) Racionalizar a gestão dos recursos humanos e materiais das escolas e estabelecimentos de educação pré-escolar que o integram.

O novo processo de reestruturação da rede escolar pública do município de Alijó, que recomendava que os AE se adequassem ao disposto legal, sendo para tal necessário que, dentro do possível, fosse agregado a cada AE uma Escola Secundária, tendo por base a proximidade geográfica entre equipamentos educativos, foi, no caso de Alijó, relativamente fácil de cumprir.

5.3. Decreto-lei n.º 54/2018, 6 de Julho.

O Programa do XXI Governo Constitucional estabeleceu como uma das prioridades da ação governativa a aposta numa escola inclusiva onde todos e cada um dos alunos, independentemente da sua situação pessoal e social, pudessem encontrar respostas que lhes possibilitassem a aquisição de um nível de educação e formação facilitadoras da sua plena inclusão social. Esta prioridade política vinha concretizar o direito de cada aluno a uma educação inclusiva que respondesse às suas potencialidades, expectativas e necessidades no âmbito de um projeto educativo comum e plural que proporcione a todos a participação e o sentido de pertença em efetivas condições de equidade, contribuindo assim, decisivamente, para maiores níveis de coesão social.

O compromisso com a educação inclusiva, de acordo com a definição da UNESCO (2009), enquanto processo que visa responder à diversidade de necessidades dos alunos, através do aumento da participação de todos na aprendizagem e na vida da comunidade

escolar, foi reiterado por Portugal com a ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o seu protocolo opcional, adotada na Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, no dia 13 de dezembro de 2006, aprovada pela Resolução da Assembleia da República n.º 56/2009, de 30 de julho, ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 71/2009, de 30 de julho, e reafirmada na «Declaração de Lisboa sobre Equidade Educativa», em julho de 2015. Este compromisso visa ainda dar cumprimento aos objetivos do desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 da ONU.

No centro da atividade da escola estão o currículo e as aprendizagens dos alunos. Neste pressuposto, o decreto-lei n.º 54/2018 tem como eixo central de orientação a necessidade de cada escola reconhecer a mais-valia da diversidade dos seus alunos, encontrando formas de lidar com essa diferença, adequando os processos de ensino às características e condições individuais de cada aluno, mobilizando os meios de que dispõe para que todos aprendam e participem na vida da comunidade educativa. Isto implicou uma aposta decisiva na autonomia das escolas e dos seus profissionais, designadamente através do reforço da intervenção dos docentes de educação especial, enquanto parte ativa das equipas educativas na definição de estratégias e no acompanhamento da diversificação curricular. Consciente das competências profissionais existentes nas escolas portuguesas, o Governo pretendeu criar condições para que essas pudessem elevar os padrões de qualidade das diferentes ofertas de educação e formação, mesmo nos casos em que se identificavam maiores dificuldades de participação no currículo.

Coube ao AE D. Sancho II - Alijó definir o processo no qual identificou as barreiras à aprendizagem com que os alunos se confrontavam, apostando na diversidade de estratégias para as ultrapassar, de modo a assegurar que cada um tivesse acesso ao currículo e às aprendizagens, levando todos e cada um ao limite das suas potencialidades. As opções metodológicas subjacentes ao presente decreto-lei assentam no desenho universal para a aprendizagem e na abordagem multinível no acesso ao currículo. Esta abordagem baseia-se em modelos curriculares flexíveis, no acompanhamento e monitorização sistemáticas da eficácia do contínuo das intervenções implementadas, no diálogo dos docentes com os pais ou encarregados de educação e na opção por medidas de apoio à aprendizagem, organizadas em diferentes níveis de intervenção, de acordo com as respostas educativas necessárias para cada aluno adquirir uma base comum de competências, valorizando as suas potencialidades e interesses.

Procura-se garantir que o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória seja atingido por todos, ainda que através de percursos diferenciados, os quais permitem a cada um progredir no currículo com vista ao seu sucesso educativo. O presente decreto-lei consagra, assim, uma abordagem integrada e contínua do percurso escolar de cada aluno garantindo uma educação de qualidade ao longo da escolaridade obrigatória. Para a visão integrada e contínua da abordagem educativa que agora se advoga constitui decisivamente um processo de avaliação de apoio à aprendizagem - que considera aspetos académicos, comportamentais, sociais e emocionais do aluno, mas também fatores ambientais -, uma vez que desse processo resulta toda a sequencialização e dinâmica da intervenção.

Redefiniram-se, a partir de uma visão holística, as atribuições das equipas multidisciplinares na condução do processo de identificação das medidas de suporte à

aprendizagem e à inclusão, em função das características de cada aluno, no acompanhamento e na monitorização da eficácia da aplicação dessas mesmas medidas, reforçando o envolvimento dos docentes, dos técnicos, dos pais ou encarregados de educação e do próprio aluno.

Introduziram-se alterações na forma como a escola e as estruturas de apoio se encontram organizadas, para a identificação das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão ao longo da escolaridade obrigatória. Reconfigurou-se o modelo de Unidade Especializada num modelo de Centro de Apoio à Aprendizagem, que aglutina o primeiro, transformando-se num espaço dinâmico, plural e agregador dos recursos humanos e materiais, mobilizando para a inclusão os saberes e competências existentes na escola, valorizando, assim, os saberes e as experiências de todos. Reforça-se o papel dos pais ou encarregados de educação, conferindo-lhes um conjunto de direitos e deveres conducentes ao seu envolvimento em todo o processo educativo dos seus educandos.

Reconhecendo-se o indelével contributo do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, alterado pela Lei n.º 21/2008, de 12 de maio, através do trabalho realizado pelas escolas e da reflexão que ao longo do tempo propiciou a professores, investigadores e peritos, o presente decreto-lei decorre do Grupo de Trabalho, criado pelo Despacho n.º 7617/2016, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 8 de junho, que, ouvindo múltiplos atores, procedeu a um levantamento de problemas e, concomitantemente, procurou as melhores soluções do ponto de vista da educação, da saúde e da inclusão social.

QUADRO 128 – NÚMERO DE ALUNOS COM MEDIDAS DE SUPORTE À APRENDIZAGEM E À INCLUSÃO, NO ANO LETIVO 2023/24.

Ano letivo	PE	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Secundário	Total
2023-2024	0	18	11	27	15	71

(CMA; AEADSII)

5.4. Avaliação da carta educativa (1.ª geração) e balanço da execução das propostas de redimensionamento da rede escolar previstas.

Decorridos 17 anos após a homologação da 1ª carta educativa do município de Alijó (2006), importa, ainda assim, avaliar o grau da sua execução, por nível de ensino, procedendo a uma avaliação qualitativa dos dados, sendo importante referir que as projeções tidas em conta na elaboração do referido documento tiveram por base um cenário de crescimento demográfico controlado.

A abordagem do conjunto das propostas elaboradas em sede da primeira carta educativa para a reorganização e reprogramação da rede educativa, é em grande parte

subsidiária da visão, no território educativo, do ponto de situação atual relativa aos respetivos equipamentos escolares permite aferir o grau de execução dessas mesmas propostas. As propostas, então formuladas, enquadravam-se nas seguintes categorias:

- Proposta de criação de Territórios Educativos;
- Suspensão de atividade de estabelecimentos de ensino;
- Reconversão de equipamentos para centros escolares;
- Ampliação das instalações;
- Criação de novo equipamento.

O conjunto de informação obtida sobre a rede escolar pública do município de Alijó permite reapreciar as propostas feitas em sede de carta educativa, o seu grau de execução e respetiva fase de desenvolvimento, mas permite, igualmente, aferir os resultados obtidos no âmbito do processo de monitorização anual dos dados da rede escolar, que se traduziu no conjunto de intervenções levadas a cabo.

Estabelecimentos de Ensino	Ações Estratégicas				
	Suspensão de atividade	Reconversão do equipamento para novas valências	Ampliação das instalações	Criação de novo equipamento	Outras
Jl Alijó			•	•	
Jl Granja	•				
Jl Presandães	•	•			
Jl Castedo	•				
Jl Cotas	•				
Jl Favaios	•				
Jl Pegarinhos			•		
Jl Pinhão			•		
Jl Vale de Cunho	•				
Jl Ribalonga	•				
Jl São Mamede de Ribatua	•				
Jl Santa Eugénia	•				
Jl Vale de Mendiz	•				
Jl Vila Chã	•				
Jl Vilar de Maçada			•		
Jl Vilarinho de Cotas	•				
EB1 Alijó			•	•	
EB1 Granja	•				
EB1 Presandães	•				
EB1 Amieiro	•				

Estabelecimentos de Ensino	Ações Estratégicas				
	Suspensão de atividade	Reconversão do equipamento para novas valências	Ampliação das instalações	Criação de novo equipamento	Outras
EB1 Carlão	•				
EB1 Casas da Serra	•				
EB1 Franzilhal	•				
EB1 Casal de Loivos	•				
EB1 Castedo	•				
EB1 Cotas	•				
EB1 Póvoa	•				
EB1 Favaios nº1		•			
EB1 Favaios nº2		•			
EB1 Soutelinho					
EB1 Pegarinhos					
EB1 Pinhão			•	•	
EB1 Cal-de-Bois	•				
EB1 Pópulo	•				
EB1 Vale de Cunho	•				
EB1 Ribalonga	•				
EB1 Safres	•				
EB1 São Mamede de Ribatua	•				
EB1 Cheires	•				
EB1 Sanfins do Douro					
EB1 Santa Eugénia	•				
EB1 Vale de Mendiz	•				
EB1 Carvalho	•				
EB1 Chã	•				
EB1 Vila Chã	•				
EB1 Freixo	•				
EB1 Perafita	•				
EB1 Vale de Agodim	•				
EB1 Vila Verde					
EB1 Cabeda	•				
EB1 Francelos	•				
EB1 Sanradela	•				
EB1 Vilar de Maçada					
EB1 Vilarinho de Cotas	•				

(CMA; 1.ª CARTA EDUCATIVA DE ALIJÓ; AEADSII)

5.4.1. A Educação Pré-Escolar e o 1.ºCEB.

A 1.ª Carta Educativa notou que existia um desequilíbrio acentuado na distribuição dos equipamentos, sobretudo no 1.ºCEB, pelo que se entendia que a criação de Territórios Educativos deveria ser a solução que à partida corrigiria essa situação, apontando para a reorganização dos equipamentos escolares com base nas projeções demográficas. Dessas estimativas extraía-se a principal conclusão então retirada (2006) que apontava para a redução do número de alunos no Ensino Pré-escolar e no 1.ºCEB, mas também para uma subida considerável de alunos no 3.ºCEB e no Ensino Secundário, uma vez que as mudanças legislativas originariam um acréscimo significativo de alunos como consequência direta da forte redução da taxa de abandono escolar e do aumento da taxa de escolarização. Apesar das projeções apontarem para uma diminuição dos alunos no 1.º e 2.º CEB, não parece terem sido consideradas as repercussões dessa diminuição. Aliás, os territórios educativos então existentes, que se distinguem entre o Pinhão e Alijó apontam para um crescimento.

Perante o diagnóstico, apontava-se para o encerramento das escolas EB1, relegando o argumento da proximidade dos alunos à residência dos alunos, considerando que a existência de estabelecimentos escolares na maioria dos pequenos aglomerados urbanos não podia ser justificada dessa forma, referindo-se apenas ao pequeno benefício que existia no tempo de acesso à escola, destacando e ampliando a importância dos prejuízos pedagógicos e financeiros. Contudo, lembrava-se que as eventuais propostas de intervenção sobre a rede deviam considerar os tempos máximos admissíveis de percurso para os respetivos níveis de ensino, particularmente da educação pré-escolar e do 1º CEB, e ainda modificações no serviço de transporte escolar que atualmente se verifica no município. Desta forma, o tempo de percurso máximo para o nível pré-escolar não deverá exceder os 20 minutos ao passo que para o 1º CEB não deverá exceder os 40 minutos.

As intervenções previstas pressupõem um calendário faseado de forma a minimizar os impactos negativos do reordenamento da rede educativa. A configuração final da rede educativa devia privilegiar a concentração de níveis de ensino em estabelecimentos escolares amplos e plenamente programados para o efeito. Havia ainda a considerar as intervenções obrigatórias a realizar no âmbito do Programa de Qualificação do 1º CEB, elaborado pelo Ministério da Educação e que sucintamente previa os encerramentos das escolas que não dispusessem de, pelo menos, 10 alunos, respeitando duas fases (até Setembro de 2004 deviam encerrar as escolas com menos de 5 alunos, e até ao final do ano letivo 2006/07 as restantes que estivessem nas mesmas condições), a disponibilização de um programa de financiamento às autarquias que promovam a concentração de escolas através do alargamento do programa PER.EB1, e um programa de apetrechamento das escolas com equipamentos informáticos, material didático e software pedagógico. No âmbito do Programa de Requalificação do 1.ºCEB, em acordo com a Câmara Municipal de Alijó, foi decidido o encerramento das escolas EB1 de Presandães (8 alunos), de Cotas (7 alunos), de Vale de Mendiz (10 alunos), de Vilarinho de Cotas (9 alunos), de Vale de Cunho (2 alunos), de Pópulo (4 alunos), de Cheires (9 alunos), de Safres (6 alunos), de Chã (5 alunos) de Carvalho (4 alunos), de Vale de Agodim (4 alunos), de Cabeda (9 alunos) e de Sanradela (1 aluno).

O nível de desadequação da programação e dimensionamento da atual rede educativa era visível perante a necessidade dos encerramentos. As intervenções deviam ser encaradas como prioritárias e o processo de reordenamento imediato, minimizando os impactes decorrentes do reordenamento para a população escolar e para os atores educativos. Ainda em 2006, também existiam para além das EB1 que encerrariam, mais 4 escolas que estavam na iminência de atingir o limiar mínimo de 10 alunos.

Considerando que, no caso da frequência de Jardim de Infância, a rede escolar pública não espelha, em relação direta, o número real de crianças em idade pré-escolar, não só pela falta de cobertura da oferta pública deste tipo de equipamentos, como também pela opção que ainda representa a oferta de ensino privado para esta faixa de alunos, a análise comparativa entre os valores da projeção e o número real de crianças a frequentar a Educação Pré-escolar da rede pública atualmente, acaba por não ser possível correlacionar os dados em apreço. Ainda assim, é de referir que a rede pública do município de Alijó tem, neste momento, capacidade de resposta a 100%. No que respeita às freguesias da zona rural, a cobertura da rede pública de pré-escolar deu uma resposta satisfatória a todos os candidatos, a partir dos 3/4 anos de idade, ainda que após o encerramento de alguns estabelecimentos de ensino em 2006, acabou por ser inevitável a sua deslocação para outras freguesias ou até mesmo para a sede de concelho, onde hoje se situa o Jardim de Infância de Alijó.

Analisando a primeira carta educativa, nela não se expuseram linhas de intervenção estratégica para a Educação Pré-Escolar, para além do elenco dos Jardins de Infância da oferta pública que então se encontravam em funcionamento.

Em resumo, na primeira carta educativa todos os dados apontavam para uma evolução negativa da população escolarizável neste nível de ensino (1.ºCEB) ao longo da década de 2000, chegando mesmo a projetarem-se indicadores para 2014. As estimativas efetuadas deixavam antever esse decréscimo ainda que na segunda metade da década o envelhecimento das estruturas demográficas começasse a repercutir-se também na quebra do número de nados-vivos, sendo expectável uma redução da população escolarizável do município, conforme se evidenciava nos números previstos. Será importante referir que os valores à data considerados refletiam a rede pública e privada. Hoje pode-se concluir que existe um afastamento das projeções relativamente aos valores reais, naturalmente explicado pelo decréscimo da taxa de natalidade e aumento da taxa migratória verificada no município nos últimos anos que sustentou a estimativa.

A equipa técnica responsável pela primeira carta educativa tinha presente, em 2006, que o encerramento das escolas do 1.º CEB, muito marcadas pelo isolamento e baixo número de alunos, seria em breve uma realidade. E, nesse sentido, alertava para o problema que, certamente, a curto e médio prazo constituiria para as famílias e alunos. Assim, procurou criar-se uma nuclearização territorial, ou seja, definir núcleos territoriais de forma a organizar e rentabilizar os equipamentos educativos. Para além desses aspetos, ainda havia a considerar a distribuição da população escolar que teria que ser feita de acordo com a distribuição geográfica dos alunos, atendendo a centralidade/acessibilidade e número de alunos, considerando que os tempos de deslocação previstos nunca ultrapassassem, em situações normais, os 15 minutos. Esta proposta de criação de núcleos

territoriais não chegou a ser concretizada em virtude do não encerramento de todas as escolas previstas.

O cronograma que constava da primeira carta educativa previa, neste domínio da nuclearização, as obras em algumas escolas como sendo prioritárias, assinaladas mesmo com um alto nível de relevância. Em 2006, no âmbito do Quadro Comunitário em vigor (Quadro Comunitário, no que concerne ao Programa de Economia – Medida 2.5 – MAPE) reconhecia-se a possibilidade de candidatura, através da autarquia, para a obtenção de cofinanciamento em projetos nas vertentes da Utilização Racional de Energia e Energias Renováveis. A equipa técnica redatora da carta educativa de primeira geração contemplou a necessidade da reestruturação dos sistemas de aquecimento escolar para os estabelecimentos do 1.º CEB. Nesta perspetiva, pesavam-se as condições climatéricas da região e o então sistema de aquecimento, muito insuficiente, das salas das escolas de 1.º CEB do Concelho, pelo que se justificava a preocupação e a intenção demonstrada pela Câmara Municipal de Alijó em avançar com uma candidatura nesse âmbito. O financiamento a requerer era elevado, onde se incluíam os valores de candidatura, projeto e assistência técnica. Foi então elaborado o estudo prévio necessário a esta candidatura. A questão do isolamento térmico também foi prevista ao nível do isolamento de portas e janelas, da colocação de mantas de lã de rocha no teto dos edifícios, diminuindo assim as perdas térmicas existentes.

5.4.2. A proposta dos Territórios Educativos e os níveis do 2.º, 3.º CEB e o Ensino Secundário.

Contemplados e mais considerados na segunda fase do processo de reordenamento da rede escolar, os territórios educativos – Pinhão e Alijó – foram pensados num período temporal de cerca de oito anos (2007-2015). A caracterização do território educativo do Pinhão, cujos limites correspondiam ao território de influência do Pinhão, apontava para a existência de condições razoáveis, *“uma vez que 75% dos equipamentos colectivos de ensino se encontram numa situação de sub ocupação gravosa, com taxas de ocupação inferiores a 50%.”* Perante o diagnóstico, equacionou-se a agregação de diversas turmas de diferentes anos de escolaridade, com particular ênfase no 1.º ciclo do ensino básico. Foram salientados os *“prejuízos pedagógicos para os alunos (...) ao mesmo tempo que as condições de operação, conservação e manutenção da escola são onerosas, tanto para a Câmara Municipal como para os utilizadores do estabelecimento de educação”*, o desajustamento da rede do 1.ºCEB face à procura estimada, procurando-se reordenar desde o ano 2006/07 a rede, concentrando-se a procura na EB1 do Pinhão (4 salas), onde se entendia ser possível responder a toda a procura das 4 freguesias que compõem este território educativo (Pinhão, Cotas, Vilarinho de Cotas e Vale de Mendiz). Com o avançar do tempo (2007/08) e perante a diminuição da procura, os futuros alunos deveriam ser concentrados para a EB 2,3 do Pinhão (passando a designar-se como EBI do Pinhão), numa *“perspectiva de*

integração vertical dos 3 ciclos do ensino básico”, encerrando-se a EB1 do Pinhão, que se sugeria ser “convertida num equipamento social de apoio à 3ª idade, inexistente até ao momento na vila, em termos de espaço efectivo, mas absolutamente necessário neste aglomerado”.

No caso do Território Educativo de Alijó entendia-se que *“apesar dos encerramentos previstos para o ano lectivo de 2006/2007, registará ainda algum sobredimensionamento face à procura estimada.* Segundo a Carta Educativa seria necessário proceder ao encerramento de mais alguns pólos do 1.ºCEB e à respectiva concentração nos principais centros escolares, nomeadamente, Vilar de Maçada, Favaios, Sanfins do Douro, Alijó e Pegarinhos. Se os 4 primeiros justificavam a sua eleição claramente por se situarem em aglomerados urbanos de dimensão, onde as dinâmicas demográficas e a concentração de um conjunto de serviços de natureza variada (cultura, saúde, acção social, etc.) justificando uma aposta na manutenção da educação básica do 1.º CEB, o último (Pegarinhos), apesar se localizar numa zona de forte regressão demográfica, apresentava razões quer de racionalização da rede escolar, quer de natureza estratégica. As primeiras prendiam-se com a qualidade do equipamento escolar existente em Pegarinhos, um edifício do tipo P3 com amplos espaços e onde, através de algumas obras de requalificação dos espaços envolventes, poderia *“ser garantido um serviço de qualidade às crianças das freguesias envolventes; como segunda razão, a sua localização no extremo Nordeste do município, próximo da sede do município vizinho (Murça) permitirá evitar uma possível “fuga” de utentes do ensino para o concelho vizinho, sobretudo das freguesias de Pegarinhos, Santa Eugénia e Carlão, uma vez que estas encontram-se algo distantes da sede (Alijó), estando portanto mais sujeitas a possíveis efeitos de atracção da sede do município vizinho”.* De acordo com esta perspectiva, foram propostos os encerramentos e transferências de alunos e recursos, ano letivo de 2009/2010, designadamente o encerramento da EB1 de Vila Verde e transferência para a EB1 de Vilar de Maçada; o encerramento das EB1 de Carlão e Santa Eugénia e transferência para a EB1 de Pegarinhos; o encerramento das EB1 de São Mamede de Ribatua, Castedo, Vila Chã e Ribalonga e transferência para a Escola Básica de Alijó (centro escolar) (composto pelas EB1 de Alijó e EB1 de Granja).

No que diz respeito ao pré-escolar não foram propostos quaisquer encerramentos no Território Educativo de Alijó. Curiosamente, a equipa técnica que para o 1.ºCEB desvalorizava a questão da proximidade, agora defendia que as restrições na deslocação de crianças com tão pouca idade, bem como o desenraizamento e afastamento precoce dos agregados familiares eram fatores preponderantes na análise da rede deste nível de ensino. Defendendo a proximidade familiar como principal condição para um bom serviço público do ensino pré-escolar, propunha-se a manutenção dos Jardim-de-infância então existentes nas várias freguesias que compunham este Território Educativo. Com o encerramento e reordenamento da oferta do 1.ºCEB, propunha-se converter os espaços da EB1 encerradas, *“sempre que estas últimas apresentem melhores condições para albergar o pré-escolar do que os actuais espaços em funcionamento”* em estabelecimentos de ensino do Pré-Escolar. Para além da oferta pré-escolar pública, os estabelecimentos privados então existentes continuariam a garantir um complemento da rede do Território de Alijó, estando assim

assegurado, à exceção de Amieiro e Pópulo, a Educação Pré-Escolar em todas as freguesias do território educativo de Alijó.

Ao nível do 2º e 3º CEB, a EB2,3 D. Sancho II (Alijó) era avaliada como estando devidamente dimensionada para responder à procura estimada até 2015 nas várias freguesias que constituem o Território Educativo de Alijó, não se propondo portanto nenhuma alteração da oferta dos 2º e 3º CEB para este até 2015.

No Ensino Secundário, com a estimativa do aumento da procura, acreditava-se que a taxa de ocupação evoluiria para valores que se consideravam “*óptimos (~93%)*” e avaliava-se alguma “*capacidade de excedente*”, considerando-se que poderiam ainda ser feitos desdobramentos de aulas em várias turmas e apostar na qualidade do ensino, oferecendo espaços de qualidade que estimulem a aprendizagem e que impeçam uma saturação de espaços específicos (laboratórios) com aulas normais, concluindo que o atual estabelecimento se encontraria ajustado, até 2015, para albergar toda a procura registada no município de Alijó. O Território Educativo de Alijó seria assim composto por 11 JI públicos, 5 JI privados, 5 escolas do 1º CEB, 1 EB2,3 e 1 ES.

O facto de se ter procedido à reestruturação administrativa das juntas de freguesia (2013), agregando algumas das mesmas de acordo com critérios de proximidade, deixou de fazer sentido falar-se em deslocalização dos alunos para outras freguesias vizinhas por ausência de equipamentos com resposta a estes graus de escolaridade na freguesia de residência. Comparando os dados reais com os dados projetados, conclui-se que era na zona rural que existia um menor desfasamento no que diz respeito às previsões então apontadas. Este facto justificava-se pela desconcentração continuada das grandes áreas urbanas para áreas próximas de menor densidade populacional, panorama que se tem assistido em Portugal nos últimos anos. Para as restantes freguesias, denotava-se um ligeiro desvio face às projeções apontadas na carta educativa, motivado pelo decréscimo da taxa de natalidade, aumento da taxa migratória (fluxo de saída) e da taxa de mortalidade verificada no município nos últimos anos, e em determinado momento, acentuada pela crise económica que se viveu e repercutiu neste momento. Em termos de intervenções previstas, a primeira carta educativa nada em especial contemplava ao nível infraestrutural, não obstante se terem vindo a realizar algumas intervenções de âmbito de conservação e manutenção na escola-sede onde continuam a funcionar o 2.º e 3.º CEB e o Ensino Secundário.

5.5. Alterações no sistema educativo público entre os anos letivos 2015/2016, 2017/2018 e 2021/2022.

A análise comparativa do número de alunos matriculados nos equipamentos educativos do município de Alijó, entre 2015/16 e 2023/24, revela uma diminuição do número de inscritos e matriculados em todos os níveis de escolaridade, desde a Educação Pré-Escolar ao Ensino Secundário, pronunciando-se ligeiramente no ano letivo de 2019/2020 (efeitos da pandemia) registando-se em todos os níveis de escolaridade um crescimento negativo. Em

termos quantitativos e entre 2015/16 e 2023/24, a Educação Pré-escolar registou -40,36%, o 1.º CEB -23,95%, o qual não contribuiu para o aumento dos quantitativos escolares dos restantes níveis, o 2.ºCEB com -37,17%, permitiu também identificar uma tendência generalizada de decréscimo, tal como no caso do 3.º CEB onde se apontava para um crescimento, acabou por registar -38,96% e o mesmo sucedeu no Ensino Secundário - 5,17%.

Nas dinâmicas educativas presentes no município de Alijó, a mobilidade assume muita importância, pois as mudanças operadas, bem como a passagem a um novo regime, acompanhadas por uma reordenação do número de espaços letivos, quer na educação pré-escolar, quer no 1.ºCEB, por vezes recorrendo à reconversão de salas ou à construção de edifícios, estão na origem de uma significativa transformação das dinâmicas escolares de determinados setores do território entre estes dois momentos. Assim, convém esclarecer a importância que a análise da mobilidade escolar assume no atual contexto educativo, já que a sua interpretação poderá conduzir à criação de novos modelos de regulação do sistema educativo a uma escala local e, ainda, justificar opções tomadas aquando do processo de reorganização da rede escolar.

Em primeiro lugar, o interesse na análise dos fluxos escolares prende-se com o facto da regulação da oferta educativa, pública e privada, não se encontrar enquadrada por critérios claramente definidos, situação que por vezes conduz à aplicação de mecanismos de natureza diversa, onde além dos mecanismo de regulação institucionais surgem outros associados, nomeadamente: Ministério da Educação vs Autarquia, Regulação Pública vs Setor Privado, Regulação do Ministério da Educação vs Encarregados de Educação. Por outro lado, e fruto dos condicionalismos impostos pela redução generalizada do número de alunos nas últimas décadas, tem vindo a observar-se uma alteração na lógica dos fluxos escolares que anteriormente era ditada pela oferta, mas, que de forma crescente, tem vindo a ser ditada pela procura, o que evidencia a necessidade em compreender a mobilidade dos alunos num dado território, ajustando a oferta à procura existente. Neste ponto, importa também salientar que a procura escolar do concelho de Alijó obriga a fluxos regulares com o mesmo destino, dada a oferta escolar. Assim, a par da análise de outras variáveis, como a evolução dos quantitativos escolares, as projeções escolares e da necessidade de salas, assume contornos decisivos na definição das propostas de reorganização da rede educativa, que, em caso extremo pode ditar o encerramento ou continuidade de determinado estabelecimento de ensino.

Outra questão essencial no estudo da mobilidade da população escolar prende-se com a existência de processos informais de escolha dos estabelecimentos de ensino por parte de pais e encarregados de educação, não obstante a legislação recente nesta matéria. A análise dos artigos 10º e 11º do Despacho Normativo nº 6/2018 que estabelecem as prioridades na matrícula ou renovação de matrícula na Educação Pré-Escolar e no Ensino Básico vem demonstrar que, cada vez mais, existem restrições na escolha dos estabelecimentos de ensino da rede pública por parte de pais e encarregados de educação, embora este normativo defenda uma maior equidade no acesso ao ensino por parte de todos os alunos. Todavia, são amplamente conhecidas as estratégias adotadas por alguns estabelecimentos de ensino para cativarem, escolherem e manterem os seus alunos, facto

que poderá justificar alterações na normal distribuição dos alunos, e explicar o incremento da população escolar num estabelecimento de ensino cujo projeto educativo seja reconhecido e conseqüente, esvaziamento de outro que lhe seja adjacente. No que respeita ao AE de Alijó, em todos os seus níveis (Pré-escolar, 1.ºCEB, 2.ºCEB, 3.ºCEB e Secundário) as alterações no padrão de mobilidade dos alunos ocorreram logo a seguir a 2006, aquando do encerramento das escolas do 1.ºCEB. Não obstante a maioria dos alunos residir nas zonas próximas deste equipamento educativo, aliás como seria expectável, verifica-se que em relação aos alunos que são provenientes de zonas mais distantes o padrão de distribuição pouco se alterou. Foi necessário reestruturar a rede de transportes de forma a permitir que todos os alunos, com o menor impacto possível, fossem deslocados/transportados com segurança, conforto e com o menor índice de stress. Aliás, os reajustamentos realizados ficaram-se a dever apenas aos quantitativos escolares que, de ano para ano, apresentam alguma variabilidade, mas que ainda mantinham o padrão de distribuição. E, chegado o ano letivo 2017/2018, e a consequência das alterações produzidas pela entrada em vigor de normativos legais respeitantes às matrículas e prioridades dos alunos à Educação Pré-Escolar e 1º CEB, este padrão, mais uma vez, não sofreu alterações, pois os estabelecimentos de Ensino Pré-Escolar existentes mantiveram-se, quer no caso do Jardim de Infância público, quer no caso do Jardim de Infância privado.

Portanto, apesar da variabilidade que se registou nos anos letivos que se seguiram ao encerramento das escolas do 1.ºCEB, registou-se apenas a manutenção dos padrões de distribuição dos alunos, em todos os níveis de ensino, justificado pelo facto de não ter existido qualquer alteração na tipologia ou no regime de funcionamento, não existindo, assim, a introdução de qualquer fator externo que perturbasse a normal distribuição dos alunos.

6. PREVISÃO DE REORGANIZAÇÃO DA REDE ESCOLAR.

6.1. Princípios orientadores.

Os últimos anos têm sido fecundos em alterações no sistema educativo e a indispensabilidade da resposta a algumas das exigências têm vindo a traduzir-se numa transformação muito significativa do parque escolar, o que resultou, em muitos municípios, no encerramento de estabelecimentos de educação e na requalificação e/ou construção de equipamentos educativos, com especial incidência nas EB1 ou no 1.º CEB.

Em 2006, o município de Alijó assistiu ao encerramento de uma parte considerável dos estabelecimentos do 1.º CEB (das 17 escolas que o Ministério propôs encerrar em Alijó, a autarquia aceitou apenas o encerramento de 13, que no próximo ano letivo funcionariam com menos de 10 alunos) e às diferentes fases de constituição dos agrupamentos de escolas, mas tendo passado 17 anos letivos após a elaboração da primeira Carta Educativa de Alijó, impõe-se uma revisão do processo de reorganização da rede escolar que considere as transformações verificadas nas dinâmicas demográficas e socioeconómicas do concelho, e no sistema educativo, e que colmate as insuficiências detetadas, de modo a ajustar o parque escolar às necessidades atuais, mas, fundamentalmente, com a previsão a médio/longo prazo.

Numa fase em que já não deviam existir estabelecimentos de ensino de 1.º CEB a funcionar com uma população escolar inferior a 21 alunos, no município de Alijó, recorde-se que essa foi a principal imposição colocada pelo Ministério de Educação para o encerramento de escolas e que foi a causa de grande parte das reorganizações das redes escolares municipais realizadas, impõe-se, evidentemente, o estabelecimento de critérios municipais a seguir para a definição das propostas de reorganização da rede escolar.

O município de Alijó apresenta uma dinâmica escolar que pode ser considerada como positiva e que, em certos casos, se encontra acima da média nacional, apesar da redução da população escolar observada nos últimos anos letivos e a projetada para a próxima década, determina que as propostas de reorganização da rede escolar se devam basear na reorganização dos estabelecimentos de educação e ensino existentes (ampliação, requalificação e reconversão), com vista à rentabilização dos espaços existentes, no quadro de uma racionalidade que se pretende dinâmica, gerindo mais eficazmente recursos que, como bens escassos que são, exigem alguma ponderação nas decisões a tomar, uma vez que os custos associados a uma má gestão têm efeitos duradouros e progressivamente mais elevados. Mas a necessidade de definir critérios a seguir para a reorganização da rede escolar está também relacionada com a mudança no paradigma do planeamento educativo que se tem vindo a efetivar. Se, no período após 2003 (Decreto-lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro), com a obrigatoriedade de realização da carta educativa, e, em particular, no período após 2005, na sequência do anúncio de financiamento comunitário, a reorganização da rede escolar apresentava um carácter fortemente centralizado, em função das normas ditadas pela tutela, no presente momento a filosofia da reorganização da rede escolar pode (e deve) assumir novos contornos, com o peso crescente dos municípios na escolha de um caminho próprio para a educação no seu território.

Na realidade, a carta educativa criou condições para que os municípios se pudessem afirmar, pela primeira vez, como autores e participantes na reorganização da sua rede escolar, habilitando-os a encontrar soluções educativas locais, mas a verdade é que acabou por decorrer num quadro de forte regulação estatal, até porque o financiamento dos novos centros educativos dependia da aprovação do Ministério da Educação, pelo que se pode afirmar que existiu uma descentralização “controlada”.

Foi neste contexto que foram definidos pelos responsáveis políticos e técnicos do município de Alijó um conjunto de critérios municipais gerais e específicos orientadores do planeamento educativo, que manifestamente apresentam uma natureza muito distinta dos publicados nacionalmente, ainda que a reorganização da rede escolar dê cumprimento legal ao Decreto-lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, e às normas de planeamento educativo divulgadas posteriormente pelo Ministério da Educação.

CRITÉRIOS GERAIS:

- Cumprir a política educativa nacional, numa clara articulação entre as orientações do Ministério da Educação e as necessidades educativas locais;
- Potenciar as condições para garantir a liberdade de escolha da escola/projeto educativo para pais e/ou encarregados de educação ou, quando maiores, para alunos;

CRITÉRIOS ESPECÍFICOS:

- Reorganizar, sempre que possível, os estabelecimentos de educação e ensino, integrando a população escolar em escolas de maior dimensão procurando oferecer, à totalidade dos alunos do município, condições físicas e pedagógicas superiores e uma clara oportunidade a esses mesmos alunos;
- Procurar garantir uma sala e um docente por ano de escolaridade (até ao limite de 25 alunos/1 professor), indo ao encontro do que se deseja para a educação do século XXI;
- Estabilizar as trajetórias escolares, salvaguardando a razoabilidade nas deslocações das crianças na tripla vertente, conforto/segurança e distância a percorrer e duração do percurso, para evitar que os alunos percorram, diariamente, grandes distâncias e percam um tempo excessivo em viagens;
- Diminuir o isolamento, possibilitando a socialização entre alunos e a interação entre alunos e professores;
- Gerar dimensão crítica que assegure a formação de cidadãos conscientes, interventivos, criativos e inovadores e a criação de uma comunidade mais aberta e

informada, através de todos os meios ao seu alcance e com a colaboração dos pais e/ou encarregados de educação e da comunidade;

- Rentabilizar os recursos humanos e materiais disponíveis, procurando articulações e complementaridades;
- Qualificar o parque escolar, procurando a melhoria das condições de vivência escolar e a qualificação das aprendizagens;
- Permitir a cobertura da totalidade da população a escolarizar nos diferentes níveis de ensino, desde a educação pré-escolar ao ensino secundário, nas suas diferentes modalidades;
- Integrar os diferentes níveis de ensino, procurando que os alunos complementem a escolaridade básica no mesmo agrupamento de escolas ou nas escolas responsáveis pela respetiva sequencialidade;
- Reduzir as assimetrias existentes no território municipal, minimizando uma possível diferenciação negativa entre as zonas com carácter periférico e as zonas urbanas;
- Contribuir para o processo de planeamento e ordenamento do território;

Além destes critérios, tem sido defendida uma lógica de proximidade e qualidade nos estabelecimentos de educação pré-escolar, na tentativa de manter o maior número possível em funcionamento, e apenas de qualidade nos estabelecimentos, em especial nos do 1.º CEB, embora os encerramentos, neste caso, apenas se possam justificar pela evolução dos resultados demográficos e sempre numa lógica de melhoria das condições pedagógicas dos alunos. A definição e apresentação da proposta de reorganização da rede escolar do município de Alijó obedece ainda, naturalmente, aos parâmetros reguladores emanados pelo Ministério da Educação que têm vindo a ser seguidos no nosso país nos últimos anos e que têm como objetivo central a criação de condições de igualdade de acesso a um ensino de qualidade para todos os alunos. De acordo com o artigo 15.º do Decreto-lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, o ordenamento da rede escolar deve, considerando o disposto nos artigos 37.º a 41.º da LBSE, e a Recomendação 4/2011, de 26 de Abril, publicada em Diário da República n.º 80/2011, Série II de 2011-04-26, estruturar-se em função dos seguintes princípios gerais:

a) Consideração da educação pré-escolar como primeira etapa da educação básica;

b) Sequencialidade entre os diferentes ciclos do ensino básico, de acordo com o definido na Lei de Bases do Sistema Educativo, como elemento propiciador do cumprimento, com sucesso, do percurso da escolaridade obrigatória, e como reconhecimento de que este percurso se deve efectuar, de preferência, numa única escola ou AE;

c) Expressão territorial da rede educativa, entendida como a distribuição dos estabelecimentos dos diferentes níveis de educação e de ensino, de acordo com a divisão administrativa do País, tendo em atenção factores resultantes das características geográficas do território, da densidade e da idade da população a escolarizar, do nível de educação e ensino em questão e da necessidade de assegurar a racionalidade e complementaridade das ofertas. Com base nestes princípios gerais, o mesmo diploma legal define no seu artigo 16.º que o ordenamento da rede escolar deve contribuir para os seguintes objetivos:

a) Garantia do direito de acesso de todas as crianças e alunos aos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário;

b) Superação das situações de isolamento e de quebra de inserção socioeducativa das crianças e alunos, prevenindo a exclusão social;

c) Garantia de uma adequada complementaridade de ofertas educativas;

d) Garantia da qualidade funcional, arquitetónica e ambiental dos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino;

e) Desenvolvimento de formas de organização e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino mais eficazes, especialmente através da conclusão do processo de AE e de autonomia da sua gestão;

f) Adequação da oferta de recursos e racionalização da sua distribuição, com vista ao estabelecimento e à distinção daqueles que, pelas suas características e natureza, devam ser comuns a uma determinada área geográfica, para que melhor sejam partilhados por todos os estabelecimentos dessa mesma área. Para atingir estes objetivos, o referido diploma legal estabelece, no seu artigo 17.º, que o ordenamento da rede escolar deve respeitar, entre outros, os seguintes parâmetros técnicos:

a) Tipologia de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino públicos, em cada momento definidos e caracterizados;

b) Modalidades de agregação entre os estabelecimentos de educação pré-escolar e os dos diferentes ciclos do ensino básico, no sentido do aprofundamento do processo de constituição de agrupamentos de escolas;

c) Caracterização dos edifícios e de outras infraestruturas educativas, bem como do mobiliário e demais equipamentos, em função do tipo de escola, do número

de alunos, das exigências pedagógicas e dos padrões de qualidade e de funcionamento definidos;

d) Dimensão padrão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino, por forma a estabelecer os limiares mínimo e máximo das crianças e alunos utentes de cada jardim-de-infância, escola do ensino básico, escola do ensino secundário e AE, tendo em atenção as idades de quem os frequenta e a especificidade dos diferentes níveis de educação e de ensino ministrados em cada um;

e) Dimensão padrão e características dos quadros de pessoal, docente e não docente, de cada estabelecimento de educação pré-escolar e de ensino ou AE, tendo em atenção a especificidade das ofertas educativas.

Temos, assim, duas perspetivas de análise: uma claramente local, que reflete as questões de índole territorial do município de Alijó e que não ignora as diferentes características físicas e dinâmicas humanas observadas nas diversas freguesias que integram o território municipal, com o peso do carácter periférico ou da alta densidade populacional a ganhar contornos decisivos em alguns territórios, e uma outra que pretende adotar as linhas uniformizadoras que o Ministério da Educação tem procurado para a rede escolar nacional, definidas de modo muito centralista - *top-down*.

Além destes conceitos base, a definição e apresentação da proposta de reorganização da rede escolar do município de Alijó considera, ainda, questões básicas ao nível do ordenamento e planeamento do território, como a morfologia, a rede viária, a rede de transportes públicos, as dinâmicas demográficas e socioeconómicas, a rede de estabelecimentos de educação e ensino e respetivas ofertas educativas, as projeções da população escolar, as áreas de influência, os fluxos e a distância-tempo dos percursos dos alunos casa-escola.

Ainda que a análise das condicionantes naturais assumia frequentemente um papel determinante, uma vez que são responsáveis por algumas fronteiras e alguns dos estrangulamentos existentes, neste caso particular essas variáveis exercem uma interferência pouco ou nada significativa. Por sua vez, a dinâmica demográfica mantém o papel de destaque, tendo sido fundamental fazer a avaliação dos quantitativos e das características da população e do povoamento no tempo presente, mas sobretudo determinar os seus quantitativos e projetar as suas características futuras, com o objetivo de definir cenários para as diversas atividades públicas e privadas. A definição e apresentação da proposta de reorganização da rede escolar do município de Alijó refletiu no passado, e continua a refletir, no projeto educativo local em construção, a visão dos responsáveis políticos relativamente ao domínio da Educação no território municipal, para o qual este documento é uma parte integrante e essencial. Naturalmente, a definição e apresentação de uma proposta de reorganização da rede escolar para o município de Alijó só se torna possível após o diagnóstico do sistema educativo municipal, o qual inclui o conhecimento da evolução recente da oferta e procura educativa, a realização de

estimativas relativas às necessidades da oferta e procura educativa para os próximos anos letivos, bem como a identificação das debilidades e potencialidades do sistema educativo municipal. Por isso, a definição e apresentação de uma proposta de reorganização da rede escolar para o município de Alijó exigiu ainda uma discussão com a presença da totalidade dos agentes educativos, em especial os responsáveis políticos e técnicos do município e o Conselho Municipal de Educação (CME).

6.2. Estratégia de intervenção (Eixos Prioritários 1 e 2).

De acordo com os princípios orientadores enunciados, a proposta de reorganização da rede escolar pública do município de Alijó assenta, para a Educação Pré-Escolar, no encerramento dos JI que não registam inscrições e matriculas (JI do Castedo e JI de S. Mamede), na manutenção dos restantes estabelecimentos (eventual reorganização das salas perante o acréscimo de alunos oriundos da imigração) enquanto o número de crianças inscritas assegurar o seu funcionamento, sendo indicados os equipamentos educativos de acolhimento, para quando a frequência diminuir para números inferiores aos que são pedagogicamente recomendados. No caso do Ensino Pré-Escolar, a média de alunos por turma situa-se nas 21 crianças. Todo o processo de disponibilização de espaços para a frequência universal das crianças de 3, 4 e 5 anos que tem vindo a ser defendido e implementado pelo poder central, deverá, no caso do território de Alijó, continuar a ser equacionado e monitorizado no quadro das projeções da natalidade, de modo a que não se venha a observar a curto prazo, uma oferta superior à procura.

Para o 1.º CEB, embora o limite mínimo para o funcionamento de um estabelecimento de ensino seja de 21 alunos – o valor médio de alunos por turma, presentemente, é de 16 alunos por turma -, a proposta de reorganização da rede escolar pública do município de Alijó não aponta, a curto prazo, para a hipótese de encerramentos ou de reorganização dos equipamentos educativos que não cumpram os requisitos necessários para garantir uma sala e um professor por ano de escolaridade, premissa em que deve assentar a criação de condições materiais adequadas às atuais exigências pedagógicas, à promoção do sucesso escolar e ao combate ao abandono escolar, por um lado, e proporcionar a imprescindível igualdade de oportunidades na frequência escolar, por outro lado. Aliás, nesse entendimento de apoio à promoção escolar é importante referir que a intervenção na Escola Básica de Vilar de Maçada, Alijó, dotará o edificado para receber os alunos oriundos de Vila Verde, dentro da reorganização territorial da oferta escolar e dos transportes escolares. Lembre-se que uma parte considerável dos estabelecimentos educativos do 1.º CEB foi encerrada em 2006, 2010 e 2011 aquando da reforma operada.

A Escola Básica de Alijó (centro escolar) acolhe uma considerável população escolar e possui um número de salas de aula que permite, no limite, a constituição de turmas independentes em cada ano de escolaridade. Todavia, assume-se que será observado e monitorizado o funcionamento desta escola e qualquer alteração exigirá a elaboração e a implementação de um projeto próprio, em que todos os agentes serão chamados a

participar. Tendo em consideração as opções autárquicas para a organização das unidades educativas, cuja delimitação obedece a critérios que visam a continuidade e a coesão territorial, bem como o melhoramento da ação pedagógica, baseados no percurso e fluxo dos alunos, apresentam-se as sugestões de intervenção e reorganização da rede escolar pública do município de Alijó, organizadas por nível de ensino e de acordo com os estabelecimentos de ensino existentes no território municipal:

Ações Estratégicas	Níveis de Ensino						Escolas										
	Pré-Escolar	1.ºCEB	2.ºCEB	3.ºCEB	E. Secundário	E. Profissional	Jl de Castedo, Alijó	Jl de São Mamede, Alijó	E. Básica de Alijó	E. Básica de Favaios (PE), Alijó	E. Básica de Favaios, Alijó	E. Básica de Pegarinhos, Alijó	E. Básica N.º1 de Pinhão, Alijó	E. B. de Sanfins do Douro, Alijó	E. B. de V. de Maçada, Alijó	E. Básica do Pinhão, Alijó	E. B. e Secundária, de Alijó
Encerramento do Jardim de Infância do Castedo, Alijó	•						•										
Encerramento do Jardim de Infância (Pré-escolar) de Favaios, Alijó	•							•									
Encerramento do Jardim de Infância de São Mamede de Ribatua, Alijó	•						•										
Estimular e apoiar estrategicamente o ensino articulado da música para todos os alunos.		•						•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Alargar o ensino da Música e do Inglês aos alunos do Pré-escolar do concelho.	•							•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Reforçar a componente de apoio à Família aumentando as respostas sociais, em tempo de férias para os alunos até aos 12 anos	•	•	•					•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Oferecer transportes escolares gratuitos a todos os alunos do concelho, tentando adaptar os circuitos de acordo com o número de alunos, num menor tempo.	•	•	•	•	•	•		•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Dinamizar o Ensino Profissional, garantindo uma formação de qualidade, atrair mais alunos e contribuir para a colmatação das necessidades do mercado de trabalho.						•											•
Procurar implementar o “boot camp”, levando os alunos a conhecer o mundo de trabalho,						•											•
Possibilidade de apresentar candidaturas para a requalificação dos estabelecimentos escolares.	•	•	•	•	•	•		•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Cedência dos espaços desportivos ao AE D. Sancho II, Alijó.	•	•	•	•	•	•		•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Gabinete de acompanhamento e inclusão dos alunos, famílias e comunidades.	•	•	•	•	•	•		•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Articular toda a agenda cultural do Município com o projeto educativo e plano de atividades anual dos estabelecimentos de ensino do concelho.	•	•	•	•	•	•		•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Reforço da linha online com intuito de acolher sugestões, reclamações, ou dúvidas dos alunos e comunidade educativa.	•	•	•	•	•	•		•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Procurar parcerias de geminação entre vilas e/ou cidades para acolher alunos em regime de intercâmbios.	•	•	•	•	•	•		•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Utilização de novos espaços tecnológicos e experimentais, com incentivo ao empreendedorismo e responsabilidade social.						•										•	•
Implementar um projeto de Ensino e Formação Profissional inovador, ligado à Agricultura, à indústria do Turismo, da Hotelaria e Restauração em Alijó e Pinhão.						•										•	
Implementar o projeto do ensino bilingue na Escola Básica N.º 1 do Pinhão e na Escola Básica e Secundária D. Sancho II, Alijó.						•										•	•
Promover nas escolas do concelho um serviço de qualidade, promovendo o bem-estar dos alunos, em parceria com a comunidade escolar e as diversas entidades locais (sociais, culturais e económicas) com o intuito de captar os alunos.	•	•	•	•	•	•		•	•	•	•	•	•	•	•	•	•

Na Educação Pré-Escolar, e como o recente normativo da tutela defende a disponibilização de salas da rede pública para uma frequência universal das crianças com 3, 4 e 5 anos, baseando a análise na evolução do número de crianças com idade de frequentar a educação pré-escolar nas próximas décadas, será expetável uma diminuição dos quantitativos escolares no concelho. Porém, não deve ser esquecida a oferta privada, com quantitativos reduzidos, mas que, na eventualidade de ser descontinuada, os seus alunos terão que ingressar na oferta pública. A constatação da diminuição dos inscritos e matriculados obriga a um exame sobre as propostas de intervenções em equipamentos no sentido de os dotar de mais salas de atividade que, num curto espaço de tempo poderão deixar de ser utilizadas em virtude das baixas taxas de ocupação. Esse ponto de vista considera que as crianças (considerando a projeção de nascimentos para o final da década) disponíveis e futuras para integrar o ano letivo 2024/25 e 2025/26, bem como as projeções escolares realizadas para 2026 e 2031, serão em menor número, podendo ser necessário suspender a atividade de JI com quantitativos inferiores a uma dezena, como já sucede com os JI de Pinhão (Escola Básica de Sanfins do Douro, Alijó) e JI de Vilar de Maçada (Escola Básica de Vilar de Maçada, Alijó). Ora, o encerramento destes estabelecimentos de ensino pré-escolar ditará a necessidade de transferir os alunos existentes para a Escola Básica de Alijó (centro escolar), o que concorrerá para o aumento da taxa de ocupação das salas, podendo mesmo ser excedida e tornar o número de salas afetas insuficientes. Colocar-se-á a possibilidade de ampliação da estrutura, ainda que esses valores não sejam permanentes, mesmo considerando a possibilidade de um incremento extraordinário de crianças de naturalidade e/ou nacionalidade estrangeira. Deve ser considerada a possibilidade da desativação de salas que podem vir a ser direcionadas para a educação pré-escolar, bem como a articulação com os equipamentos afetos à rede particular, os quais, no município de Alijó, apresentam um peso considerável neste nível de educação e ensino. Assim, para a Educação Pré-Escolar as propostas de reorganização apontam para o encerramento dos JI de Favaios, São Mamede e do Castedo, por falta de inscrições e matrículas, a manutenção dos equipamentos JI restantes, em que a abertura de novas salas se encontra dependente da evolução da demografia escolar.

No que se refere ao 1º CEB, não obstante o facto de em 2022/2023 e 2023/24 se registarem mais crianças disponíveis para integrar este nível de ensino, as propostas de reorganização da rede escolar devem refletir os diferentes contextos sociodemográficos do município de Alijó. Neste sentido, para os territórios rurais e de baixa densidade, onde a natalidade é mais reduzida e onde a reorganização escolar fez centralizar num único estabelecimento de ensino os recursos afetos ao 1º CEB e, embora se defenda a existência de uma sala e de professor por turma, estes territórios apresentam um quadro particular que obriga a soluções de compromisso adaptadas em função das realidades diversas e, em alguns casos, com a necessidade de intervenção de toda a comunidade na concretização de projetos educativos de escola. A EB de Vilar de Maçada poderá vir a enfrentar uma redução mais acentuada do número de alunos num horizonte próximo, seguindo-se a EB de Pegarinhos num prazo mais alargado. De forma geral, a diminuição expectável da população escolar nos próximos anos representará uma oportunidade para reorganizar

espaços e ajustar o número de alunos por turma, promovendo condições de ensino mais favoráveis. Esta reorganização poderá beneficiar particularmente as Escolas Básicas de Vilar de Maçada e do Pinhão, permitindo reforçar a qualidade do ambiente educativo. Não obstante, a análise da situação das Escolas Básicas de Vilar de Maçada e de Pegarinhos, considerando não apenas os números de frequência, mas também o seu enquadramento territorial e educativo, sustenta a necessidade de realizar intervenções de melhoria das suas condições e de reforço da eficiência energética das instalações. A manutenção do funcionamento destes estabelecimentos de ensino assenta em razões pedagógicas, sociais e logísticas que contribuem de forma significativa para a qualidade e o equilíbrio da oferta educativa no concelho. O contexto destas freguesias demonstra que estas escolas são essenciais para assegurar igualdade de oportunidades, coesão territorial e sucesso escolar, em conformidade com a Carta Educativa de Alijó, aprovada pelo Conselho Municipal de Educação, e com as orientações nacionais de valorização do interior.

No plano pedagógico, as intervenções previstas têm fundamento direto no contexto rural e de baixa densidade populacional destas localidades. As turmas, naturalmente reduzidas, permitem um ensino mais individualizado e uma relação de maior proximidade entre docentes e alunos. Este modelo favorece ambientes educativos estáveis, seguros e acolhedores, potenciando aprendizagens mais consistentes e melhores resultados escolares. Acresce que estas escolas asseguram a continuidade educativa no próprio meio, reforçando a ligação entre escola, famílias e comunidade — um elemento decisivo no desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças.

A não concretização das intervenções manteria condições menos adequadas ao conforto e bem-estar dos alunos, com impacto na qualidade do processo de ensino e aprendizagem. Por outro lado, a realização das melhorias permitirá garantir espaços educativos mais adequados, ao mesmo tempo que responde às limitações de capacidade da Escola Básica de Alijó, que já não dispõe de condições físicas nem organizativas para acolher todos os alunos do concelho.

A eventual necessidade de deslocar as crianças para a sede do concelho implicaria viagens superiores a uma hora, de acordo com o plano de transportes escolares em vigor. Para além do impacto no bem-estar e no tempo de estudo, tal opção exigiria circuitos mais extensos e complexos, para os quais não existem meios humanos, técnicos ou financeiros. Assim, a manutenção das escolas de Pegarinhos e Vilar de Maçada assegura condições de segurança, conforto e adequada organização do tempo escolar.

No plano social, estas escolas constituem polos fundamentais de dinamização comunitária, reforçando as relações entre famílias e contribuindo para a vitalidade das aldeias. As freguesias em causa têm acolhido casais jovens, nacionais e estrangeiros, reforçando uma dinâmica de renovação demográfica demonstrada pelo número de nascimentos registados no concelho no presente ano. A existência de estabelecimentos de ensino de proximidade é, por isso, um elemento estruturante para a fixação da população.

Importa ainda sublinhar que a Escola Básica de Alijó opera no limite da sua capacidade. No ano letivo de 2024/2025, serve diariamente refeições a 120 crianças, ultrapassando em 20% a capacidade instalada. A integração dos alunos de Pegarinhos e Vilar de Maçada elevaria esta percentagem para cerca de 37%, ultrapassando claramente o que é

operacionalmente sustentável. As escolas de proximidade continuam, portanto, a ser essenciais para garantir a conciliação entre a vida profissional e familiar, especialmente em agregados com menos recursos e maior dependência dos serviços locais.

Do ponto de vista geográfico, o concelho caracteriza-se por um território extenso, disperso e servido por vias sinuosas. As deslocações entre as freguesias e a sede do concelho ultrapassam uma hora por trajeto, agravadas no inverno por condições climatéricas adversas. A manutenção das escolas de Pegarinhos e Vilar de Maçada garante, assim, o acesso equitativo à educação nas áreas mais periféricas e contribui para a estabilidade das comunidades locais.

Em síntese, as intervenções propostas ultrapassam o objetivo imediato de manter em funcionamento as Escolas Básicas de Vilar de Maçada e de Pegarinhos: permitem assegurar uma resposta educativa adequada, segura e equilibrada para as crianças destas freguesias. Trata-se de uma decisão que reforça a igualdade de oportunidades, contribui para a fixação da população e promove o desenvolvimento sustentável do território, alinhando-se plenamente com os princípios da Carta Educativa de Alijó e com as políticas nacionais de ordenamento e coesão territorial.

Em termos da rede do 3.º CEB e Ensino Secundário, pode assumir-se desde já que o decréscimo de alunos previsto até ao final da década exigirá a reorganização dos espaços e reajustamento das turmas. Todavia, dada a existência de um único AE neste território, não pode haver lugar, nem necessidade de proceder ao encerramento de equipamentos cuja oferta se situa no 3.ºCEB e Secundário.

Não deixa de ser já uma situação preocupante antever que, na próxima década, o decréscimo do número de alunos poderá colocar em risco o funcionamento do AE D. Sancho II nos moldes de gestão atual. A quebra da taxa de ocupação será então muito inferior à presente, pelo que as propostas de reorganização deverão privilegiar mudanças de tipologia, de resto, tal como já tem vindo a ser implementado pela autarquia.

7. INTERVENÇÕES E INVESTIMENTO NA REDE ESCOLAR DO MUNICÍPIO.

Considerando as propostas de reorganização referidas no ponto 6. importa referir que algumas das intervenções mencionadas serão realizadas a curto prazo e já se encontram previstas no plano de investimentos da autarquia, ainda em que diferentes estádios de maturação ou execução. As intervenções previstas refletem-se principalmente nos equipamentos da Escola Básica de Alijó (conhecida por centro escolar), na Escola Básica de Vilar de Maçada, Alijó, e no edificado da escola-sede do AE D. Sancho II. Com base na informação disponibilizada pela Câmara Municipal de Alijó relativamente ao plano de intervenções, entre 2024 e 2025, é possível antever um investimento total de cerca de 5.935.170,82€ de acordo com os projetos e os cadernos de encargos apresentados pela autarquia.

No caso da Escola Básica de Alijó (conhecida por centro escolar), onde funcionam o PE e o 1.ºCEB de Alijó, a intervenção trata-se de um conjunto de reparações na cobertura do edifício, de modo a anular as infiltrações de águas pluviais. Na sequência das intempéries ocorridas entre os dias 9 e 11 de setembro de 2023, foram detetadas no interior do edifício da Escola Básica de Alijó (conhecida por centro escolar) várias zonas que apresentavam evidências de infiltrações provenientes da cobertura do edifício, situação essa que se agravou na sequência das intempéries ocorridas entre os dias 14 e 18 de setembro de 2023. Esses danos foram provocados no revestimento do teto (placas de gesso cartonado) ao ponto de caírem ao chão e nos danos provocados nas instalações elétricas. Além disso, as patologias identificadas são responsáveis por consequências que vão desde o acelerado envelhecimento e degradação dos edifícios, até ao nível do conforto dos seus ocupantes. As anomalias exibidas afetam a eficiência construtiva, em especial nos casos em que ocorre a diminuição das características resistentes dos materiais, e a funcionalidade, devido aos aspetos inestéticos ligados à insalubridade delas emergentes. Após analisadas as anomalias, as características e necessidades dos espaços a intervir, visando que se consiga um ambiente confortável e seguro, contribuindo diretamente para o bem-estar dos seus utilizadores, propõe-se que a intervenção se resuma a: remoção das impermeabilizações existentes inadequadas; remoção de chapas metálicas de capeamento, telas de PVC existentes, brita e tela pitonada; redefinir as inclinações (pendentes) da cobertura para que a água não se acumule, mas que escorra de forma equilibrada para as caleiras e destas para os tubos de queda: a execução de camada de forma em betonilha fibro-reforçada, com espessura média de 9cm; aplicar uma nova camada impermeabilização (o primário de base epóxi bi-componente, membrana de impermeabilização de poliureia pura com espessura de 2mm e acabamento final de resina polispárica bicomponente); aplicar novas chapas metálicas de capeamento. O valor do investimento está estimado em 158.242,43€.

Quanto à Escola Básica de Vilar de Maçada, Alijó, a Câmara Municipal de Alijó entendeu que, perante a procura escolar, era necessário intervir no edificado existente de forma a requalificar o espaço onde funciona o Pré-Escolar, contemplando ainda um plano de acessibilidades e a construção/remodelação de uma instalação sanitária adequada ao uso por pessoas de mobilidade condicionada. Trata-se de um edifício enquadrável no Artigo 9.º

do Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de agosto cujo início de construção é anterior a 22 de agosto de 1997, podendo ser adaptado dentro de um prazo de 10 anos, contados a partir da data de início de vigência do presente decreto-lei. O plano de acessibilidades contempla as obras de percurso acessível entre a via pública até ao interior do mesmo, e dotá-lo de uma instalação sanitária adequada ao uso por pessoas com mobilidade condicionada, de acordo com o regime legal de acessibilidades expresso no mesmo Decreto-Lei. Assim, propõe-se um percurso acessível, seguro e confortável a pessoas com mobilidade condicionada. O acesso à parcela será efetuado através de um arruamento/caminho público localizado a sudoeste. Será contemplado um patamar de transição entre o arruamento e as rampas de acesso, onde será possível inscrever uma zona de manobra para rotação de 360º. A largura mínima das rampas é superior a 1,50m e a sua projeção será distribuída em 2 lanços de aproximadamente 6m e com um patamar intermédio, onde será possível inscrever uma zona de manobra para rotação de 360º. O acesso ao edifício é efetuado em zona livre onde também será possível inscrever uma zona de manobra para rotação de 360º. Como referido, a proposta contempla ainda uma Instalação sanitária adequada ao uso por pessoas com mobilidade condicionada, equipada com um lavatório, uma sanita dotada de barras de apoio e base de chuveiro. O valor estimado desta intervenção é de 132.525,93€.

Finalmente, a autarquia também identificou a requalificação do edifício principal (Escola Básica e Secundária D. Sancho II, Alijó), mormente na reabilitação e eficiência energética, como sendo a intervenção mais urgente, seguida das obras de conservação e melhoramento da estanquidade e a conservação do edifício escolar, aquisição de mobiliário e equipamento de cozinha. Numa posição de segunda ordem de prioridade encontram-se os arranjos e obras nos logradouros e espaços exteriores, seguida de uma intervenção na cantina e cozinha (sobretudo nos equipamentos) e, por fim, obras de ampliação. O valor estimado é de 5.687.056,82€.

Tipo de intervenção	Escola Básica de Alijó (centro escolar)	
	2024/25	2025/26
Reparações de cobertura	●	●
Requalificação do Edifício Escolar	●	●
Reabilitação energética	●	●
Estanquidade	●	●

(CMA)

Tipo de intervenção	Escola Básica de Vilar de Maçada, Alijó	
	2024/25	2025/26
Melhoria das acessibilidades	●	●
Instalações sanitárias para utentes de mobilidade reduzida ou condicionada	●	●

(CMA)

Tipo de intervenção	Escola Básica e Secundária D. Sancho II, Alijó (escola-sede)	
	2024/25	2025/26
Ampliação	●	●
Requalificação do Edifício Escolar	●	●
Logradouros e espaços exteriores	●	●
Requalificação de cozinhas	●	●
Reabilitação energética	●	●
Estanquidade	●	●
Equipamento de cozinha e mobiliário	●	●
Áreas exteriores e polidesportivo	●	●

(CMA)

O programa proposto pelo Município de Alijó surge de uma iniciativa criada pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), um programa de aplicação nacional, com um período de execução até 2026, que visa implementar um conjunto de reformas e investimentos destinados a repor o crescimento económico sustentado, após a pandemia, reforçando o objetivo de convergência com a Europa, ao longo da próxima década. Entre os seus objetivos está a necessidade em aumentar a capacidade de resposta do sistema educativo e formativo, combater as desigualdades sociais e de género, aumentar a resiliência do emprego; reequipar e robustecer a infraestrutura tecnológica dos estabelecimentos educativos com oferta de ensino profissional através da aquisição de equipamentos, permitindo a modernização e/ou criação de 365 Centros Tecnológicos Especializados; ajustar e requalificar os espaços físicos das escolas e centros de formação profissional da rede do IEFP às exigências dos diferentes cursos; criar, instalar e requalificar centros e polos da rede de formação setorial da rede do IEFP, de base protocolar, em setores estratégicos e emergentes e de gestão direta, para reforçar a cobertura e diminuir desequilíbrios e lacunas territoriais. Existe ainda a preocupação em dotar os equipamentos infraestruturais de sistemas de eficiência energética, tendo como objetivos reabilitar e tornar os edifícios energeticamente mais eficientes, potenciando o alcance de múltiplos objetivos, proporcionando inúmeros benefícios sociais, ambientais e económicos para as pessoas e as instituições. A eficiência energética em edifícios da administração pública é ainda promovida pelo Fundo Ambiental, pretendendo-se promover investimentos numa significativa vaga de renovação energética de edifícios da administração pública central e de instituições de ensino (de todos os níveis, incluindo superior), fomentar a eficiência energética e de recursos e reforçar a produção de energia de fontes renováveis em regime de autoconsumo, através de ações de natureza idêntica à descrita para o investimento anterior. As melhorias enquadradas e diagnosticadas no AE D. Sancho II - Alijó, enquadram-se na tipologia considerada pelo programa, designadamente nas melhorias passivas ao nível da envolvente, através, por exemplo, do isolamento térmico das paredes, das coberturas e

dos envidraçados; Melhorias ativas através, por exemplo, de sistemas de climatização para aquecimento e/ou arrefecimento (colocação de bombas de calor) e aquecimento de águas sanitárias (sistema de aquecimento solar térmico); Melhorias ativas através, por exemplo, da implementação de sistemas de produção de energia elétrica de origem renovável, em regime de autoconsumo ou comunidade de energia renovável; intervenções que visem a eficiência hídrica, incluindo a substituição de equipamentos por outros mais eficientes.

Perante a necessidade da requalificação das infraestruturas do AE D. Sancho II - Alijó, a Câmara Municipal definiu um projeto de intervenção que considera como prioritário. Em grande medida, a degradação natural das infraestruturas do edifício da escola-sede e das suas dependências exigem atenção, considerando que este nunca foi alvo de obras estruturantes, pelo que apresenta pontos críticos que carecem de resolução urgente, considerando que têm impacto direto nas condições de segurança, acessibilidade, eficiência energética e conforto, e influência indireta, na rentabilização de recursos materiais e humanos e no sucesso educativo dos alunos.

Em sintonia com o programa de modernização dos estabelecimentos de ensino secundário iniciado pelo Ministério da Educação e após o processo de transferência de competências para o município, operado com o Decreto-Lei n.º 21/2019, as obras de requalificação e modernização das instalações da escola-sede do AE revestem-se de extrema importância para toda a comunidade educativa, tendo como principais objetivos interromper o ciclo de degradação geral dos edifícios que compõem a escola, corrigindo os problemas de construção existentes e melhorando as condições de adaptabilidade, segurança e acessibilidade e conforto.

O município pretende proceder a uma efetiva reabilitação das instalações escolares, promovendo a sua modernização, de forma a dar resposta aos desafios que atualmente se colocam à escola. A intenção é assegurar a adequação do espaço escolar, tendo em conta as exigências decorrentes da organização e dos currículos do ensino secundário, que implicam, nomeadamente, uma maior flexibilidade na oferta curricular, uma diversidade de práticas pedagógicas, o acesso a centros de recursos, o reforço do ensino experimental de ciência e tecnologia, e a utilização de tecnologias de informação e comunicação, incluindo a criação de um auditório. Considera-se ainda fundamental potenciar a abertura da escola à comunidade, bem como a existência de espaços acessíveis e inclusivos para pessoas portadoras de deficiência. As soluções apresentadas deverão ser duradouras e eficientes, ao nível da construção e equipamento, de modo a reduzir os custos de gestão e de manutenção.

A zona de intervenção encontra-se situada na zona urbana de Alijó, inserida numa área total de 27212,00,00 m² dos quais 5685,00 m² são área coberta. Considere-se ainda 1660,00 m² de área de intervenção nos espaços desportivos exteriores e do polidesportivo (3000,00 m², cobertos). A estrutura organizacional do edifício e suas dependências assenta num modelo constituído por "monobloco", sendo composta por um conjunto de vários espaços, designadamente uma área destinada a portaria junto da entrada principal da escola, um corpo destinado a área administrativa e social, e aulas com dois pisos, dois blocos de aulas com dois pisos, um pavilhão desportivo, refeitório e sala de convívio com

um piso. As ligações entre o edifício do corpo administrativo e o espaço de aulas, são garantidas por percursos em galerias abertas e cobertas.

No domínio construtivo, o conjunto edificado dispõe de uma boa base estrutural, apresentando no entanto patologias de ordem conceptual, nomeadamente relativas a pontes térmicas decorrentes de deficiências ao nível dos isolamentos das coberturas, caixilharias sem o adequado isolamento térmico e acústico e falta de sistema adequado de aquecimento, bem como patologias relativas ao desgaste natural de perto de trinta e cinco anos de utilização, sem ter tido até à data, obras significativas de melhoria ou requalificação por parte do Ministério da Educação. A estrutura edificada da escola é constituída por um conjunto de espaços, com diferentes valências. No corpo administrativo da escola, encontram-se as áreas destinadas à direção, secretaria, sala de professores, espaço polivalente de atividades, salas de aulas, áreas auxiliares de apoio e de outros serviços. No conjunto dos dois blocos com dois pisos, encontram-se instalados os laboratórios, as salas de aulas, as salas de informática. Existe ainda um bloco com um só piso destinado a refeitório e a sala de convívio. A estratégia de intervenção consiste na requalificação da escola deverá incidir em todo o conjunto edificado, centrando-se na melhoria do seu desempenho funcional, privilegiando ainda a melhoria da eficiência energética.

7.1. A Carta Educativa no PDM.

O disposto no Decreto-lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, nomeadamente no objetivo número 5 inscrito nas Disposições Gerais, concretiza o Decreto-lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, refere que a Carta Educativa deve garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município. Sendo que enquanto instrumento de planeamento de âmbito educativo no plano territorial em que se inscreve, a Carta Educativa deve acompanhar o Plano Diretor Municipal (PDM). Assim, considera-se que o PDM, relativamente aos edifícios e equipamentos educativos a localizados ou a localizar no concelho, de forma a auxiliar na tomada de decisões estratégicas no que concerne à política educativa concelhia. Sendo que o PDM deve explicar toda a informação relativa ao impacto que os equipamentos educativos, novos ou existentes, exercem sobre a rede de equipamentos existente ou prevista no território concelhio. Por sua vez, o número 4 do artigo 76.º do Decreto-lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua atual redação, reitera a necessidade de articulação do PDM com a Carta Educativa uma vez que “a elaboração de planos municipais obriga a identificar e a ponderar os programas, os planos e os projetos, com incidência na área em causa, considerando os que já existam e os que se encontrem em preparação, por forma a assegurar as necessárias compatibilizações”.

No caso concreto de Alijó a rede escolar do município de Alijó abrange todos os ciclos de ensino: Pré-Escolar, 1.º CEB, 2.º CEB, 3.º CEB e Ensino Secundário (Regular e Profissional), garantidos por um total de quinze estabelecimentos de ensino, estando estes equipamentos distribuídos pelas freguesias cujas designações sugerem: Alijó, Favaios, Pegarinhos, Pinhão, Sanfins do Douro, UF de Vale de Mendiz, Casal de Loivos e Vilarinho de

Cotas e a de Vilar de Maçada, seguindo assim uma estratégia de concentrar a oferta escolar nas localidades de maior dimensão e, portanto, com maior população em idade escolar, adequando a oferta à procura verificada.

Da leitura da estratégia preconizada na Carta Educativa de 2.ª Geração, pode-se concluir que a estratégia considerada passa por manter grande parte da rede de equipamentos escolar existente, na medida em que se considera estar consolidada, não se prevendo o encerramento de qualquer estabelecimento escolar, com a exceção de algum ajustamento ao nível do pré-escolar, com encerrando progressivo daqueles estabelecimentos que já não registem inscrições e matrículas suficientes para justificar o seu funcionamento. Ou seja, aponta-se para que os equipamentos escolares se mantenham em funcionamento na mesma localização e sem necessidade de ampliação dos edifícios que a constituem, com base na premissa de que a disposição, organização e funcionamento da rede de equipamentos escolares continua a assegurar uma cobertura satisfatória da procura escolar a nível concelhio e uma oferta educativa de qualidade e está adequada à dinâmica populacional verificada. Consequentemente a proposta de 2.ª revisão do PDM, reflete na organização e qualificação do uso do solo a proposta da Carta Educativa de 2.ª Geração, ou seja, de manter a localização da rede de equipamentos escolares com os mesmos edifícios e no mesmo local. Em concreto, a proposta de 2.ª revisão do PDM qualifica todo o solo, onde esses equipamentos se localizam, como Espaços de Equipamentos, sendo essa uma categoria que integra a classe de solo urbano e a que é preconizada pelo Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, como sendo a que deve enquadrar os recintos dos equipamentos escolares, conforme a própria denominação indica. Relativamente às acessibilidades aos recintos das escolas, a proposta de 2.ª revisão do PDM considera que a atual rede viária que lhes serve de acesso é adequada a essa função, quer em modo rodoviária quer em modo pedonal, pelo que não é feita qualquer proposta de criação/remodelação das vias existentes.

Em resumo, considera-se que as propostas de ordenamento para a rede de equipamentos escolares na 2.ª revisão do PDM de Alijó, foram pensadas e devidamente articuladas com a Carta Educativa da 2.ª geração, na observância das exigências legais atrás referidas, não sendo necessário prever ou enquadrar a implantação de novos equipamentos escolares em Unidades Operativas de Planeamento e Gestão ou constituir-se reservas de solo para o efeito, uma vez que não está previsto a construção de novos equipamentos escolares ou a realocação dos existentes.

8. INTERVENÇÃO PARA O SUCESSO ESCOLAR E COMBATE AO ABANDONO ESCOLAR.

8.1. O (in)sucesso escolar e o papel dos agentes educativos.

A discussão e preocupação sobre o insucesso escolar ganhou relevo na nossa sociedade, desde a massificação do ensino, deixando de ser encarado como um problema isolado, da responsabilidade do aluno que não consegue transitar de ano, mas como um fenómeno social que atinge proporções cada vez mais significativas. Trata-se de um fenómeno com um carácter massivo e constante nos vários níveis de ensino e presente nas instituições escolares de múltiplos países (Benavente e Correia, 1980). É do conhecimento geral que se assume como insucesso que qualquer entidade que não consegue atingir os objetivos a que se propôs, ou quando não os alcança no tempo previsto.

Em dezembro de 1987, sob pressão da Integração europeia, surgiu um programa oficial cujo tema central era o insucesso escolar, afirmando-se este tema como um problema do sistema de ensino que exigia uma intervenção urgente. A Resolução do Conselho de Ministros de 10 de dezembro de 1987 aprovou um Programa Interministerial de Promoção do Sucesso Educativo (PIPSE). Volvidas três décadas, apesar de muito ter sido conseguido, o assunto mantém-se nas preocupações dos profissionais da Educação, desde a administração central aos professores. Por isso, recentemente, no quadro das orientações de política educativa definida no Programa do XXI Governo Constitucional, nas Grandes Opções do Plano 2016-2019 e na Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2016, de 24 de março, foi criado o Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar. O programa assenta no princípio de que são as comunidades educativas quem melhor conhece os seus contextos, as dificuldades e potencialidades, sendo, por isso, quem está melhor preparado para conceber planos de ação estratégica, pensados ao nível da escola, com o objetivo de melhorar as aprendizagens dos alunos. Embora o sucesso escolar seja condicionado por fatores internos e externos, o papel da escola é crucial, considerando-se que a colaboração e responsabilidade da comunidade a nível local e regional são essenciais à construção do sucesso escolar e ao compromisso com o ensino e a valorização das aprendizagens (o que vem ao encontro de tudo o que tem vindo a ser desenvolvido no contexto do sistema educativo do município). Com este programa a tutela assumirá um papel de apoio às escolas e aos docentes, com especial enfoque na dinamização de planos de formação contínua dirigidos quer à conceção dos planos quer à sua implementação, disponibilizando apoio específico a medidas que se revelem essenciais na melhoria do trabalho pedagógico em sala de aula. Assim, pretende reforçar-se o papel da escola, dos seus profissionais e da comunidade, das entidades formadoras, dos formadores e de outros agentes de intervenção comunitária na promoção do sucesso escolar, na valorização da aprendizagem, num esforço continuado de resposta a um dos mais sérios entraves ao progresso na qualificação dos portugueses e na redução das desigualdades.

Por sua vez, numa abordagem positiva, o sucesso escolar é entendido como o sucesso do aluno certificado pela escola. Segundo Perrenoud (2003), a ideia de sucesso escolar poderá ser entendida em dois sentidos: se de certa forma poderá estar associada ao

desempenho dos alunos, na medida em que estes obtêm êxito e satisfazem perante as normas de excelência escolar e progridem nos cursos, por outra, influencia o sucesso de um estabelecimento de ensino ou, até mesmo de um sistema educativo no seu conjunto, assistindo-se ao que o autor designa por moda das escolas efetivas e à publicação das listas de classificação das escolas, assistindo-se a um escrutínio pela sociedade. São considerados bem-sucedidos os estabelecimentos de educação ou os sistemas educativos que atingem os seus objetivos ou os que atingem melhores resultados que os outros. Uma das situações relaciona-se com o facto de a reputação de um determinado estabelecimento estar, por vezes, associada ao rigor da seleção realizada aquando da inscrição dos alunos, promovendo-se, dessa forma, as desigualdades de acesso.

Portugal, e uma vez que os alunos tendem a frequentar a escola correspondente à sua área de residência, ainda não é um país onde existam estas práticas discriminatórias no ensino público, pelo menos em municípios de menor dimensão. No entanto, sabe-se que existem escolas situadas em zonas mais privilegiadas e que tendem a acolher alunos social e culturalmente favorecidos, enquanto por sua vez, existem outras que se situam em zonas desfavorecidas, tendo um número bastante elevado de alunos por vezes em risco de abandono escolar. Este é um dos motivos pelos quais, e tal como afirma Perrenoud (2003), não se podem comparar estabelecimentos de ensino sem considerar um conjunto de fatores, que a investigação tem mostrado que influencia o sucesso escolar dos alunos, sendo que alguns deles fogem do controlo da escola, como por exemplo o nível inicial dos alunos ou o seu contexto familiar e comunitário. É importante compreender-se que o insucesso escolar não é uma fatalidade e não depende em exclusivo dos alunos, sendo que as crianças não estão destinadas a serem boas ou más, tudo depende do funcionamento da escola e da sua interação com o meio social e com as características da própria criança. Neste sentido, quando se pensa no (in)sucesso escolar, é importante ter em conta três realidades: o aluno, o meio social e a instituição escolar. São vários os autores que referem que o insucesso escolar se encontra principalmente assumido ao nível da linguagem dos alunos, tanto na oralidade como na escrita e que as crianças mais penalizadas são, em geral, as provenientes das classes sociais desfavorecidas (Rebelo, 1990; cfr. Dias, 2010). É nesta linha de pensamento que se introduz o conceito de capital cultural dos alunos, associado às famílias e comunidades de onde são provenientes, ou seja, o sucesso está mais garantido quando na família se encontram as perceções, orientações, disposições, valores e hábitos culturais que numa fase seguinte são rentabilizados pela escola (Bourdieu e Passeron, 1964; Bourdieu, 1979; Bourdieu, 1980; Bourdieu, 1997; Araújo, 1987; cfr. Almeida et al., 2005; Bonamino et al, 2010). De acordo com a análise de Martins (1993), verificou-se que são os grupos étnicos que têm as maiores taxas de insucesso, seguindo-se por ordem decrescente das taxas de insucesso os filhos dos trabalhadores agrícolas, operários, empregados dos serviços, patrões, quadros médios e, por último, os filhos dos quadros superiores e profissões liberais. Há variações de acordo com a tipologia criada, mas invariavelmente a tendência é esta (Dias, 2010). Nesse sentido, o sucesso escolar tem dependido, em grande parte, do apoio direto e sistemático da família às crianças, compensando tanto dificuldades individuais como dificuldades escolares. Estas famílias são, em geral, famílias dotadas de recursos económicos e culturais, dentro dos quais se

destacam o tempo livre e o nível de escolarização da mãe, expressos neste conceito de capital cultural. A família que está por detrás do sucesso escolar, salvo exceções, ou conta com uma mãe/pai em tempo integral ou uma “super mãe”/“super pai”, no caso daquelas(es) que trabalham muitas horas exercendo o papel de professor(a) dos filhos em casa, ou contratando professores particulares para as chamadas explicações. Os alunos oriundos de um contexto social e cultural mais desfavorecido são aqueles com maior propensão a um desempenho escolar abaixo do espetável (Conselho Nacional de Educação, 2015). Verifica-se que os alunos cujos pais (em particular a mãe) possuem um menor nível de habilitações escolares tendem a atribuir ao seu fraco desempenho escolar a falta de capacidades, no entanto, tal não sucede com os demais alunos cujos pais possuem um nível de habilitações de Ensino Secundário e/ou Ensino Superior (Garcia et al., 1998, Ribeiro, 2000; Ribeiro et al., 1999; cfr. Dias, 2010; Conselho Nacional de Educação, 2015). Existem diversos estudos que corroboram com a ideia de que o contexto familiar em muito contribui para o sucesso escolar dos alunos, na medida em que as crianças e jovens são influenciados pela comunidade que os rodeia (Cordeiro et al., 2016). O nível socioeconómico das famílias acarreta enormes influências no desempenho escolar dos alunos e a construção social de papéis de homens e de mulheres é o principal responsável para as diferenças de desempenho entre alunos de sexo feminino e masculino. Não sendo apenas o sexo o responsável pela prestação do aluno, mas sim a conceção que este vai criando do mundo, Saavedra (2001) dá como exemplo as diferenças de classificação entre rapazes e raparigas nas disciplinas de português e educação física. Se na primeira são os alunos do sexo feminino que apresentam classificações mais altas, na segunda são os alunos do sexo masculino quem têm um melhor desempenho. No seu estudo é referido que este facto é muitas vezes condicionado pela perceção dos alunos acerca do que são as disciplinas de homem e de mulher, considerando-se, por exemplo, que a leitura é uma tarefa mais feminina e o desporto uma tarefa mais masculina, despertando uma certa desmotivação dos alunos para determinadas atividades.

Ainda no mesmo estudo é demonstrado que quanto maior a condição social da família menor é a diferença entre rapazes e raparigas e, segundo a autora, este facto deve-se às referências que as crianças e jovens têm no seu seio familiar, sendo as diferenças entre homens e mulheres mais esbatidas, na medida em que os licenciados apresentam trabalhos semelhantes, enquanto os operários, por exemplo, têm tendencialmente tarefas destinadas para cada género. Considera-se que, através da parceria entre a família e a escola, seria possível aumentar o sucesso escolar, sobretudo nos casos de crianças em desvantagem social, portadoras de características especiais e/ou bilíngues (imigrantes). Para a concretização destas medidas poderão ser criadas políticas de trabalhos de casa, de participação dos pais na tomada de decisões educacionais na escola, de financiamento adequado da escola e de padrões de desempenho escolar e docente (National Education Goals Panel, 1995; Epstein, 1996, cfr. Carvalho, 2000).

É nesta perspetiva que sabemos que a aproximação das famílias à escola não só melhorará o sucesso escolar, como poderá ser uma forma de tornar a escola num veículo muito importante para uma participação ativa da população, neste caso dos pais e encarregados de educação, na sociedade. Se os pais se sentirem integrados na escola, se

participarem no processo de ensino-aprendizagem dos filhos, sentir-se-ão capazes e motivados para participar em assuntos sociais. Porém, as estratégias de sucesso escolar não dependem apenas das famílias, mas sim, e segundo Martins (1993, cf. Dias, 2010), pela alteração de mentalidades aqueles que fazem a política da educação e pelo(a): ação educativa do professor; direção (pedagógica e administrativa) da escola/agrupamento; planeamento e política educativa municipal, assumir que a escola não deve reproduzir a sociedade, mas democratiza-la; alteração/adequação dos conteúdos programáticos às diferentes populações escolares; contemplar da heterogeneidade dos alunos que entram na escola; alteração dos processos de avaliação, a qual deve ter efeitos pedagógicos e certificar o grau de conhecimentos de forma não comparativa nem eliminatória; melhoria dos processos pedagógicos e de funcionamento do sistema de ensino, quer na prática da sala de aula, quer na organização escolar; assumir que não se podem deixar alunos para trás, sendo a repetência de evitar; maior participação e envolvimento dos professores. Finalmente há a considerar que a estrutura do currículo escolar, os manuais escolares, os métodos de avaliação, a qualidade dos espaços e equipamentos, a formação e estabilidade do corpo docente, bem como a dimensão das escolas e das turmas em muito influenciam o sucesso escolar (Formosinho, 1987; Roazzi e Almeida, 1988, cf.. Ribeiro et al., 2006).

Bem se sabe que ainda existem muitos pais com dificuldade em se aproximarem da escola, muitas vezes devido à sua baixa escolarização e às diferenças culturais e linguísticas. No entanto, a escola deve criar mecanismos que potenciem a aproximação das famílias às escolas e ao sucesso escolar, não desistindo de o fazer e planear atendendo às causas desse afastamento. Como afirma Perrenoud (2003), a escola deve, sob o risco de ser fortemente questionada, assegurar o sucesso do maior número de alunos, não importando em que classe nem em que tipo de estabelecimento, por isso pode ser falacioso pensar que a resolução dos grandes problemas de ensino poderá ser equacionada sem a participação racionalizada dos professores, sendo estes atores fundamentais nas estratégias de envolvimento e implementação das políticas e projetos educativos.

É imperioso acompanhar a evolução das políticas educativas e debater publicamente os alicerces do sistema educativa, analisando sua a capacidade em promover o sucesso escolar e garantir a equidade e a igualdade de oportunidades. No atual contexto, importa reter que o sucesso das políticas educativas implica uma perspetiva abrangente das causas – exógenas e endógenas – do insucesso e abandono e uma intervenção articulada que responda às necessidades e vontades da procura escolar (Álvares e Calado, 2014).

8.2. Avaliação interna e avaliação externa: comparação (2021/22).

As diferentes metodologias aplicadas nas duas modalidades de avaliação das aprendizagens podem apresentar resultados escolares diferenciados. O ideal passaria pela igualdade de critérios e de classificação em ambos os casos, mas isso nem sempre se proporciona atendendo às particularidades de cada uma. A tendência apresentada pelos estabelecimentos de ensino do município de Alijó expressa o que tem acontecido em

muitas das escolas do país: uma diminuição da nota média das provas finais ou exames nacionais (3.º CEB e Secundário) relativamente à nota da frequência. Ou seja, a classificação externa é inferior à classificação interna.

Entre a primeira carta educativa e a que atualmente se encontra em renovação, ocorreram importantes alterações no sistema de exames que, em 2016, teve como resultado o fim das provas finais do 1.ºCEB e 2.ºCEB, passando os alunos a prestar provas de aferição. O Ministério da Educação decidiu substituir, desta forma, as provas finais que se realizavam, até então, no 4.º e no 6.º anos, mantendo a obrigatoriedade em fazer provas finais a Português e Matemática. O novo modelo integrado de avaliação externa das aprendizagens no Ensino Básico explicava que os processos de aferição deveriam realizar-se antes da conclusão de cada ciclo, abrangendo todas as áreas do currículo, de modo a poder agir atempadamente sobre as dificuldades detetadas. Estas provas de aferição são realizadas no final do ano letivo e têm aplicação obrigatória e universal. A administração central sublinha a importância das dinâmicas de avaliação para a melhoria das aprendizagens e o sucesso escolar dos alunos.

A análise dos resultados do pré-escolar demonstram uma franca evolução em todos os grupos e em todas as áreas de conteúdo, pelo que os resultados foram muito positivos. Os alunos realizaram todas as aprendizagens significativas, tendo sido cumpridos plenamente os objetivos traçados. No aproveitamento registou-se o nível de Bom. Detetaram-se algumas dificuldades em alguns alunos, que foram devidamente encaminhadas e beneficiaram de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão. Em contexto de sala de aula, desde logo, foram implementadas estratégias para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem, como a realização de trabalho individualizado para melhoria das capacidades de comunicação e realização, para aumentar a confiança e a capacidade em concluir com sucesso as tarefas, para a promoção de atividades que desenvolvam a autonomia, para estimular e desenvolver a autoestima e os comportamentos favoráveis à aquisição de aprendizagens, para a utilização de estratégias que visam o desenvolvimento das capacidades de comunicação e consciência fonológica, trabalho colaborativo e motivação para a realização das atividades diárias, para incrementar a cooperação com os Encarregados de Educação, para reforçar o trabalho colaborativo entre as equipas educativas de modo a melhor articular os conteúdos e promover atitudes positivas face à vida do Jardim de Infância.

No 1.º CEB, o aproveitamento foi muito positivo, tendo os alunos adquiridos as competências essenciais por área curricular e para cada ano de escolaridade. Os alunos do quarto ano adquiriam as competências essenciais de final de ciclo com amplo sucesso. É certo que alguns alunos mostraram mais dificuldades, pelo que foi feita uma análise para descodificar os motivos na raiz das mesmas, concluindo-se que os principais consistem no crescente grau de dificuldade dos conteúdos, os reduzidos hábitos de trabalho e estudo, a falta de concentração motivada por cansaço físico e emocional, a complexidade do currículo, o pouco apoio familiar, imaturidade e falta de autonomia. Há, no entanto, a realçar, que algumas destas dificuldades foram colmatadas pela ação dos docentes.

Nos 2.º e 3.º CEB, os resultados são de nível muito elevado (bom/muito bom). No 2.º CEB, em ambos os níveis, os alunos atingiram resultados muito elevados (acima de 85%,

sendo acima dos 95% na maioria dos casos) nas disciplinas de Português, História e Geografia de Portugal, Ciências da Natureza, Educação Física, EMRC, Educação Musical, Cidadania, Educação Tecnológica, Educação Visual, Inglês, TIC e apenas em Matemática se situou entre os 80,6% e os 79,4%.

No 3.º CEB, não se verifica uma quebra acentuada nos resultados, ainda que se tenham registado médias de sucesso mais baixas (no 8.º ano, a Matemática registou 67,7%), mas os valores médios dos diferentes indicadores situam-se no nível aproveitamento de Bom/Muito Bom.

No Ensino Secundário há a registar valores ligeiramente inferiores aos colhidos no 3.ºCEB, situando-se ainda assim acima dos 70% de sucesso. Curiosamente, no 12.ºAno registam-se médias de sucesso a Matemática e a Português acima dos 95%, resultado muito bom quando comparado com casos congêneres a nível regional e nacional. Finalmente, apenas registar que os dados a que esta análise se reporta constam do Projeto Educativo em vigor, mas os mais recentes consistem na média das taxas de sucesso do último triénio de (2018-2020). Mas ressalve-se que os dados mais recentes, ainda não validados, sugerem a manutenção das conclusões não se registando variações significativas ou que apontem diferentes avaliações.

QUADRO 129 – MÉDIA DA TAXA DE SUCESSO ESCOLAR DOS ALUNOS DO 1.ºCEB, NO CONCELHO DE ALIJÓ, NO TRIÉNIO 2018-2020.

	Português	Matemática	Estudo do Meio	Expressão Artística e Físico-Motora	Inglês
1.º Ano	89,6	92,7	98,6	98,9	---
2.º Ano	94,6	90,5	96,5	98,4	---
3.º Ano	96,8	95	98,9	100	97,9
4.º Ano	97,8	90,1	99	100	99,6

(CMA; AEADSII)

QUADRO 130 – MÉDIA DA TAXA DE SUCESSO ESCOLAR DOS ALUNOS DO 2.ºCEB, NO CONCELHO DE ALIJÓ, NO TRIÉNIO 2018-2020.

	CN	EF	EMRC	EM	CiD	ET	EV	HGP	ING	MAT	PORT	TIC
5.º Ano	93,1	100	100	93,7	99,6	98,8	98,4	88,9	87,6	80,6	87,5	99,5
6.º Ano	98,4	100	100	96,3	100	99,5	100	93,4	90,6	79,4	97,1	100

(CMA; AEADSII)

QUADRO 131 – MÉDIA DA TAXA DE SUCESSO ESCOLAR DOS ALUNOS DO 3.ºCEB, NO CONCELHO DE ALIJÓ, NO TRIÉNIO 2018-2020.

	CN	EF	EMRC	CID	A.TRA	EV	ESP	FQ	FRAN	GEO	HIST	ING	MAT	PORT	TIC
7.º Ano	89,6	97,3	100	100	100	100	92,5	84,6	95,8	94,8	84,4	86,2	76,9	92,3	100
8.º Ano	93,1	98,3	100	98,3	100	98,7	99,1	87	97,4	95,8	88,2	77,5	67,7	87,6	99,6
9.º Ano	96,8	100	100	100	---	100	100	82,8	99,2	99,2	95,2	84,5	79,8	94,2	---

(CMA; AEADSII)

QUADRO 132 – MÉDIA DA TAXA DE SUCESSO ESCOLAR DOS ALUNOS DO E. SECUNDÁRIO, NO CONCELHO DE ALIJÓ, NO TRIÉNIO 2018-2020.

	BG	ECON	EF	EMRC	FILOS	FQA	GEO	HIST A	ING	MAT A	MACS	PORT	FÍSICA	ESP	BIO	AP INF	PSIC	QUI
10.º Ano	91,8	100	99,3	100	77,3	80,9	69,3	83,2	65,4	72,3	75,2	86	---	100*	---	---	---	---
11.º Ano	96,3	100	94,4	100	84,3	84,9	79,8	75,8	92,8	86,6	69,8	86,1	---	100*	---	---	---	---
12.º Ano	---	100	100	100	---	---	100	83,6	---	96	---	95,3	100*	---	100	100	100	100**

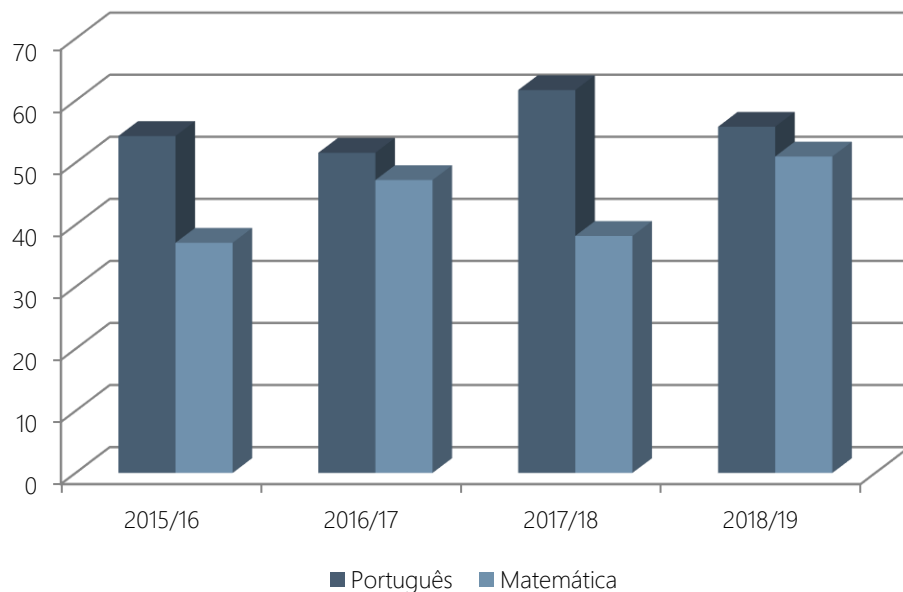
(CMA; AEADSII)

QUADRO 133 – COMPARAÇÃO DAS TAXAS DE SUCESSO ESCOLAR DOS ALUNOS DO 3.ºCEB, NO CONCELHO DE ALIJÓ, NO TRIÉNIO 2018-2020.

Provas Finais	2018		2019		2020		2021		2022	
	AE	Nacional	AE	Nacional	AE	Nacional	AE	Nacional	AE	Nacional
Matemática	47	50	55	54	---	---	---	---	40	45
Português	66	70	60	57	---	---	---	---	50	55

(CMA; AEADSII)

FIGURA 58 – RESULTADOS DOS EXAMES DO 3.ºCEB, ENTRE 2015/16 E 2018/19.



(CMA; AEADSII)

8.3. Transições, retenções e desistências.

As transições e retenções surgem, no atual modelo de avaliação nacional, como o culminar do processo de avaliação anual do aluno. Consoante a classificação que lhe é atribuída, quer pela modalidade de avaliação interna, quer pela conjugação desta com a

avaliação externa, o aluno progride ou fica retido relativamente ao ano de escolaridade e também, se for o caso, no ciclo a que corresponde o ano letivo que se encontra a finalizar. Esta decisão expressa-se pelas menções de *transitou* e *não transitou* no final de cada ano de escolaridade, ou *aprovado* e *não aprovado* no final de cada ciclo.

Apesar das diferenças dos critérios de classificação e dos requisitos para aprovação (art.º 13.º do Despacho Normativo n.º 13/2014, de 15 de setembro e art.º 18.º da Portaria n.º 243/2012, de 10 de agosto), quer no Ensino Básico, quer no Ensino Secundário, o alcance de classificações positivas é essencial para a transição/conclusão de ano de escolaridade. Assim, para o ensino básico é estabelecida a classificação inferior ao nível 3 como potencial de retenção e, por isso, fator de menor sucesso escolar (escala entre 0 e 5).

No Ensino Secundário esse limite é limitado nos 10 valores (numa escala entre 0 e 20). Todavia, e mais concretamente no ensino básico existe uma diferenciação no peso das disciplinas para a efetivação da retenção, sendo dada maior importância a Português e Matemática. A questão das retenções parece apresentar alguma controvérsia, com principal destaque para as implicações que podem ter na construção de percursos de sucesso.

QUADRO 134 – TAXA DE RETENÇÃO OU DESISTÊNCIA DOS ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO BÁSICO E ENSINO SECUNDÁRIO, POR ANO LETIVO E DE ESCOLARIDADE, EM ALIJÓ.

Ciclo/anos		2017/18	2018/19	2019/20	2020/21	2021/22
1.ºCEB	1.º ano	0	0	0	0	0
	2.º ano	3.8	6.4	11.1	6.3	0
	3.º ano	2.8	6.8	0	1.8	1.6
	4.º ano	2.2	2.9	0	0	1.8
Total		2.3	4.3	2.7	2.1	0.9
2.ºCEB	5.º ano	4.6	1.2	0	1.4	0
	6.º ano	0	0	0	0	1.4
Total		2.4	0.6	0	0.7	0.7
3.ºCEB	7.º ano	16.1	2.6	2.4	1.1	0
	8.º ano	13.4	2.6	2.6	2.4	5.7
	9.º ano	10.8	1.4	0	1.4	7.6
Total		13.5	2.2	1.7	1.6	4.6
Secundário	10.º ano	22.5	15.4	14.1	14.1	4.3
	11.º ano	13.7	5.8	4.5	0	7.0
	12.º ano	22.0	35.0	12.8	14.1	8.5
Total		19.1	18.9	10.5	9.8	6.6

(AEDSII; DGEEC/ME-MCTES ; Infoescolas, Estatísticas)

Indo ao encontro do referido ao nível da contextualização teórica, a aparente preocupação com as consequências de uma retenção nas crianças, expressa nos n.ºs 3 e 4 do art.º 12º do Despacho Normativo n.º 13/2014, de 15 de setembro, impedindo as reprovações no 1º ano do 1º CEB e a possibilidade de, embora ficando retido, o aluno continuar integrado na turma que frequentava no ano letivo anterior, parece desvanecer no artigo seguinte do mesmo diploma legal quando se afirma que *“a retenção em qualquer um dos ciclos do ensino básico implica a repetição de todas as componentes do currículo do respetivo ano de escolaridade”*. No Ensino Secundário este processo parece mais simples e de maior flexibilidade, na medida em que se verifica uma certa facilidade na continuação do plano curricular, tendo apenas o aluno de repetir a disciplina em que não transitou. Existe ainda a possibilidade, à semelhança do ensino básico, de obter aprovação à disciplina através do processo de prova de equivalência à frequência.

Esta diferenciação no Ensino Secundário, quando se abordam as questões do insucesso escolar, pode não trazer grandes diferenças na modelação dos alunos marcados pelo insucesso, uma vez que esses repetem as disciplinas sem qualquer alteração de planos de trabalho individuais. Aliando-se a outros fatores, o desinteresse criado pela escola associado ao insucesso e retenção pode levar a um abandono precoce do sistema de ensino. Assim, o abandono escolar precoce tem-se constituído como um dos indicadores do insucesso escolar, tendo também origem em fatores como os baixos recursos económicos que obrigam à saída dos alunos do sistema de ensino para a procura de trabalho.

8.3.1. O 1.º Ciclo do Ensino Básico.

O 1.º CEB é o nível de ensino que habitualmente apresenta as maiores taxas de transição. Tal ocorrência poderá estar relacionada com o facto de se tratar do primeiro contacto com a educação formal, em que os conteúdos lecionados são ainda de pouca complexidade e/ou com a monodocência, que pode permitir um trabalho de proximidade garantindo, assim, um maior acompanhamento dos alunos, ajudando-os de forma mais eficaz no processo de ensino-aprendizagem.

No município de Alijó, esta premissa verificou-se no ano letivo 2020/21 com o registo de uma taxa de transição/conclusão plena e, nos restantes, o indicador revela resultados superiores a 90%, reforçando a posição dianteira do 1º CEB. O 1º ano de escolaridade é aquele que apresentou a plena taxa de transição fruto do imposto por regulamento legal, evitando as reprovações no início do percurso escolar. Porém, no ano letivo de 2019/20, essa medida pode ter tido repercussão num aumento das retenções dos alunos no 2º ano de escolaridade, uma vez que as lacunas na aprendizagem acumuladas desde o ano de escolaridade anterior não foram colmatadas pelo avanço no nível de escolaridade nem pelo acompanhamento dos colegas que ingressaram no sistema de ensino no mesmo momento. No entanto, essa retenção logo no 2º ano acabou por ser importante para as novas lógicas de apoio ao sucesso que foram equacionadas. A partir deste ano de escolaridade e desde de 2021/2022 tem-se assistido a uma taxa de transição quase plena ao longo dos restantes anos do 1º CEB.

QUADRO 135 – TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO (%), 1.ºCEB, EM ALIJÓ.

Anos Letivos	Ensino Básico				
	1.º Ciclo				
	Total	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano
2017/18	97,7	100	96,2	97,2	97,8
2018/19	95,7	100	93,6	93,2	97,1
2019/20	97,3	100	88,9	100	100
2020/21	97,9	100	93,7	98,2	100
2021/22	99,1	100	100	98,4	98,2

(AEDSII; DGEEC/ME-MCTES ; Infoescolas, Estatísticas)

8.3.2. O 2.º Ciclo do Ensino Básico.

O 2º CEB apresentou uma taxa de sucesso mais elevada face ao 1º CEB. Os resultados foram plenos, de 100, no ano letivo de 2019/20. Apenas em 2017/18 é que se registou 97,6%. O 6.º ano evidencia, no período em análise, resultados de 100% das transições e o só no ano letivo de 2021/22 registou 98,6%. O 5.º ano, apesar de os resultados serem inferiores revelam o amplo sucesso do trabalho desenvolvido pelas equipas do AE de Alijó.

QUADRO 136 – TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO (%), 2.ºCEB, EM ALIJÓ.

Anos Letivos	Ensino Básico		
	2.º Ciclo		
	Total	5.º Ano	6.º Ano
2017/18	97,6	95,4	100
2018/19	99,4	98,8	100
2019/20	100	100	100
2020/21	99,3	98,6	100
2021/22	99,3	100	98,6

(AEDSII; DGEEC/ME-MCTES ; Infoescolas, Estatísticas)

8.3.3. O 3.º Ciclo do Ensino Básico.

O 3º CEB é o nível de ensino que apresenta as percentagens de transição mais baixas no período em análise, em especial entre os anos letivos 2017/18 e 2021/22, ainda que o valor médio se situe, no primeiro caso acima dos 85% e no segundo acima de 95%. Assim, para o 7.º ano a média de transições situa-se nos 95,56%, para o 8.º ano nos 94,66% e para o 9.º ano nos 95,76%. Até ao ano letivo de 2021/22 apenas num dos anos letivos (2019/20), o 3.ºCEB apresentou valor de plena conclusão, no 9.ºAno, e o mais baixo registou-se em 2017/18, com 83,9%. Em relação ao 9.º ano, no que se refere aos resultados médios totais registados, o município de Alijó apresenta uma elevada proficiência desde 2018/19.

QUADRO 137 – TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO (%), 3.ºCEB, EM ALIJÓ.

Anos Letivos	Ensino Básico			
	3.º Ciclo			
	Total	7.º Ano	8.º Ano	9.º Ano
2017/18	86,5	83,9	86,6	89,2
2018/19	97,8	97,4	97,4	98,6
2019/20	98,3	97,6	97,4	100
2020/21	98,4	98,9	97,6	98,6
2021/22	95,4	100	94,3	92,4

(AEDSII; DGEEC/ME-MCTES ; Infoescolas, Estatísticas)

8.3.4. O Ensino Secundário.

Os dados que possuímos referentes às transições, retenções e desistências revelam genericamente uma taxa de sucesso elevada, com valores acima dos 80% e que progressivamente têm aumentado em mais de 10 pontos percentuais. E mesmo algumas assimetrias que se assinalam entre o 10.ºAno e o 12.ºAno, também têm sido esbatidas. A análise dos resultados neste indicador permite com alguma facilidade distinguir uma maior variabilidade dos valores: uma que exprime uma degradação dos resultados nos anos letivos entre 2017/18 e 2020/21, situação que sugere a presença de dificuldades no início do período; e um segundo momento entre 2020/21 e 2021/22 que mostra uma importante recuperação e aplainamento dos resultados, numa evolução muito positiva, consequência do sucesso das práticas e metodologias pedagógicas implementadas, dado que nos últimos dois anos letivos, por uma vez o 11.º Ano registou o pleno sucesso e o 12.º Ano ultrapassou os 90%, bem como os 10º e 11.º ano.

QUADRO 138 – TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO (%), ENSINO SECUNDÁRIO, EM ALIJÓ.

Anos Letivos	Ensino Secundário			
	Total	10.º Ano	11.º Ano	12.º Ano
2017/18	80,9	77,5	86,3	78,0
2018/19	81,1	84,6	94,2	65,0
2019/20	89,5	85,9	95,5	87,2
2020/21	90,2	85,9	100,0	85,9
2021/22	93,4	95,7	93,0	91,5

(AEDSII; DGEEC/ME-MCTES ; Infoescolas, Estatísticas)

8.4. Recomendações.

Os dados aqui apresentados revestem-se de uma grande importância para o estabelecimento de estratégias que visem a transformação do município de Alijó enquanto território educativo, e, por isso, não se poderia deixar de incluir uma análise final dos indicadores do sucesso escolar, fulcrais para a dinâmica educativa do território, numa lógica de promoção de percursos pessoais, escolares e profissionais de sucesso do cidadão municipal.

Uma carta educativa, enquanto peça do Projeto Educativo Local, deve equacionar que a sua abrangência estende-se para lá da escola, obrigando ao planeamento de diferentes momentos de aprendizagem, com as diferentes estruturas, e será igualmente certo que se a escola não assumir na sua missão um conjunto de mudanças, colocando os alunos e a sua aprendizagem no centro do processo, (trans)formando-os também em agentes de mudança e oferecendo novas competências, as alterações que se ambicionam não surgirão, pelo que é esta entidade a chave da equidade social e da construção de percursos de sucesso para todos. O sistema de ensino tem sido alvo de críticas e mudanças constantes, levando até por vezes a uma descrença por parte da comunidade, aspeto para o qual a carta educativa deve contribuir de forma construtiva e diferenciadora, envolvendo e valorizando os diferentes agentes do território na procura de estratégias para a sua melhoria. Assim, para o aperfeiçoamento e melhoria dos resultados dos alunos e respetivo desenvolvimento de competências, o papel do professor deverá ser valorizado e reforçado, devendo este ser encarado por todos (e até por si próprio) como profissional do conhecimento no território, com toda a valorização e responsabilidade que essa função deve exigir. No entanto, a análise dos resultados escolares não pode surgir como uma avaliação de docentes, mas antes como a premissa de identificar os comportamentos dos alunos ao nível dos seus resultados, indicando necessidades nas quais o município deverá investir estrategicamente, para que se desenvolvam estratégias que os apoiem no seu dia-a-dia.

Em síntese, há várias mudanças que a carta educativa poderá e deverá refletir como estratégicas, continuando a alterar culturalmente realidades que deverão vir a alterar os resultados educativos e que, no caso de Alijó, deverá assumir-se como o momento seguinte a todo o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelos diferentes atores do território:

CONHECER OS ALUNOS: é importante que se criem e planeiem práticas que contemplem os interesses dos envolvidos, em particular dos alunos, de forma a partir de si e dos seus conhecimentos, valorizando-os e enriquecendo-os nos diferentes níveis de ensino, bem como o seu capital cultural (pessoal, familiar e de comunidade). Esse conhecimento é essencial no processo de gestão de conflitos e redução de focos de indisciplina.

AUMENTAR O NÍVEL DE TRABALHO EFETIVOS DOS ALUNOS NAS ESCOLAS, CRIANDO CIDADÃOS AUTÓNOMOS, RESPONSÁVEIS E ATIVOS: atendendo ao tipo de metodologias utilizadas pelas escolas, parece ser evidente que os alunos trabalham pouco nos estabelecimentos de ensino, uma vez que, normalmente, ouvem o professor na escola e, só depois, praticam em casa, onde não têm ajuda para o processo, nem

sabem como e o que fazer para superar as suas dúvidas, estando a aprendizagem muito dependente do professor. Assim, importa criar estratégias e momentos de aprendizagem em que os alunos possam ser ativos nesse processo.

ALTERAR AS PRÁTICAS DE ENSINO, CRIANDO ESPAÇOS PARA OS ALUNOS PENSAREM E CONSTRUÍREM LIVREMENTE E DE FORMA ATIVA O SEU CONHECIMENTO: ainda que seja uma metodologia necessária em alguns momentos, uma vez que mesmo as estratégias mais ativas não dispensam alguns momentos de transmissão de conteúdos, tem-se observado uma dependência por parte de muitos professores no que se refere ao “dar a matéria”, ou seja, à necessidade de falarem sobre todos os assuntos do currículo, privilegiando maioritariamente metodologias tradicionais de ensino, não querendo isto dizer que os alunos pensem e exercitem os conhecimentos que daí deviam advir. Atendendo ao perfil dos alunos e ao desígnio de uma escola para todos, é essencial que se desenvolvam metodologias mais ativas que, em contextos formais de aprendizagem, os coloquem a pensar e a construir ativamente o seu conhecimento.

CONSTRUIR HORÁRIOS ESCOLARES EM FUNÇÃO DAS APRENDIZAGENS PRETENDIDAS: o critério para escolha das diferentes disciplinas e horários escolares dos alunos, normalmente, não parece ser pensado em função das aprendizagens pretendidas para os diferentes momentos do dia e da turma, nem atendendo à sua composição ou às estratégias já definidas para implementação. A própria integração de atividades físico-motoras e culturais no seio dos horários letivos mostram melhorias efetivas no contexto do sucesso.

DIVERSIFICAR OS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO: os métodos e instrumentos de avaliação utilizados para quantificar a aprendizagem dos alunos internamente nas escolas devem ser diversificados, articulados e partilhados entre diferentes escolas e disciplinas, uma vez que a avaliação é maioritariamente escrita (testes e exames), valorizando apenas os alunos que conseguem expressar os seus conhecimentos por esta via.

AUMENTAR A PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS NOS PROCESSOS DE TOMADA DE DECISÃO: o processo de decisão é, quase sempre, unicamente dos professores, não sendo os alunos normalmente chamados a pensar em soluções com caráter decisivo nas escolas. Para motivar os alunos e fazer com que esses façam verdadeiramente parte da escola é importante que se sintam envolvidos e que existam mecanismos que fomentem este envolvimento e participação. Mais do que envolver os alunos na procura de soluções para a sua comunidade escolar, onde são parte ativa, estar-se-ão a formar cidadãos capazes de participar e decidir em sociedade.

REFORÇAR A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO: ainda que seja muito importante que a escola atue ao nível do saber-estar, saber-ser e saber-fazer, no âmbito de um projeto educativo o foco da escola deverá estar no aumento das competências ao nível do

conhecimento, do saber-saber, pois os professores deverão ser profissionais do conhecimento e na escola os alunos devem encontrar diferentes espaços e estratégias de construção do mesmo, dando sentido ao conhecimento e às aprendizagens, abrindo-se ao seu território – uma escola sem muros.

AUMENTAR PRÁTICAS DE COLABORAÇÃO ENTRE DOCENTES: os professores parecem trabalhar sozinhos nas suas salas ou, em alguns casos, com um ou outro colega pontualmente. É importante que este agente de mudança e profissional do conhecimento tenha espaço e momentos em que valorize a reflexão entre pares e a procura de estratégias para os alunos, uma vez que uma turma tem vários professores a pensarem pedagogicamente para ela. Estas estratégias devem ser partilhadas e articuladas entre todos os grupos, de preferência até de forma interdisciplinar, relacionando-se em momentos de trabalho e de avaliação.

APROXIMAR E ENVOLVER OS PAIS NA VIDA ESCOLAR: os pais e os encarregados de educação parecem afastar-se da escola, à medida que o nível de ensino aumenta, desconhecendo as opções e percursos dos seus filhos ou educandos. Ainda que possa não implicar a mesma frequência de ida à escola em todos os níveis de ensino, é importante que se criem estratégias adequadas às suas necessidades e que aproximem os pais das respetivas realidades escolares, ajudando-os e envolvendo-os na procura de percursos de sucesso para os seus educandos. Importa que estes percebam que podem e devem participar, necessitando de (in)formação assertiva e adequada às suas características.

CRIAR ESPAÇOS TERRITORIAIS DE APRENDIZAGEM: a aprendizagem não deve estar confinada ao espaço formal de ensino e o território, através do planeamento a partir dos seus recursos (materiais e imateriais), devendo assumir-se como recurso educativo, sendo um meio e um fim de aprendizagem. É muito importante que os jovens tenham, cada vez mais, momentos diversificados de formação, que podem acontecer em diferentes espaços, aproveitando as mais-valias do território que envolve as escolas e associações, aumentando os seus conhecimentos sobre o mesmo e dando sentido às suas aprendizagens, olhando o global a partir do local e o local a partir do global.

Os resultados apresentados nesta análise deverão emergir como uma base para apoiar os diferentes agentes na construção e adaptação da sua ação, indo ao encontro das necessidades dos alunos e assumindo-se como o ponto de partida para a nova fase de implementação do plano de melhoria dos resultados, numa lógica de trabalho colaborativo. Num estudo global que permita uma procura de caminhos para o sucesso escolar, parece ser evidente que os resultados se situam maioritariamente a um nível médio-superior, facto que existe ao longo de todos os níveis de ensino. Este tipo de perfil de resultados, com a ausência de percentagem significativa em termos de valores de classificações altos, evidencia a necessidade de se criarem estratégias para todos os alunos, para que se possa solidificar aprendizagens e melhorar resultados de uma forma global.

No que se refere aos piores resultados, a disciplina de Matemática distingue-se como a área que reúne as médias mais baixas, e por isso merece estratégias claras de melhoria desses resultados. A disciplina de Português, ainda que com resultados quase sempre superiores a Matemática, não deixa de merecer igualmente especial atenção, na medida em que a literacia ao nível da oralidade, leitura e escrita é objeto de avaliação mas, também, transversal a todas as disciplinas e, como tal, deverá continuar a ser reforçada.

Relativamente às retenções, o município de Alijó deverá assumir uma estratégia integrada de ensino, contribuindo para que sejam evitadas ao máximo, não pelo facilitismo por que algumas medidas parecem ser rotuladas, mas por um trabalho pedagógico adequado aquando da identificação das necessidades.

As estratégias deverão ser transversais, mas simultaneamente adaptadas às especificidades de cada ciclo de ensino, já que a análise a esse nível evidencia comportamentos diferentes das várias escolas dos agrupamentos. Por outro lado, deverão ser criadas estratégias para trabalhar com os pais, aproximando-os às respetivas escolas e, também, com grupos de risco (minorias) que, ainda que não sendo clara numa identificação na análise dos resultados, merecem trabalhos diferenciados, como é o caso das comunidades socialmente mais excluídas e em risco de exclusão.

Ao nível das estratégias de trabalho é importante que se criem e apoiem projetos piloto diferenciadores mas, também, que se estructurem estratégias para toda a comunidade escolar, aumentando assim a equidade nas aprendizagens dos alunos do território, uma vez que todos deverão ter acesso a um ensino de qualidade. Por outro lado, será importante criar ferramentas que apoiem os professores de forma individual, motivando-os na procura de estratégias de trabalho para que potenciem melhores aprendizagens por parte dos seus alunos. Este processo deverá contribuir para um aumento da atratividade de todo o território educativo, devendo ser estratégico e acordado entre os diferentes estabelecimentos a partir das necessidades encontradas.

9. VISÃO ESTRATÉGICA PARA A EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO.

No atual contexto de globalização, de crescente concorrência e competitividade entre territórios pela captação de pessoas, empresas e turistas, é essencial identificar e valorizar as características específicas deste território, os seus recursos endógenos, no sentido de os reconhecer como fatores de diferenciação positiva e implementar estratégias que permitam superar os atuais desafios em matéria de desenvolvimento socioeconómico.

Esta breve reflexão estratégica permite a definição e articulação dos atuais pilares estruturantes/"clusters" para o desenvolvimento socioeducativo e socioeconómico do concelho de Alijó e que deverão estruturar a base económica das próximas décadas. Como atrás referimos, deverá ser considerada a possibilidade de incluir na oferta escolar pública cursos de via profissionalizante, pelo que este reconhecimento encontra-se também articulado a outros planos estratégicos municipais como o planeamento estratégico em Educação e Formação.

C1 | CLUSTER DO TURISMO - nos seus mais variados segmentos (religioso, cultural, rural, de natureza, desportivo, sénior ou científico) é um dos vetores fundamentais do desenvolvimento do município de Alijó. A oferta turística é rica em espaços naturais e culturais, sendo a paisagem vinhateira (Douro – Património da Humanidade), com suas quintas, e as antiquíssimas aldeias com suas igrejas e paços senhoriais, os santuários e os espaços literários e de memória, os principais elementos potenciadores do turismo local. O seu valor paisagístico, aliado à história que ao longo dos séculos prestigiou a Vila de Alijó como sendo um local de tranquilidade e passeio, foram alguns dos aspetos tidos em conta para que fosse cada vez mais procurada pelas suas paisagens culturais. Neste contexto, a componente formativa e educativa do município assume um papel preponderante na preparação dos quadros técnicos e profissionais ao serviço das atividades de turismo e lazer (atividades profissionais ligadas à hotelaria e restauração), contribuindo através do capital humano, para o crescimento e prosperidade do setor.

C2 | INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, ROCHAS E SERVIÇOS CONEXOS – o concelho de Alijó deve procurar posicionar-se na cadeia de valor alargada do setor da construção (que inclui todas as atividades a montante e a jusante) sendo responsável por muitos postos de trabalho e milhões de euros de volume de negócios. Este cluster, ao qual se acrescentam as possibilidades de emprego criadas como serviços de eletricidade, canalização, ladrilhar, cimentos exploração dos recursos minerais, como a extração ou trabalho com rochas ornamentais, serviços de projetistas, condução de obra, etc. caracteriza-se por um elevado nível de competências, pela exigência e rigor que os padrões nacionais e internacionais impõem a este mercado. Assim, é necessário procurar dar resposta às exigências deste mercado de trabalho, passando essa estratégia pela implementação e reorganização do ensino e da formação profissional, pelo fomento da inovação e a capacitação tecnológica do setor, bem como promover práticas de transferência de tecnologia. Podem ser implementados programas de ensino/formação profissional em tecnologias de informação

e na área do “pensamento computacional”, promover da imagem do setor como um setor inovador e com potencial de crescimento junto dos jovens em idade escolar, disseminando práticas inovadoras e melhorando a atratividade do setor. E ainda devem ser criados grupos de coworking para a qualificação e formação do setor, promovendo o debate em torno das áreas críticas para a valorização do potencial humano no setor. Dada a importância estratégica deste setor, a oferta formativa a ser criada, sendo direcionada a estas áreas mais tradicionais poderão trazer mais-valias para o crescimento do setor, aproveitando o “know-how” e equipamentos destas atividades. Deste modo, tornar-se-á decisivo o acompanhamento dos estabelecimentos de ensino (profissional) no sentido de requalificar a mão-de-obra em atividades baixas em tecnologia e baseadas na utilização dos recursos.

C3 | INDÚSTRIA METALOMECÂNICA/ MECÂNICA-AUTO - Alijó apresenta grandes potencialidades em torno das atividades da indústria metalomecânica e mecânica-auto. Ao nível da população empregada, os ramos de estruturas metálicas e construção em metal representam a maior percentagem de empresas. Aliás, entre as duas dezenas de empresas que mais empregam no município, duas dizem respeito a estas atividades. Neste contexto, deverá ser uma clara aposta o reforço da especialização do município na indústria metalomecânica e nas indústrias de serviços que lhe estão associadas, como oficinas e serralharias, áreas de atividade com tendência para o maior valor acrescentado dos seus produtos.

C4 | AGROINDÚSTRIA - A agroindústria é o conjunto de atividades relacionadas com a transformação de matérias-primas provenientes da agricultura, pecuária, aquicultura ou silvicultura. Em Alijó ganham destaque as atividades ligadas à fruticultura, vinicultura, hortifruticultura, mas também à cultura de frutos de casca rija, secos, e silvicultura. A importância deste setor é visível sobretudo ao nível das exportações, salientando-se que cerca de metade do volume de exportações em Alijó dizem respeito aos produtos das indústrias alimentares, em particular o vinho. As fileiras agroalimentares evidenciam cada vez mais potencialidades produtivas suscetíveis de uma diferenciação competitiva, quer ao nível interno, quer ao nível internacional. Efetivamente, a crescente valorização dos produtos tradicionais, expressa em políticas europeias, com a aplicação de instrumentos de certificação dos produtos tradicionais de qualidade, como a Denominação de Origem Protegida (DOP) ou a Indicação Geográfica Protegida (IGP), a par da crescente desconfiança e preocupação dos consumidores relativamente à qualidade dos bens alimentares, faz com que os produtos tradicionais registem, atualmente, um contexto de desenvolvimento extremamente favorável, existindo crescentes evidências do seu sucesso comercial. Alijó deverá, neste contexto, defender e promover: a salvaguarda dos saberes que asseguram a qualidade e a identidade dos produtos rurais; a certificação dos processos produtivos; o estímulo ao associativismo e geração de economias de escala; a promoção das qualificações e das condições de trabalho; o desenvolvimento de ações de formação para os trabalhadores; a melhoria das condições de trabalho ao nível das infraestruturas, equipamentos e serviços de apoio à produção; a criação de valor acrescentado, através da criação de marcas fortes. Paralelamente, deverão ser feitos investimentos em marketing,

branding e labeling, através da melhoria do design das embalagens dos produtos, apostando na promoção dos produtos e a sua integração em novos mercados e circuitos de comercialização. Para tal, a aposta na formação profissional em áreas como o controlo de qualidade alimentar, gestão de produção, gestão agrícola, enologia e atividades ligadas ao cultivo da vinha, manobreadores de máquinas agrícolas certificados, manutenção industrial, veterinária, produção animal deve ser um imperativo.

C5 | CLUSTER DAS INDÚSTRIAS CULTURAIS E CRIATIVAS - As indústrias criativas são consideradas importantes para o desenvolvimento económico e social podendo contribuir para o reforço da competitividade dos territórios. A promoção de conteúdos culturais e artísticos permite o desenvolvimento de ações globais a nível local, desde que haja uma boa cobertura de comunicações. Tal facto possibilita a deslocalização de agentes e indústrias para territórios mais periféricos, sem com isso condicionar a sua competitividade. Alijó reúne a “atmosfera” ideal para a afirmação das indústrias culturais e criativas, dando-se destaque ao património cultural, às artes plásticas (pintura, conservação, restauro), ao audiovisual e às indústrias gráficas. Neste contexto, a aposta numa oferta formativa (profissional) direcionada a suprir as necessidades de formação neste setor deverá ser encarada como uma possível aposta estratégica do município. Importa também destacar que as competências nestas áreas podem desempenhar um importante papel na atração de investimentos e para a qualificação e ampliação das cadeias de valor.

C6 | SERVIÇO SOCIAL E ASSISTÊNCIA – No tempo e numa sociedade cada vez mais envelhecida, fruto da melhoria das condições de vida em geral, aumenta também a necessidade de prestação de serviços de qualidade a uma faixa etária caracterizada pela dependência e debilidade. Para tal é essencial que a sociedade prepare profissionais com as competências técnicas e humanas essenciais ao apoio e conforto a esta faixa etária tão sensível, promovendo o seu bem-estar e a sua autonomia. Assim os cuidados de Geriatria são cada vez mais uma necessidade, dado que em Portugal, a esperança média de vida aumentou cerca de 15 anos, nos últimos 50 anos: vivemos cada vez mais tempo, como se verifica na primeira parte deste documento. A conjugação deste fenómeno com uma reduzida taxa de natalidade, coloca o concelho de Alijó com uma taxa de envelhecimento elevada. Infelizmente, nem sempre este crescimento é foi acompanhado por uma resposta equivalente, sobretudo em número das Instituições Sociais prestadoras de cuidados à pessoa idosa, o que representa uma oportunidade para os profissionais desta área. A prestação de cuidados especializados à pessoa idosa, que visam a preservação do bem-estar e da qualidade de vida, é uma área em franco crescimento na Europa e no resto do Mundo, efeito do aumento do tempo médio de vida das populações. Portanto, deve ser equacionada a possibilidade da abertura de uma vertente de ensino/formação profissional nesta área, como os cursos técnicos de auxiliar ou assistente operacional na área da geriatria, com o principal objetivo preparar adultos profissionais com competências para prestar cuidados de apoio direto a idosos, no domicílio e em contexto institucional, nomeadamente, lares e centros de dia, zelando pelo bem-estar físico, psicológico e social dos idosos, de acordo com as indicações da equipa técnica e os princípios deontológicos.

Todavia, a dependência das IPSS neste mercado de trabalho pode contribuir para a baixa atratividade desta área profissional, pois as avaliações do desempenho dos colaboradores neste tipo de instituição têm demonstrado uma relação muito deficitária entre a exigência das tarefas (*preparar o serviço relativo aos cuidados a prestar, selecionando, organizando e preparando os materiais, os produtos e os equipamentos a utilizar; prestar apoio a idosos, no domicílio ou em contexto institucional, relativamente a cuidados básicos de higiene, de conforto e de saúde, de acordo com o seu grau de dependência e as orientações da equipa técnica; prestar apoio na alimentação dos idosos, de acordo com as orientações da equipa técnica; prestar cuidados de higiene e arrumação do meio envolvente e da roupa dos idosos; colaborar na prevenção da monotonia, do isolamento e da solidão dos idosos, no domicílio e em contexto institucional, de acordo com as orientações da equipa técnica e articular com a equipa técnica, transmitindo a informação pertinente sobre os serviços prestados, referenciando, nomeadamente, situações anómalas respeitantes aos idosos*) e o nível das remunerações praticados.

9.1. Recomendações.

9.1.1. Principais conclusões.

A análise da relação entre a dinâmica empresarial e oferta formativa do município de Alijó contribuiu para um melhor conhecimento do tecido empresarial e da oferta de educação e formação deste município. Após o exame detalhado das dinâmicas empresariais recentes e do quadro geral da oferta formativa do município, pretende-se apresentar algumas linhas de orientação estratégica, bem como um conjunto de objetivos e linhas de ação para o futuro no que concerne à oferta formativa de Alijó. Assim, tendo por base uma metodologia de planeamento estratégico e valorizando-se as fontes de informação de cariz quantitativo (estatísticas), pretende-se contribuir para a identificação de uma oferta formativa adequada às necessidades das empresas que se localizam neste território, aspeto que se assume relevante para todos os agentes de ensino e formação que atuam na região. A inclusão desta análise sumária mostra-se pertinente pelo facto de que o exercício de uma definição de estratégias para o futuro do concelho de Alijó deve assumir, de forma bem consistente, o diagnóstico da matriz socioeconómica e empresarial do concelho, as suas estruturas e tendências evolutivas, os elementos homogéneos, heterogéneos e diferenciadores.

Considerando a última década (2011-2021), o concelho de Alijó registou a diminuição da sua população (-12,19%, correspondendo a 10 486 habitantes), num contexto em que a estrutura etária da mesma cada vez se assume mais envelhecida como a generalidade dos municípios da região. Ao nível da dinâmica económica e, refletindo alguns sinais de força, salienta-se uma estrutura populacional pouco jovem, com algum peso da população em idade ativa, uma taxa de atividade inferior à média regional, uma grande importância nas

atividades dos setores primário e secundário em termos de postos de trabalho e riqueza criada, e a tendência para a diminuição do desemprego, sobretudo nos últimos anos.

As dificuldades em termos de desenvolvimento económico advêm da localização deste território na periferia da região Douro, do afastamento da área urbana de Vila Real e no reforço das acessibilidades. Sublinha-se também que a riqueza deste território assenta na diversidade paisagística, cultural, rural e florestal. As perspetivas de desenvolvimento passam pelo crescimento industrial/empresarial e pela crescente relevância da cultura e do turismo, em particular da vila de Alijó. As exigências em termos de futuro decorrem da consolidação da sociedade, do incremento da economia local, do conhecimento e da aprendizagem, que demandam novas qualificações e respostas mais diversificadas no contexto das exigências de um mercado cada vez mais competitivo. Acresce que a cadeia de valor das atividades económicas tem vindo a ser alterada, sendo os ciclos de mudança cada vez mais curtos, mas incorporando sempre novo conhecimento e tecnologia por forma a dar resposta às solicitações do mercado, antecipando o futuro, pelo que se torna decisivo inovar constantemente criando novo conhecimento que se desatualiza rapidamente.

No que diz respeito ao diagnóstico da oferta educativa e formativa e, numa referência aos elementos gerais que caracterizam a educação e a formação no município de Alijó, importa destacar a descida da taxa de analfabetismo (10,40%, 2011, para 6,19%, 2021) e a diminuição do seu intervalo para com a média da região Douro (5,39%, 2021) e do Continente (3,04%) e a tendência para o aumento da população com níveis de escolaridade mais elevados. Todavia, há um conjunto de fraquezas a destacar, como a persistência de uma elevada percentagem de população com baixos níveis de escolaridade; uma percentagem de população residente com idades entre os 18 e os 24 anos que completou o 3.º CEB, mas que não se encontra a frequentar o sistema de ensino; uma taxa de retenção e desistência do ensino básico superior à média da região Douro e do Continente e uma taxa de transição/conclusão no ensino secundário inferior às mesmas unidades de referência.

Ao nível da oferta formativa e perspetivando-se oportunidades, sublinha-se a crescente procura de cursos profissionais por parte dos alunos, pelo que é necessário repensar, de forma articulada, a oferta de cursos profissionais, ao nível do ensino secundário. As ameaças futuras devem ser analisadas num contexto de progressiva diminuição da população em idade escolar e da saída de alunos para a frequência escolar em outros concelhos, em especial a partir da conclusão do 3.ºCEB. Os cenários apresentados sugerem um futuro preocupante, que já coloca presentemente imensos desafios em matéria de oferta e procura de equipamentos educativos, de adequação das redes educativas e a supressão de necessidades de docentes e não docentes. Como elemento ainda prévio ao exercício de sistematização de algumas propostas estratégicas, importa destacar algumas das conclusões instrumentos referentes aos agentes empresariais de Alijó. Deste universo, as empresas preveem nos próximos anos um aumento da procura de trabalhadores, destacando que este aumento deverá ser efetuado recorrendo sobretudo a mão-de-obra Intermédia (Cursos Profissionais, Secundário) e Especializada (Licenciatura e CET).

As empresas elegeram um conjunto de áreas em que existe necessidade de mão-de-obra, destacando-se os Técnicos comerciais, Eletricistas, Embaladores, Secretários, Engenheiros eletrónicos, Operários industriais, Mecânicos industriais, Engenheiros

mecânicos, Técnicos de automação, Operadores de máquinas, Motoristas, Funcionários de armazém, Empregados da hotelaria e restauração, Maquinistas, Serralheiros, Soldadores, Pintores, Torneiros, Fresadores, entre outros. Relativamente à formação contínua dos trabalhadores, prevista pelo Código do Trabalho, Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, em que é definida a obrigatoriedade da formação contínua nas empresas, não obtivemos dados concretos sobre quantas e quais foram realizadas ações de formação contínua. Porém, genericamente, as ações realizadas foram na sua grande maioria de carácter técnico e ajustadas às necessidades das empresas, tendo abrangido áreas de formação distinta, com destaque para a Higiene e Segurança no Trabalho, mas também nas áreas de Gestão, Contabilidade e Finanças, Comercial, Liderança, Informática, Primeiros Socorros, Marketing, TIC, entre outras. No que diz respeito às necessidades atuais e futuras, identifica-se uma maior carência de formação nas áreas da Gestão, Certificação de qualidade, Logística, Marketing, Áreas técnicas, Internacionalização, Produção, Segurança e higiene no trabalho e Primeiros Socorros. A curto prazo, ou seja, nos próximos cinco anos, algumas empresas consideram a hipótese de vir a receber estagiários do Ensino Profissional, designadamente nas áreas de formação ligadas à Administração, Mecânica, Automação, Logística, Construção, Marketing, Montagem, Produção, Eletrónica, Design gráfico, Segurança Alimentar, Qualidade, Vendas e Informática.

9.1.2. Linhas de orientação estratégica.

A educação e a qualificação da população assumem um dos principais pilares de desenvolvimento de uma sociedade e uma garantia de crescimento e desenvolvimento económico. A oferta e a procura de competências estão intrinsecamente relacionadas, isto porque a promoção da ciência, da tecnologia e da inovação nos sistemas educacionais proporciona determinadas competências à economia que, por sua vez conduzem à inovação, à criação de empregos e a mudanças na composição e produção setoriais e, em consequência, também na procura de novas competências (OECD, 2012).

“Investir na educação, competências e aprendizagem ao longo da vida” fez parte do conjunto dos objetivos temáticos da União Europeia para o horizonte temporal de 2014/2020, sendo uma das metas a alcançar em Portugal, em consonância com este desafio da Europa 2020, ter 40% da população jovem (30-34 anos) com formação superior. Na renovação dos objetivos, o Conselho Europeu adotou uma resolução sobre um quadro estratégico para a cooperação europeia no domínio da educação e da formação rumo ao Espaço Europeu da Educação e mais além (2021-2030). Essa resolução estabelece uma lista de objetivos a alcançar nos próximos anos, dos quais se extraem três particularmente importantes para a estratégia de educação e do mercado de trabalho do concelho: a percentagem de adultos do grupo etário dos 25 aos 34 anos com diploma de ensino superior deveria ser de, pelo menos, 45 % (taxa em 2020: 40,3 %); a percentagem de recém-diplomados do ensino e formação profissionais a beneficiar da exposição à aprendizagem em contexto laboral durante o seu ensino e formação profissionais deverá

ser de, pelo menos, 60 % até 2025; até 2025, pelo menos 47 % dos adultos na faixa etária entre os 25 e os 64 anos deverão ter participado em ações de aprendizagem nos últimos 12 meses. Em comparação com o anterior quadro estratégico para a cooperação europeia no domínio da educação e da formação (EF 2020), o indicador relativo às competências digitais constitui a principal novidade.

Portanto, esta ambição engloba a redução da taxa de abandono escolar, o aumento de população formada superiormente, a melhoria das técnicas e condições de aprendizagem, a adequação do ensino às necessidades do mercado de trabalho, o aumento das competências da população ativa e, inclusivamente dos próprios professores/formadores, entre outras ações. Num momento em que se encontra em desenvolvimento a carta educativa de 2.ª geração, pretende-se criar políticas locais de educação e formação associando-as a determinadas opções de desenvolvimento. Este, por sua vez, nunca poderá ser separado dos recursos e dinâmicas existentes, ou passíveis de ser mobilizadas e desenvolvidas no território. Um dos pontos fulcrais da nova visão para a educação passa pela criação, de forma concertada – agentes educativos, empresários, outros parceiros – de uma oferta diversificada e adaptada às necessidades do concelho em termos de ensino profissional e tecnológico, a implementação de um sistema de orientação vocacional que preveja e evite situações de insucesso e de abandono do percurso escolar e formativo por parte da população jovem. Como é evidente, hoje torna-se cada vez mais importante alcançar mecanismos de articulação entre dois tipos de mercado: o mercado da formação e o mercado de trabalho, de modo a alcançar o equilíbrio desejável entre as qualificações/competências dos trabalhadores e as necessidades do tecido empresarial. Trata-se de contribuir para a identificação de uma oferta formativa concertada e para a definição de linhas estratégicas adequadas às necessidades das empresas atuais e potenciais, aspeto que se assume relevante para todos os agentes de ensino e formação que atuam no concelho.

Neste contexto, apresentam-se as principais propostas de estratégias de futuro para Alijó, em matéria de oferta formativa e desenvolvimento económico. Em concordância com a Estratégia de Competências da OCDE, bem como com os documentos de referência para o horizonte 2020/2030, destacam-se um conjunto de prioridades e respetivos objetivos estratégicos, que visam o desenvolvimento de uma política de educação e formação profissional articulada, mobilizadora e atrativa para as novas gerações, capazes de garantir o desenvolvimento e prosperidade deste território.

QUADRO 139 – PRINCIPAIS PROPOSTAS/PRIORIDADES ESTRATÉGICAS PARA A OFERTA EDUCATIVA/FORMATIVA E DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL, EM ALIJÓ.

Prioridades Estratégicas	Objetivos
Desenvolver uma estratégia de competências para Alijó.	Adaptar os currículos ministrados e desenvolver os sistemas de ensino baseados no mercado de trabalho, nomeadamente os sistemas de ensino dual e de aprendizagem;

Prioridades Estratégicas	Objetivos
Desenvolver uma estratégia de competências para Alijó.	Introduzir uma oferta de cursos profissionais capazes de atrair os jovens, designadamente com a introdução de componentes inovadoras e tecnológicas em domínios considerados tradicionais e de grande potencial para o concelho (agroindústria, turismo, indústria transformadora, indústria metalomecânica, indústrias culturais e criativas...)
Implementação de um sistema de orientação vocacional e de ensino profissional.	<p>Melhorar a oferta e adequação das ações de educação e formação às características e necessidades da população;</p> <p>Promover ações de informação e sensibilização junto dos jovens relativamente aos desafios atuais em termos de mercado de trabalho;</p> <p>Orientar e encaminhar os jovens e adultos para as necessidades do tecido produtivo do território.</p>
Plano de ação para a educação e formação contínua.	<p>Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida;</p> <p>Aumentar o nível de qualificação e de empregabilidade dos adultos ativos;</p> <p>Promover a atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores e a promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, inclusive através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas;</p> <p>Adequar a formação à satisfação de necessidades de recursos humanos;</p> <p>Diagnosticar necessidades de formação e desenhar perfis de formação;</p>
Sistema abrangente de orientação das carreiras.	<p>Criação de mecanismos facilitadores da inserção profissional dos indivíduos recém-formados;</p> <p>Encorajar a inserção de indivíduos com qualificações de nível superior; Facilitar o acesso dos jovens menos qualificados ao mercado de trabalho;</p> <p>Promover cursos de formação profissional para os trabalhadores menos qualificados, de forma a adequá-los às exigências que vão surgindo;</p> <p>Apoiar a reconversão profissional das pessoas desempregadas ou em risco de desemprego.</p>
Promover a equidade, garantindo o acesso a uma educação de qualidade para todos e o seu sucesso.	Adotar práticas e medidas de combate ao insucesso, absentismo e abandono escolar;

Prioridades Estratégicas	Objetivos
<p>Promover a equidade, garantindo o acesso a uma educação de qualidade para todos e o seu sucesso.</p>	<p>Promover a igualdade de acesso a um ensino infantil, básico e profissional de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação;</p> <p>Melhorar a qualidade e eficiência do ensino superior e profissional local, a fim de aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para os grupos mais desfavorecidos;</p> <p>Promover a coesão social e a inclusão para a população com dificuldades de inserção;</p> <p>Apoiar os investimentos em infraestruturas educativas, procurando garantir a coesão territorial em matéria de equipamentos educativos.</p>
<p>Articulação entre a educação, formação e o desenvolvimento económico do concelho</p>	<p>Ajustar a oferta formativa tendo em conta as necessidades e prioridades dos setores económicos e do mercado de trabalho;</p> <p>Promover o envolvimento institucional da escola no tecido económico, social e cultural;</p> <p>Fomentar o empreendedorismo promovendo a capacidade empreendedora das escolas e dos seus alunos;</p> <p>Articular o envolvimento com a estrutura económica do Município;</p> <p>Valorizar os "clusters" estratégicos do concelho, promover os produtos endógenos e criar condições e apoios ao desenvolvimento de novos negócios e novas empresas;</p> <p>Melhorar a pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o mercado de trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissional e da sua qualidade;</p>
<p>Articulação entre a educação, formação e o desenvolvimento económico do concelho</p>	<p>Identificação das carências de qualificação e de formação dos setores produtivos, através de uma cultura de parceria entre os agentes locais (empresas, autarquia, escolas, associações, movimentos cívicos,...).</p>

10. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA.

As primeiras cartas escolares eram entendidas como um documento que previa pouco mais que uma inventariação e caracterização dos estabelecimentos de ensino de um dado território, tendo como referência um determinado ano letivo, mas, com a introdução das alterações decorrentes do Decreto-lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, a carta educativa passou a ser entendida como um documento de planeamento estratégico que, além de caracterizar e diagnosticar o momento atual deve também incluir projeções que permitam aferir tendências e necessidades futuras.

A importância do planeamento da rede escolar é indiscutível pelo que importa ressaltar que o processo de planeamento não termina com a elaboração das propostas de reorganização, pois carece de aprofundamento, revisão e atualização permanente, no sentido de adequar as propostas às diferentes dinâmicas municipais, designadamente no que se refere à evolução demográfica e socioeconómica, modificações do parque escolar e alterações legislativas (Costa e Barbosa, 2002).

A constante mudança dos fatores que intervêm na carta educativa torna-a muitas vezes desatualizada quando um novo ano letivo se inicia. Nesse sentido, a implementação de um processo de monitorização é essencial para conservar a sua atualidade durante o ciclo da sua vigência, além de permitir um acompanhamento e controlo da execução das propostas de reorganização, possibilitando a identificação de eventuais desvios face às propostas de reorganização da rede educativa efetuadas num primeiro momento.

A carta educativa deve ser assumida e reconhecida como um instrumento de planeamento estratégico, com um determinado horizonte temporal, construída com base num conjunto de pressupostos dentro os quais ressalta o princípio da flexibilidade. Tal fato pressupõe a necessidade de reajustamentos e readaptações face às alterações ocorridas, designadamente, o sistema educativo, a dinâmica urbanística, as dinâmicas sociodemográficas, os recursos financeiros, entre outros. E, nesse sentido, a implementação da carta educativa, enquanto documento prospetivo, deve integrar como etapa metodológica a função de monitorização de forma a minimizar as incertezas associadas a todo e qualquer processo de planeamento.

Essa monitorização permitirá a realização de reajustamentos no momento em que se detetarem desvios nas propostas formuladas numa primeira instância, permitindo a apresentação de soluções atempadas, mais adequadas e que garantam a sustentação e pertinência das propostas. Considerada como uma etapa metodológica das cartas educativas, já que é um processo que permite um maior ajustamento das políticas educativas à rede educativa municipal, confere-lhes uma maior eficiência, mas nem sempre os municípios a integram ou concretizam. A monitorização da carta educativa deverá contemplar três fases:

- 1) atualização de dados, após a definição de mecanismos que possibilitem, não só a sua recolha, mas também a organização e respetiva difusão pelos diferentes atores do processo educativo;

- 2) definição de um plano de ação no qual devem estar clarificados os objetivos a atingir, as fases de execução, os recursos envolvidos e as entidades a mobilizar no decurso do processo de monitorização;
- 3) avaliação de resultados, cujo objetivo será a apreciação, com carácter regular e periódico, do cumprimento dos objetivos definidos no plano de ação e respetiva calendarização, sugerindo-se uma avaliação anual, realizada após o início de cada ano letivo;

ESQUEMA 5 – PROCESSO DE MONITORIZAÇÃO (ME).



Considerando as etapas enunciadas no processo de monitorização da carta educativa, clarifica-se a metodologia a adotar:

- 1) **ATUALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO:** deverá ser enviado a todos os estabelecimentos de ensino um inquérito relativo aos dados referentes ao ano letivo iniciado, o que acontecerá nos finais de Novembro de cada ano, momento em que o sistema educativo se prevê estar praticamente estabilizado. A autarquia deverá possuir uma plataforma (tabela em excel) onde registará a recolha de dados no início de cada ano letivo, com os campos onde se proceda à identificação dos estabelecimentos de ensino, salas, população escolar, turmas, ensino especial, aproveitamento, oferta educativa, recursos humanos, associações de pais. Deverá igualmente proceder-se à recolha de dados acerca do número de alunos afetos às atividades complementares de ação educativa e do desporto escolar, alunos abrangidos pela ação social escolar e transporte escolar e dados respeitantes aos edifícios que constituem o parque escolar, sendo que este tipo de informação poderá ser adicionada à plataforma para o efeito, ou, em alternativa, poderá ser desenvolvido um questionário online que permitirá a recolha destes

dados no quadro da equipa de trabalho do Projeto Educativo Local. Destacamos a importância da recolha de dados acerca da morada dos alunos, como forma de perceber as dinâmicas da população escolar, em função da oferta educativa disponível no território. Para tal deverá ser criado um questionário que considerará a totalidade das freguesias que integram este território municipal, permitindo o preenchimento do número de alunos que são provenientes de cada uma delas e, ainda, uma questão de resposta aberta que permita a inclusão do número de jovens provenientes de outros municípios. Esta tarefa deverá ser da responsabilidade da Divisão da Educação da autarquia, neste caso do SASC ou, em alternativa, da equipa externa, se entretanto assim for equacionada.

As informações respeitantes à dinâmica demográfica e socioeconómica, ao construído e à rede de acessibilidades deverão ser atualizadas pelos diferentes serviços da autarquia e integrados no projeto de monitorização da carta educativa. Em qualquer dos casos a equipa deverá proceder à recolha, introdução e divulgação da informação nos diferentes layers da plataforma utilizada pela autarquia (ou entretanto concebida) para esta finalidade. Recomenda-se a utilização de um sistema de informação, com recurso a tecnologias de informação geográfica, assumir-se-á como uma ferramenta poderosa na organização e tratamento da informação resultante do processo de recolha dos dados.

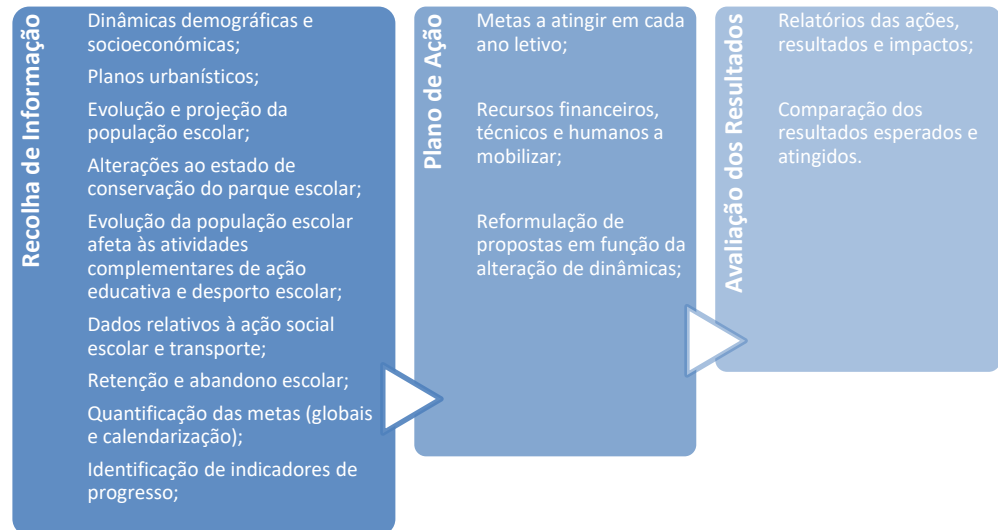
- 2) **PLANO DE AÇÃO:** com base na informação recolhida, tratada e sistematizada é elaborado um plano de atividades, para o qual se definem objetivos, metas e estratégias a atingir em cada ano letivo, as quais, naturalmente, devem estar em consonância com as grandes linhas de orientação de carta educativa, os recursos técnicos e humanos a mobilizar, e reformulação, caso necessário, das propostas definidas. No município de Alijó o principal aspeto no âmbito do plano de ação diz respeito à reorganização e requalificação dos espaços educativos. Partindo do pressuposto que a autarquia pretende manter os equipamentos existentes, uma das ações previstas poderá passar pela identificação do estado de conservação dos equipamentos, em especial na eficiência energética, não existindo a necessidade de construção de novos equipamentos para fazer face às atuais taxas de ocupação. Naturalmente, esta situação transitória está diretamente relacionada com a tendência generalizada de decréscimo dos efetivos escolares, a qual terá repercussões mais acentuadas no território e, conseqüentemente na reorganização do parque escolar, a médio prazo. Numa perspetiva de complementaridade, e caso a autarquia assim o entenda, estes mesmos espaços poderão ser utilizados como espaços de interação educativa e pedagógica, com uma aposta clara em atividades extraescolares que promovam uma transformação das práticas pedagógicas, em franca associação com a oferta educativa existente, cujos reflexos de melhoria dos resultados escolares serão evidentes.

Por outro lado, e considerando a importância da formação/qualificação e aprendizagem ao longo da vida, alguns dos espaços que se tornem excedentes podem também ser vocacionados para a realização de atividades formativas nos

mais diversos domínios, como seja educação para o empreendedorismo, educação para saúde, educação parental, entre outras que se considerem pertinentes, bem como ações de formação promovidas pelas entidades empresariais, justificadas pela necessidade de existir uma forte articulação entre estas e os próprios estabelecimentos de ensino. Finalmente há a considerar e definir os intervenientes neste processo, nomeadamente a Câmara Municipal de Alijó, o Conselho Municipal de Educação, o AE D. Sancho II, estabelecimentos de ensino da rede privada, empresas locais, associações, e outros que seensem ser pertinentes aquando da definição das metas a executar.

3) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS: consiste na consideração de todos os fatores acima enunciados que devem transformar a carta educativa num documento aberto e que implica a necessidade de uma atualização e revisão constante. Torna-se necessário o desenvolvimento de relatórios que espelhem as ações, resultados e impactos do documento e que, por outro lado, efetuem uma comparação entre os resultados esperados e os atingidos, permitindo que o próprio processo de planeamento se autoavalie. Nesta etapa devem também ser identificados os fatores críticos de sucesso que permitiram, ou não, atingir os resultados definidos. É muito importante salientar o papel do Conselho Municipal de Educação, enquanto estrutura organizativa que deve contribuir e mesmo possuir uma visão integrada do sistema educativo e das especificidades locais, no sucesso das metas e posterior avaliação da sua implementação no terreno. A avaliação das políticas educativas e da reorganização da rede educativa proposta pode ser realizada no final de cada ano letivo, resultando dessa mesma avaliação um relatório de diagnóstico do sistema educativo municipal. Todavia, é recomendável que seja efetuada uma análise das tendências observadas no sistema educativo municipal, com base no inquérito anual de atualização, no decorrer da primeira reunião do Conselho Municipal de Educação de cada ano civil.

As cartas educativas municipais de 2ª geração enquadram-se num contexto muito distinto relativamente às que foram realizadas há mais de uma década. Nessas, a observação dos normativos estabelecidos pela administração central que nortearam a esmagadora maioria das reorganizações de rede escolar. As presentes cartas educativas apresentam essencialmente lógicas municipais, enquadradas na visão que as equipas políticas e técnicas das autarquias adquiriram em mais de uma década de experiência. Para isto, ainda contribui largamente a capacidade de interação com os restantes atores educativos e população, num diálogo e negociação sobre possíveis encerramentos ou reorganizações funcionais dos equipamentos educativos.

ESQUEMA 6 – ETAPAS DA FASE DA MONITORIZAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA (ME).

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Alijó, com os seus 10 846 residentes (censos 2021), apresenta-se como um território de baixa densidade e apresenta, em termos educativos, características muito particulares, tanto na componente da “procura”, com os seus 843 alunos que frequentam os 15 estabelecimentos de ensino (2023/24) que integram a oferta educativa da rede pública. Estes valores merecem uma análise atenta no presente e exigem uma reflexão profunda sobre o que se pretende no futuro para o parque escolar do município de Alijó, tendo sempre presente que este território apresenta características geográficas, demográficas e socioculturais diferenciadas (e difíceis!), que refletem a sua localização no interior do país, onde a baixa densidade e a ruralidade contribuem para agravar as assimetrias. Aliás, o cotejamento do território permite distinguir, genericamente, três setores que refletem as dinâmicas sociais e históricas observadas.

Em primeiro lugar, temos a sede de concelho, em que a população residente se enquadra num estrato social médio, em termos económicos. Em segundo, o mundo rural cujas características, em comparação com a área mais urbana da sede de concelho, refletem uma quebra mais acentuada da densidade populacional e onde o modo de vida rural constitui a principal atividade e subsistência de inúmeros agregados familiares. E, por fim, a terceira área corresponde à parte sul do território, marcada por um posicionamento geográfico caracterizado pelo vale do Douro, onde o isolamento é mais evidente, ao qual acrescem as dificuldades de mobilidade e acessibilidade e cujas consequências se refletem de modo bem vincado, em todas as suas vertentes do quotidiano dos seus habitantes.

Após décadas de diferentes vicissitudes escolares no concelho, sobretudo de quebra, que provocaram dificuldades e ruturas do lado da oferta, com o esvaziamento de muitos estabelecimentos, com consequentes dificuldades de horários, processos reativos na edificação e distribuição de escolas, ausência de infraestruturas de apoio na componente extracurricular, etc., as projeções demográficas (gerais e escolares) vieram transformar a evolução que se observava. A quebra expetável de crianças e jovens no ingresso e frequência na totalidade dos níveis de ensino entre os anos letivos 2022/2023 e 2023/2024 obriga a repensar as políticas educativas de esfera autárquica sobre o seu parque escolar, num momento em que em termos administrativos também são observadas mudanças em contexto educativo. Se dúvidas subsistissem, relembrem-se as transformações observadas na interação entre os estabelecimentos de ensino, os desafios e obstáculos colocados pelos fluxos (mobilidades) dos alunos intra e intermunicipais, bem como a análise efetuada aquando da primeira carta educativa já demonstrava a importância da reorganização do parque escolar. Compreenda-se que essa importância se manifesta quer quando as infraestruturas se tornam insuficientes e a comunidade que delas carece exige a sua construção ou ampliação dos estabelecimentos, quer quando o parque escolar se torna desajustado face à diminuição de alunos, deixando subentendido que se obriga a uma reorganização da rede escolar a curto/médio prazo, com vista à criação de condições de maior igualdade de oportunidades para todas crianças e jovens do município.

A abordagem efetuada no quadro da presente reorganização da rede escolar do município de Alijó, reflete, em diferentes níveis, as expetativas fornecidas pelas projeções da população escolar para a próxima década, quer a nível municipal, quer a nível do

agrupamento/estabelecimento de ensino e ainda nos diferentes níveis de ensino. Neste sentido, a constituição e distribuição do atual parque escolar pelos diferentes setores do território municipal, o estado de conservação do edificado e a taxa de ocupação dos estabelecimentos de ensino, ofereceu a base de análise para ponderar o conjunto das propostas conforme os níveis de ensino e de acordo com os “princípios orientadores” (eixos de intervenção) enunciados neste projeto:

- Criação de condições de igualdade de acesso a um ensino de qualidade para todos os alunos dentro do território municipal;
- Requalificar o edificado existente do parque escolar, mormente na escola-sede do AE D. Sancho II, Alijó;
- Ordenamento da rede escolar assente na eventual reorganização dos estabelecimentos de ensino existentes (ampliação, requalificação e reconversão) com vista à rentabilização dos espaços existentes, no quadro de uma racionalidade que se pretende dinâmica;
- Alargar o ensino da Música aos alunos do Pré-escolar do concelho.
- Continuar a assegurar a componente de apoio à Família, diversificando as respostas sociais, em tempo de férias para os alunos até aos 12 anos.
- Oferecer transportes escolares gratuitos a todos os alunos do concelho, tentando adaptar os circuitos de acordo com o número de alunos, num menor tempo de transporte.
- Garantir a comparticipação das refeições a todos os alunos do Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico.
- Possibilidade de apresentar candidaturas para a requalificação do edificado escolar.
- Cedência dos espaços desportivos ao AE D. Sancho II.
- Gabinete de acompanhamento e inclusão dos alunos, famílias e comunidades.
- Articular toda a agenda cultural do Município com o projeto educativo e plano de atividades anual dos estabelecimentos de Ensino do Concelho.
- Manutenção da linha online com intuito de acolher sugestões, reclamações, ou dúvidas dos alunos e comunidade educativa.

- Utilização de novos espaços tecnológicos e experimentais, com incentivo ao empreendedorismo e responsabilidade social, nomeadamente os espaços culturais.
- Promover nos estabelecimentos de ensino do concelho, um serviço de qualidade, com a promoção do bem-estar, em articulação e parceria entre a comunidade escolar, o município e as respetivas entidades locais (sociais, culturais e económicos) com o intuito de captar os alunos do concelho e da restante região.

Assumindo como pilares as novas estratégias para a educação em Alijó na próxima década (Projeto Educativo Local), e quando se procura efetuar uma síntese sobre as diferentes propostas de reorganização da rede escolar assumidas nesta Carta Educativa de 2ª geração, verifica-se que estas assumem uma relativa dualidade, decorrente da anterior relação entre o parque escolar de gestão autárquica, designadamente na educação pré-escolar, no 1.º CEB, e na sua relação com os multiníveis de gestão do poder central. A análise e formulação de propostas no âmbito da Educação Pré-escolar e do 1.º CEB, são aquelas que habitualmente se colocam perante a estimativa de diminuição de alunos e no cumprimento dos objetivos que este tipo de processos apresentam relativamente aos eleitos e às populações, devendo apresentar abordagens diferenciadas no quadro da gestão municipal.

No contexto da Educação Pré-Escolar, e como o recente normativo da tutela defende a disponibilização de salas da rede pública para uma frequência universal das crianças com 3, 4 e 5 anos, importa refletir sobre o planeamento futuro da rede no município de Alijó. Efetivamente, e baseando a análise na evolução do número de crianças com idade de frequentar a educação pré-escolar nas próximas décadas será exetável uma diminuição dos quantitativos escolares no concelho. Por outro lado, não deve ser esquecida a percentagem, ainda que mais reduzida, dos alunos inscritos na oferta privada que, na eventualidade de ser descontinuada, esses mesmos alunos terão que ingressar na oferta pública. A constatação da diminuição dos inscritos e matriculados obriga a um exame sobre as propostas de intervenções em equipamentos no sentido de os dotar de mais salas de atividade que, num curto espaço de tempo poderão deixar de ser utilizadas em virtude das baixas taxas de ocupação. Esse ponto de vista considera que as crianças (considerando a projeção de nascimentos para o final da década) disponíveis e futuras para integrar o ano letivo 2024/25 e 2025/26, bem como as projeções escolares realizadas para 2026 e 2031, serão em menor número, podendo ser necessário suspender a atividade de JI com quantitativos inferiores a uma dezena. Ora, o encerramento de estabelecimentos de ensino pré-escolar ditará a necessidade de transferir os alunos existentes para a Escola Básica de Alijó, o que concorrerá para o aumento da taxa de ocupação das salas, podendo mesmo ser excedida e tornar o número de salas afetas insuficientes. Poderá se colocar a necessidade de ampliação da estrutura, ainda que esses valores dos alunos não sejam permanentes, mesmo considerando a possibilidade de um incremento extraordinário de crianças de naturalidade e/ou nacionalidade estrangeira. O momento exige sobretudo a definição de estratégias a mais curto prazo e um planeamento que se baseie numa “*navegação à vista ou bolinagem*”, em virtude da complexidade em estimar o comportamento e ação das

dinâmicas da população escolar. Naturalmente, poderá ser considerada a possibilidade da desativação de salas que podem vir a ser direcionadas para a educação pré-escolar, bem como a articulação com os equipamentos afetos à rede particular, os quais, no município de Alijó, apresentam um peso considerável neste nível de educação e ensino. Assim, para a Educação pré-escolar as propostas de reorganização, na sua maioria, apontam para o encerramento dos JI de Favaios, São Mamede e do Castedo, por falta de inscrições e matrículas, e a manutenção dos equipamentos JI restantes, em que a abertura de novas salas se encontra dependente da evolução da demografia escolar.

No que se refere ao 1º CEB, não obstante o facto de em 2022/2023 e 2023/24 se registarem mais crianças disponíveis para integrar este nível de ensino, as propostas de reorganização da rede escolar devem refletir os diferentes contextos sociodemográficos do município de Alijó. Neste sentido, para os territórios rurais e de baixa densidade, onde a natalidade é mais reduzida e onde a reorganização escolar fez centralizar num único estabelecimento de ensino os recursos afetos ao 1º CEB e, embora se defenda a existência de uma sala e de professor por turma, estes territórios apresentam um quadro particular que obriga a soluções de compromisso adaptadas em função das realidades diversas e, em alguns casos, com a necessidade de intervenção de toda a comunidade na concretização de projetos educativos de escola. De uma forma geral, a diminuição geral da população escolar nos próximos anos possibilitará e exigirá uma reorganização dos espaços e do número de alunos por turma, procurando uma melhoria contínua das condições de ensino.

Um dos projetos mais inovadores que se propõem neste documento passa pela revitalização da Escola Básica N.º 1 do Pinhão. Depois de avaliadas as potencialidades deste estabelecimento, bem como o equilíbrio e a projeção da procura escolar, compreendeu-se com facilidade que a oferta escolar não satisfaz a procura escolar, nem contempla a necessidade de recursos humanos muito especializados do tecido empresarial local e, sobretudo, regional. Nesse sentido destaca-se a reconversão da atual Escola Básica N.º 1 do Pinhão num estabelecimento de ensino profissional inovar e especializado na área da agricultura e turismo. Esse projeto de reconversão é uma estratégia que atende às necessidades específicas do mercado de trabalho local e promove o desenvolvimento sustentável da região. Em primeiro lugar, promoverá e apoiará o tecido económico local. O Pinhão está no coração da região do Douro, conhecida pela produção de vinhos e outros produtos agrícolas de excelência, pelo que uma escola profissional formará jovens e adultos com competências técnicas avançadas em viticultura, enologia, operadores de maquinaria, gestão agrícola, fortalecendo o setor local. Concomitantemente, o turismo é outra vertente essencial para a região, especialmente o enoturismo e o ecoturismo. Uma escola especializada pode formar profissionais capacitados para atender à crescente demanda por serviços turísticos de qualidade, principalmente na hotelaria e na restauração, alinhados às especificidades culturais e naturais da região. Em segundo lugar, o projeto de um estabelecimento de ensino profissional dará resposta às necessidades do mercado de trabalho. Ao oferecer formação técnica e prática em áreas com alta empregabilidade, a escola pode contribuir para a inserção de jovens no mercado de trabalho e para a redução do desemprego jovem. A qualificação específica pode incentivar a criação de negócios locais, como pequenas propriedades agrícolas, empresas de restauração e/ou turísticos ou

serviços especializados ligados ao Enoturismo, fomentando o empreendedorismo. Em terceiro lugar, o projeto contribuirá de forma indelével para o desenvolvimento sustentável da região. A escola ajuda a reter jovens na localidade, reduzindo a migração para centros urbanos e promovendo a continuidade das tradições e práticas locais (fixação de população jovem). O currículo pode incluir práticas sustentáveis, preservação ambiental e valorização do património cultural, promovendo um desenvolvimento que respeite os recursos locais. E a especialização torna-se um atrativo para alunos de outras regiões, o que pode fortalecer a economia local e atrair novos investimentos públicos e privados. Portanto, uma escola profissional especializada em agricultura e turismo no Pinhão não só moderniza o sistema de ensino local, mas também se tornará um catalisador para o crescimento económico, social e cultural da região, alinhando educação, mercado de trabalho e desenvolvimento sustentável.

Integrado nesse projeto destinado à Escola Básica N.º 1 do Pinhão e aplicável à Escola Básica e Secundária D. Sancho II, Alijó, destaca-se o programa do ensino bilingue, com foco na captação de alunos. Em termos operacionais, essa proposta visa desenvolver competências globais nos alunos, proporcionando uma educação bilíngue que prepare os alunos para o mundo globalizado, ampliando as suas oportunidades de acesso a universidades e mercados de trabalho internacionais, tornando a escola mais atrativa para famílias que valorizam uma formação de excelência; fortalecer o diferencial competitivo da escola, implementando e promovendo o ensino bilíngue como um dos pilares da instituição, destacando-o como um diferencial educativo que atende às demandas de uma sociedade multicultural, o que potencializa a captação de alunos em busca de uma formação moderna e internacional; promover a inclusão e valorização da diversidade linguística e cultural, oferecendo um ambiente que valorize o bilinguismo e a interculturalidade, criando um espaço educativo inclusivo que atraia famílias interessadas em formar alunos cidadãos globais, respeitosos das diferenças e com elevado capital cultural.

Em termos da rede do 3.º CEB e Ensino Secundário, pode assumir-se desde já que o decréscimo de alunos previsto até ao final da década exigirá a reorganização dos espaços e reajustamento das turmas. Todavia, dada a existência de um único AE neste território, não pode haver lugar, nem necessidade de proceder ao encerramento de equipamentos cuja oferta se situa no 3.ºCEB e Secundário.

Não deixa de ser já uma situação preocupante antever que, na próxima década, o decréscimo do número de alunos poderá colocar em risco o funcionamento do AE D. Sancho II nos moldes de gestão atual. A quebra da taxa de ocupação será então muito inferior à presente, pelo que as propostas de reorganização deverão privilegiar mudanças de tipologia, de resto, tal como já tem vindo a ser implementado pela autarquia.

12. ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES, MAPAS, FIGURAS, ESQUEMAS E QUADROS.

ESQUEMA 1 – ORGANIZAÇÃO DO AE D. SANCHO II, ALIJÓ.	95
ESQUEMA 2 – ORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS DO AE D. SANCHO II, ALIJÓ.	96
ESQUEMA 3 – ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO GERAL DO AE D. SANCHO II, ALIJÓ.	97
ESQUEMA 4 – ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO GERAL DO AE D. SANCHO II, ALIJÓ.	116
ESQUEMA 5 – PROCESSO DE MONITORIZAÇÃO (ME).	228
ESQUEMA 6 – ETAPAS DA FASE DA MONITORIZAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA (ME).	231
FIGURA 1 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM ALIJÓ, ENTRE 1900 E 2021.	26
FIGURA 2 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR FREGUESIAS DO CONCELHO DE ALIJÓ, ENTRE 2001 E 2021 (N.º).	28
FIGURA 3 – VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO POR NÚMERO DE HABITANTES RESIDENTES NO CONCELHO DE ALIJÓ, ENTRE 2011 E 2021 (%).	29
FIGURA 4 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DOS NADOS-VIVOS EM ALIJÓ, ENTRE 2016-2022.	32
FIGURA 5 – EVOLUÇÃO DA TAXA BRUTA DA NATALIDADE NO CONCELHO DE ALIJÓ, ENTRE 2016-2022 (%).	32
FIGURA 6 – EVOLUÇÃO DA TAXA BRUTA DA FECUNDIDADE NO CONCELHO DE ALIJÓ, ENTRE 2016-2022 (%).	33
FIGURA 7 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE MORTALIDADE NO CONCELHO DE ALIJÓ, ENTRE 2016-2021 (‰).	34
FIGURA 8 – EVOLUÇÃO DOS ÓBITOS NO CONCELHO DE ALIJÓ, ENTRE 2016-2021 (N.º).	35
FIGURA 9 – A NATALIDADE, A MORTALIDADE E O SALDO NATURAL NO CONCELHO DE ALIJÓ, ENTRE 2016 E 2022. (N.º).	35
FIGURA 10 – A TAXA DE NATALIDADE, A TAXA DE MORTALIDADE E A TAXA DE CRESCIMENTO NATURAL NO CONCELHO DE ALIJÓ, ENTRE 2015-2022 (‰).	36
FIGURA 11 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA, POR FREGUESIA, ENTRE 2011 E 2021 (%).	36
FIGURA 12 – POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE ALIJÓ, SEGUNDO OS GRUPOS ETÁRIOS ENTRE 2011 E 2021 (N.º).	38
FIGURA 13 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE ALIJÓ, SEGUNDO OS GRUPOS ETÁRIOS 15 A 24 ANOS E 65 ANOS OU MAIS ANOS ENTRE 1981 E 2021.	39
FIGURA 14 – PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE ALIJÓ EM 2011 (%).	39
FIGURA 15 – PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE ALIJÓ EM 2021 (%).	40
FIGURA 16 – PROVÁVEL EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE ALIJÓ, ENTRE 1960 E 2031 (N.º).	42
FIGURA 17 – POPULAÇÃO RESIDENTE DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA EM ALIJÓ E SUA EVOLUÇÃO ENTRE 2011 E 2021 (%).	49
FIGURA 18 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA, RESIDENTE EM ALIJÓ, FACE À POPULAÇÃO DE NACIONALIDADE PORTUGUESA NOS ANOS DE 2011 E 2021 (N.º DE INDIVÍDUOS).	50
FIGURAS 19A/B – POPULAÇÃO RESIDENTE EM ALIJÓ, DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA, POR PAÍS DE ORIGEM NO ANO DE 2021 (%).	50
FIGURA 20 – POPULAÇÃO RESIDENTE EM ALIJÓ, DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA, POR PAÍS DE ORIGEM (N.º).	51
FIGURA 21 – EVOLUÇÃO DAS FAMÍLIAS CLÁSSICAS ENTRE OS ANOS DE 2011 E 2021, EM ALIJÓ (N.º).	55
FIGURA 22 – EVOLUÇÃO DAS FAMÍLIAS UNIPESSOAIS, ENTRE OS ANOS DE 2011 E 2021, NO CONCELHO DE ALIJÓ (%).	55
FIGURA 23 – EVOLUÇÃO DAS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS ENTRE OS ANOS DE 2011 E 2021 NAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE ALIJÓ (%).	56
FIGURA 24 – ALOJAMENTOS OCUPADOS PELOS PROPRIETÁRIOS POR ESCALÃO DE ENCARGOS COM ALUGUER EM ALIJÓ, 2021 (N.º).	61
FIGURA 25 – ALOJAMENTOS OCUPADOS PELOS ARRENDATÁRIOS POR ESCALÃO DE ENCARGOS COM COMPRA EM ALIJÓ,	

2021 (N.º).	61
FIGURA 26 – MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO EM ALIJÓ (N.º).	62
FIGURA 27 – POPULAÇÃO RESIDENTE ESTUDANTE POR LOCAL DE ESTUDO (N.º).	63
FIGURA 28 – TAXA DE DESEMPREGO, POR HOMENS E MULHERES, EM ALIJÓ, ENTRE 2011 E 2021 (%).	64
FIGURA 29 – POPULAÇÃO EMPREGADA POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÓMICA, NO CONCELHO DE ALIJÓ, ENTRE 2011 E 2021 (N.º).	80
FIGURA 30 – POPULAÇÃO EMPREGADA POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÓMICA, NO CONCELHO DE ALIJÓ, EM 2021.	80
FIGURA 31 – POPULAÇÃO EMPREGADA POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE MAIS ELEVADA COMPLETO, EM ALIJÓ, EM 2021 (N.º).	81
FIGURA 32 – POPULAÇÃO EMPREGADA POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE MAIS ELEVADA COMPLETO, EM ALIJÓ, EM 2021.	82
FIGURA 33 – POPULAÇÃO EMPREGADA POR PROFISSÃO, EM ALIJÓ, EM 2021, CPP (N.º).	83
FIGURA 34 – PERCENTAGEM DE ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NA OFERTA ESCOLAR PÚBLICA, POR NÍVEIS, NO CONCELHO DE ALIJÓ, NO ANO LETIVO 2023/24.	133
FIGURA 35 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NA OFERTA ESCOLAR PÚBLICA, TOTAL, NO CONCELHO DE ALIJÓ, ENTRE OS ANOS LETIVOS 2020/21 A 2022/23 (NÚMERO).	134
FIGURA 37 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO PRÉ-ESCOLAR, NO CONCELHO DE ALIJÓ, ENTRE 2020/21 E 2023/24. (N.º).	135
FIGURA 38 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO 1.ºCEB, NO CONCELHO DE ALIJÓ, ENTRE 2020/21 E 2023/24. (N.º).	136
FIGURA 39 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO 2.ºCEB, NO CONCELHO DE ALIJÓ, ENTRE 2020/21 E 2023/24. (N.º).	137
FIGURA 40 – TOTAL DOS ALUNOS MATRICULADOS NO 3.ºCEB, ENTRE 2020/21 E 2023/24. (N.º).	138
FIGURA 41 – TOTAL DOS ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO SECUNDÁRIO, ENTRE 2020/21 E 2023/24. (N.º).	139
FIGURA 42 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO PROFISSIONAL, NO CONCELHO DE ALIJÓ, ENTRE 2020/21 E 2023/24. (N.º).	140
FIGURA 43 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, NA OFERTA PÚBLICA, ENTRE 2020/21 E 2023/24. (N.º).	142
FIGURA 44 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, NO PRÉ-ESCOLAR, ENTRE 2020/21 E 2023/24.	142
FIGURA 45 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, NO 1.º CEB, ENTRE 2020/21 E 2023/24 (N.º).	143
FIGURA 46 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, NO 2.º CEB, ENTRE 2020/21 E 2023/24 (N.º).	143
FIGURA 47 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, NO 3.º CEB, ENTRE 2020/21 E 2023/24 (N.º).	144
FIGURA 48 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, NO ENSINO SECUNDÁRIO, ENTRE 2020/21 E 2023/24 (N.º).	144
FIGURA 49 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, NO ENSINO PROFISSIONAL, ENTRE 2020/21 E 2023/24 (N.º).	145
FIGURA 50 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO 1.ºCEB, EM 2023/24 (N.º).	152
FIGURA 51 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS, NO 1.ºCEB, EM 2023/24 (%).	153
FIGURA 52 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO 2.ºCEB, EM 2022/23 (N.º).	154
FIGURA 53 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS, NO 2.ºCEB, EM 2022/23 (%).	155
FIGURA 54 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO 3.º CEB, EM 2022/23 (N.º).	156
FIGURA 55 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS, NO 3.ºCEB, EM 2022/23 (%).	157
FIGURA 56 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO ENSINO SECUNDÁRIO, EM 2022/23 (N.º).	157
FIGURA 57 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS, NO ENSINO SECUNDÁRIO, EM 2022/23 (%).	157
FIGURA 58 – RESULTADOS DOS EXAMES DO 3.ºCEB, ENTRE 2015/16 E 2018/19.	209
MAPA 1 – CONCELHO DE ALIJÓ (PBN, 2023).	20
MAPA 2 – FREGUESIAS DE ALIJÓ (PBN, 2023).	21

QUADRO 1 – TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NA SUB-REGIÃO DOURO.	23
QUADRO 2 – TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NOS MUNICÍPIOS LIMÍTROFES.	23
QUADRO 3 – CARACTERIZAÇÃO GLOBAL DAS DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS NO CONTEXTO REGIONAL E NACIONAL.	24
QUADRO 4 – TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM ALIJÓ ENTRE 1900-2021 E SUA VARIAÇÃO (N.º E %).	25
QUADRO 5 – TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE ALIJÓ EM 2021 (N.º).	26
QUADRO 6 – TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE ALIJÓ, POR SEXO, EM 2021 (N.º).	27
QUADRO 7 – DENSIDADE POPULACIONAL DAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE ALIJÓ (HAB./KM ²).	27
QUADRO 8 – TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE ALIJÓ, ENTRE 2001-2021 (N.º).	28
QUADRO 9 – NADOS-VIVOS POR FREGUESIAS DO CONCELHO DE ALIJÓ, ENTRE 2016 E 2022.	31
QUADRO 10 – ÓBITOS E TAXA DE MORTALIDADE NO CONCELHO DE ALIJÓ ENTRE 2016 E 2022. (N.º; ‰)	34
QUADRO 11 – DINÂMICA NATURAL NO CONCELHO DE ALIJÓ, ENTRE 2016 E 2021 (N.º; ‰)	37
QUADRO 12 – ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO, ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA E ESTRUTURA ETÁRIA, POR FREGUESIA, DO CONCELHO DE ALIJÓ, EM 2021 (%).	40
QUADRO 13 – ÍNDICES DE DEPENDÊNCIA, POR FREGUESIA, DO CONCELHO DE ALIJÓ, EM 2021 (N.º).	41
QUADRO 14 – PROVÁVEL EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE ALIJÓ ENTRE 1960-2031.	42
QUADRO 15 – PROVÁVEL EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, NO CONCELHO DE ALIJÓ, POR GRANDES GRUPOS ETÁRIOS, ENTRE 2011 E 2031 (ESTIMATIVA MÉDIA).	42
QUADRO 16 – PROVÁVEL EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR FREGUESIA, NO CONCELHO DE ALIJÓ, ENTRE 2011 E 2031. (ESTIMATIVA MÉDIA).	43
QUADRO 17 – PROVÁVEL EVOLUÇÃO DA NATALIDADE, POR FREGUESIA, NO CONCELHO DE ALIJÓ, ENTRE 2015 E 2031.	45
QUADRO 18 – PROVÁVEL EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR GRANDES GRUPOS ETÁRIOS, ENTRE 2011 E 2031 (N.º), (ESTIMATIVA ALTA).	46
QUADRO 19 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO POR GRUPO ETÁRIO FACE À TOTALIDADE DA POPULAÇÃO RESIDENTE (N.º), (ESTIMATIVA ALTA).	46
QUADRO 20 – PROVÁVEL EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR, POR GRUPOS ETÁRIOS, ENTRE 2021 E 2031, EM ALIJÓ.	47
QUADRO 21 – PROVÁVEL EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR, POR GRUPOS ETÁRIOS, ENTRE 2021 E 2031, FACE À POPULAÇÃO JOVEM (0-19) EM ALIJÓ.	47
QUADRO 22 – EVOLUÇÃO DAS FAMÍLIAS NAS FREGUESIAS DE ALIJÓ, COMPOSTAS POR FILHOS, EM 2021 (N.º DE FAMÍLIAS).	56
QUADRO 23 – FAMÍLIAS NAS FREGUESIAS DE ALIJÓ, POR DIMENSÃO, NO ANO DE 2021 (N.º DE FAMÍLIAS).	58
QUADRO 24 – FILHOS NOS NÚCLEOS FAMILIARES POR LOCAL DE RESIDÊNCIA E TIPO DE NÚCLEO FAMILIAR, EM 2021, EM ALIJÓ (N.º).	58
QUADRO 25 – ESTRUTURAS FAMILIARES E SUA COMPOSIÇÃO, POR FREGUESIA, EM ALIJÓ, EM 2021 (N.º).	58
QUADRO 26 – ALOJAMENTOS OCUPADOS PELOS ARRENDATÁRIOS POR ESCALÃO DE ENCARGOS COM ALUGUER EM ALIJÓ FACE AOS CONCELHOS LIMÍTROFES (N.º).	62
QUADRO 27 – ALOJAMENTOS OCUPADOS PELOS PROPRIETÁRIOS POR ESCALÃO DE ENCARGOS COM COMPRA EM ALIJÓ FACE AOS CONCELHOS LIMÍTROFES (N.º).	62
QUADRO 28 – DURAÇÃO MÉDIA DOS MOVIMENTOS PENDULARES DA POPULAÇÃO RESIDENTE OU ESTUDANTE POR LOCAL DE RESIDÊNCIA (2021) (MINUTOS (')).	63
QUADRO 29 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO ESTUDANTE QUE SAI E ENTRA NO CONCELHO DE ALIJÓ POR LOCAL DE RESIDÊNCIA, EM 2011 (N.º).	64
QUADRO 30 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO ESTUDANTE QUE SAI E ENTRA NO CONCELHO DE ALIJÓ POR LOCAL DE RESIDÊNCIA, EM 2021 (N.º).	64
QUADRO 31 – TAXA DE DESEMPREGO, POR FREGUESIA DO CONCELHO DE ALIJÓ, EM 2021 (%).	65

QUADRO 32 – RELAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS DO RMG, RSI E SD NO CONCELHO DE ALIJÓ, EM 2021 E 2011 (%).	65
QUADRO 33 – POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE ALIJÓ, TOTAL E POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO MAIS ELEVADO, EM 2021 (N.º; %).	70
QUADRO 34 – POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE ALIJÓ, DO SEXO FEMININO COM 15 E MAIS ANOS, TOTAL E POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO MAIS ELEVADO (N.º).	70
QUADRO 35 – POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE ALIJÓ, DO SEXO MASCULINO COM 15 E MAIS ANOS, TOTAL E POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO MAIS ELEVADO (%).	70
QUADRO 36 – TAXA DE ANALFABETISMO POR FREGUESIA E SEXO EM 2021 (%).	70
QUADRO 37 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM 15 E MAIS ANOS DE IDADE SEM NENHUM NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO POR FREGUESIA (N.º).	71
QUADRO 38 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM IDADE ENTRE 20 E 24 ANOS COM PELO MENOS O ENSINO SECUNDÁRIO COMPLETO POR FREGUESIA, EM ALIJÓ, EM 2021 (%).	71
QUADRO 39 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM IDADE ENTRE 30 E 34 ANOS COM PELO MENOS O ENSINO SUPERIOR COMPLETO (%) POR FREGUESIA, EM ALIJÓ, EM 2021 (%).	73
QUADRO 40 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM PELO MENOS O 3.º CICLO DE ENSINO BÁSICO COMPLETO, POR FREGUESIA E SEXO, EM ALIJÓ (%).	73
QUADRO 41 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM ENSINO SECUNDÁRIO COMPLETO, POR FREGUESIA E SEXO, EM ALIJÓ (%).	74
QUADRO 42 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM ENSINO SUPERIOR COMPLETO, POR FREGUESIA E SEXO, EM ALIJÓ (%).	74
QUADRO 43 – TAXA BRUTA DE ESCOLARIZAÇÃO NO CONCELHO DE ALIJÓ (%).	75
QUADRO 44 – TAXA BRUTA DE ESCOLARIZAÇÃO NO CONCELHO ALIJÓ - HOMENS (%).	75
QUADRO 45 – TAXA BRUTA DE ESCOLARIZAÇÃO NO CONCELHO DE ALIJÓ - MULHERES (%).	75
QUADRO 46 – TAXA REAL DE ESCOLARIZAÇÃO NO CONCELHO DE ALIJÓ (%).	76
QUADRO 47 – TAXA REAL DE ESCOLARIZAÇÃO NO CONCELHO DE ALIJÓ - HOMENS (%).	76
QUADRO 48 – TAXA REAL DE ESCOLARIZAÇÃO NO CONCELHO DE ALIJÓ - MULHERES (%).	76
QUADRO 49 – POPULAÇÃO ATIVA NO CONCELHO DE ALIJÓ EM 2021 (N.º).	78
QUADRO 50 – TAXA DE ATIVIDADE NO CONCELHO DE ALIJÓ EM 2021 (%).	78
QUADRO 51 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EMPREGADA NO CONCELHO DE ALIJÓ, POR GRUPO ETÁRIO, EM 2021 (N.º E %).	79
QUADRO 52 – POPULAÇÃO EMPREGADA POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE MAIS ELEVADA COMPLETO, NOS MUNICÍPIOS LÍMITROFES AO CONCELHO DE ALIJÓ, EM 2021 (N.º).	82
QUADRO 53 – GANHO MÉDIO MENSAL DA POPULAÇÃO EMPREGADA POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE MAIS ELEVADA COMPLETO, EM ALIJÓ, EM 2021 (EUR.).	83
QUADRO 54 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DESEMPREGADA POR SEXO, NOS MUNICÍPIOS LÍMITROFES A ALIJÓ, ENTRE 2011-2021 (N.º)	87
QUADRO 55 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DESEMPREGADA POR GRUPO ETÁRIO, NO CONCELHO DE ALIJÓ, EM 2021.	87
QUADRO 56 – OFERTA EDUCATIVA PÚBLICA POR TIPOLOGIA NO ANO LETIVO 2023/24.	90
QUADRO 57 – OFERTA EDUCATIVA PÚBLICA (ENSINO PRÉ-ESCOLAR) NO ANO LETIVO 2023/24.	90
QUADRO 58 – OFERTA EDUCATIVA PÚBLICA (1.º CEB) NO ANO LETIVO 2023/24.	90
QUADRO 59 – OFERTA EDUCATIVA PÚBLICA (2.º e 3.º CEB) NO ANO LETIVO 2023/24.	90
QUADRO 60 – OFERTA EDUCATIVA PÚBLICA (ENSINO SECUNDÁRIO, REGIME GERAL E ENSINO PROFISSIONAL) NO ANO LETIVO 2023/24.	90
QUADRO 61 – OFERTA EDUCATIVA E COMPLEMENTAR NO ANO LETIVO 2023/24.	92

QUADRO 62 – COMPOSIÇÃO DOS SERVIÇOS.	97
QUADRO 63 – ELENCO DAS PRINCIPAIS ENTIDADES PROTOCOLADAS COM O AE D. SANCHO II, ALIJÓ, EM 2023/24.	98
QUADRO 64 – ELENCO DAS PRINCIPAIS ENTIDADES PROTOCOLADAS COM O AE D. SANCHO II, ALIJÓ, EM 2023/24.	99
QUADRO 65 – DIAGNÓSTICO DE CONSTRANGIMENTOS.	100
QUADRO 66 – MAPA DE SALAS DO ENSINO PRÉ-ESCOLAR.	122
QUADRO 67 – MAPA DE SALAS DO ENSINO 1.ºCEB.	122
QUADRO 68 – MAPA DE SALAS DO ENSINO 2,3.ºCEB E SECUNDÁRIO.	122
QUADRO 69 – MAPA GERAL DE SALAS E ESPAÇOS FUNCIONAIS	123
QUADRO 70 – NÚMERO DE ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NA OFERTA ESCOLAR PÚBLICA NO CONCELHO DE ALIJÓ, NO ANO LETIVO 2023/24.	128
QUADRO 71 – NÚMERO DE TURMAS EXISTENTES POR NÍVEL NO ANO LETIVO 2023/24.	128
QUADRO 72 – NÚMERO DE TURMAS EXISTENTES POR ESCOLA E POR NÍVEL NO ANO LETIVO 2023/24.	128
QUADRO 73 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR ESCOLA E TURMA, NO NÍVEL PRÉ-ESCOLAR, NO ANO 2023/24.	128
QUADRO 74 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR ESCOLA E TURMA, NO 1.ºCEB, NO ANO 2023/24.	129
QUADRO 75 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR ESCOLA E TURMA, NO 2.ºCEB, NO ANO 2023/24.	129
QUADRO 76 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR ESCOLA E TURMA, NO 3.ºCEB, NO ANO 2023/24.	129
QUADRO 77 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR ESCOLA E TURMA, NO 3.ºCEB, NO ANO 2023/24.	129
QUADRO 78 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR ESCOLA E TURMA, NO 3.ºCEB, NO ANO 2023/24.	129
QUADRO 79 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR ESCOLA E TURMA, NO ENSINO SECUNDÁRIO, NO ANO 2023/24	129
QUADRO 80 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR ESCOLA E ANO DE CURSO, NO ENSINO PROFISSIONAL, NO ANO 2023/24.	130
QUADROS 81 A/B/C/D/E – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR ESCOLA E POR SEXO, NO NÍVEL PRÉ-ESCOLAR, NO ANO 2023/24.	130
QUADROS 82 A/B/C/D/E/F – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR TURMA E POR SEXO, NO NÍVEL 1.ºCEB, NO ANO LETIVO 2023/24.	130
QUADRO 83 A/B – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR TURMA E POR SEXO, NO NÍVEL 2.ºCEB, NO ANO 2023/24.	131
QUADRO 84 A/B/C/D – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR TURMA E POR SEXO, NO NÍVEL 3.ºCEB NO ANO 2022/23.	131
QUADRO 85 A/B/C/D – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR TURMA E POR SEXO, NO NÍVEL ENSINO SECUNDÁRIO NO ANO 2022/23.–	132
QUADRO 86 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NOS CURSOS EM FUNCIONAMENTO NO AE D. SANCHO II, ENTRE OS ANOS LETIVOS 2020-2021 A 2022-2023 (N.º).	132
QUADRO 87 – NÚMERO DE ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NA OFERTA ESCOLAR PÚBLICA NO CONCELHO DE ALIJÓ, ENTRE 2020/21 E 2023/24.	134
QUADRO 88 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NO PRÉ-ESCOLAR, NO CONCELHO DE ALIJÓ, ENTRE 2020/21 E 2023/24.	135
QUADRO 89 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NO 1.º CEB, NO CONCELHO DE ALIJÓ, ENTRE 2020/21 E 2023/24.	136
QUADRO 90 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NO 2.º CEB, NO CONCELHO DE ALIJÓ, ENTRE 2020/21 E 2023/24. (N.º).	136
QUADRO 100 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NO 3.º CEB, NO CONCELHO DE ALIJÓ, ENTRE 2020/21 E 2023/24.	137
QUADRO 101 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO SECUNDÁRIO, ENTRE 2020/21 E 2023/24.	138

QUADRO 102 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS EM CURSOS TÉCNICO-PROFISSIONAIS, ENTRE 2020/21 E 2023/24.	139
QUADRO 103 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, TOTAL DA OFERTA PÚBLICA, ENTRE 2020/21 E 2023/24. (N.º E %).	141
QUADRO 104 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, POR NÍVEIS DE ENSINO, ENTRE 2020/21 E 2023/24. (N.º E %).	141
QUADRO 105 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, POR NÍVEIS DE ENSINO, ENTRE 2020/21 E 2023/24. (N.º E %).	141
QUADRO 106 – MAPA DE INSCRITOS E MATRICULADOS NA OFERTA SCMA EM 2023/24 (N.º).	146
QUADRO 107 – EVOLUÇÃO DOS INSCRITOS E MATRICULADOS NA OFERTA SCMA ENTRE 2018 -2023 (N.º).	146
QUADRO 108 – MAPA DE INSCRITOS E MATRICULADOS NA OFERTA GSRCDF EM 2023/24 (N.º).	147
QUADRO 109 – EVOLUÇÃO DOS INSCRITOS E MATRICULADOS NA OFERTA GSRCDF ENTRE 2018 -2023 (N.º).	148
QUADRO 110 – MAPA DE INSCRITOS E MATRICULADOS NA OFERTA ACSSD EM 2023/24 (N.º).	149
QUADRO 111 – EVOLUÇÃO DOS INSCRITOS E MATRICULADOS NA OFERTA ACSSD ENTRE 2018 -2023 (N.º).	149
QUADRO 112 – MAPA DE INSCRITOS E MATRICULADOS NA OFERTA CSRCVV EM 2023/24 (N.º).	150
QUADRO 113 – EVOLUÇÃO DOS INSCRITOS E MATRICULADOS NA OFERTA CSRCVV ENTRE 2018 -2023 (N.º).	150
QUADRO 114 – ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO 1.ºCEB, EM 2022/23 (N.º).	151
QUADRO 114 (CONT.) – ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO 1.ºCEB, EM 2022/23 (N.º).	152
QUADRO 115 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO 2.ºCEB, EM 2022/23 (N.º).	153
QUADRO 116 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO 3.º CEB, EM 2022/23 (N.º).	155
QUADRO 117 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO ENSINO SECUNDÁRIO, EM 2022/23 (N.º).	156
QUADRO 118 – PREVISÃO DO NÚMERO DE ALUNOS A TRANSPORTAR NO ANO LETIVO 2023/2024 NOS CIRCUITOS PÚBLICOS – RODONORTE.	165
QUADRO 118 (CONT.) – PREVISÃO DO NÚMERO DE ALUNOS A TRANSPORTAR NO ANO LETIVO 2023/2024 NOS CIRCUITOS PÚBLICOS – RODONORTE.	166
QUADRO 119 – PREVISÃO DO NÚMERO DE ALUNOS A TRANSPORTAR NO ANO LETIVO 2023/2024 NOS CIRCUITOS PÚBLICOS – TRANSDEV.	166
QUADRO 120 – PREVISÃO DO NÚMERO DE ALUNOS A TRANSPORTAR NO ANO LETIVO 2023/2024 NOS CIRCUITOS MUNICIPAIS.	166
QUADRO 120 (CONT.) – PREVISÃO DO NÚMERO DE ALUNOS A TRANSPORTAR NO ANO LETIVO 2023/2024 NOS CIRCUITOS MUNICIPAIS.	167
QUADRO 121 – PREVISÃO DO NÚMERO DE ALUNOS A TRANSPORTAR NO ANO LETIVO 2023/2024 NOS CIRCUITOS DE ALUGUER.	167
QUADRO 122 – PREVISÃO DO NÚMERO DE ALUNOS A TRANSPORTAR NO ANO LETIVO 2023/2024 NOS CIRCUITOS ESPECIAIS (ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS).	168
QUADRO 123 – PREVISÃO DO NÚMERO DE ALUNOS A TRANSPORTAR, POR NÍVEIS DE ESCOLARIDADE, NOS CIRCUITOS MUNICIPAIS COM REFERÊNCIA ÀS ESCOLAS, NO ANO LETIVO 2023/2024	168
QUADRO 123 (CONT.) – PREVISÃO DO NÚMERO DE ALUNOS A TRANSPORTAR, POR NÍVEIS DE ESCOLARIDADE, NOS CIRCUITOS MUNICIPAIS COM REFERÊNCIA ÀS ESCOLAS, NO ANO LETIVO 2023/2024.	169
QUADRO 124 – PREVISÃO DO NÚMERO DE ALUNOS A TRANSPORTAR, POR NÍVEIS DE ESCOLARIDADE, NOS CIRCUITOS MUNICIPAIS COM REFERÊNCIA ÀS ESCOLAS, NO ANO LETIVO 2023/2024	170
QUADRO 125 – PREVISÃO DO NÚMERO DE ALUNOS A TRANSPORTAR, CASOS ESPECIAIS, NOS CIRCUITOS MUNICIPAIS COM REFERÊNCIA ÀS INSTITUIÇÕES, NO ANO LETIVO 2023/24.	170
QUADRO 126 – QUADRO DO PESSOAL DOCENTE POR CICLO E SITUAÇÃO NO ANO LETIVO 2023/24.	171
QUADRO 127 – QUADRO DO PESSOAL NÃO DOCENTE POR CATEGORIA NO ANO LETIVO 2023/24.	172

QUADRO 128 – NÚMERO DE ALUNOS COM MEDIDAS DE SUPORTE À APRENDIZAGEM E À INCLUSÃO, NO ANO LETIVO 2023/24.	177
QUADRO 129 – MÉDIA DA TAXA DE SUCESSO ESCOLAR DOS ALUNOS DO 1.ºCEB, EM ALIJÓ, NO TRIÉNIO 2018-2020.	208
QUADRO 130 – MÉDIA DA TAXA DE SUCESSO ESCOLAR DOS ALUNOS DO 2.ºCEB, EM ALIJÓ, NO TRIÉNIO 2018-2020.	208
QUADRO 131 – MÉDIA DA TAXA DE SUCESSO ESCOLAR DOS ALUNOS DO 3.ºCEB, EM ALIJÓ, NO TRIÉNIO 2018-2020.	208
QUADRO 132 – MÉDIA DA TAXA DE SUCESSO ESCOLAR DOS ALUNOS DO E. SECUNDÁRIO, EM ALIJÓ, NO TRIÉNIO 2018-2020.	209
QUADRO 133 – COMPARAÇÃO DAS TAXAS DE SUCESSO ESCOLAR DOS ALUNOS DO 3.ºCEB, EM ALIJÓ, NO TRIÉNIO 2018-2020.	209
QUADRO 134 – TAXA DE RETENÇÃO OU DESISTÊNCIA DOS ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO BÁSICO E ENSINO SECUNDÁRIO, POR ANO LETIVO E DE ESCOLARIDADE, EM ALIJÓ.	210
QUADRO 135 – TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO (%), 1.ºCEB, EM ALIJÓ.	212
QUADRO 136 – TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO (%), 2.ºCEB, EM ALIJÓ.	212
QUADRO 137 – TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO (%), 3.ºCEB, EM ALIJÓ.	213
QUADRO 138 – TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO (%), ENSINO SECUNDÁRIO, EM ALIJÓ.	213
QUADRO 139 – PRINCIPAIS PROPOSTAS/PRIORIDADES ESTRATÉGICAS PARA A OFERTA EDUCATIVA/FORMATIVA E DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL, EM ALIJÓ.	224

13. FONTES, BIBLIOGRAFIA GERAL E ESPECÍFICA.

FONTES

Decreto-Lei n.º 72/2015, de 11 de maio, Diário da República, n.º 90, I Série;
 Decreto-lei n.º 75/2008, de 22 de abril, Diário da República, n.º 79, I Série;
 Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, Diário da República, n.º 12, I Série - A;
 Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, Diário da República, n.º 129, I Série
 Despacho n.º 5634-F/2012, de 26 de abril, Diário da República, n.º 82, II Série;
 Lei n.º 6/2012, de 10 de fevereiro, Diário da República, n.º 30, I Série;
 Lei n.º 75/2003, de 12 de setembro, Diário da República, n.º 176, I Série;
 Lei n.º 41/2003, de 22 de agosto, Diário da República, n.º 193, I Série - A;
 Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, Diário da República, n.º 237, I Série;
 Portaria n.º 1181/2010, de 16 de novembro, Diário da República, n.º 222, I Série;
 Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2010, de 14 de junho, Diário da República, n.º 113, I Série.
 Instituto Nacional de Estatística
<http://www.ine.pt>
 Carta Educativa do Concelho de Alijó. Alijó: Câmara Municipal. 2007.

BIBLIOGRAFIA GERAL E ESPECÍFICA

- Cordeiro, A. M. R., Alcoforado, L. & Ferreira, A. G. (2011/12). "Projeto Educativo Local. Um processo associado a estratégias de desenvolvimento integrado e sustentado." In *Cadernos de Geografia*, 30-31, pp. 305-315;
- Cordeiro, A. M. R., Alcoforado, L. & Paredes, L. (2013). "A territorialização da educação e a importância do ambiente na construção de um Projeto Educativo Local." *Atas da 10.ª Conferência Nacional do Ambiente*, Universidade de Aveiro.
- Cordeiro, A. M. Rochette & Martins, H. A. (2013). "A Carta Educativa Municipal como instrumento estratégico de reorganização da rede educativa: tendências de mudança." In *Cadernos de Geografia*, 32, pp. 339-356;
- Cordeiro, A. M. Rochette (2014). "O lugar dos municípios no planeamento e gestão da rede escolar em Portugal." In M. L. Rodrigues (coord.). *40 Anos de Políticas de Educação em Portugal: A Construção do Sistema Democrático de Ensino*. Coimbra: Almedina, pp. 421-444.
- Cordeiro, A. M. Rochette, Martins, H. A. & Ferreira, A. G. (2014). "As cartas educativas municipais e o reordenamento da rede escolar no Centro de Portugal: das condições demográficas às decisões políticas." In *Revista Ensaio*, 22(84), pp. 581-607;
- Costa, D. & Barbosa, D (2002). *A Carta Educativa como instrumento de planeamento e gestão*. GEolNOVA 5, 187-204;
- ONU (1948). *Declaração Universal dos Direitos do Homem*;

Ministério da Educação, Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento, (2000) - Manual para a Elaboração da Carta Educativa.

Ministério da Educação, (2021) - *Guia para a Elaboração da Carta Educativa*.

Ministério da Educação, Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento, (2000) – Critérios de Reordenamento da Rede Educativa.

Conselho Nacional de Educação, (2011) – Recomendação nº 4: Recomendação sobre reordenamento da rede escolar: a dimensão das escolas e a constituição de agrupamentos.

Santos, L., Cordeiro, A. M. Rochette & Alcoforado, L. (2014). “O novo paradigma do planeamento da rede educativa: do planeamento pela oferta ao planeamento pela procura.” In A. M. Rochette Cordeiro, L. Alcoforado & A. G. Ferreira (coords.). *Territórios, Comunidades Educadoras e Desenvolvimento Sustentável*, Coimbra: DG-FLUC, pp. 57-67.

Santos, L., Barros, C., Gama, R. & Cordeiro, A. M. R. (2016). “Projeções da população em idade escolar e planeamento de equipamentos educativos.” In Mendes, M. F., Malheiros, J., Clemente, S., Baptista, M. I., Pintassilgo, S., Ribeiro, F., Tomé, L. P. & Câmara, S. B. (orgs.). *Atas do V Congresso Português de Demografia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 185-200.

UNESCO (1990). *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*, Jomtien;

Villar, M. (2007). *A Cidade Educadora. Nova perspetiva da organização e intervenção municipal*. Lisboa: Instituto Piaget.